



POLÍTICAS ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA

**Estudos de Caso -
Versões Condensadas**

Editado por Sonia Corrêa



G&PAL

Gênero & Política em
América Latina

POLÍTICAS ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA

Estudos de Caso - Versões Condensadas

Edição **Sonia Corrêa**

Tradução **Nana Soares**

Revisão **Angela de Freitas e Rajnia de Vito**

Projeto Gráfico Agência FW2 / <http://www.fw2.digital>

ISBN 978-65-87854-08-3

Publicado pelo Observatório de Sexualidade e Política (SPW), um projeto da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)

Av. Presidente Vargas, 446, 13º andar

Rio de Janeiro/RJ - 20.071-907 - Brasil

Telefone: +55 21 2223-1040

Site: <http://www.sxpolitics.org>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Políticas antigênero na América Latina [livro eletrônico] : resumos dos estudos de casos nacionais / editado por Sonia Corrêa ; tradução Nana Soares. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2021.
PDF

Título original: Anti-gender politics in Latin America
ISBN 978-65-87854-08-3

1. América Latina - Civilização 2. Ciências sociais 3. Ciências políticas 4. Identidade de gênero 5. Políticas públicas I. Soares, Nana.

21-72026

CDD-320.98

Índices para catálogo sistemático:

1. América Latina : Ciência política 320.98

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



SEXUALITY
POLICY
WATCH

G&PAL

Gênero & Política en
América Latina

Autorias	4
Prefácio	10
Políticas Antigênero: um olhar panorâmico	21
Fernando Serrano	
“Ideologia de gênero”, neointegrismo católico e fundamentalismo evangélico: a vocação antidemocrática	44
Gabriela Arguedas Ramírez	
Argentina	57
Maximiliano Campana	
Brasil	70
Sonia Corrêa e Isabela Kalil	
Chile	90
Jaime Barrientos	
Colômbia	103
Franklin Gil Hernández	
Costa Rica	116
Gabriela Arguedas Ramírez	
Equador	126
Maria Amelia Viteri	
México	144
Gloria Careaga e Luz Elena Aranda	
Paraguai	157
Clyde Soto e Lilian Soto	
Uruguai	169
Lilián Abracinskas, Santiago Puyol, Nicolás Iglesias, Stefanie Kreher	
O caso da Organização dos Estados Americanos	186
Mirta Moragas	

TEXTO PANORÂMICO

Fernando Serrano-Amaya é Professor Assistente do Departamento de Línguas e Cultura da Universidad de los Andes na Colômbia. Suas áreas de pesquisa incluem violência juvenil, gênero e violência sexual, construção de paz e políticas sociais. Seu livro mais recente é “Homophobic Violence in Armed Conflict and Political Transition” (Violência homofóbica em conflito armado e transição política, 2018).

ARGENTINA

Maximiliano Campana é advogado, doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Córdoba, coordenador do programa de Direitos Sexuais e Reprodutivos da Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Córdoba e presidente da Clínica Jurídica de Interesse Público de Córdoba. Atualmente possui uma bolsa de estudos de pós-doutorado pelo Conselho Nacional de Pesquisas Jurídicas e Técnicas (CONICET), pesquisando sobre setores religiosos conservadores na Argentina.

BRASIL

Sonia Corrêa é ativista e pesquisadora nos temas de gênero, sexualidade, saúde e direitos humanos desde a década de 1970. Com Richard Parker, coordena o Observatório de Sexualidade e Política/Sexuality Policy Watch (SPW), um programa da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Entre suas atividades mais recentes, foi pesquisadora visitante do Departamento de Gênero da London School of Economics e é do Conselho Editorial da coleção Global Queer Politics (Palgrave).

Isabela Kalil é doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Foi pesquisadora visitante na Universidade de Columbia (Nova Iorque, 2011-2012). Atua como professora de Sociologia e Antropologia na Fundação Escola de

Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), onde é coordenadora do Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual (NEU).

■ CHILE

Jaime Barrientos Delgado é doutor em Psicologia Social e professor associado da Faculdade de Psicologia da Universidade Alberto Hurtado. Seus temas de pesquisa incluem violência homofóbica e o impacto dos preconceitos e da discriminação na saúde mental de gays e lésbicas.

■ COLÔMBIA

Franklin Gil Hernandez é antropólogo, doutor em Antropologia e professor assistente da Escola de Estudos de Gênero da Universidade Nacional da Colômbia. Seus temas de pesquisa são gênero e sexualidade; direitos sexuais e reprodutivos; ativismo sexual e racial; história da cidade e sexualidade; aborto, gênero e direitos humanos; saúde sexual e reprodutiva; parentesco; discriminação sexual e de gênero; relações raciais e racismo; relações de gênero, raça, classe e sexualidade; gênero, sexualidade e esporte.

■ COSTA RICA

Gabriela Arguedas Ramírez é farmacêutica, bioeticista e doutoranda em Estudos de Sociedade e Cultura. É especialista em direitos humanos e foi consultora do Instituto Interamericano de Direitos Humanos. Atualmente é professora da Escola de Filosofia e pesquisadora no Centro de Pesquisa em Estudos das Mulheres da Universidade da Costa Rica, onde é diretora da pós-graduação em Estudos das Mulheres.

■ ECUADOR

Maria Amelia Viteri é Ph.D. é Ph.D. e professora e pesquisadora sênior do Departamento de Antropologia da Universidade San Francisco de Quito. Também é

pesquisadora associada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Maryland, College Park, e foi professora visitante (2019) do Departamento de Linguística e Antropologia da Universidade de Kentucky.

■ MÉXICO

Gloria Careaga Pérez é professora de Psicologia Social na Escola de Psicologia da Universidade Autônoma do México (UNAM). É cofundadora do Programa Universitário de Estudos de Gênero da UNAM (PUEG), onde foi Secretária Acadêmica de 1992 a 2004 e coordenou a área de Estudos da Sexualidade (2015-2017). Foi cosecretária geral da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex (ILGA) de 2008 a 2014. Conduziu estudos no Centro Golda Meir em Israel e estágios acadêmicos na UNA (Costa Rica) e no SPW (Brasil). Recebeu a Medalha Omecíhuatl do Instituto das Mulheres do Distrito Federal do México por seu trabalho em prol dos direitos humanos.

Luz Elena Aranda é uma ativista feminista bissexual com estudos em Etnologia e Literatura Dramática e Teatro. Desde 2012, é Diretora Geral das Reinas Chulas Cabaret e Direitos Humanos AC, uma organização mexicana de mulheres lésbicas e bissexuais dedicada à capacitação, incidência política e ativismo. Desde 2014 é membro do Conselho Regional da ILGA América Latina e Caribe. Em 2017, assumiu o cargo de cosecretária regional e em 2019 assumiu o cargo de Cosecretária Geral da ILGA Mundo.

■ PARAGUAI

Clyde Soto é feminista, psicóloga e defensora dos direitos humanos. Atua como pesquisadora no Centro de Documentação e Estudos (CDE), organização autônoma de ciências sociais, onde atualmente coordena a área da Mulher. Publicou sobre temas como a participação política das mulheres, história das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, trabalho doméstico, cuidado e corredores migratórios, entre outros tópicos. É ativista da Articulação Feminista Marcosur (AFM), da Coordenação de Mulheres do Paraguai (CMP) e da Campanha 28 de Setembro pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe.

Lilian Soto é política, feminista e doutora em Medicina. Foi vereadora da cidade de Assunção (1991-2000) e Ministra Secretária Executiva da Função Pública do Governo do Paraguai (2008-2012). Foi candidata à presidência da República pelo movimento socialista e feminista Kuña Pyrenda. Dedicar-se às ciências sociais como pesquisadora e consultora em gênero, políticas públicas e administração pública.

URUGUAI

Lilián Abracinkas é ativista feminista, formada em Comunicação e especialista em gênero, saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Desde 2004 é diretora executiva do MYSU (Mulher e Saúde no Uruguai), onde coordena a equipe de pesquisa do Observatório de Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva. É representante da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe (RSMLAC) no observatório MIRAQUETEMIRO. Também compõe o comitê consultivo do Consórcio Latino-Americano contra o Aborto Inseguro (CLACAI) no Uruguai.

Santiago Puyol é graduado em Ciência Política pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República do Uruguai (Udelar). Comanda o Observatório de Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva da MYSU (Mulher e Saúde no Uruguai), realizando o monitoramento e a avaliação da implementação de políticas públicas em saúde sexual e reprodutiva no Uruguai, e é estudante de mestrado em Ciência Política na Udelar.

Nicolas Iglesias é formado em Trabalho Social, com estudos em Teologia e Religião. Atualmente é o coordenador do Grupos de Estudos Multidisciplinares sobre Religião e Incidência Pública (GEMRIP) e do projeto Fe en la Resistencia, além de ser pesquisador e colunista convidado em diversos veículos de mídia para assuntos relacionados a religião, política e sociedade.

Stefanie Kreher estudou Teologia na Argentina e na Alemanha até 2014. Em 2015 iniciou a produção do documentário Fe en la Resistencia (2018), sobre comunidades religiosas e a ditadura no Uruguai. É repórter, pesquisadora e autora de publicações relacionadas a gênero, sexualidade, religião e direitos humanos e também atua em projetos comunitários em Montevideu e Canelones (Uruguai).

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Mirta Moragas é advogada e professora de Direito Internacional com especialização em gênero e direitos humanos pela American University Washington College of Law. É consultora e pesquisadora em temas de gênero e direitos humanos. Investigou crimes de ódio contra pessoas trans no Paraguai, o impacto da criminalização do aborto nos direitos humanos das mulheres no Paraguai e a ofensiva de grupos antidireitos dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA). Como ativista feminista, integra organizações e redes no Paraguai e na América Latina que trabalham com direitos sexuais e reprodutivos.

AUTORIAS DOS TEXTOS CONDENSADOS

Ana María Acosta é formada em Comunicação Social pela Universidade Central do Equador, com mestrado em Estudos Culturais pela Universidade Andina Simón Bolívar e é doutoranda em Sociologia e Gênero na FLACSO-Ecuador. É cofundadora e editora sênior do veículo digital comunitário Wambra. Também é cofundadora e coordenadora da Fundação El Churo, que atua pelo direito à comunicação, liberdade de expressão e fortalecimento de mídias comunitárias e alternativas no Equador. É professora universitária e educadora popular em comunidades de mulheres, feministas, LGBTTI, indígenas, camponesas e afrodescendentes.

Elizabeth Otálvaro é uma jornalista feminista da Universidade de Antioquia em Medellín, na Colômbia. É parte da equipe editorial da Mutante, um veículo de abordagem jornalística subversiva. Recebeu a bolsa de estudos da Fundação Gabo em “Novas narrativas sobre drogas”. Seus principais temas são desigualdade e violência na Colômbia.

Luisana Alvarado é formada em Comunicação Social pela Universidade Central do Equador. É jornalista e pesquisadora no Wambra.ec, onde foi uma das autoras da reportagem “As meninas invisíveis do Equador” que, através do jornalismo investigativo, revelou a realidade da maternidade forçada na vida de meninas e que ganhou o Prêmio UNP de 2018 na categoria reportagem em veículo digital. Foi pesquisadora assistente na Comissão da Verdade do Equador e atuou com Comunicação Organizacional para a Comissão Ecumênica de Direitos Humanos (CEDHU).

Magaly Pazello é formada em Artes pela Universidade Federal Fluminense e tem mestrado em Literaturas Hispânicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora de língua estrangeira (espanhol) na rede municipal de educação do Rio de Janeiro e no Colégio Pedro II. Atuou em movimentos sociais e em organizações não-governamentais por mais de 25 anos focada em gênero, direitos sexuais e reprodutivos, direitos das mulheres e sociedade da informação. Atualmente está envolvida no debate de políticas de educação.

Mariana Carbajal é jornalista e referência em questões de gênero na Argentina. Por mais de 20 anos escreveu para o jornal Página 12 sobre direitos das mulheres, dissidências sexuais e direitos sexuais e reprodutivos, entre outros eixos da agenda feminista. Apresenta o programa *Punto Género* (DTV), é a fundadora da Rede de Jornalistas Argentinas para uma Comunicação Não-Sexista (PAR) e uma das principais vozes do movimento feminista Ni Una Menos. É autora de *O aborto em debate - Contribuições para uma discussão pendente* (2009, Paidós) e *Maltratadas - violência de gênero nas relações de casal* (2014, Aguilar). Coordena o curso de Jornalismo e Gênero e é cocoordenadora do curso Comunicação, Gênero e Sociedade na Flacso. Também leciona no programa de Mestrado em Jornalismo na UTDT.

Em 2017 iniciamos uma nova linha de pesquisa e ação para mapear e analisar as políticas antigênero na América Latina. Pela primeira vez, o Observatório de Sexualidade e Política (SPW na sigla em inglês) fez um esforço analítico desse porte, focando exclusivamente na América Latina. Essa jornada foi motivada pelo fato de que, desde 2016, havíamos identificado uma série de novas configurações políticas no contexto regional que pareciam convergir com as tendências encontradas por pesquisadores parceiros na Europa. Os diálogos transregionais entre estudiosos permitiram concluir que o que estamos testemunhando não é mais do mesmo em termos de discursos e mobilizações impulsionadas por forças religiosas conservadoras nas esferas políticas.

Tais percepções e diálogos contínuos com colegas europeus, especialmente David Paternotte (Université Libre de Bruxelles), inspiraram o projeto de pesquisa regional Gênero e Política na América Latina (G&PAL)¹. Entre maio de 2018 e fevereiro de 2020, o projeto conduziu nove estudos de caso nacionais, de autoria de Maximiliano Campana (Argentina), Sonia Corrêa e Isabela Kalil (Brasil), Jaime Barrientos (Chile), Franklin Gil Hernández (Colômbia), Gabriela Arguedas (Costa Rica), María Amelia Viteri (Equador), Clyde Soto e Lilian Soto (Paraguai), Gloria Careaga e Luz Elena Aranda (México), Lilián Abracinskas, Santiago Pujol, Nicolás Iglesias e Stefanie Kreher (Uruguai), além de um estudo de Mirta Moragas sobre atores antigênero regionais que participam das assembleias gerais da Organização dos Estados Americanos (OEA), e um ensaio genealógico de Gabriela Arguedas Ramírez sobre as trajetórias do integrismo católico e do fundamentalismo evangélico e suas convergências na atual cruzada contra a “ideologia de gênero”. Os resultados preliminares da pesquisa foram lançados em uma série de vídeos curtos, em setembro de 2019. Os relatórios finais e ensaios foram publicados em espanhol em fevereiro de 2020. Uma versão condensada e traduzida ao inglês dos estudos de caso foi publicada em janeiro de 2021, e a presente publicação é a tradução, para o português, desses resumos².

1 O primeiro produto do projeto foi a tradução ao espanhol de textos selecionados do especial *Habemus Gender! The Catholic Church and 'Gender Ideology'* (2017), editado por Sara Bracke e David Paternotte e publicado pela revista *Religion & Gender*. Além disso, o quadro analítico que guiou os estudos G&PAL foi fortemente inspirado pelas reflexões de David Paternotte e Roman Kuhar no livro *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilising Against Equality* (Rowman & Littlefield International Ltd., 2017).

2 Os diversos resultados do projeto estão disponíveis em espanhol, português e inglês em <https://sxpolitics.org/GPAL/>

Embora sintéticos, os resumos apresentados nesta coleção são muito ricos em termos de informação empírica, e permitem retrazar a trajetória temporal das políticas antigênero na região, compreendendo que sua intensidade e efeitos têm variado no espaço e no tempo. Os resumos mostram, por exemplo, que a ideologia antigênero tem sido difundida na região desde 1995, quando a delegação paraguaia, seguindo a do Vaticano, se opôs formalmente ao termo gênero na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim. Tal como analisado por Corrêa (2018) o “problema de gênero do Vaticano”, que está na origem dessas reservas, eclodiu no estágio final de preparação para a IV Conferência Mundial das Mulheres (Beijing), em março de 1995. O episódio foi uma reação tardia à adoção do conceito de gênero no documento final da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, que acontecera seis meses antes.³ Esse episódio, inaugurou a produção de uma vasta literatura de repúdio ao gênero, assinada por autoras e autores não clericais, seguida de uma também muito extensa crítica teológica elaborada pelo Vaticano já nos 2000. E, os estudos da Argentina, Colômbia e da Costa Rica, no dizem que a América Latina foi um lócus importante dessa produção que, inaugurada, pelo documento publicado pela Conferência Peruana de Bispos Católicos em 1998, seria reforçada pelo documento final do Conselho Regional de Bispos Católicos (CELAM), realizado no Brasil em 2007, e contabiliza um número importante de textos não clericais.

A fórmula “ideologia de gênero” foi inventada no curso dessa extensa lucubração. Não se trata de um conceito, mas sim de um dispositivo que, intrigantemente, recorre à concepção marxista de ideologia para acusar a teoria feminista do gênero de falsificação. Ou seja, os inventores desse truque afirmam que o conceito de gênero é um engodo porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual “natural”, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano. O dispositivo também faz supor que, as teóricas e ativistas do gênero -- e quem mais recorre ao conceito -- simplesmente propagam ideologia, enquanto quem o critica estaria totalmente isento de vieses ideológicos.

3 Ver: Corrêa, S. (2018). A “política do gênero” : um comentário genealógico. Cadernos Pagu, (53).

Em contraste com a circulação prematura da linguagem antigênero no Paraguai, o dispositivo retórico da “ideologia de gênero” só se tornaria proeminente no âmbito regional após 2013 e com maior intensidade depois de 2016. Sobre isso, o caso da Argentina é particularmente intrigante porque, desde antes de 2010, o país tem substancialmente exportado literatura antigênero produzida localmente, sendo um exemplo flagrante O Livro Negro da Nova Esquerda, escrito por Nicolás Márquez e Agustín Laje (2016).

Entre a reserva paraguaia a gênero em Beijing (1995) e a difusão intensificada do termo “ideologia de gênero” após 2016 um momento crucial foi o ano de 2013. Alguns meses depois do movimento francês *Manif pour Tous* (Manifestação para Todos) ter tomado as ruas de Paris para contestar o casamento igualitário e o “gênero não-natural”, um ataque bem orquestrado contra gênero na educação pública ocorreu no Brasil. Isto foi seguido pela Assembleia Geral da OEA quando uma resolução sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero foi ferozmente atacada. Em dezembro, o então presidente do Equador, Rafael Correa, conhecido líder da esquerda regional, em seu popular programa semanal na TV conhecido como *sabatinas* um discurso vituperou contra “teoria de gênero” reproduzindo os discursos propagados por vozes ultracatólicas.

A partir de 2016, as manifestações antigênero se amplificariam de forma flagrante, principalmente no contexto de processos eleitorais, como o Referendo do Acordo de Paz na Colômbia (2016) e as eleições presidenciais da Costa Rica (2018), Brasil (2018) e Uruguai (2019). A pauta antigênero foi também disseminada em muitas outras formas de mobilização social como, por exemplo, a campanha *#ConMisHijosNoTeMetas* contra a educação sexual, criada no Peru em 2016 e rapidamente transportada para outros cinco países da amostra que compõem essa série de estudos de caso. Um ano mais tarde, no primeiro semestre de 2017, o ônibus laranja antigênero criado pelo braço internacional da ONG espanhola *HazteOír*, o *CitizenGO*, circulou desde o México até Chile. Em novembro, o *CitizenGO* desencadeou uma campanha digital contra a presença da filósofa Judith Butler no Brasil, seguida de um protesto grotesco em São Paulo, em que sua efígie como bruxa foi queimada.

Mesmo existindo diferenças contextuais significativas entre os nove países examinados, a leitura conjunta dos estudos de caso permite perceber traços comuns

em relação aos ciclos de irrupção, propagação e escalada das formações antigênero. Um desses traços é a intrincada sobreposição entre uma antiga infraestrutura política de cunho católico especialmente voltada para se opor ao aborto e um conjunto muito mais heterogêneo de atores religiosos e seculares que constituem ou orbitam formações antigênero mais recentes. Outro traço comum é o contorno “ecumênico” das políticas antigênero que, em todos os lugares, se organizam originalmente a partir de núcleo cristão composto por forças e instituições ultracatólicas e evangélicas fundamentalistas, cujo grau de coesão pode variar de acordo com o lugar e o tempo. Esse núcleo é circundado por um conjunto relativamente flexível de políticos conservadores, profissionais, grandes empresários, think tanks ultraneoliberais, especialistas e ativistas e, em menor prevalência, grupos abertamente nazistas e fascistas e, especificamente no Brasil e no Uruguai, registra-se a adesão de militares e no Brasil também da direita judaica ligada ao evangelismo conservador.

Mesmo sendo predominantemente masculinas, essas formações possuem um número significativo de mulheres e consistentemente recrutam jovens para os ativismos antiaborto e antigênero nacionais e internacionais. Esse perfil atravessa estruturas de classe e políticas identitárias. Apesar de serem movimentos de base, particularmente entre comunidades religiosas, estão sempre conectados a redes transnacionais através das quais são compartilhados repertórios, estratégias comuns e dinheiro. Altamente adaptáveis ao contexto e às circunstâncias, as formações antigênero são ávidas por agarrar oportunidades políticas. Mesmo quando derrotadas, sustentam batalhas políticas para manter viva a chama das mobilizações. Não menos importante, contam com especialistas experientes em estratégias de comunicação digital.

Assim como ocorre no Leste Europeu, a “ideologia de gênero” tem sido propagada na América Latina como uma cesta vazia, ou como um significante que envolve múltiplos conteúdos e alvos⁴. A linguagem antigênero é popular, versátil e do senso comum.

4 Ver Kováts, E. e Pöim, M. (Eds.). (2015). *Gender as Symbolic Glue: The Position and Role of Conservative and Far Right Parties in the Anti-Gender Mobilizations in Europe*. Foundation for European Progressive Studies. <https://bit.ly/2JifAHT>

Ela deixou a semântica religiosa para trás e se apropriou de argumentos da biologia, biomedicina, demografia, assim como da democracia, cidadania e do direito. Na América Latina, um traço forte do espantinho antigênero é que, na maioria dos países, ele circula associada ao marxismo, comunismo ou totalitarismo. Essa vinculação já estava presente no documento de repúdio à “ideologia de gênero”, publicado pelos bispos peruanos em 1998, assim como no livro *Agenda de Gênero* (1997), da jornalista norte-americana Dale O’Leary que liderou o ataque a gênero no processo de preparação para Beijing. Mas partir de 2013, seria replicada e amplificada.⁵ O argumento central desses escritos é que gênero é uma versão mascarada de marxismo. Embora presente em muitos contextos a díade gênero - marxismo foi particularmente poderosa e eficaz nas eleições brasileiras de 2018, quando operou como uma cola simbólica para agrupar “ideologia de gênero”, pedofilia, Partido dos Trabalhadores (PT) e marxismo sob o mesmo guarda-chuva de acusações.⁶

Como descrito em todos os casos, a intensidade das cruzadas antigênero oscila com o tempo, atingindo picos para depois entrar em períodos de latência. Mas elas não desaparecem, mesmo quando, em determinados momentos, as forças que as impulsionam ficam silenciosas. Mais significativo é o fato de que seus efeitos estão longe de ser inócuos. Em todos os países estudados, embora em diferentes graus, as cruzadas afetaram negativamente a inclusão de temas relacionados a gênero e sexualidade na educação pública. O direito à identidade de gênero, que não era uma prioridade quando essas campanhas surgiram em 2013, se tornou o principal alvo a partir de 2016, como examinado nos casos chileno e uruguaio. As cruzadas antigênero também amplificaram uma estigmatização muito mais antiga, que é a da homossexualidade como “pedofilia”. No Paraguai e no Equador, elas miraram abertamente as leis contra a violência de gênero. Com exceção do Brasil e da Costa Rica, ataques diretos à produção de conhecimento sobre gênero não são tão comuns, mas as formações antigênero da América Latina também compõem o cenário internacional de ataque a produção intelectual sobre gênero nas ciências sociais. E, como já mencionado, é politicamente impossível desatar a forte sobreposição entre as políticas antigênero e antiaborto.

5 Como, por exemplo, em *O livro negro da nova esquerda*, Agustín Laje e Nicolás Markez (2016).

6 Kováts e Põim (2015) são também referência principal para o enquadramento “cola simbólica”.

Um dos principais argumentos dos estudos de caso é que as políticas antigênero não se resumem a promover leis e políticas retrógradas em relação a gênero, sexualidade e de aborto. As trajetórias políticas recuperadas pelos estudos mostram que o investimento feito na preservação ou restauração de ordens sexuais e de gênero - profundamente racializadas e desiguais - está no coração da erosão democrática e da guinada à direita que varrem a região. Dito de outra forma, elas se alimentam e são alimentadas pelos processos desdemocratizantes em curso na América Latina que, ao contrário de mudanças autoritárias de regime vividas no passado, ameaçam as democracias por dentro, sem recorrer a golpes de Estado clássicos e sem necessariamente implicar na suspensão de procedimentos democráticos formais.

Uma referência teórica chave para o debate sobre desdemocratização é *The American Nightmare*, o artigo clássico de Wendy Brown (2006)⁷. Nele, Brown analisa as dinâmicas políticas nos Estados Unidos e interpreta a desdemocratização como um efeito combinado do neoliberalismo e da repolitização do campo religioso⁸. Segundo Brown (2006), o primeiro e principal efeito político do neoliberalismo em sua versão do século 21 é reduzir a política democrática à lei e às instituições e reduzir o marco de direitos aos direitos de propriedade e de voto.

Na visão da autora, tais efeitos despolitizam a esfera pública e a vida social, erodem a autonomia da esfera política, e desqualificam a participação das pessoas na vida política. Já a racionalidade neoliberal aprofunda o individualismo, convertendo cidadãos em consumidores e empreendedores de suas próprias sobrevivências econômicas. Como resultado, a dimensão política da vida torna-se secundária e prevalece a indiferença política. À medida que os Estados são reduzidos a suas funções gerenciais, são legitimadas as formas de exercício de poder que seriam inaceitáveis em condições verdadeiramente democráticas.

7 Brown, W. (2006). *The American Nightmare: Neo-Liberalism, Neo-Conservatism, and the De-Democratization of the United States*. *Political Theory*, 34(6), 690-714.

8 O contexto analisado por Brown é o dos EUA na administração Bush da primeira metade dos anos 2000, quando os sintomas chave de erosão democrática eram a “guerra ao terror”, deflagrada depois do 11 de setembro e o crescente impacto do conservadorismo religiosos nas políticas de Estado.

Brown (2006) também analisa o papel suplementar da politização do conservadorismo religioso nessa reconfiguração. Seguindo as linhas de ideias desenvolvidas por Michel Foucault, ela examina como o neoconservadorismo religioso é funcional para o disciplinamento das subjetividades e as formas pelas quais o Estado neoliberal é modelado em uma lógica pastoral de governança. Ela também revisita, criticamente, os escritos do jurista alemão Carl Schmitt (2004) para examinar como, no neoliberalismo, a autoridade estatal será cada vez mais modelada por uma lógica eclesiástica de unificação e submissão de sujeitos políticos, em grave contradição com os fundamentos do liberalismo político democrático⁹.

Em seu livro mais recente, Brown (2019) explora uma nova linha de investigação, buscando as raízes da desdemocratização em curso no capitalismo do século 21 nas origens mesmas do pensamento neoliberal elaboradas no começo do século 20¹⁰. Embora essa nova linha de interpretação também seja inspiradora para explorar as erosões democráticas na América Latina, em nossa visão ainda é produtivo reter os elementos-chave do artigo de 2006 ao mergulhar na erupção e propagação de políticas antigênero na região.

Nesse contexto de análise, também vale mencionar o trabalho de muitas autoras feministas que atentaram para a imbricação entre neoliberalismo e conservadorismo sob a perspectiva das políticas de gênero e sexualidade¹¹. São pesquisadoras e intelectuais que interpretam corretamente a ênfase na “restauração da família” e na “complementaridade do masculino e do feminino” -- que estão no coração do ataque religioso neoconservador ao gênero -- como um passo ideológico necessário para devolver o trabalho de proteção e cuidado às famílias. Em outras palavras, esse discurso é uma justificativa idealizada para colocar a carga econômica sobre os núcleos familiares, mais precisamente sobre as mulheres, quando Estados sob o impacto do neoliberalismo estão reduzindo as políticas de proteção social ao mínimo.

9 Ver Schmitt, C. (2004). *On the Three Types of Juristic Thought*. (Schwaab, G., Ed.; Bendersky, J.W., Trans.). Greenwood Press.

10 Brown, W. (2019). *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West*. Columbia University Press.

11 Ver Cooper, M. (2017). *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. Zone Books.

Esses marcos conceituais, embora muito inspiradores e produtivos, devem ser ajustados às particularidades da América Latina. Para começar, numa perspectiva de ciclo mais longo, as realidades e dinâmicas antigênero retratadas e analisadas pelos estudos de caso devem, a nosso ver, ser situadas na interseção de quatro tendências estruturais.

A primeira dessas tendências diz respeito às trajetórias de democratização que marcaram a paisagem regional nas últimas quatro décadas. Todos os países analisados neste projeto as experimentaram, seja como uma transição intensa da ditadura para a democracia - como foi o caso de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai - ou como um processo menos intenso de ampliação democrática através de reformas constitucionais -- como foi o caso da Colômbia, Equador, México e, em menor grau, Costa Rica. Em todos os casos, políticas de gênero, sexualidade e aborto foram características inerentes a essas trajetórias¹². Mais criticamente, no entanto, os déficits e distorções da arquitetura e das práticas democráticas que alimentaram a germinação de políticas antigênero também devem ser nomeados e mapeados. Estes incluem a persistência de múltiplas formas de autoritarismo social e institucional, manifestadas como classismo, etnorracismo, sexismo, mas também, e não menos relevante, o espectro resiliente da tutela militar na política¹³. Adicionalmente, a democratização nem resolveu a sobreposição profundamente enraizada entre público e privado, onde o clientelismo e a corrupção proliferam, como tampouco apagou as formas arraigadas de populismo que continuam a se manifestar em todo o espectro político¹⁴.

Outra tendência de ciclo longo que deve ser levada em conta é a politização do neoconservadorismo religioso, seja em sua expressão católica - que sob os papados

12 Ver Pecheny, M. & de la Dehesa, R. (2014). Sexuality and Politics in Latin America: An Outline for Discussion. Corrêa, S., De La Dehesa, R. and Parker, R. (Eds.). *Sexuality and politics: Regional dialogues from the global south*, 1 96-135. Sexuality Policy Watch. <https://bit.ly/3l8puZC>

13 Para melhor compreender a profundidade e os efeitos do autoritarismo social nas transições democráticas, recomendamos o ensaio do cientista político argentino Guillermo O'Donnell (1984), onde ele examina como este traço se manifestou distintamente no Brasil e na Argentina e como se entrelaçou com a ordem política dos regimes militares e as dinâmicas de democratização em curso. Ver O'Donnell, G. (1984, January). *¿Y a mí, que me importa? Notas sobre la sociabilidad y política en Argentina y Brasil*. Kellogg Institute. <https://bit.ly/3fHoBpE>

14 Ver Lavinas, L. (2017, November 21). Populism has no side. *openDemocracy*. <https://bit.ly/3fIjPZl>

de Wojtyła e Ratzinger devastou o catolicismo progressista em toda a região - ou nas múltiplas vertentes do evangelismo fundamentalista, cuja presença regional se expandiu em progressão geométrica após os anos 1970. Embora muito mais possa e deva ser dito acerca desse domínio, é necessário lembrar, ainda que brevemente, as marcas indeléveis da colonização católica na história política regional. E, sobretudo, reconhecer que o neoconservadorismo religioso pós-1980 tem erodido ainda mais as estruturas legais e práticas de laicidade e secularismo que, como vários estudos de caso mostram, nunca foram muito sólidas. Ainda mais significativo, na linha do pensamento desenvolvido por Brown (2006), o neoconservadorismo religioso transformou subjetividades, promovendo a docilidade em relação às assimetrias políticas e sociais, bem como uma crescente adesão à teologia da prosperidade com suas afinidades flagrantes com o neoliberalismo.

Além disso, e não menos importante, há que contabilizar a onipresença do neoliberalismo, sua racionalidade e refrações políticas. Como notado por vários observadores que analisam o neoliberalismo na América Latina, cabe lembrar que o Chile da ditadura Pinochet foi um campo de teste em que se articulou a racionalidade econômica neoliberal e uma forma peculiar de política autoritária na qual o catolicismo dogmático era também central¹⁵. Mas também devemos contabilizar uma diferença nada trivial: os impactos do neoliberalismo em termos de precariedade, desigualdade e desaparecimento das proteções sociais foram muito mais amplos e profundos na região, porque os estados latino-americanos nunca alcançaram a escala de bem-estar experimentada nos Estados Unidos ou na Europa. Não menos significativo, nos nove países estudados, a precariedade e a pauperização também são profundamente atravessadas por disparidades de raça, etnia e gênero. E, ao mapear os efeitos do neoliberalismo sobre as subjetividades, não podemos perder de vista o fato de que, em toda a região, as pessoas vivendo na pobreza e com altos níveis de insegurança laboral tiveram que historicamente recorrer ao “empreendedorismo” muito antes do modelo neoliberal ser totalmente instalado.¹⁶

15 Ver Fassin, E (2019). Brasil: O laboratório interseccional do neoliberalismo. Outras Palavras <https://revistacult.uol.com.br/home/neoliberalismo-interseccional/>

16 Para o caso do Brasil ver, por exemplo, o artigo de Miguel Lago (2021). Revista Piauí: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/batalhadores-do-brasil/>

Finalmente, em alguns dos países de nossa amostra - sendo talvez o Brasil a ilustração mais pungente - também é necessário nomear e abordar criticamente a violência estrutural: conflitos civis, políticos e agrários, violência derivada de economias invisíveis - como o tráfico de drogas (em particular a guerra às drogas) - e a brutalidade policial. A violência estrutural está ligada a fortes desigualdades econômicas, mas também é alimentada pelo autoritarismo social e institucional inalterado, masculinidades tóxicas, etnorracismo e as garras da feroz competição econômica¹⁷. Ela deve ser nomeada e entendida como outro grande déficit da democratização. A percepção difusa, mas constante da anormalidade e desordem ligada à violência estrutural funciona claramente como forragem para sentimentos de medo, raiva e pânico impulsionados por ideologias e campanhas antigênero. Igualmente importante, também alimenta apelos políticos fáceis à justiça penal draconiana, medidas estatais autoritárias e à remilitarização da política.

Embora este quadro analítico panorâmico possa exigir maior refinamento e precisão, ele oferece uma bússola preliminar para orientar a exploração desses terrenos empíricos analisados pelos estudos de caso do projeto Gênero e Política na América Latina, que agora estão resumidos, traduzidos e compilados nesta publicação. Uma última observação, os estudos agora publicados tem uma limitação temporal importante, pois foram completados no final de 2019 e, portanto, não cobrem dinâmicas políticas muito significativas que se desdobraram desde então nos países analisados. São exemplos, a transposição da ideologia antigênero da esfera sócio-política para o aparato estatal no Brasil e, em menor medida, no Uruguai, os *estallidos sociales* no Equador, Chile e Colômbia ou o processo que desaguou na reforma constitucional chilena, iniciada quando essa publicação estava sendo finalizada.¹⁸ Tampouco examina o significado e efeitos da COVID-19 nos contextos analisados e como se moveram nesse cenário as forças antigênero que foram investigadas entre 2018 e 2019. Essa paisagem transformada pela pandemia é o objeto de um esforço de atualização dos estudos que está andamento.

17 O ensaio de O'Donnell (1984) citado anteriormente traz uma descrição convincente de como, no Brasil, a violência estrutural, as fraturas raciais e de classe e o autoritarismo social foram imbricados nos primeiros momentos da redemocratização.

18 São três as exceções. A análise sobre o Brasil oferece pistas sobre o que aconteceu depois de 2019, ou seja depois que Bolsonaro chegou ao poder. O estudo chileno está atualizado até março de 2020. E o caso colombiano também traz informações sobre as dinâmicas políticas relativa a gênero no governo Duque.

Agradecemos muito aos autores e autoras, assim como à tradutora e às revisoras pelo seu tempo e empenho, e desejamos uma boa leitura.

Sonia Corrêa e Richard Parker

INTRODUÇÃO

As simultaneidades, ressonâncias e impactos dos fenômenos que hoje se definem como políticas antigênero têm despertado nos últimos anos uma rica produção acadêmica e ativista na América Latina. Tal emergência cresceu particularmente como resposta à instalação do problemático termo “ideologia de gênero” em variados debates públicos. Uma busca no Google Acadêmico, da produção, associada à “ideologia de gênero”, com o termo entre aspas e em espanhol, identifica 8670 registros em março de 2021. Desse total, 83% da produção se deu entre 2010 e 2021. Neste período, o crescimento foi exponencial. No intervalo entre 2015 e 2021, foram produzidas quatro vezes mais publicações do que entre 2010 e 2014. De 225 registros para 2010, passamos a 1230 em 2020.

Observar o crescimento no uso do termo nas publicações acadêmicas requer um olhar atento. Sob o mesmo título, figuram publicações com objetivos opostos. “Ideologia de gênero” aparece na literatura acadêmica como objeto a ser analisado a partir de perspectivas que associam o assunto a fundamentalismos religiosos, conservadorismos e mobilizações contrárias aos feminismos e movimentos de direitos sexuais e reprodutivos. Mas também há produções que vinculam essa terminologia a acusações de colonização cultural ou de atentar contra a família nuclear ou ao direito natural (Campillo-Vélez, 2013; Marsal, 2011). Embora com objetivos diversos, ou mesmo opostos, essa produção se especializa, mais pesquisadoras/es se engajam com o tema, buscando causar impacto em suas áreas de trabalho. Tanto a argumentação que instala a “ideologia de gênero” como objeto de estudo quanto sua contra-argumentação lhe conferem uma existência concreta e instalada nos debates públicos. Também demonstra que o termo hoje faz parte de um vocabulário transnacional que permite diálogos e conexões entre cenários muito díspares e assume uma variedade de versões locais, como bem ilustram os estudos dessa coleção.

Para além do caráter problemático do termo “ideologia de gênero”, a análise dos fundamentalismos religiosos, neoconservadorismos ou de políticas que se opõem aos avanços em matéria de gênero e direitos reprodutivos e sexuais na região vem de longe e não se limita à compreensão das questões atuais, mas também examina tendências de longo prazo (Balderston & Guy, 1997, Balderston & Guy, 1997; Cáceres, Frasca, Pecheny, & Terto Júnior, 2004; Corrales, 2015; Corrêa & Parker, 2011; Parker, 2004; Pecheny & Dehesa, 2011; Pedraza Gómez, 2007; Peñas Defago, Morán Faúndes, & Vaggione, 2018; Sáez & Morán Faúndes, 2016; Viveros Vigoya, 2009). Como estes exemplos mostram, as discussões sobre a laicidade no Estado, o lugar dos direitos sexuais e reprodutivos nas políticas públicas, as mudanças nas experiências religiosas na América Latina e as suas formas contraditórias de mudança social, política ou cultural têm uma trajetória muito mais longa.

“Conservadorismo” (Peñas Defago et al., 2018), outro dos conceitos utilizados nesse campo de pesquisa, evoca o vínculo entre essas mobilizações e os setores sociopolíticos que defendem a permanência de valores ou ordenamentos considerados tradicionais ou estruturantes de uma certa ordem social permanente ou mesmo fixa. O problema do termo é que não nos permite reconhecer que essas mobilizações se adaptam e se atualizam, inclusive incorporando discursos e repertórios progressistas, e inovam suas estratégias para preservar seus interesses. Tanto o texto de Moragas (2020) quanto o de Gabriela Arguedas (2020a) ilustram como forças conservadoras recorrem a discursos aparentemente seculares, científicos, “modernos” - ou melhor, dizendo *aggiornados*, como se explica no estudo de Gil Hernández (2020) - para conseguir uma maior aceitação dessas políticas e continuar alimentando ideologias autoritárias. Quando esse conceito é transposto para o espectro político, a questão se torna ainda mais problemática porque, como ilustram os estudos conduzidos pelo SPW, as políticas antigênero tem sido apoiadas e operadas não só por setores políticos de direita, como também por atores de esquerda.

O conceito de contra mobilizações também tem sido utilizado em algumas análises (Corredor, 2019; López, 2018; Ruibal, 2014). Essa lente de análise é relevante porque enfatiza o sentido de ação coletiva e organizada das políticas antigênero e a sua capacidade de articular agendas, objetivos e estratégias. Contudo, essas leituras tendem a enfatizar o sentido reativo dessas mobilizações quando, de fato, nelas podem ser identificados muito exercícios de tentativa e erro, mas também atos de criação que não são apenas um reflexo

especular das mobilizações às quais essas políticas se opõem. Outro problema de ambas molduras - “antidireitos” e “contra mobilizações” - é sublinhar dimensão negativa ou reacionária dessas políticas, perdendo de vista o que elas, de fato deflagram, em termos da dimensão produtiva do poder, da violência simbólica e real e de produzir política no sentido clássico do termo.

Assim sendo, é possível encontrar nos estudos que fazem parte desta coleção, convergências e divergências em relação ao que tem sido descrito e analisado em outros contextos, como no caso europeu. Também é possível utilizar os estudos de caso latino-americanos para testar várias das hipóteses explicativas que tem feito das políticas antigênero um objeto singular de análise. A este respeito, os estudos propõem uma variedade de conceitos e interpretações de que um traço comum é a ênfase na sua dimensão política. Assim, por exemplo, as mobilizações antigênero são consideradas como “disputas por hegemonia política” no estudo da Costa Rica (Arguedas Ramirez, 2020b) ou “guerras de gênero” nos casos da Colômbia (Gil Hernandez, 2020) e Equador (Viteri & Marmol, 2020). Ou, tal como proposto no ensaio conceitual de Arguedas (Arguedas Ramirez, 2020a), um projeto socioeconômico e político que resulta de uma combinação de neointegrismo católico, fundamentalismo pentecostal e neoliberalismo. O conceito de política antigênero, utilizado como marco conceitual dos estudos em consonância com os trabalhos de Kuhar Roman (Kuhar & Zobec, 2017) ou David Paternotte (David & Roman, 2018), enfatiza não só o sentido da ação estratégica em disputas pelo poder, mas também o papel dessas formações como articuladoras de diversos atores sociais em torno a projetos coletivos. Projetos que têm como objetivo responder a transformações em curso nas ordens do gênero e da sexualidade.

É preciso dizer, no entanto, que reduzir esse tema a um debate terminológico ou conceitual é insuficiente. Os estudos de caso de cada país validam a necessidade de um olhar atento, comparativo e transdisciplinar sobre essa heterogeneidade das políticas antigênero que estão em constante evolução. Um olhar que permita tanto propor interpretações de seus discursos e práticas políticas como identificar orientações para a ação.

A documentação e a interpretação de políticas antigênero na América Latina que orientaram os estudos de caso conduzidos pelo Observatório de Sexualidade e Política

(Arguedas Ramirez, 2020b; Campana, 2020; Careaga Pérez & Aranda, 2020; Corrêa & Kalil, 2020; Gil Hernandez, 2020; Iglesias, Kreher, Abracinskas, & Puyol, 2020; Soto & Soto, 2020; Viteri & Marmol, 2020), o estudo da OEA (Moragas, 2020) e o texto teórico de Gabriela Arguedas (Arguedas Ramirez, 2020a) oferecem mais uma contribuição para o debate intelectual em torno a implicações políticas, teóricas e metodológicas das pesquisas sobre políticas antigênero.

Sugiro, nesta apresentação, que, vistos em conjunto, esses estudos permitem identificar o que pode ser considerado específico dos movimentos e políticas antigênero na América Latina. Essa especificidade não implica definir a América Latina como uma região homogênea ou afirmar que dadas as semelhanças nos discursos e práticas dessas mobilizações em contextos diversos estamos lidando com um fenômeno que se replica sem variações. Refere-se antes ao resultado de convergências, divergências e emergências de políticas vinculadas a momentos específicos dos processos de transição política em cada país. As políticas antigênero na América Latina nos permitem observar as várias dimensões da generificação e sexualização dessas transições políticas como, por exemplo, a emergência do gênero e da sexualidade nos debates públicos, sua instrumentalização por atores políticos em lutas pelo poder, o seu impacto nas instituições e nas políticas públicas ou a formação de cidadãos e de públicos. Essas dimensões são problemáticas e contraditórias entre si, uma vez que procuram responder e lidar com conflitos sociais, econômicos, políticos e culturais prolongados e têm, sem dúvida, efeitos negativos sobre uma variedade de mobilizações sociais, tal como os estudos analisam detalhadamente.

Esse comentário está organizado em três momentos. O primeiro aponta a contribuição dos estudos de caso para a compreensão da política antigênero; o segundo explora as suas especificidades; o terceiro identifica possíveis hiatos de conhecimento a serem mais bem explorados. Esse diálogo com os estudos tem, sobretudo, o intuito de sublinhar a sua utilidade e importância como contribuição à reflexão acadêmica e política.

CONVERGÊNCIA COM O QUE JÁ É CONHECIDO?

Considerando os estudos de caso em conjunto, gostaria de destacar três tensões no que diz respeito ao modo como as políticas antigênero são descritas: primeiro, a sua relação com fenômenos conjunturais e de longo prazo; segundo, suas ligações e particularidades frente a outras dimensões da política; terceiro, os tipos de impactos e efeitos que essas políticas tem produzido.

Sobre a primeira tensão, um elemento comum aos estudos de caso, e que os vincula a estudos sobre o tema desenvolvidos em outros contextos – como, por exemplo, aos trabalhos pioneiros de Agnieszka Graff (2006) ou Andrea Peto (2017) –, é o apelo que fazem a uma observação detalhada da diversidade dos fenômenos que hoje incluímos sob o termo de políticas antigênero, quer seja como tendências de longo curso, quer seja como a erupção midiática mais recente do termo “ideologia de gênero” nos debates eleitorais, ou em contra mobilizações específicas frente determinadas políticas ou leis no campo do gênero e da sexualidade. Duas questões emergem a este respeito. A primeira se refere a quão extenso é ou não esse curso longo e o que o caracteriza? A segunda está relacionada ao que estudos descrevem de forma diferencial, em termos de traços reativos ou produtivos, mas também no que concerne à sua “novidade”.

Assim, alguns estudos sugerem que a erupção dessas políticas resultou de uma série de antecedentes e processos precursores, que podem ser datados da segunda metade do século 20 e que estão associados a reações políticas a políticas de controle de natalidade ou emergência e expansão do evangelismo, como descrito nos casos do Uruguai e do Brasil. Entretanto, outros estudos, como da Costa Rica ou da Colômbia, localizam o surgimento dessas mobilizações como um efeito de alianças político-religiosas iniciadas desde o final do século passado e posteriormente condensadas em novas conjunturas políticas. Outros estudos consideram que sua emergência ocorreu mais recentemente, quando partidos políticos e setores conservadores se posicionaram e ganharam uma súbita presença pública, como poderia ser o caso do Paraguai ou do México. Apesar da diversidade no que se refere aos momentos de consolidação das políticas antigênero, todos esses casos tratam de situações cujo traço comum é a oposição ao gênero e aos direitos sexuais e

reprodutivos como categorias analíticas e de ativismo político. O estudo de Soto e Soto para o Paraguai, por exemplo, assinala, que o autointitulado ativismo antiaborto ou “pró-vida” já era antigênero desde meados da década de 1990.

Essas diferenças temporais não devem ser interpretadas como desacordos sobre uma data de erupção das mobilizações porque, como já foi notado, as políticas antigênero não são um fenômeno homogêneo que surgiu num único momento que poderia ser nomeado como ponto de partida. Pelo contrário, os estudos permitem observar como uma gama diversa de mobilizações se acumulam gradativamente para constituir um campo de ação singular: esse arco inclui a oposição a temas concretos como o aborto ou aos direitos sexuais e reprodutivos, como também alvos mais amplos, ou seja, tudo o que sugere que as ordens de gênero e sexualidade estão se alterando. Pensar essas políticas em termos de continuidades permite ir além da análise da situação atual, mas isso não significa que seus trajetos sejam lineares e unidirecionais.

Quanto a relação entre as políticas antigênero e outros processos políticos, uma parte significativa do material que sustenta as análises feitas pelos estudos de caso provém de pesquisas sobre a reconfiguração do campo religioso na região e sobre as relações estreitas entre religião e política (Cruz Esquivel & Mallimaci, 2018). Ou seja, o exame de processos que têm assumido nuances particulares e em que se contabilizam a atuação e efeitos dos neointegrismos católicos e sobretudo a crescente presença das igrejas neopentecostais na política.

Os estudos latino-americanos demonstram que, ao examinar as relações entre religião e política em geral, e as ligações da Igreja Católica e outras igrejas com o poder político, não se trata apenas de identificar influências ou incidências, mas sim de, como tem sido amplamente documentado na literatura especializada, reconhecer uma interação sustentada e contínua entre uma esfera e a outra. Essas influências e interações abrangem não só a longa história de aliança entre a Igreja Católica e os Estados nacionais como também as novas alianças entre partidos evangélicos e partidos pró-governamentais que alguns dos estudos de caso descrevem em detalhe.

O resultado dessas dinâmicas sobrepostas não é apenas a constante formação de políticas do gênero e da sexualidade, mas também a generificação e sexualização da política no seu sentido clássico, tal como documentado na literatura feminista sobre o assunto e para o qual os estudos contribuem, revelando como esses processos se atualizam. Neste sentido, é possível afirmar que as políticas antigênero são uma continuação da política por outros meios (Serrano-Amaya, 2018), meios que, em geral, não são considerados como “políticos”. Essa ambiguidade é o que talvez explique a adoção desses outros meios de fazer política por atores muito diversos. Assim, por exemplo, o estudo da Argentina mostra como a adesão à pauta do que seriam mais tarde as políticas antigênero se manifestou em medidas concretas como o estabelecimento por decreto presidencial do Dia do Nascituro em 1998, pelo presidente Menem, mas também de maneira mais difusa e fragmentada, como aconteceu nos governos Kirchner em que foram limitados os ganhos em termos de legalização do aborto, contrastando com a novas leis de casamento igualitário e identidade de gênero. Algo semelhante aconteceu no Paraguai, com a declaração do “Dia do Nascituro” em 2003 pelo Presidente González Machi e sucessiva autodesignação de presidentes que sucederam ao golpe parlamentar de 2012 de que eram “pró-vida” .

A combate à “ideologia de gênero” ou o repúdio da abordagem do gênero nas políticas públicas tem estado nos discursos de presidentes que se situam em pontos muito distintos do espectro político, de Rafael Correa no Equador a Jair Bolsonaro no Brasil, passando pelo colombiano Juan Manuel Santos que, em 2018, cedeu a pressão feita por católicos e evangélicos conservadores contra uma cartilha anti *bullying*. O estudo uruguaio observa como o presidente de esquerda Tabaré Vázquez, com as suas posições draconianas contra o direito ao aborto no seu primeiro mandato, antecipou o tom das políticas antigênero que viriam muito mais tarde. Do mesmo modo, a relutância das presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner em relação às demandas por aborto legal também contribuíram para o clima que favoreceria mais tarde os ataques a gênero. No caso de Dilma Rousseff, sua posição foi ainda mais problemática ao suspender, no começo de seu mandato, a distribuição de vídeos que promoviam o respeito pela diversidade sexual. No Chile, em 2018, o Presidente Piñera teve intenções de impedir a aprovação da lei de identidade de gênero, mas não o fez porque a atriz trans Daniela Veja ganhou o Oscar de melhor atriz, mas expressou seu desconforto com a lei ao falar do programa “crianças primeiro”. O estudo da Costa Rica, por sua vez, mostra que um momento chave

do repúdio ao gênero foi a negociação que posicionou o Partido Restauración Nacional, de composição pentecostal, como competitivo nas eleições de 2017-2018. Dito de outro modo, a responsabilidade das elites políticas, inclusive de presidentes da República, em ter aberto o caminho ou criado condições para a erupção das políticas antigênero é bastante evidente em vários dos estudos.

Os usos e efeitos das campanhas antigênero atravessam, portanto, espectros políticos muito diferenciados, o que, em grande parte, se explica pelo recurso à retórica da “ideologia de gênero”. A este respeito, o estudo interpretativo de Arguedas argumenta como a fórmula “ideologia de gênero” se apoia numa dicotomia de caos versus ordem, na qual as lutas pela igualdade de gênero ou o reconhecimento da diversidade sexual estão associados ao comunismo ou ao socialismo para exemplificar qualquer coisa que ameace os valores morais e religiosos que, em tese, sustentam as sociedades. No caso do Equador, o estudo observa que o projeto de reconstrução nacional de Rafael Correa, um dos primeiros presidentes a vocalizar o combate à “ideologia de gênero”, estava impregnado em lógicas heterossexuais, homofóbicas e protecionistas, ou tutelares.

Esses casos nos dizem que a clara politização do gênero não deve ser interpretada apenas como investimento das forças religiosas para ganhar espaço e poder na esfera pública. Trata-se, de fato, de um investimento no sentido de preservar a centralidade de uma certa ordem do gênero e da sexualidade na identidade nacional. Nesse sentido, o estudo de Viteri sobre o Equador, retoma a linha de interpretação desenvolvida por autoras como Amy Lind e Christine Keating (Lind & Keating, 2013), segundo a qual políticas a favor da diversidade sexual de tipo protecionista da era Correista serviram para consolidar uma identidade nacional progressista articulada a uma lógica de autoridade governamental que implicava restrições em outras áreas de gênero e sexualidade. Se considerarmos, tal como salientado no estudo, que o posicionamento antigênero de Correa reflete um projeto heteronormativo e eurocêntrico, compreendemos melhor porque as políticas antigênero não devem ser apenas situadas no extremo conservador ou tradicionalista da política, como é geralmente feito, mas também devem ser pensadas como projetos que podem ser funcionais a lógicas de gestão política ditas progressistas.

Outro exemplo de um recurso deliberado e intenso do “combate à ideologia de gênero” como ação política de ampla escala é oferecida pelo estudo de caso brasileiro (Corrêa & Kalil, 2020), no que se analisa como essa retórica possibilitou agregar uma enorme heterogeneidade de eleitores em torno a pauta autoritária e excludente de Jair Bolsonaro. No Brasil, não apenas, a política antigênero operou como um “aglutinante simbólico” – tal como analisado por autoras feministas que estudam Leste Europeu -- (Grzebalska, Kováts, & Pető, 2017) -- mas também teve um efeito modelador e articulador de públicos que não se verifica com tanta evidência em outros cenários de disputa política analisados pelos estudos.

Os estudos permitem também observar que tal interação de atores e públicos em torno a ideologias e dinâmicas políticas antigênero é sempre heterogênea, mutável e com momentos de maior ou menor intensidade, como é bem ilustrado para o caso do Brasil ou da Colômbia. Além disso, a existência de coalizões políticas sustentadas de repúdio ao gênero não implica que essas alianças sejam permanentes ou livres de conflitos. A fratura da aliança entre as igrejas protestantes e a Igreja Católica na Costa Rica em relação à “ideologia de gênero”, no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, deveu-se, por exemplo, a uma disputa sobre os símbolos religiosos nacionais. Esse exemplo é relevante porque nos diz que as políticas antigênero hoje em curso podem ter trajetórias contraditórias e resultados inesperados.

Entender isso tem duas implicações. A primeira é a necessidade de examinar, com atenção, como as políticas antigênero surgem e se instalam em contextos específicos, e o segundo é discernir como e quando as políticas antigênero são ou não de base religiosa. No que diz respeito ao primeiro ponto, o estudo de caso da OEA conduzido por Moragas é um exemplo de como as políticas antigênero funcionam no contexto de uma organização intergovernamental. As forças nelas envolvidas também desenvolvem estratégias em nível nacional, entretanto o que se assiste na OEA não pode ser explicado apenas como somatório dessas estratégias nacionais, mas sim tem outra dinâmica e qualidade. Se, como acima referido, os casos revelam usos e abusos das políticas antigênero por atores presidenciais, também informam como essas dinâmicas se dão em nível intergovernamental.

Contra esse pano de fundo é fundamental se interrogar sobre o que é ou não religioso nessas políticas e que efeitos a mobilização religiosa pode ter sobre o que não é visto como religioso. Esse apelo é feito pelo ensaio conceitual de Arguedas e tem sido discutido por outras e outros investigadores, como Horácio Sivori. Um foco concentrado nos atores religiosos enfatiza a presença histórica ou recente das igrejas na política e nos impede de observar outros ângulos e atores das políticas antigênero, tais como sua imbricação com as políticas econômicas e a racionalidade neoliberal. Não é assim surpreendente, por exemplo, que as políticas antigênero na esfera educacional andem de mãos dadas com a redução da presença do Estado na educação, com vistas a transformá-la num serviço cada vez mais privatizado e objeto de oferta e procura, como proposto pelo movimento Escola Sem Partido no Brasil ou pelo movimento *#ConMis HijosNoTeMetas* (Miguel, 2016).

Sobre o terceiro tema desta seção, a forma como se entende a longa duração das políticas antigênero e a sua interdependência com outras tendências dependem muito de quais domínios de direitos e da vida social são mais afetados. Os impactos descritos nos estudos incluem influência nas políticas públicas, com particular ênfase na educação e nas políticas de direitos sexuais e reprodutivos; presença intensa nos debates públicos não apenas como interlocutores, mas também como vozes que têm poder decisivo; crescente cooptação do poder e presença institucional. São também políticas que visam recuperar privilégios, como Arguedas aponta para o caso da Costa Rica, onde essas mobilizações buscam recuperar o controle da hierarquia católica sobre a educação. Ou então seu objetivo é consolidar novas vozes como interlocutores válidos nas decisões públicas ou simplesmente criar alianças inter-religiosas e interpartidárias.

As estratégias a que recorrem as campanhas antigênero são também muito variáveis. Como o ensaio conceitual de Arguedas e o estudo de Gil para a Colômbia apontam, essas campanhas têm usado contra discursos seculares e racionalizados e atacam funcionários públicos de alto nível para posicionar as suas agendas. Moragas também sublinha a “secularização estratégica” como um traço forte dos grupos antigênero na OEA. Além disso, essas campanhas fomentam alianças temporárias, estratégicas e rizomáticas para conduzir agendas conservadoras e otimizar reverses políticos em seu benefício. Um exemplo da instrumentalização de reverses é palpável no caso da Colômbia, onde os efeitos negativos do ataque ao gênero no plebiscito de paz abriram o campo para novas ações por

parte do campo conservador. Do mesmo modo, na Argentina, após a derrota da primeira tentativa de reforma da lei do aborto em 2018, foi lançada pela primeira vez no país uma campanha contra a “ideologia de gênero” na educação. Acima de tudo, as formações antigênero desenvolvem os seus próprios conhecimentos, através de centros de produção de conhecimento e pensamento, têm parcerias com universidades confessionais e as suas pautas são vocalizadas por figuras públicas e midiáticas. E, em toda parte, promovem pânico morais, sustentam mobilizações de massas e propagam desinformação.

No entanto, a caracterização da magnitude e particularidade desses impactos varia segundo as arenas políticas nas quais incidem: organizações internacionais, instituições e políticas nacionais, debates públicos, intervenções de conhecimento especializado, mobilizações de base. Assim, as características dos impactos parecem diferentes: na Costa Rica, são impactos recentes, mas cumulativos, desde os anos 2010; na Colômbia, são impactos mais sustentados e acumulados em prazos mais longos; no Uruguai, ainda são limitados e parecem ser de menor risco devido à longa tradição secular do país; em contraste, no Paraguai os impactos tem sido, desde os anos 1990, de escala crescente, com autoridades políticas explicitamente empenhadas em políticas antigênero. No México, assim como Uruguai, os impactos ainda parecem ser em baixa escala, também devido à tradição secular do país, mesmo quando essa cultura venha sofrendo uma erosão gradual pelo menos desde os anos 1990. Em vários casos, os impactos ocorreram em momentos eleitorais e foram amplificados por eles. Nesse grupo, o Brasil é o caso mais significativo, pois esses efeitos políticos em maior escala resultaram na instalação flagrante da ideologia antigênero no plano das políticas estatais, como ilustrado num estudo mais recente de Isabela Kalil (2020).

Há também variações no que diz respeito a se essas políticas são meramente reativas ou de contra mobilização. Na Argentina, essas mobilizações tanto tiveram momentos reativos quanto momentos proativos em que clamaram pelo reconhecimento jurídico e político de suas exigências. No Chile e na Colômbia, a questão do “gênero” tem sido utilizada para estigmatizar e resistir a políticas públicas e as mobilizações se apresentam como a emergência de uma nova cidadania ativa-- como a ação mobilizada pelo *CitizenGO* no Chile -, mas também se registra a cooptação gradual de instituições públicas, como no caso do antigo Procurador-Geral Alejandro Ordoñez, na Colômbia.

Outra diferença reside no grau de articulação dessas estratégias. Na Costa Rica as igrejas evangélicas seguem o modelo norte-americano de grandes igrejas que atuam em aliança com meios de comunicação. Na Colômbia haveria uma “distribuição do trabalho sujo”, como salienta o autor, entre a Igreja Católica e as igrejas evangélicas, em que o trabalho público, midiático e agressivo estaria na segunda, enquanto a primeira se dedicaria a uma influência pouco visível sobre as elites políticas. No Uruguai, as reações contra a lei de identidade de gênero levaram a um conflito temporário entre a igreja católica e as igrejas evangélicas. Isto indica que essas alianças podem ser circunstanciais e sujeitas a interesses atuais, embora não sejam frágeis.

No que diz respeito ao grau de articulação, permanência e solidez dessas alianças, também pode haver variações. Discutindo este ponto, a pesquisadora Sonia Corrêa salienta que a “divisão do trabalho sujo” entre forças católicas e evangélicas parece ser mais antiga e mais generalizada do que apenas no caso da Colômbia e tem correspondência com os momentos específicos nos quais alianças se formaram. Essa inflexão pode estar relacionada a crescente presença e capacidade midiática das igrejas evangélicas, especialmente neopentecostais, um ativo do qual não dispunha a igreja católica e que se converteria no “valor agregado” dessa aliança. A par da divisão de trabalho, há também que considerar uma possível otimização dos capitais culturais e midiáticos diferenciados desses dois universos religiosos.

Acima de tudo, as políticas antigênero implicam disputas por hegemonia em constante conflito. O fato de que estas disputas existem não significa que essas políticas não tenham efeitos concretos, pois como os estudos de caso ilustram, eles têm sido muitos, inclusive a instalação mais permanente da ideologia antigênero em instituições e políticas públicas.

POLÍTICAS ANTIGÊNERO E TRANSIÇÕES POLÍTICAS

Uma questão que é transversal a todos os estudos e que sugere, de fato, uma singularidade das políticas antigênero na América Latina é que elas têm assumido relevância pública em contextos de transição política significativa. Na primeira década

do século 21, que vários estudos identificam como momento de condensação e criação de condições para a irrupção renovada e simultânea das políticas antigênero, houve importantes transições políticas, quer seja a chamada “virada à esquerda” em alguns países, quer seja com a consolidação de populismos de direita em outros. Já na segunda década, registrou-se uma “virada à direita”, exemplificada pelos golpes parlamentares no Paraguai e no Brasil. No primeiro caso, tal virada levou à presidência um líder abertamente aliado com movimentos autointitulados “pró-vida” e, no segundo, constituiu o prelúdio para a eleição vitoriosa de Bolsonaro em 2018. O mesmo aconteceu na Colômbia com o processo de paz, quando foram criadas condições para o surgimento e subsequente crescimento de políticas antigênero.

Para além dos momentos em que essas políticas se tornaram relevantes, os estudos de caso, vistos como um todo, mostram a fragilidade, limitações e contradições dos processos de mudança macroestrutural que caracterizaram as décadas anteriores na região, em particular a redemocratização iniciada nos anos 1980 dos países do Cone Sul, as reformas constitucionais dos anos 1990 e 2000 na Colômbia, México e Equador, e a paulatina consolidação institucional e o aprofundamento da cidadania.

Assim, analisar a emergência de políticas antigênero apenas a partir da última década tendo como referência um enquadramento de democratização não alcançada seria insuficiente. É também insuficiente analisá-las apenas a partir da ideia da desdemocratização sugerida por autores como Wendy Brown (2006), que resultaria da interação entre o conservadorismo e o neoliberalismo. Essa ideia é sugestiva, mas pressupõe que a democracia alcançou um patamar sólido para depois se ver ameaçada ou perder intensidade - o que pode ser aplicável ao cenário dos Estados Unidos, mas não à América Latina, precisamente devido às discrepâncias temporais e estruturais dos nossos processos de democratização.

Considero que as políticas antigênero em curso na América Latina devem ser pensadas a partir de um enquadramento que enfatiza uma diferença significativa nos processos de desdemocratização regionais. Isso porque esses processos estão corroendo os resultados institucionais e sociais de redemocratizações recentes, parciais e incompletas e que se deram em temporalidades diferentes. Essas dinâmicas de desdemocratização

também são afetadas pelas particularidades da “modernização”¹ latino-americana. A este respeito, é interessante retornar à ideia de “modernização conservadora” proposta por Filgueira, Raygadas, Luna e Alegre (2012). Numa análise das mudanças vividas na região no século 21, esses autores sugerem que a “modernização” experimentada anteriormente se caracterizou por disparidades no que diz respeito às transformações de múltiplas esferas da sociedade. Isso porque enquanto certas áreas foram, de fato, gradualmente impregnadas por lógicas democráticas ou ao menos pela modernização capitalista e burocrática, outras permaneceram dominadas por relações elitistas baseadas na coerção, formas tradicionais de política e hierarquias sociais. Assim sendo, a “modernização conservadora” que caracterizou os processos de democratização experimentados a partir dos anos 80 na região levou à sedimentação da democracia eleitoral como aspecto central da democracia, à custa de outras dimensões como políticas distributivas e equitativas. Como resultado, salientam os autores acima mencionados, temos democracias eleitorais muito mais estáveis, mas que não têm sido capazes de responder a crescentes demandas sociais.

Aqui é fundamental considerar que os processos de democratização na região incluíram mudanças na esfera pública com impacto direto nas políticas de gênero e sexualidade: criação de garantias eleitorais; expansão da participação política; desenvolvimento da institucionalidade e institucionalização; implementação de políticas baseadas nos direitos que dão conteúdo às reformas constitucionais; ação judicial ante às respostas dos movimentos de direitos de gênero e sexuais, tanto em termos negativos, tais como políticas antidiscriminação, como em termos positivos através de formas de reconhecimento ou políticas afirmativas.

Essas mudanças ocorreram em paralelo à emergência do neoliberalismo e à permanência de formas de política associadas ao militarismo, caudilhismo, clientelismo, nepotismo e autoritarismo associados a formas coloniais de governabilidade que persistem ativas na cultura política regional. Neste sentido, é, de fato, relevante o apelo feito por Brown (2006, p. 693) no sentido de considerar o neoliberalismo não apenas como lógica

1 As citações neste parágrafo referem-se não só ao termo textual “modernização conservadora” mas ao próprio problema nos conceitos de modernidade e modernização aplicados ao contexto latino-americano e que geraram uma multiplicidade de debates e interpretações.

econômica, mas como “racionalidade política” que organiza a esfera política, as formas de governo e de cidadania de acordo com os seus objetivos. Assim sendo, sob impacto da racionalidade neoliberal, a cidadania é reduzida ao terreno das particularidades, deixando de ser a partilha do bem comum, as formas de governo são reduzidas à gestão, o que é público é administrado privadamente e prevalece uma lógica sociopolítica de maximização do lucro.

O resultado disso para o caso latino-americano é que os processos parciais e incompletos de democratização parecem ter entrado em crise nos anos 2010 como resultado da racionalidade neoliberal, mas também da corrupção, da fragmentação dos partidos e da emergência de novas formas de política, mais jovens e mais tecnológicas, levando à deslegitimação do político. Sugiro assim que esse cenário, cuja temporalidade é de médio prazo, no qual transcorreram processos de democratização conservadora, tutelar², controlada e calculada – associados a persistência de populismos autoritários e política caudilhista – favoreceram a irrupção das políticas antigênero. Um processo que, guardadas as devidas proporções, aproxima o caso latino-americano de países de dinâmicas pós-coloniais onde se dá um paralelismo entre as tendências que levariam a ordem institucional e movimentos constantes que levam a sua ruptura, como Jan e John Comaroff (Comaroff & Comaroff, 2006) descreveram para a África do Sul e outros países com processos de descolonização semelhantes, tais como os do Sudeste Asiático (Roy, 2021).

Essa interpretação tem duas implicações. A primeira delas é que a moldura conceitual da democratização conservadora, regulada e tutelada pode nos ajudar a compreender melhor o recurso aos discursos de direitos pelos movimentos antigênero. Na sua análise do ativismo antigênero na OEA, Moragas, por exemplo, aponta como esses grupos promovem uma perspectiva regressiva e restritiva dos direitos, não só orientada para uma interpretação do direito natural, mas também que busca minar os sistemas internacionais. Moragas destaca os problemas implícitos na definição destas forças como “antidireitos”,

2 Agradeço a Sonia Correa a sugestão do termo “tutelada”, pois nos recorda as formas de governabilidade colonial que ainda estão presentes. Formas de governo tutelar que, além de continuarem a ser patriarcais, coexistem com formas mais próximas da administração “moderna”, do tipo de gestão capitalista.

como já mencionado, mas suas observações permitem também discutir quanto terreno comum existe entre a política antigênero e as mobilizações articuladas em torno da ideia de direitos. Definir algumas mobilizações como “antidireitos” pressupõe que a ideia de direitos é homogênea ou unificadora em relação às outras mobilizações antagônicas ou que elas seriam objeto de ataque.

A segunda implicação de ler as políticas antigênero a partir das debilidades, distorções e heterogeneidade dos processos de democratização na região é que, uma vez que as arenas em que essas políticas disputam visões e poder não são as mesmas, as suas estratégias e a distribuição dos espaços e temas em que se concentram os seus ganhos e efeitos negativos variam muito. Isto supõe manter um olhar cauteloso antes de supor a homogeneidade dessas políticas simplesmente porque compartilham discursos e práticas. Também exige aprofundar a análise dos efeitos que produzem.

POLÍTICAS ANTIGÊNERO COMO UM CAMPO DE ANÁLISE

Para concluir, penso que a análise das políticas antigênero continuará a mobilizar as preocupações acadêmicas e ativistas na região. Ao se configurar como um campo particular de análise social, surgindo em determinados momentos e conjunturas, são evidentes as concentrações de interesse em alguns aspectos, mas também a existência de lacunas em outros. Nesse sentido aponto aqui quatro desafios de investigação a serem explorados no futuro.

O primeiro é que parte do conhecimento que temos sobre estas políticas provém da análise das suas narrativas. Isto permitiu-nos compreender como são produzidos argumentos e contra-argumentos, tal como se encontra no texto conceitual de Arguedas ou no estudo de Moragas que revisa estratégias de litígio antigênero. Os estudos também descrevem como as formações antigênero estabelecem alianças com partidos políticos e outros mecanismos institucionais para captar espaços de poder e reconhecimento nos debates públicos. Também identificam a forma como essas políticas se comportam diferentemente, dependendo das circunstâncias e arenas em que operam.

Sabemos menos sobre como os discursos que propagam essas políticas são compreendidos e apropriados pelos ativismos e organizações de base ou em audiências que não estão necessariamente organizadas coletivamente. A este respeito, o estudo de Gil para Colômbia oferece vários relatos etnográficos das pedagogias e interpretações dessas políticas em públicos e audiências. O estudo do Brasil oferece informação detalhada sobre as audiências que apoiam, pelo menos eleitoralmente, as propostas políticas do atual presidente. Saber o que acontece nos processos de aderências as visões e discursos propagados pelas políticas antigênero permitiria questionar a ideia de uma recepção mecânica e sem interpelações das audiências afetadas, rever interpretações simplistas da manipulação religiosa e explorar a existência de fraturas e erros das estratégias utilizadas por essas forças.

Uma segunda limitação no conhecimento das políticas antigênero refere-se aos seus efeitos. Os estudos descrevem bem as genealogias, desenvolvimentos e atores que se beneficiam dessas políticas. Sabemos menos sobre a forma como os seus impactos negativos são distribuídos e sobre quem recaem os efeitos diferenciados e desproporcionais. Por mais que essas políticas tenham um efeito negativo e destrutivo óbvio, estão também produzindo novas hierarquias, exclusões e concentrações de vulnerabilidades. É lógico sugerir que as políticas antigênero não impactam da mesma forma em nível nacional, nível micro local ou nas vidas de indivíduos e organizações altamente vulneráveis. A este respeito, os estudos de caso da Argentina, Equador, Brasil e Colômbia fornecem pistas sobre como, em nível municipal ou local, as ações das políticas antigênero não só variam como também têm efeitos diferentes, por exemplo, fraturando ou impedindo o progresso parcial do ativismo local por parte de organizações feministas e LGBTTI.

Mesmo que os impactos sejam desiguais e cubram uma variedade ampla de políticas públicas, o fato de as questões de gênero e sexualidade no campo da educação continuarem a ser o foco central de ataque das políticas antigênero deve permanecer no centro da análise. Não apenas porque coincide com antecedentes da questão já encontrados em outros locais, como no Leste Europeu (Kuhar, 2015), mas também porque sinaliza para onde se concentram as disputas por hegemonia política. O fato de a Igreja Católica ter pelo menos parcialmente perdido influência na educação, ou de as igrejas pentecostais quererem frear mudanças sociais e culturais que aí se verificam, nos diz que não é casual que o foco das políticas antigênero continue a ser a educação e os processos pedagógicos de mudança social.

A distribuição desigual dos efeitos negativos é também evidente na virulência das mobilizações antigênero contra os direitos das pessoas transgênero. O estudo do Uruguai aponta como, em 2018, no momento em que estava em curso um projeto de lei sobre a questão, as estratégias contra os direitos das pessoas e organizações transgênero se intensificaram e tornaram-se mais agressivas. Um estudo em curso pela organização GATE está investigando como a “ideologia de gênero” tem sido utilizada para atacar as pessoas trans e de gênero diverso e seus direitos humanos na América Latina. Os resultados permitirão identificar os efeitos diferenciados e desproporcionais dessas políticas sobre temas sociais concretos.

Em terceiro lugar, os estudos também descrevem a resistência a essas políticas. Estudos como os da Colômbia, Equador e Uruguai recordam-nos que também existem setores dentro dos grupos religiosos que se opõem a esse tipo de política, mas sabemos pouco sobre as suas razões e relações com os seus homólogos. Além disso, as resistências, são também heterogêneas, conflituosas e contraditórias. Os setores intelectuais progressistas ou liberais, na sua reação contra as políticas antigênero, podem também reproduzir outras lógicas normativas e discriminatórias.

Uma quarta questão a considerar é que ocorreram progressos consideráveis no estudo da produção de conhecimento que sustenta a política antigênero. Já dispomos de um bom corpo de investigação sobre as genealogias e lógicas desse conhecimento, tais como a invenção do problemático conceito de “ideologia do gênero”. Já sabemos como ideias antifeministas, encíclicas da igreja e iniciativas contra a perspectiva de gênero nas políticas públicas e documentos internacionais foram transformadas em materiais de divulgação de fácil acesso, com alto impacto social e rápida circulação. O conhecimento em que se ancora as políticas antigênero constitui um “gênero próprio”, com formas particulares de argumentar, interpretar, compor os seus argumentos, traduzir e apropriar-se de ideias. Em especial porque, num mesmo discurso, temas muito diversos e díspares se articulam.

Finalmente, o campo de estudo das políticas antigênero como espaço de criação de estratégias e resistências pode ser um espaço de mais desenvolvimentos e alianças. Esses estudos já proporcionaram espaços inter, trans e multidisciplinares de diálogo e

esta característica pode ser reforçada como um lugar para o desenvolvimento de novas estratégias de ação. Vindo também o estudo dessas políticas de campos particulares do ativismo - feministas, direitos LGBTTI, sexual, gênero e dissidência política - são também um espaço para propor e criar respostas e resistências interseccionais e alianças entre agendas políticas.

Isto implica uma reflexão constante sobre as implicações éticas e políticas dos conhecimentos produzidos e dos riscos, limitações e possibilidades de fazer de certas questões um objeto de análise acadêmica contínua. Também nos levaria a ir além das narrativas de alarme e crise que têm estado no debate em direção a entendimentos altamente contextualizados, comparativos e projetivos.

Com esses comentários, espero ter lhes motivado para ler, discutir e usar os estudos que fazem parte desta coleção.

- Arguedas Ramirez, G. (2020a). Políticas antigénero en América Latina – “*ideología de género*”, lo “*postsecular*”, el *fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: La vocación anti-democrática* S. Corrêa (Ed.)
- Arguedas Ramirez, G. (2020b). *Políticas antigénero en américa latina: Costa Rica – “ideología de género”: La herramienta retórica del conservadurismo religioso en la contienda política y cultural. Una descripción del caso costarricense* S. Corrêa (Ed.)
- Balderston, D., & Guy, D. (1997). *Sex and Sexualities in Latin America*. New York, London: New York University Press.
- Brown, W. (2006). American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*, 34(6), 690-714.
- Cáceres, C., Frasca, T., Pecheny, M., & Terto Júnior, V. (Eds.). (2004). *Ciudadanía sexual en América Latina: abriendo el debate*. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia.
- Campana, M. (2020). *Políticas antigénero en américa latina: Argentina* S. Corrêa (Ed.)
- Campillo-Vélez, B. E. (2013). La ideología de género en el derecho colombiano. *Dikaion*, 22(1), 13-54.
- Careaga Pérez, G., & Aranda, L. E. (2020). *Políticas antigénero en américa latina: México - género y sexualidad en el centro del huracán* S. Corrêa (Ed.)
- Comaroff, J. L., & Comaroff, J. (2006). *Law and disorder in the postcolony*. Chicago: University of Chicago Press.
- Corrales, J. (2015). The Politics of LGBT Rights in Latin America and the Caribbean: Research Agendas. *ERLACS*(100), 53. doi:10.18352/erlacs.10126
- Corrêa, S., & Kalil, I. (2020). *Políticas antigénero en américa latina: Brasil - ¿la catástrofe perfecta?* S. Corrêa (Ed.)
- Corrêa, S., & Parker, R. (Eds.). (2011). *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, Grupo de Estudios sobre Sexualidad.
- Corredor, E. (2019). Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Counter-movement. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 44(3), 613-638.
- Cruz Esquivel, J., & Mallimaci, F. (2018). Políticas y religiones en América Latina y el Cari-

be: recomposiciones históricas, epistemológicas y conceptuales. *Revista Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, 23(2), 324-334.

David, P., & Roman, K. (2018). Disentangling and Locating the “Global Right”: Anti-Gender Campaigns in Europe. *Politics and Governance*, 6(3), 6-19. doi:10.17645/pag.v6i3.1557

Dides, C., Márquez, A., Guajardo, A., & Casas, L. (2007). *Panorama de sexualidad y derechos humanos*. Rio de Janeiro: Centro Latinoamericano de Sexualidad y Derechos Humanos.

Filgueira, F., Reygadas, L., Luna, J. P., & Alegre, P. (2012). Crisis de incorporación en América Latina: límites de la modernización conservadora / Incorporation Crisis in Latin America: The limits of “Conservative Modernization. *Perfiles latinoamericanos*, 20(40), 07-34.

Gil Hernandez, F. (2020). *Políticas antigénero en américa latina: Colombia - agentes conservadores contra los derechos sexuales y reproductivos* S. Corrêa (Ed.)

Graff, A. (2006). We Are (Not All) Homophobes: A Report from Poland. *Feminist Studies*, 32(2), 434-449.

Grzebalska, W., Kováts, E., & Pető, A. (2017). Gender as symbolic glue: how ‘gender’ became an umbrella term for the rejection of the (neo)liberal order. Retirado de <http://politicalcritique.org/long-read/2017/gender-as-symbolic-glue-how-gender-became-an-umbrella-term-for-the-rejection-of-the-neoliberal-order/>

Iglesias, N., Kreher, S., Abracinskas, L., & Puyol, S. (2020). *Políticas antigénero en América Latina: Uruguay - el mal ejemplo* S. Corrêa (Ed.)

Kalil, I. (2020). Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro. In A. Torres (Ed.), *Derechos en riesgo en América Latina. 11 estudios sobre grupos neoconservadores* (pp. 35-54). Quito: Ediciones Desde Abajo, Fundación Rosa Luxemburgo.

Köttig, M., Bitzan, R., & Pető, A. (2017). *Gender and Far Right Politics in Europe*: Springer International Publishing.

Kuhar, R. (2015). Playing with science: Sexual citizenship and the Roman Catholic Church counter-narratives in Slovenia and Croatia. *WOMENS STUDIES INTERNATIONAL FORUM*, 49, 84-92. doi:10.1016/j.wsif.2014.07.005

Kuhar, R., & Zobec, A. (2017). The Anti-Gender Movement in Europe and the Educational Process in Public Schools. *Center for Educational Policy Studies Journal*, 7(2), 29-46.

- Lind, A., & Keating, C. (2013). Navigating the left turn. *International Feminist Journal of Politics*, 15(4), 515-533.
- Londoño, M. (1996). *Derechos Sexuales y reproductivos. Los mas humanos de todos los derechos*. Bogotá: Iseder.
- López, J. A. (2018). Movilización y contramovilización frente a los derechos lgbti. Respuestas conservadoras al reconocimiento de los derechos humanos. *Estudios Sociológicos*, XXXVI, 166-192.
- Marsal, C. (2011). Los principios de yogyakarta: Derechos humanos al servicio de la ideología de género. *Dikaion*, 20(1), 119-130.
- Miguel, L. F. (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro / From “Marxist indoctrination” to “gender ideology”: Escola Sem Partido (non-partisan school) and gag laws in Brazilian congress. *Revista Direito e Práxis*, 7(15). doi:10.12957/dep.2016.25163
- Moragas, M. (2020). *Políticas antigénero en américa latina: El caso de la Organización de los Estados Americanos (OEA)* S. Corrêa (Ed.)
- Parker, R. (2004). Globalización, sexualidad y política en América Latina. In C. Caceres, T. Frasca, M. Pecheny, & V. Terto (Eds.), *Ciudadanía Sexual en América Latina: Abriendo el Debate* (pp. 17-25). Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia.
- Pecheny, M. (2014). Derechos humanos y sexualidad: hacia la democratización de los vínculos afectivos en la Argentina. *Sudamérica*(3), 119-136.
- Pecheny, M., & Dehesa, R. d. l. (2011). Sexualidades y políticas en América Latina: un esbozo para la discusión *Sexualidad, estado y procesos políticos* (pp. 31-79). Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch.
- Pedraza Gómez, Z. (Ed.) (2007). *Políticas y estéticas del cuerpo en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes.
- Peñas Defago, M. A., Morán Faúndes, J. M., & Vaggione, J. M. (2018). *Conservadurismos religiosos en el escenario global: Amenazas y desafíos para los derechos LGBTI*
- Roy, A. (Ed.) (2021). *Gender, sexuality, decolonization. South Asia in the world perspective*. London, New York: Routledge.
- Ruibal, a. (2014). Movement and counter-movement: a history of abortion law reform and

the backlash in Colombia 2006-2014. *Reproductive Health Matters*, 22(44), 42-51.

Sáez, M., & Morán Faúndes, J. M. (Eds.). (2016). *Sexo, Delitos y Pecados. Intersecciones entre religión, género, sexualidad y el derecho en América Latina*. Washington: Center for Latin American & Latino Studies, American University.

Serrano-Amaya, J. F. (2018). Religión y política por otros medios. *Desde el Jardín de Freud*, 0(18), 119-134. doi:10.15446/djf.n18.71465

Soto, C., & Soto, L. (2020). *Políticas antigénero en América Latina: Paraguay - el "buen" ejemplo* S. Corrêa (Ed.)

Viteri, M. A., & Marmol, M. (2020). *Políticas antigénero en América Latina: Ecuador - la instrumentalización de la "ideología de género"* S. Corrêa (Ed.)

Viveros Vigoya, M. (2009). La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, 1(Enero-Diciembre), 63-81.

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”, NEOINTEGRISMO CATÓLICO E FUNDAMENTALISMO EVANGÉLICO: A VOCAÇÃO ANTIDEMOCRÁTICA

Gabriela Arguedas Ramírez,

Condensado por Magaly Pazello e Sonia Corrêa

Este estudo explora a noção de “ideologia de gênero” como criação do neointegrismo católico que contribuiu para uma aliança política entre poderosos grupos econômicos neoliberais e o fundamentalismo religioso em geral¹. Seu argumento central é que, diferentemente de movimentos antidireitos ou antigênero - como essa onda tem sido chamada em certos circuitos ativistas e acadêmicos, - estamos testemunhando um movimento católico neointegrista, alinhado política e culturalmente ao fundamentalismo neopentecostal evangélico e funcional ao mais extremo modelo econômico neoliberal. A luta contra a suposta “ideologia de gênero” como uma luta contra teorias e ativismos que refutam a maneira pela qual gênero, sexualidade e reprodução são entendidos na doutrina da Igreja Católica é uma peça central da retórica ultraconservadora impulsionada por essas vozes. No entanto, “gênero” não é o único ou o primordial objetivo. O principal objetivo político compartilhado pelos muitos grupos neoliberais e conservadores religiosos que usam a retórica da “ideologia de gênero” é exercer controle sobre o Estado e suas instituições, através de mecanismos eleitorais da democracia formal para, então, por dentro, impor sua visão social e econômica.

São objetivos políticos que vão contra todas as medidas políticas ou legais destinadas a enfrentar as injustiças de classe, gênero e sexo. Essa estratégia que combina neointegrismo, fundamentalismo evangélico e neoliberalismo resultou de um estudo cuidadoso dos ideais democráticos modernos, permitindo a essas forças uma articulação de elementos discursivos e contra-argumentos ardilosos em resposta a ideias que não podem assimilar, como o princípio de autonomia sobre o próprio corpo. Hoje, utilizam a linguagem dos direitos humanos, a participação cidadã, a livre circulação de ideias e a

1 Normalmente os termos em espanhol integrismo/neointegrismo e integrista/neointegrista são traduzidos para o inglês como fundamentalismo/fundamentalista. Mas, como examinado pelo artigo, correntes extremistas evangélicas e católicas têm raízes e trajetórias muito distintas, mesmo que hoje estejam aderindo a uma agenda comum. Por esse motivo, optamos por usar os termos que marcam a diferença entre os dois campos.

não discriminação para justificar tanto sua oposição beligerante ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como a intrusão de ideias religiosas na esfera das políticas públicas.

A conexão com grupos economicamente poderosos e com a agenda neoliberal converge para a lógica da caridade que fundamenta as respostas - tanto católica neointegrista como fundamentalista neopentecostal -- à desigualdade, exclusão e pobreza. São forças religiosas que, na verdade, estão disputando políticas sociais estatais ou medidas de redistribuição da riqueza. Em suas visões, organizações sociais, especialmente aquelas organizadas em torno da fé, deveriam comandar essas políticas não com uma abordagem baseada em igualdade ou direitos humanos, mas com uma perspectiva de caridade e do que pode ser chamado de “clientelismo baseado na fé”. Em troca de ações “misericordiosas”, como programas de alimentos para auxiliar famílias pobres, essas organizações religiosas demandam aderência religiosa e disciplina dos beneficiários. É uma abordagem consistente com os princípios neoliberais do estado mínimo e com o repúdio às agendas políticas da esquerda. A narrativa da “ideologia de gênero” é apresentada como ameaça à ordem natural que determina o lugar social de homens e mulheres, à estrutura da família tradicional e sua hierarquia interna, assim como valores fundantes de uma nação. Essa narrativa facilita o recrutamento de seguidores e simpatizantes, muitos dos quais são homens apegados ao paradigma da masculinidade hegemônica e que não encontram outras saídas para a frustração e raiva que vivenciam frente ao avanço de demandas feministas e LGBTTI².

NEOINTEGRISMO CATÓLICO: UM MOVIMENTO TRANSNACIONAL COM RAÍZES ESPANHOLAS

Vários pesquisadores dedicados a estudar religião convergem no uso do termo espanhol “neointegrismo católico” para designar o ressurgimento de um movimento ligado a grupos católicos extremistas na Espanha. Esses grupos defendem a centralidade da tradição católica para orientar tanto as práticas dos crentes como a vida social e

2 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Transgênero e Intersexo.

institucional das sociedades. Sua origem foi o integrismo católico, que se consolidou entre o final do século 19 e o início do século 20, na Europa, e foi central para sustentar as políticas franquistas de refundação da nação espanhola.

Para os autores que inspiram essa análise, o Concílio Vaticano II marca a passagem do integrismo para o neointegrismo católico. Os grupos católicos neointegristas estão afinados com integristas do passado no que diz respeito a sua tradição doutrinária, que repudia uma série de elementos da reforma e da modernização católica impulsionada pelo Concílio Vaticano II. O neointegrismo, no entanto, difere do integrismo no que diz respeito às perspectivas econômicas. A visão neointegrista é de que a economia e a vida moral estão profundamente conectadas numa moldura que se aproxima da ética calvinista (Steinleen, 2011).

Christopher van der Krogt (1992), por exemplo, mostra como o integrismo católico, que está na raiz do neointegrismo católico contemporâneo, coloca no centro de sua agenda moral e política a ideia de que a tradição deve governar a consciência da sociedade. Este é precisamente o marco ético utilizado pelo Opus Dei. Van der Krogt (1992) explora a forma como essa ênfase da doutrina católica no sentido de dirigir a consciência da sociedade secular marca uma importante distinção entre modernistas e tradicionalistas, dentro do catolicismo. Isto pode ser exemplificado pela posição expressa pelo Cardeal Ratzinger (Papa Bento XVI), de que não apenas a condução das consciências sociais é indispensável, mas a própria preservação da ideia de Europa exige um retorno a suas raízes católicas.

Émile Poulat (1985), outro estudioso do catolicismo europeu, afirma que o integrismo católico que surgiu na Espanha e na França no início do século 20, era um movimento cujo principal objetivo era se distanciar do que se chamava, à época, “catolicismo intransigente”. Já no final do século 19, na França, o integrismo aparecia, por um lado, como alternativa para contornar a conotação pejorativa do “intransigente” e marcou uma diferença em relação à chamada corrente social do catolicismo que apoiava a encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII (1891). Embora os integristas jurassem lealdade às doutrinas e ensinamentos do Pontífice Romano, também se definiam como intérpretes autorizados do verdadeiro significado dos ensinamentos papais.

Quase em paralelo, na Espanha, católicos profundamente apegados à tradição se opuseram abertamente ao que retratavam como a influência do pensamento liberal e socialista sobre a Igreja Católica. Sua postura era de rejeição ao que consideravam uma injustificável flexibilidade por parte do Papa Leão XIII ao se aproximar do protestantismo e, principalmente, resistiam às propostas papais de uma ordem social baseadas em ideais iluministas, como a autonomia e a separação entre as esferas pública/política e privada/religiosa, e de igualdade social entre as várias religiões (Van der Krogt, 1992).

Desde então, muito mudou sob o efeito das ideias impulsionadas pela modernidade, mas essas formações político-religiosas não se dissolveram. Ao contrário, se adaptaram às condições dos novos tempos. Mantiveram intacto seu apego aos preceitos católicos tradicionais, enquanto faziam uma virada estratégica para a incorporação de elementos culturais e políticos peculiares à expansão capitalista, consolidados no ideal da “ética protestante do trabalho”.

Pode-se dizer que, no século 21, o neointegrismo católico continua inspirado em uma convicção extrema de que não apenas é necessário preservar a plena integridade da tradição católica como, principalmente, só o catolicismo pode oferecer uma base satisfatória para a organização da sociedade. Dois documentos que iluminam essa ideologia são, de fato, bastante antigos: as cartas encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, emitidas pelo Papa Pio IX em 1864. Ainda hoje elas oferecem uma boa síntese de como o integrismo católico estrutura, nas sociedades ocidentais, suas reações contra novas doutrinas católicas e eventuais ameaças à hegemonia do poder católico.

Em resumo, os grupos integristas católicos formaram uma barreira protetora contra as ondas de modernização presentes em certos círculos da hierarquia católica. Sua transformação para o neointegrismo, através de organizações seculares como o Opus Dei, consolidou uma mudança estratégica que mistura trabalho e apostolado e convoca os católicos leigos a transformar todos os espaços de sua vida cotidiana em locais de ativismo social e político baseados na fé. Santidade, trabalho e sucesso estão inter-relacionados na carta moral dos católicos neointegristas: sua fé deve ser demonstrada em todas as

atividades que realizam. Embora hoje isso possa não ser tão explícito como era há pouco mais de um século, este princípio implica a rejeição da separação entre crenças políticas e religiosas de ordem pessoal (Echevarría, 2014).

As ameaças enumeradas por Pio IX no final do século 19 ainda são consideradas válidas pelas formações católicas neointegristas. A rejeição das agendas políticas da esquerda é muito profunda, pois as correntes do pensamento político de esquerda têm historicamente confrontado o poder eclesiástico e denunciado a cumplicidade entre as hierarquias católicas e a burguesia. Esta visão se mantém até hoje apesar de reconfigurações importantes terem ocorrido na relação política e cultural entre a esquerda e o cristianismo em geral e o catolicismo em particular. Nesse sentido, as correntes católicas neointegristas não diferem substancialmente do integrismo do final do século 19 e início do século 20 na França e na Espanha. No entanto, as duas correntes diferem na abertura do neointegrismo em termos de uma assimilação mais recente dos elementos morais do protestantismo que o conectam à lógica do capitalismo (Argandoña, 2011).

O Opus Dei, por exemplo, é uma peça-chave na esfera neointegrista e é preciso lembrar que está presente em toda a América Latina. Sua visibilidade pode variar substancialmente de país a país, mas sua influência política é sempre significativa. Na Costa Rica, por exemplo, o movimento católico neointegrista tende a permanecer muito discreto no que diz respeito a sua conexão com o Opus Dei, mas utiliza a mesma estratégia. Sua influência é alcançada através de figuras públicas formadoras de opinião e membros de partidos políticos ou através do status privilegiado da Igreja Católica. A Costa Rica é, de fato, um caso exemplar, pois, desde o século 19, a Constituição determina que o Estado é “católico, apostólico e romano” e tem a obrigação de contribuir para a manutenção da Igreja. Isto significa que a Igreja Católica e sua hierarquia têm presença nas principais instituições do Estado e podem influenciar diretamente a educação pública, a saúde e até mesmo as políticas de segurança pública.

FUNDAMENTALISMO EVANGÉLICO: MOVIMENTO TRANSNACIONAL COM RAÍZES ESTADUNIDENSES

Luca Ozzano (2009)³ caracteriza os fundamentalismos religiosos em geral como movimentos sociais organizados que influenciam a política através de diferentes estratégias, a depender do tipo de governo e das oportunidades que podem surgir em cada contexto. Ele analisa nove diferentes características desses movimentos: suas reações contra a marginalização política da religião, sua seletividade, maniqueísmo moral, absolutismo, messianismo, uma filiação definida por escolha divina, uma triagem contínua entre “fiéis” e “pecadores”, modos autoritários de organização e fortes exigências de conduta.

Eles se fundamentam na reinterpretação seletiva dos textos sagrados e num conjunto mais ou menos coerente de grupos e organizações que atuam na esfera pública a fim de torná-la mais adequada, tanto quanto possível, aos seus estilos de vida, leis e instituições; e, assumem uma postura dialética em relação à modernidade, opondo-se a outros segmentos da sociedade identificados como rivais inabaláveis (Ozzano, 2009, p. 133).

Na América Latina, além do integrista católico, existem também movimentos com raízes protestantes que se encaixam bem nessa descrição, as chamadas igrejas evangélicas. A maioria delas está ligada a um reavivamento evangélico consolidado nos Estados Unidos no período pós Segunda Guerra Mundial, que ficou conhecido como a Direita Cristã. Em toda a América Latina esta corrente tem realizado um trabalho intenso de ativismo político disfarçado de evangelização. Esse movimento fundamentalista estabeleceu fortes conexões com o Partido Republicano no final dos anos 1960 e, desde então, vem promovendo uma agenda contra os direitos humanos das pessoas da comunidade LGBTTI, o direito das mulheres de interromper uma gravidez, bem como contra a secularização da educação pública. Nas últimas cinco décadas também houve a ascensão de pregadores famosos

3 Luca Ozzano, da Universidade de Turim, apresenta uma sistematização sólida do estado da arte dos fundamentalismos religiosos, retomando a importante série sobre o tema coordenada por Marty Martin e Scott Appleby (1995) e publicada pela Universidade de Chicago.

que assumiram papéis político-eleitorais, criando um vínculo ainda mais explícito entre religião e política. Esse modelo tem sido reproduzido em vários países latino-americanos sob o patrocínio de seus homólogos norte-americanos. Embora expressões vernaculares do fundamentalismo evangélico também tenham tomado forma, a influência da Direita Cristã norte americana é inegável. Essas igrejas evangélicas também promovem a livre iniciativa e o livre comércio e, à semelhança dos neointegristas católicos, se opõem abertamente a organizações e agendas políticas inspiradas na esquerda, bem como aos direitos sexuais e reprodutivos, à educação secular e à igualdade de gênero.

Esta onda fundamentalista reúne uma grande variedade de expressões religiosas do protestantismo e do evangelismo, que podem diferir em alguns aspectos mas que compartilham elementos centrais tais como: o apego à leitura literal das Escrituras (a Bíblia) como única fonte de orientação moral e política; a recusa em aceitar a primazia das leis seculares sobre as normas morais de origem “divina”; a autorização (auto concedida) para agir com base no que consideram verdades absolutas e eternas e que devem ser aceitas por todas as pessoas, mesmo quando entram em conflito com leis seculares existentes. Uma característica que essas correntes protestantes ou evangélicas compartilham com o neointegrismo católico é que elas se tornaram movimentos sociais transnacionais, estão presentes em todo o mundo e são influentes através de diferentes estratégias, incluindo a participação na política eleitoral. Em outras palavras, essas formações não são apenas comunidades que tem a mesma visão de mundo em termos morais ou metafísicos. Elas também traduzem, sistematicamente, seus preceitos religiosos em agendas políticas através de uma rede complexa e expansiva de atores capazes de influenciar as múltiplas esferas da vida pública através da evangelização.

Uma diferença muitas vezes negligenciada entre o neointegrismo católico e o fundamentalismo protestante ou evangélico diz respeito às suas respectivas capacidades estratégicas de comunicação. Hoje, as formações evangélicas detêm a propriedade de inúmeras empresas de mídia que incluem estações de rádio, estúdios de televisão e mídia digital. Também contam com as espetaculosas “megaigrejas” (Mundo Cristiano, 2013). Elas estão totalmente engajadas na criação do que tem sido um dia retratado como a “sociedade do espetáculo” (Debord, 1995). Também adotaram formas de sincretismo de culto que

lhes permitem recrutar um número maior de seguidores e que, na sequência, ficam presos a seus líderes fundamentalistas por laços de lealdade.

A INVENÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: ELEMENTO FUNDAMENTAL DA CONVERGÊNCIA ENTRE NEOINTEGRISMO CATÓLICO E FUNDAMENTALISMO EVANGÉLICO

Como visto em seções anteriores, um bem articulado contra-ataque político e religioso financiado pelo neointegrismo católico em associação com o fundamentalismo evangélico está em curso na América Latina. Entre outros efeitos, essas forças criam enormes obstáculos aos direitos sexuais e reprodutivos (Arguedas & Morgan, 2017). Ao longo da última década, a narrativa da “ideologia de gênero” foi adicionada ao arsenal retórico dessa ofensiva.

Um marco dessa nova etapa se deu em 2012, quando Joseph Ratzinger, então Papa Bento XVI, proferiu um discurso de Natal para os católicos do mundo, no qual citou Simone de Beauvoir nos seguintes termos:

Num tratado cuidadosamente documentado e profundamente comovente, o rabino-chefe de França, Gilles Bernheim, mostrou que o ataque à forma autêntica da família (constituída por pai, mãe e filho), ao qual nos encontramos hoje expostos - um verdadeiro atentado -, atinge uma dimensão ainda mais profunda. Se antes tínhamos visto como causa da crise da família um mal-entendido acerca da essência da liberdade humana, agora torna-se claro que o que está em jogo é a visão do próprio ser, do que significa realmente ser homem. Ele cita o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: «Não se nasce mulher; torna-se mulher - On ne naît pas femme, on le devient». Nestas palavras, manifesta-se o fundamento daquilo que hoje, sob o vocábulo «gender - género», é apresentado como nova filosofia da sexualidade. De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto até agora era a sociedade quem o

decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade desta teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente. O homem contesta o facto de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano. Nega a sua própria natureza, decidindo que esta não lhe é dada como um facto pré-constituído, mas é ele próprio quem a cria. (Bento XVI, 2012)

Dois elementos se destacam nesse discurso de Natal: a menção simultânea a uma intelectual feminista e a uma autoridade religiosa judaica⁴. Esta elucubração papal é claramente um exercício de contra-argumentação racional e não uma exortação espiritual destinada a inspirar sua audiência num plano metafísico. Sua textualidade é distintiva do neointegrismo católico. Nesse discurso, Ratzinger ofereceu à comunidade católica um repertório semântico desprovido dos símbolos religiosos que poderiam causar a desqualificação *a priori* do argumento na esfera pública secular. Foi uma ferramenta retórica em defesa de uma verdade moral, mas concebida para o debate político secular pois apresentada com uma aura de universalidade e racionalidade. Isso permitiu ao papa conquistar seguidores de uma forma mais eficaz do que se tivesse citado a Bíblia ou a doutrina da Igreja:

De acordo com a narração bíblica da criação, pertence à essência da criatura humana ter sido criada por Deus como homem ou como mulher. [...] Quando a liberdade do fazer se torna liberdade de fazer-se por si mesmo, chega-se necessariamente a negar o próprio Criador; e, conseqüentemente, o próprio homem como criatura de Deus, como imagem de Deus, é degradado na essência do seu ser. [...] Na luta pela família, o que está em jogo é o próprio homem. E torna-se evidente que, onde Deus é negado, dissolve-se também a dignidade do homem. Quem defende Deus, defende o homem. (Bento XVI, 2012)

4 Martine Gross (2015) analisou esta exortação e relata que o suposto argumento judeu contra gênero utilizado pelo rabino para atacar o casamento entre pessoas do mesmo sexo era, na verdade, plágio de uma frase escrita pelo padre católico Joseph Marie Verlinde. Esta citação, ou plágio, custou a Bernheim seu posto de Grande Rabino, ao qual teve de renunciar.

Os parágrafos citados mostram o conteúdo religioso e moral da oposição de Ratzinger ao “gênero”. Ratzinger não começa sua exortação com uma citação bíblica, mas sim com uma reflexão ecumênica e analítica, que enquadra sua narrativa como sendo racional e não dogmática. Posteriormente, ele estabelece uma relação direta entre o que é sensato em termos de razão e das ciências humanas e o que é “bom” em termos morais católicos. O então Papa empregou uma retórica segundo a qual o razoável, o verdadeiro e o moral são a mesma coisa, uma fórmula cuja coesão parece mais forte e mais legítima quando assim articulada. Da mesma forma, a espúria noção de “ideologia de gênero” tem sido difundida em linguagem secular, para ser legitimada como objetiva e acadêmica, como se fosse apenas a descrição de fenômeno aparentemente. O termo “ideologia de gênero” é oferecido ao público como se fosse um conceito teoricamente legitimado, como se não implicasse um juízo moral religioso. Ratzinger usa esta retórica para criar um cenário racional no qual a hierarquia católica pode se apresentar como sendo composta por meros analistas de problemas epistemológicos como, por exemplo, o que o Vaticano descreve como a “teoria anticientífica do gênero”. No entanto, quando observamos o uso político do termo - e a atribuição ideológica que lhe é dada pelas vozes que o usam - não é difícil concluir que se trata de um mecanismo discursivo para fazer oposição moral às teorias feministas sobre gênero e diversidade sexual.

Desde o início do século 21, a bibliografia acadêmica que usa o termo “ideologia de gênero”, em sua maioria produzida por professores e pesquisadores de universidades católicas, se expandiu muito. Um exemplo paradigmático é o de Jane Adolphe, que leciona na Faculdade de Direito Ave Maria, no Canadá, e dedicou boa parte de seu trabalho acadêmico à construção de argumentos jurídicos e morais contra os direitos sexuais e reprodutivos. Em 2011, Adolphe foi nomeada pela Santa Sé para a Secretaria de Estado do Vaticano e, em 2003, tornou-se conselheira da Santa Sé sobre Direito Internacional, Direito de Família e Direitos Humanos. O papado, de fato, parece ser o principal patrocinador desse tipo de literatura com visões neointegristas que permitem a normalização acadêmica das máximas político-religiosas proferidas por Roma (Via Press Release, 2011).

Esta visão acadêmica neointegrista é difundida tanto através de congregações e paróquias, quanto através de publicações acadêmicas alegadamente sólidas e objetivas. A

editora da Universidade de Navarra, por exemplo, publica um vasto número de documentos, livros e artigos sobre a chamada “ideologia de gênero”⁵. A instituição também tem apoiado projetos e publicações que definem a homossexualidade como condição patológica passível de tratamento e cura. A mesma universidade produziu pesquisas para provar os riscos da adoção por pessoas homossexuais e as razões supostamente científicas para rejeitar a fertilização *in vitro* e outras técnicas de reprodução assistida. Também localizado na Universidade de Navarra, o Instituto de Ciências para a Família foi responsável pela organização do I Congresso Internacional sobre Ideologia de Gênero em 2011⁶.

Tendo esta produção acadêmica como pano de fundo, devemos olhar para a complementaridade estratégica entre o neointegrismo católico e o movimento fundamentalista evangélico e sua grande força comunicativa. Os potenciais de cada uma dessas correntes foram combinados para propagar mensagens destrutivas e solidamente construídas, embora falaciosas, sobre “ideologia de gênero”. São mensagens muito mais impermeáveis à crítica do que as antigas narrativas conservadoras antifeministas e anti-LGBTTI baseadas em doutrinas teológicas católicas ou na Bíblia como principais fontes de autoridade. A narrativa sobre os males da “ideologia de gênero”, criada por acadêmicos católicos e difundida por veículos evangélicos, torna-se legítima através de uma sanitização que disfarça seus inventores sob um verniz acadêmico e oculta a substância religiosa moralizadora. Isto permite que essas forças religiosas alcancem audiências mais amplas, além das fronteiras das comunidades religiosas.

O catolicismo e o protestantismo/evangelismo em suas expressões mais tradicionalistas ou fundamentalistas também têm algumas disputas, inclusive porque competem pelo mesmo mercado religioso. Mesmo assim, sua coesão e complementaridade estratégica são extremamente produtivas e eficazes para resistir e bloquear a expansão da laicidade e o deslocamento gradual dos religiosos para esferas mais limitadas da vida

5 Fundada pelo líder do Opus Dei, José María Escrivá de Balaguer.

6 Em seu site, o objetivo do Congresso é definido como “fórum de debate para refletir sobre os pressupostos, fundamentos e consequências sociais, políticas e jurídicas da ideologia de gênero, bem como outras propostas realistas sobre a noção de gênero que respondem a uma antropologia mais adequada dos seres humanos, homens e mulheres”.

social. Através desta aliança, o cristianismo está recuperando, ao menos em parte, o reconhecimento público e a autoridade moral e política com que contou, por séculos, nas colônias da monarquia espanhola.

Como demonstrado em estudos realizados na Europa (Kuhar & Paternotte, 2017), assim como nos estudos nacionais desenvolvidos pelo projeto Gênero e Política na América Latina (G&PAL) do Observatório de Sexualidade e Política- SPW, a ofensiva política em curso mobilizada por neointegristas e fundamentalistas articula um ataque beligerante e bem-sucedido contra todas as formas de reconhecimento dos direitos das mulheres e LGBTTI com base no repúdio à “ideologia de gênero”. Um dos principais objetivos dessa formação político-religioso transnacional é recuperar a posição privilegiada que, durante séculos, a hierarquia católica manteve na educação primária e secundária. O controle da educação é um objetivo estratégico porque implica a perpetuação da transmissão ideológica de valores e símbolos religiosos, econômicos e políticos, como aconteceu no passado.

No cenário dos anos 2010, o fundamentalismo evangélico também se beneficiou dos ganhos obtidos pelo neointegrismo católico em sua luta por recuperar privilégios perdidos. Isto porque o investimento político conservador católico enfraquece a secularização social e institucional e prepara o terreno para que as igrejas evangélicas também tenham acesso a financiamentos públicos e privados, que podem ser utilizados para atividades beneficentes, mas também para lobby político. Como um todo, essas correntes subjacentes podem gradualmente criar as condições previstas por estas forças para a refundação de sociedades e dos estados com base em valores “fundamentalmente cristãos”.

[ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL](#)

- Appleby, S., & Martin, M. (1995). *The Fundamentalism Project*. Volumes 1-5. University of Chicago Press
- Gross, M. (2015). Le rapprochement du Grand Rabinat et de l'Église catholique contre « la théorie du genre » : union sacrée ou stratégie politique ?. Sextant, ULB, 2015. hal-01683935
- Via Press Release. (2011, Março 31). Ave Maria School of Law Professor accepts high level Vatican appointment. *Naples Daily News*. <https://bit.ly/2UsAHtb>
- Argandoña, A. (2011). Josemaría Escrivá de Balaguer y la misión del IESE en el mundo de la empresa. *Studia et Documenta*, 131-162..
- Arguedas Ramírez, G., & Morgan, L. M. (2017). The Reproductive Rights Counteroffensive in Mexico and Central America. *Feminist Studies*, 423-437
- Corrêa, S. (Ed.). (2020). *Políticas antigénero en América Latina*. ABIA / Sexuality Policy Watch — SPW, 2020. <https://sxpolitics.org/GPAL/>
- Debord, G. (1995). *La Sociedad del Espectáculo*. Ediciones Naufragio.
- Echevarría, J. (2014, Agosto 18). Los laicos santifican el mundo desde dentro. Opus Dei. <https://bit.ly/3kyVplv>
- Kuhar, R. & Paternotte D. (Eds.). (2017). *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality*. Rowman & Littlefield International.
- Mundo Cristiano. (2013). Inauguran iglesia más grande de Costa Rica. *Mundo Cristiano Latinoamérica*. <https://bit.ly/32GT6Hh>
- Ozzano, L. (2009). Religious Fundamentalism and Democracy. *Politics and Religion*, 127-153.
- Bento XVI. (2012, Dezembro 21). Address of His Holiness Benedict XVI on the Occasion of Christmas Greetings to the Roman Curia. *Libreria Editrice Vaticana*. <https://bit.ly/3eXAIP3>
- Poulat, É. (1985). La querelle de l'intégrisme en France. *Social Compass*, 343-351.
- Steinleen, C. (2011). La ética neointegrista del Opus Dei. *Revista Estudios Transfronterizos*, 143-155.
- Van der Krogt, C. (1992). Catholic Fundamentalism or Catholic Integralism?. J. Veithc. *To Strive and not to Yield: Essays in Honour of Colin Brown*, 123-135. The Department of World Religions, Victoria University.

Maximiliano Campana,

Condensado por Mariana Carbajal

Na Argentina o debate sobre a descriminalização e legalização do aborto, que motivou a reorganização de forças conservadoras religiosas e seculares, atingiu um clímax em 2018. Muito ativos, esses grupos alcançaram seus objetivos: o projeto de reforma da lei foi rejeitado naquele ano, por uma diferença pequena de votos. Depois desta derrota legislativa, uma cruzada contra a “ideologia de gênero” irrompeu no país. Nos doze anos anteriores, as administrações Kirchner haviam dado passos importantes para o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos e a implementação de políticas públicas para garanti-los, como a Lei de Saúde Sexual e a Lei de Procriação Responsável (2002), que estabeleceram a distribuição gratuita de contraceptivos e regulamentaram a reprodução assistida, a Lei de Educação Sexual Integral (2006), a Lei do Casamento Igualitário (2010) e a Lei de Identidade de Gênero (2012).

O debate parlamentar contou com a participação de várias organizações “educativas” e “científicas” que fizeram oposição ao direito ao aborto, desempenhando um papel importante na propulsão de ideias contra a reforma legislativa, que visava permitir a Interrupção Voluntária da Gravidez (“IVE” em espanhol) até a décima quarta semana de gestação. Entre estas, foram mais vocais a *Universidad Católica de Argentina* (especialmente o *Instituto para el Matrimonio y la Familia*), a *Universidad Austral* (especificamente o *Instituto de Ciencias para la Familia*), a *Universidad Católica de Salta*, a *Academia La Plata* e o *Centro de Bioética para la Persona y la Familia*. Além disso, autores como Jorge Scala, Agustín Laje e Nicolás Márquez -- conhecidos internacionalmente, mais especialmente na América Latina, por suas posições antigênero e antiaborto -- se engajaram fortemente nos esforços para impulsionar visões reacionárias, assim como discursos antigênero e antidireitos.

Em 2011, Jorge Scala publicou o livro *Ideología de Género o Género como instrumento de poder*, que teve grande impacto na América Latina, tanto entre os setores católicos como evangélicos. No debate legislativo de 2018 sobre a Lei do Aborto, muitos parlamentares contrários à reforma basearam seus argumentos em um documento publicado por Scala em 2006 intitulado “*Aborto: Desmistificando los números*”, que contesta dados empíricos de que a legalização reduz o número de abortos. Ao contrário, Scala afirma que a legalização faz com que esses números aumentem.

Em 2018, Agustín Laje era diretor de uma instituição ultraconservadora chamada *Centro de los Estudios Libres de Córdoba*, cuja produção articula discursos antigênero e antiaborto com princípios ultraneoliberais, como a primazia da propriedade privada e da liberdade individual acima dos valores sociais e coletivos¹. Desde o início dos anos 2010, Laje tem criticado ferozmente os direitos humanos, exaltando o papel dos militares nas ditaduras que governaram o país entre 1960 e 1980. Também atacou sistematicamente as administrações Kirchner e essas cruzadas lhe deram muita visibilidade. Por ocasião do debate de 2018 ele lançou uma série de vídeos no YouTube, criticando o feminismo, os movimentos de diversidade sexual, a “ideologia de gênero” e a legalização do aborto. Um desses vídeos, *15 mentiras sobre el aborto*, teve mais de um milhão de visualizações².

Nicolás Márquez é um advogado e escritor, nascido na província de Buenos Aires, que representa as visões das alas ultradireitistas e militares da Argentina e de outros grupos conservadores, religiosos e seculares. Esteve bastante ativo no uso de redes sociais durante a discussão sobre aborto³. Em 2016, junto com Laje, publicou *El Libro Negro de la Nueva Izquierda - Ideología de Género o Subversión Cultural*, que se tornaria uma espécie de bíblia de ideias antigênero, antiaborto e antiesquerdistas para toda a América Latina. A tese central do livro é que, após a queda do muro de Berlim, em 1989, quando ficou mais

1 Hoje Laje vive na Espanha, onde tem fortes conexões com o partido de extrema-direita Vox e com a ONG ultracatólica Hazte Oír e sua ramificação digital internacional CitizenGO.

2 Para mais informações, ver Arrigoni (2018).

3 É digno de nota o fato de Márquez ter sido denunciado por sua ex-mulher por violência física e sexual contra ela e sua filha de quatro anos.

difícil para as esquerdas se mobilizarem, marxistas mudaram seu modo de ação passando a operar com uma estratégia gramsciana de revolução cultural, onde o feminismo e o gênero têm um papel central. Enquanto o livro recupera e repete argumentos utilizados por muitos outros autores, como Scala, sua singularidade é que articula as visões previamente desenvolvidas por Laje com posições e propostas políticas flagrantemente neoliberais.

Esta breve recapitulação mostra que, há quase duas décadas, essas forças conservadoras seculares e religiosas vêm gerando uma plataforma política contra o direito ao aborto, a “ideologia de gênero”, o movimento feminista, a diversidade sexual, a laicidade e, mais recentemente, contra as políticas estatais orientadas para a igualdade, descritas por eles como “marxismo”. Estes são elementos que, de alguma forma, estiveram presentes nos debates sobre o aborto de 2018.

Além dos argumentos conservadores contra o aborto nos âmbitos jurídico e político, levantados no Congresso e nos debates públicos, organizações “pró-vida” - como a *Corporación de los Abogados Católicos*, a *Comisión Federal de Abogados Provida* e as ONGs *Vida y Esperanza* e *Amor en Acción* - mobilizaram manifestações públicas e campanhas digitais massivas contra a mudança legislativa. Essas forças também contaram com o apoio aberto do Partido Democrata Cristão.

Nessas mobilizações, todo um conjunto de novas formações tornaram-se visíveis: a *Unidad Pro-Vida*, *Escuelas por la Vida* (ligadas à Federación de Asociaciones Educativas Religiosas de Argentina), Médicos por la Vida - Argentina, *Tutores por la Vida* (organizada por jornalistas e comunicadores). O setor empresarial também levantou sua voz contra o direito ao aborto através da *Asociación Cristiana de Líderes de Negóci*os. Significativamente, surgiram também organizações de mulheres antiaborto que se autodenominam feministas, como as *Feministas Por una Nueva Era: Pro Mujer, Provida y Resistencia no Violenta*.

Outro novo ator que se fez visível neste período, mais especificamente quando o Ministro da Saúde autorizou a produção nacional do medicamento misoprostol, usado para aborto e outras práticas ginecológicas foi a ONG evangélica *Más Vida*. Essa organização

incentivava as pessoas a denunciar farmácias e drogarias por venda de “pílulas abortivas”, assim como profissionais ou centros de saúde pela realização de abortos, mesmo quando autorizados pela lei vigente à época (Centenera, 2018)⁴. Outro novo grupo que vale a pena mencionar é *La Red Federal de Ciudadanos y Organizaciones que Cuidan de la Vida en Todos los Tiempos y Lugares*, criada por profissionais da mídia dedicados a cobrir o debate sobre aborto na Argentina, a partir de uma perspectiva “pró-vida”⁵.

À medida que a reforma legal do aborto evoluiu no Congresso, esses grupos “pró-vida” se engajaram como palestrantes nas várias comissões parlamentares que discutiam o assunto. Foram ouvidos em programas de rádio e televisão e organizaram manifestações em várias cidades do país. A fim de rivalizar e contrastar com o lenço verde feminista -- que ficou internacionalmente conhecido como símbolo da Campanha Nacional pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito -- as forças antiaborto adotaram como ícone um lenço azul claro, cor da bandeira nacional argentina, e também cunharam o lema “Salvemos as Duas Vidas”, que foi rapidamente transportado para outros países.

Em 14 de junho e 8 de agosto de 2018, quando a reforma foi votada na Câmara dos Deputados e no Senado, respectivamente, milhares de manifestantes antiaborto convocados por igrejas católicas e evangélicas se reuniram em torno do Congresso Nacional. Embora seja difícil medir a influência que estas ações tiveram sobre a decisão tomada pelos parlamentares, a campanha “pró-vida” foi avaliada como um sucesso, por vários observadores. Enquanto na Câmara dos Deputados a reforma do aborto foi parcialmente sancionada, no Senado, órgão historicamente mais conservador, ela foi rejeitada com diferença de quatro votos.

A derrota da reforma foi importante para as igrejas evangélicas pois, se até então eram marginais nesses debates, tornaram-se interlocutoras legítimas frente a instituições estatais, especialmente o Congresso. No processo de discussão parlamentar, essas igrejas,

4 Para saber mais sobre a ONG Mais Vida visite o site oficial: <http://masvidaoficial.org/>.

5 Para saber mais sobre a Rede Federal de Cidadãos e Organizações que Cuidam da Vida em Todos os Tempos e Lugares, visite o site oficial: <https://cuidarlavida.org/>.

organizadas em torno da *Alianza Cristiana de Iglesias Evangélicas de la República de Argentina* - ACIERA, foram bastante ativas convocando grandes marchas “pró-vida” (ACIERA, 2016). Posteriormente partidos políticos “pró-vida” ganharam forma, em particular o *Partido Celeste*, composto em sua maioria por evangélicos.

As iniciativas antiaborto também foram ativadas em níveis locais, onde antes não existiam. Vários municípios aprovaram portarias para se autoproclamarem cidades “pró-vida”, tais como Concordia y Herrera, no distrito de Entre Rios, Eldorado no distrito de Misiones e 25 de Mayo no distrito de La Pampa. O Conselho Municipal de Rafaela (na Província de Santa Fé), aprovou uma proposta apresentada pela fundação *Rafaelinos por La Vida*, criando um escritório para garantir que gravidezes passíveis de interrupção de acordo com a lei vigente, fossem levadas a termo (Buchara, 2018).

A EXPLOSÃO DA BATALHA CONTRA A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Durante o debate sobre a reforma da lei do aborto, muitos parlamentares pronunciaram-se contra o feminismo, direitos LGBTTI, educação sexual, métodos contraceptivos e políticas públicas antidiscriminatórias. Embora não tenha sido feita qualquer conexão direta e clara entre essas posições e “gênero”, assim que o Senado rejeitou o projeto, nas primeiras horas da manhã do dia 9 de agosto de 2018, teve início a cruzada contra a “ideologia de gênero”.

Em 26 de outubro a Conferência Episcopal Argentina publicou um documento intitulado *Vamos distinguir: sexo, gênero e ideologia*, alertando a respeito dos riscos implícitos da “ideologia de gênero” (Comisión Episcopal de Laicos y Familia et al, 2018). Seu conteúdo coincidiu com as opiniões expressas por Jorge Bergoglio, o papa Francisco, em sua exortação apostólica *Amoris Laetitia* (2016), onde afirma que a “ideologia de gênero” levaria a uma sociedade sem diferenças sexuais e que esse percurso deve ser contido por uma antropologia da família. Com base nesses argumentos, um documento emitido pelos bispos argentinos conclamou à rejeição da “ideologia de gênero” como uma visão em aberta contradição com a cosmovisão do cristianismo.

Um mês antes, a rede católica antiaborto *Federación Nacional de la Familia* lançou uma campanha nacional contra a “ideologia de gênero” nas escolas, convocando pais a expressamente proibirem seus filhos de frequentar aulas de educação sexual integral nas escolas públicas (a educação sexual é obrigatória segundo a Lei 26.150). Denominada *Eu não autorizo*, a campanha convidou os pais a apresentarem uma “carta modelo” aos diretores das escolas, manifestando seu desacordo com o currículo da Educação Sexual Integral.

Simultaneamente outra campanha, ainda mais gritante, foi lançada pela divisão argentina do movimento de extrema-direita *#ConMisHijosNoTeMetas*, com patrocínio da igreja evangélica pentecostal Encontro com a Vida, sediada na cidade de Córdoba⁶. Os porta-vozes da campanha declararam que iriam “cobrir”⁷ a cidade inteira com *outdoors* contra a “ideologia de gênero” e a educação sexual nas escolas. Foram distribuídos panfletos de doutrinação contra os perigos da “ideologia de gênero”. Originalmente evangélica, essa campanha rapidamente recebeu o apoio de importantes atores católicos.

Mas a campanha também gerou críticas negativas e resistências. Cidadãos registraram reclamações contra os organizadores, por violação de uma portaria municipal segundo a qual “não pode ser feita qualquer propaganda contrária à lei, que afete negativamente a moral e os costumes, ou que seja discriminatória”. Como resultado, foram retirados *outdoors* e cartazes que tinham sido colocados nas vias e transportes públicos (La Voz, 2018). Por outro lado, a campanha obteve apoio em outras cidades, onde também foram organizadas manifestações usando o mesmo slogan *#ConMisHijosNoTeMetas*.

#ConMisHijosNoTeMetas usa uma estratégia de comunicação e mobilização inteiramente nova. Um exemplo são grupos de WhatsApp para mães de crianças em idade escolar, que espalham notícias falsas a respeito dos conteúdos da Lei da Educação Sexual Integral, criando confusão e medo. Uma mensagem de áudio circulando nesses grupos

6 Para mais informações sobre o Con Mis Hijos No Te Metas veja o capítulo sobre a OEA nesta série.

7 Ouça em <https://m.soundcloud.com/user-474067345/whatsapp-audio-2018-09-05-at-55020-pm>

trazia um pastor fazendo afirmações absurdas de que “nas aulas de educação sexual professores forçam alunos a se despirem e tocar uns nos outros, dizem aos meninos para praticar posições sexuais com outros meninos e às meninas para fazerem o mesmo com outras meninas, estimulam os meninos a se vestirem como meninas e as meninas como meninos, mostram vídeos que retratam atos sexuais entre adultos e até ensinam às crianças do jardim de infância que há meninas que têm pênis e meninos que têm vagina” (Carbajal, 2018). A mesma estratégia foi replicada em outras redes sociais, especialmente no Facebook.

Examinando os gráficos fornecidos pelo Google Trends Argentina, é possível verificar que a palavra-chave “ideologia de gênero” estava quase totalmente ausente antes do debate no Congresso, em 2018. Em contraste, foi atingido um pico em outubro daquele ano, coincidindo com o início das campanhas digitais e das marchas “pelo direito à vida e contra a ideologia de gênero”. Como pode ser visto abaixo, um desses picos se deu em 28 de outubro de 2018, exatamente quando aconteceu a primeira marcha nacional *Con Mis Hijos No Te Metas*, em Córdoba.

Figura 1

Busca por “Ideologia de gênero” no Google Trends Argentina de 2004 a 2019

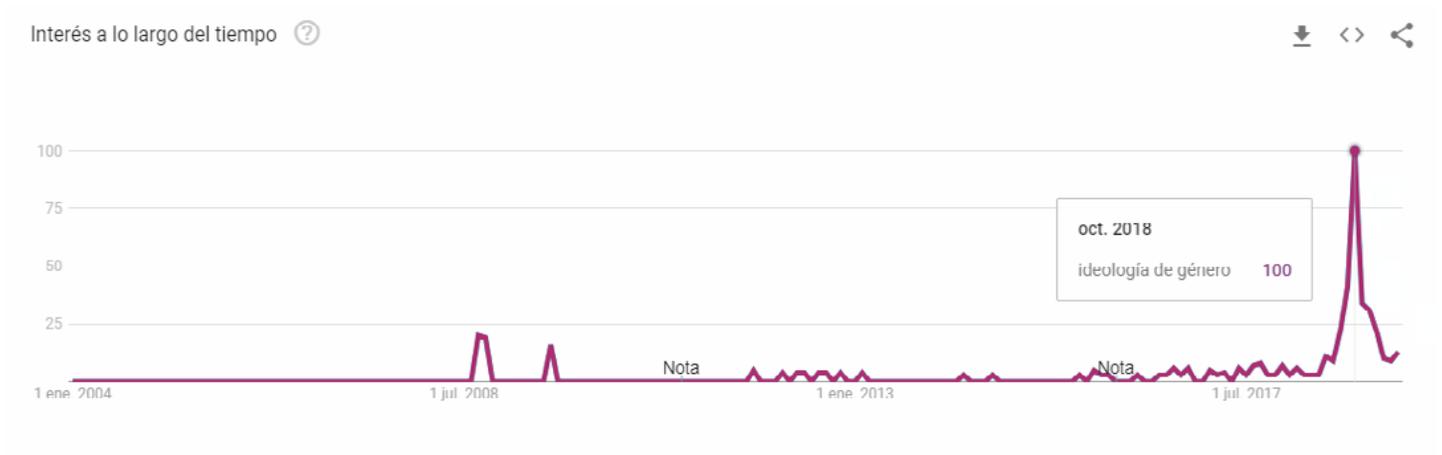


Figura 2

Busca por “Ideologia de gênero” no Google Trends Argentina em 2018



É importante dizer que as cruzadas argentinas contra a “ideologia de gênero” estão ligadas a iniciativas regionais e transnacionais similares. O exemplo mais flagrante é a *Frente Joven* que também tem células no Equador, Paraguai e Peru. Seus líderes argentinos Leandro Flocco e Sebastian Schuff -- que estiveram presentes em manifestações públicas e debates nas redes sociais no decorrer do processo de reforma da lei do aborto -- são figuras transnacionais extremamente ativas nas assembleias anuais da Organização dos Estados Americanos (OEA). A plataforma virtual *CitizenGO*, ligada à ONG espanhola *HazteOír*, agora também está presente na Argentina e promove campanhas periódicas contra o direito ao aborto, a “ideologia de gênero” e o feminismo⁸.

E A RESISTÊNCIA?

As forças conservadoras e reacionárias, tanto religiosas quanto seculares, que se opõem ao reconhecimento dos direitos relacionados a gênero, sexualidade e aborto têm um histórico substancial na Argentina. As ONGs “pró-vida” começaram a se estabelecer no final dos anos 1980 e, durante a década de 1990, ampliaram o foco de sua lente antiaborto para abranger os direitos sexuais e reprodutivos. Suas exigências políticas ao Estado iam das demandas de “proteção da família” até questões sexuais. De qualquer forma, atuar contra o direito ao aborto foi, em grande medida, o terreno onde seus discursos e ações se unificaram. O debate sobre a reforma legal do aborto de 2018 proporcionou a essas forças uma oportunidade de mobilização e coordenação intersetorial. Das fortes mobilizações contra a reforma da lei do aborto, passaram à cruzada contra a “ideologia do gênero”, para então atacar a Lei de Educação Sexual Integral e políticas a ela relacionadas. Isto abriu espaço para que a campanha *Con Mis Hijos No Te Metas* firmasse raízes na Argentina.

Apesar de seus ganhos e expansão, desde 2018 essas forças têm enfrentado resistência, especialmente dos movimentos feministas e LGBTTI, mas também de vozes da esquerda e do campo dos defensores dos direitos humanos. Também é crucial observar que seus argumentos não conquistaram grande apoio na sociedade. Em 2018,

⁸ Para informações mais detalhadas sobre a Frente Joven e a CitizenGO veja o capítulo da OEA desta série

por exemplo, em uma série de pesquisas de opinião realizadas para avaliar a percepção popular sobre a reforma da lei do aborto, a maioria das pessoas entrevistadas declarou seu apoio à disposição legal em debate (Paladini, 2018)⁹. Uma pesquisa mais recente indicou também que 82% das pessoas consultadas, em todo o país, eram a favor de uma educação sexual abrangente (La Voz, 2018). Da mesma forma, os principais veículos da grande mídia têm adotado a perspectiva de gênero, ainda que lentamente, e apoiado o movimento #NiUnaMenos contra a violência sexista e o feminicídio.

No campo político, a estreita margem que levou à derrota da reforma da lei do aborto também mostrou que partidos e políticos estão predominantemente comprometidos com os princípios da autonomia reprodutiva. Nada sugere que, entre estes, os ataques à “ideologia de gênero” e à educação sexual prosperarão facilmente. Em 2019, a ampla vitória de Alberto Fernández, conectado à ala progressista do Partido Justicialista, sugere que a sociedade vem se inclinando para uma direção totalmente diferente. Um dos principais compromissos da nova administração foi reapresentar o projeto da reforma da lei do aborto e esta foi, de fato, uma das primeiras medidas do governo, o que levou a que, desta vez, a lei fosse aprovada em 29 de dezembro de 2020.

É crucial reconhecer que a batalha pelo direito ao aborto na Argentina ainda não chegou ao fim e que a cruzada contra a “ideologia do gênero” apenas começou. Longe de ter hegemonia, formações e atores antiaborto e antigênero são extremamente ativos, bem financiados e conectados transnacionalmente. Basta lembrar que vários congressistas e senadores votaram contra a reforma em 2018. Entre estes, duas vozes proeminentes são Alfredo Olmedo e Cynthia Hotton, de Salta, que expressam sistematicamente seus pontos de vista contra o aborto e a “ideologia de gênero”. Mais importante, a formação do *Partido Celeste* definiu o direito ao aborto e a “ideologia de gênero” como seus principais alvos. E recentemente foi criado, por um grupo evangélico provincial, um novo partido nacional chamado *Una Nueva Oportunidad* – UNO, cujo programa vai na mesma direção.

9 Outros meios de comunicação publicaram pesquisas mostrando taxas mais altas de rejeição, como a avaliação do jornal La Nación Daily Newspaper: “de acordo com uma pesquisa, 49% da população rejeita o aborto legal e 40% o aceita” (Stang, 2018).

Estudos de caso de outros países, incluídos na presente série, mostram que essas forças não desistem e, mesmo que percam muitas batalhas, continuarão pressionando com suas agendas retrógradas até atingir seus objetivos. Um sintoma de que isto é o que pode estar se desenhando no contexto argentino foi captado por Mariana Carbajal, em artigo publicado no jornal Página 12, onde relata como o ex-presidente Mauricio Macri, derrotado em 2019, se aproximou de uma aliança com o UNO, mirando as eleições provinciais de 2020 (Pertot, 2020).

[ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL](#)

- ACIERA. (2016, Fevereiro). Declaración de ACIERA sobre el aborto. *Alianza Cristina de Iglesias Evangélicas de la República de Argentina*. <https://bit.ly/32KC5vP>
- Arrigoni, A. L. (2018, 16 agosto). *Agustín Laje - 15 Mentiras Sobre El Aborto*. [Vídeo] YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=uHqrfp259hc>
- Buchara, A. (2018, 21 dezembro). Contra la ley: una ordenanza impide abortos no punibles. Cosecha Roja. cosecharoja.org/contr-la-ley-una-ordenanza-impide-abortos-no-punibles/
- Campana, M., & Miskolci, R. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32 (3).
- Carbajal, M. (2018, 17 setembro). La nueva cruzada. Página 12. <https://www.pagina12.com.ar/142764-la-nueva-cruzada>
- Centenera, M. (2018, 16 agosto). Argentina autoriza la producción de un fármaco para abortar. *El País*. <https://bit.ly/3f4Cn5x>
- Comisión Episcopal de Laicos y Familia et al. (2018, 26 outubro). Distingamos: Sexo, Género y Ideología. *Conferencia Episcopal Argentina*. <https://episcopado.org/contenidos.php?id=1818&tipo=unica>
- Francis I. (2016, 19 março). Post-Synodal Apostolic Exhortation Amoris Laetitia of The Holy Father Francis to Bishops, Priests and Deacons, Consecrated Persons, Christian Married Couples and All The Lay Faithful On Love In The Family. *Libreria Editrice Vaticana*. [https:// bit.ly/2UrrQba](https://bit.ly/2UrrQba)
- Jones, D., & Carbonelli, M. (2015). *La participación política de actores religiosos: los evangélicos frente a los derechos sexuales y reproductivos (2003-2010)*. J. C. Esquivel, & J. M. Vaggione. Permeabilidades activas. Religión, política y sexualidad en la Argentina Democrática. Biblos.
- La Voz. (2018, 22 setembro). #ConMisHijosNoTeMetas se baja de los colectivos. *La Voz*. <https://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/conmishijosnotemetas-se-baja-de-colectivos>
- La Voz. (2018, 27 novembro). Según una encuesta, la ESI es importante para el 82% de los argentinos. *La Voz*. <https://bit.ly/2UnJ3ST>
- Mallimaci, F. (s.d.). El mito de la República laica. UBA *Sociales*. <https://bit.ly/36bl7bW>
- Morán Faúndes, J. M. (2015). El desarrollo del activismo autodenominado “pro-vida” en Argentina, 1984-2014. *Revista Mexicana de Sociología*.

Paladini, E. (2018, 18 março). Seis encuestas ya indagaron sobre el aborto: la mayoría opinó a favor de la despenalización. *Clarín*. <https://bit.ly/2Iwsi5c>

Pertot, W. (2020, 24 julho). El macrismo ya salió a la caza del voto antiderechos. *Página 12*. <https://www.pagina12.com.ar/280461-el-macrismo-ya-salio-a-la-caza-del-votoantiderechos>

Stang, S. (2018, 17 julho). Según una encuesta, el 49% de la población rechaza el aborto legal y el 40% lo acepta. *La Nación*. <https://bit.ly/36wgatq>

Sonia Corrêa

Isabela Kalil

O presente resumo está focado nas cruzadas antigênero pelo Brasil, entre 2013 e 2018. O estudo completo, originalmente publicado em espanhol, recupera a trajetória mais longa das disputas sobre gênero, sexualidade e direitos humanos no país, cujos momentos-chave coincidiram com pontos cruciais do processo de redemocratização brasileiro iniciado ao final dos anos 1970. No estudo completo, se recuperam as bases da infraestrutura política estabelecida pela Igreja Católica para se opor ao direito ao aborto, que data da década de 1940, mas que se expandiu depois de 1980, quando apelos pelo direito ao aborto legal irromperam na luta pela democratização¹.

Como já mencionado no prefácio dessa publicação, os ataques à chamada “ideologia de gênero”, que constituem o objeto principal dos estudos de caso regionais, teve origem no que Corrêa (2018) definiu como “problema de gênero do Vaticano”, que eclodiu no estágio final de preparação para a IV Conferência Mundial das Mulheres (Beijing).² Esse episódio político inaugurou a produção de uma vasta literatura de repúdio ao gênero, assinada por autoras e autores não clericais, seguida de uma também muito extensa crítica teológica elaborada pelo próprio Vaticano já nos 2000 (Junqueira, 2018). A fórmula “ideologia de gênero” seria inventada e burilada no curso dessa extensa lucubração. Não se trata de um conceito, mas sim de um dispositivo que, intrigantemente, recorre à concepção marxista de ideologia para acusar a teoria feminista do gênero de falsificação. Ou seja, os inventores desse truque afirmam que o conceito de gênero é um engodo porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual “natural”, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano. O dispositivo

1 Uma ilustração significativa dessas reivindicações foi a bem-sucedida campanha feminista pelo direito ao aborto na Constituinte entre 1986 e 1988. Apesar da forte pressão da Igreja Católica, a premissa do “direito à vida desde a concepção” não foi incorporada ao texto constitucional, o que abriu caminho para a continuação do debate político em torno do direito ao aborto (Machado & Cook, 2018).

2 Ver: Corrêa, S. (2018). A “política do gênero” : um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, (53).

também faz supor que, as teóricas e ativistas do gênero -- e quem mais recorre ao conceito -- simplesmente propagam ideologia, enquanto quem critica o conceito estaria totalmente isento de vieses ideológicos.

ANTES DE 2018

Em alguns países da América Latina, como Paraguai e Peru, a semântica da “ideologia de gênero” vinha circulando desde os anos 1990. Nos anos 2000, a Argentina se tornou uma espécie de plataforma de exportação de literatura antigênero, que seria disseminada com maior intensidade a partir de 2010 em toda a região e para além dela³. No Brasil, a primeira menção a “ideologia de gênero” aconteceu em 2003 quando deputado do PRONA fez o seguinte discurso:

A palavra “gênero” sempre foi usada para designar sexo. Assim, falamos em “gênero masculino” e “gênero feminino” [...] Agora, a expressão “gênero” adquiriu outro significado, dentro de uma “ideologia de gênero”. Gênero seria o papel desempenhado por um dos sexos, não importando se nasceu homem ou mulher. Segundo essa teoria, não se nasce homem nem mulher, mas o papel a desempenhar na sociedade é que vai determinar o sexo: o “gênero” é que vai determinar esse papel [...] Vejam, Srs. Deputados, que se trata de mais um eufemismo para encobrir os desvios da conduta sexual. Então, quando se fala de “ideologias de gênero”, de “não-discriminação de gênero” etc., queremos nos referir a condutas sexuais.⁴

No entanto, essa semântica não teria maior visibilidade pública antes 2007, quando se iniciaria a propagação sistemática dos discursos antigênero, em seguida ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) realizado em Aparecida do Norte (SP), com a presença do Papa Bento XVI, pois o documento final do Conselho (o Documento de Aparecida)

3 Para saber mais sobre as forças antigênero da Argentina veja o capítulo do país nesta publicação.

4 Deputado federal Elimar Máximo Damasceno do Partido da Reedificação da Ordem Política Nacional, discurso feito em 14 de julho de 2003.

convocou para um combate contra a “ideologia de gênero”⁵. Como mostra o estudo de Gomes (2020) os primeiros grandes impulsionadores digitais da linguagem antigênero no Brasil foram o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), entidade derivada da extinta organização católica ultraconservadora Tradição Família e Propriedade (TFP) e a editora católica carismática Canção Nova que, em 2008, publicou a tradução para o português de uma versão resumida do livro *A Agenda de Gênero* de Dale O’Leary (1997).⁶ Três anos depois, o livro *Ideologia de gênero, Neototalitarismo e a Morte da Família* (2011), escrito pelo autor ultracatólico argentino Jorge Scala, também estaria disponível em versão impressa.

A difusão digital de discursos antigênero permaneceu, em grande parte, confinada aos circuitos católicos até 2013, quando as mídias digitais evangélicas fundamentalistas e suas lideranças também se engajaram na mobilização política antigênero. A adesão das forças evangélicas se tornaria uma peça-chave no conjunto político que impulsionou, de forma muito eficaz, os ataques ao gênero no processo eleitoral de 2018, que levou à presidência o candidato de ultra direita Jair Bolsonaro. Como em outros países latino-americanos, as campanhas antigênero dos anos 2010 se assentaram sobre a infraestrutura anterior de oposição ao direito ao aborto. E, sobretudo, essas trajetórias mais longas são fundamentais para compreender as dinâmicas e os atores envolvidos nas políticas antigênero do presente e contribuem para uma melhor compreensão da politização (ou repolitização) do campo religioso em torno do tema e de seus efeitos sobre a política sexual e sobre a política em termos mais gerais.

No caso do Brasil, deve-se sublinhar ainda que as campanhas antigênero tomaram corpo após quase quinze anos de governo petista. Como se sabe, a contrapelo das políticas neoliberais, o Partido dos Trabalhadores (PT) implementou políticas econômicas que fortaleceram os poderes regulatórios do Estado e investiu no consumo interno através do aumento do salário mínimo e da criação de um robusto programa de transferência de renda, o Bolsa Família. Os governos do PT também aumentaram os investimentos em

5 Ver Miskolci e Campana (2017).

6 Gomes, Carla de Castro (2020). Em Observatório de Sexualidade e Política, <https://sxpolitics.org/ptbr/propagacao-de-discursos-sobre-ideologia-de-genero-no-brasil/10046>

educação, especialmente no ensino superior (público e privado) e apoiaram fortemente programas de ação afirmativa para inclusão étnico-racial. Não menos importante, ao longo dos anos 2000, o governo federal priorizou políticas públicas em campos como violência de gênero e direitos LGBTTI.

Para compreender a eclosão antigênero da última década também é preciso resgatar as influências profundamente enraizadas da Igreja Católica na política brasileira, que ganharam contornos mais intensos durante os papados de Karol Wojtyła (Papa João Paulo II) e Josef Ratzinger (Papa Bento XVI), exatamente quando a democracia do país estava sendo reconstruída. O interesse do Vaticano pelo Brasil nesse período pode ser ilustrado pelas cinco visitas papais ao país entre 1980 e 2013, complementadas por outras duas visitas de Ratzinger como Prefeito da Congregação Doutrina da Fé. A seu tempo, o objetivo dessas missões foi neutralizar a Teologia da Libertação e sua influência sobre os fiéis e a hierarquia da Igreja na país.

Mas também é notável que a influência católica na política nunca se restringiu ao espectro da direita, mas também alcançou partidos à esquerda, em particular o PT, em cuja origem estão grandes afinidades com a atuação católica progressista pelos direitos trabalhistas dos anos 1960 e 1970. Não é assim é surpreendente que, em 2010, no segundo mandato de Lula, tenha sido assinado e ratificado um acordo entre o Brasil e a Santa Sé sem que o texto fosse submetida a um substantivo escrutínio parlamentar e, muito menos, a uma ampla discussão com a sociedade. Vale dizer que aquela altura já estavam estabelecidas diretrizes doutrinárias do Vaticano convocando os fiéis a assumir uma cidadania religiosa ativa (Vaggione, 2018). Além disso, quando o PT chegou ao poder 2002, o evangelismo, que começou a se envolver com a política eleitoral nos anos 1980, não só já abertamente politizado, como havia expandido geometricamente sua presença e poder de pressão no Congresso. Entre 1998 e 2014, o número de evangélicos nas duas casas legislativas federais saltou de 44 para 90 parlamentares.

Os efeitos desta politização (ou repolitização) religiosa no curso da redemocratização brasileiras devem ser examinados em articulação com as fragilidades e distorções da reconstrução democrática e também com a penetração da racionalidade neoliberal não apenas nas instituições públicas como também no tecidos social e nas subjetividades,

mesmo quando princípios avessos ao neoliberalismo tenham guiado a gestão das políticas econômicas entre 2003 e 2016. Um ponto claro de convergência nesse aspecto é a afinidade entre a teologia evangélica da prosperidade e a lógica neoliberal do empreendedorismo.

Nessa recuperação histórica, o peso relativo das forças religiosas neoconservadoras na criação de obstáculos aos direitos relacionados ao gênero, sexualidade e reprodução se faria especialmente flagrante a partir da segunda metade dos anos 1990. Um exemplo notável foi um projeto de lei sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo apresentado em 1994 e que permaneceu paralisado no Congresso, até que sua judicialização posterior resultasse na decisão de 2011 do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a constitucionalidade da união civil nesses casos e da qual desdobraria a legitimação do casamento igualitário.

Ainda mais significativo foi o projeto de lei apresentado pelo Executivo em 2005, com o objetivo de reverter a lei que restringe o aborto. Em 2005, contudo, a proposição seria catapultada por efeito do escândalo do Mensalão, que demandou grande flexibilidade de barganha do governo do PT na sua relação com setores religiosos conservadores. No mesmo período, o um projeto de lei que visava criminalizar a homofobia e a transfobia foi ferozmente combatido pela bancada evangélica no Congresso⁷. E, na sequência, a oposição católica e evangélica aos direitos humanos em matéria de gênero e sexualidade se traduziria numa ofensiva sistemática para bloquear conteúdos de gênero e sexualidade e a promoção do respeito à diversidade sexual na educação pública.

Outro momento muito significativo do período que precede a erupção plena dos ataques políticos ao gênero aconteceu nas eleições presidenciais de 2010, que levaram Dilma Rousseff (PT) ao posto de primeira presidenta do Brasil. Durante a campanha, opiniões favoráveis ao direito ao aborto previamente expressadas pela candidata foram o alvo principal dos ataques de José Serra, seu oponente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), bem como de uma ampla gama de vozes religiosas conservadoras. Como se sabe, o processo eleitoral foi precedido por fortes controvérsias em torno do terceiro

⁷ O impasse legislativo sobre a criminalização da homofobia levou a uma ação legal apresentada no STF, julgada favoravelmente em junho de 2019.

Plano Nacional de Direitos Humanos PNDH III (Corrêa, 2010), quando os principais embates se deram em torno a: descriminalização do aborto, remoção de símbolos religiosos de edifícios e instalações governamentais e a criação da Comissão Nacional da Verdade para investigar os crimes cometidos pelos militares durante a ditadura das décadas de 1960 a 1980. Os direitos LGBTTI e dos povos indígenas também foram objeto de debates calorosos. Um traço muito significativo das controvérsias foi que, pela primeira vez desde os anos 1980, os militares se manifestaram politicamente sobre questões não relacionadas com o Ministério da Defesa, sendo esse um sinal da dinâmica de repolitização explícita que teve lugar a partir de 2017.

Em 2011, as tensões migraram mais diretamente para o âmbito dos direitos LGBTTI, quando vídeos educativos para disseminação no sistema de ensino público produzidos pelo Programa Escola sem Homofobia foram fortemente atacados pela bancada religiosa neoconservadora do Congresso. Os parlamentares evangélicos, que criaram a alcunha “kit gay” para se referir aos vídeos foram os atores principais dessa cena e não é exatamente trivial que o deputado Jair Bolsonaro tenha sido uma voz particularmente expressiva nesta controvérsia. Diante da pressão, a presidenta Dilma Rousseff (PT) declarou que suspenderia a distribuição do material sob a alegação de que seu governo “não iria impor orientação sexual a ninguém”. Esta vitória ampliou o espaço do grupo religioso conservador no Congresso para continuar questionando ou mesmo para bloquear iniciativas políticas relacionadas aos direitos LGBTTI e ao aborto.

GÊNERO NA EDUCAÇÃO, AS JORNADAS DE JUNHO E JUDITH BUTLER “QUEIMADA” EM PRAÇA PÚBLICA

O termo “ideologia de gênero” não teve maior visibilidade nas controvérsias acima descritas acima, nem mesmo na grande polêmica de 2011 contra o chamado “kit gay” quando o principal espectro agitado pelas vozes religiosas conservadoras foi, de fato, a pedofilia. Dois anos mais tarde, contudo, o fantasma da “ideologia de gênero” se materializaria, e com grande intensidade, no âmbito das discussões legislativas e dos mecanismos de controle social em torno que viria ser o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Essas mobilizações foram lideradas por uma coalizão entre católicos e evangélicos que também estava ligada

ao Escola Sem Partido iniciativa supostamente secular que, desde 2003, vinha atacando, sem grande sucesso, a “ideologização” da educação pública. O ataque contra o PNE em nível federal se desdobraria posteriormente em centenas de iniciativas estaduais e municipais propondo a eliminação do termo “gênero” dos planos de educação locais. Uma das primeiras leis estaduais contra gênero foi apresentada por um dos filhos de Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, vale lembrar que 2013 foi também o ano em que as ruas brasileiras foram inesperadamente tomadas por multidões exigindo políticas redistributivas, protestando contra a corrupção política e denunciando os impactos negativos dos grandes eventos planejados para 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Olimpíadas), tais como a expulsão de comunidades pobres e processos de gentrificação. Vários analistas políticos têm interpretado as “Jornadas de Junho”, como um ponto de inflexão da política brasileira pós-redemocratização, pois o modelo de governabilidade estabelecido nos anos 1990 e que permaneceu inalterado durante os governos do PT, foi desnudado e começou a desmoronar (Nobre, 2013). Revelaram-se então as brutais distorções de um sistema político altamente fragmentado pela multiplicidade de partidos e pelos vieses do chamado “presidencialismo de coalizão”⁸.

Cronologicamente os protestos coincidiram com o impacto da crise econômica mundial de 2008 que, no Brasil, só chegou após o repique europeu de 2011. Especificamente em relação ao governo do PT, as Jornadas demoliram o escudo de proteção contra críticas e agitação nas ruas, instalada em meados dos anos 2000, após o primeiro escândalo de corrupção⁹. O governo tentou apaziguar as demandas das ruas propondo uma reforma política (que nunca aconteceu) mas de fato não respondeu, nem mesmo parcialmente, à profunda, mas também dispersa e difusa insatisfação instalada na sociedade.

8 Desde o final dos anos 1980 o sistema político brasileiro tem sido caracterizado como “presidencialismo de coalizão” (Abranches, 1988). Para dar ao Executivo mais autonomia em relação à agenda legislativa, a Constituição de 1988 apresenta dispositivos que permitem a negociação constante entre os partidos, seus líderes e a Presidência, o que na prática se traduz em barganha em torno de emendas parlamentares e nomeações para ministérios, alimentando a dinâmica da corrupção em um contexto com 33 partidos estabelecidos.

9 Referimo-nos ao chamado Mensalão, um esquema de compra de votos de Deputados Federais envolvendo atores dos altos escalões do poder Executivo e membros do PT descoberto em 2005. O episódio comprometeu algumas das principais figuras políticas do país que foram julgadas, condenadas e presas, o que reorganizou o quadro de partidos da base governamental.

Enquanto a crise de legitimidade do sistema se desdobrava, tornaram-se públicos os resultados das investigações realizadas pela Comissão da Verdade, instalada em 2011. Em audiências públicas, jornais, TVs e artigos, as violações cometidas pela ditadura militar - como tortura e assassinato - alcançaram visibilidade sem precedentes. Nas audiências, vítimas da repressão do Estado, mas também militares e torturadores, testemunharam e contaram publicamente suas histórias. Este processo de recuperação da memória, embora retardado causou uma nova onda de mal-estar entre os setores militares, que sempre resistiram fortemente à abertura de um processo amplo, profundo e consistente de Justiça Transicional no país. Esse desconforto adicionou mais água a dinâmica de repolitização dos setores militares¹⁰.

Em seguida, como se sabe, no início de 2014 foram divulgadas as primeiras evidências de corrupção investigadas pela Lava-Jato, cujos operadores se tornariam muito rapidamente atores determinantes de um cenário complexo, instável e mutável no qual a judicialização se tornaria o motor principal da política. No mesmo ano, embora com menos intensidade, irrompeu uma nova rodada de protestos contra a Copa do Mundo, em muitos estados reprimida com brutalidade policial. As eleições presidenciais que se seguiram se converteram em janela de oportunidade para que as formações religiosas, mas também seculares de direita que, desde meados dos anos 2000, vinham ganhando terreno, expandissem sua mobilização e alcance. Essas forças convocaram manifestações maciças de rua em apoio a Aécio Neves (PSDB), oponente de Dilma. Em uma eleição extremamente polarizada, Dilma foi reeleita por uma pequena margem de votos.

O candidato derrotado levantou suspeitas sobre a integridade do voto eletrônico e ameaçou não aceitar o resultado eleitoral, canalizando mais água para o moinho das forças de direita que, naquele momento, já constituíam um campo muito heterogêneo: setores que discordavam das políticas econômicas do PT, segmentos da classe média que haviam perdido seus níveis de renda, militares repolitizados, grupos da direita radical,

10 Quanto à repolitização dos militares, outra tendência a ser levada em conta é que, a partir de meados dos anos 1990, o Exército vinha sendo cada vez mais chamado a intervir nos territórios afetados pela crise não resolvida da segurança pública, em particular no Rio de Janeiro. Para ilustrar, durante todo o ano eleitoral de 2018, o sistema de segurança pública desta unidade da federação esteve sob intervenção militar. Não é surpreendente que o general que dirigiu esta intervenção tenha se tornado Ministro do Gabinete Civil do governo Bolsonaro.

neoconservadores religiosos, mas também parte das e dos jovens e das pessoas do meio popular que haviam tomado as ruas um ano antes. O novo mandato de Dilma, a partir de janeiro de 2015, se transformaria num tempo de crise contínua, pois as ruas foram novamente ocupadas por protestos que agora pediam a remoção da presidenta. Enquanto as ruas ferviam com expressões do conservadorismo e direitismo de vários tons e calibres, no Congresso Nacional proliferavam iniciativas legislativas retrógradas em relação ao direito ao aborto, à família e com o objetivo de conter a propagação da “ideologia de gênero” na educação.

Em 17 de abril de 2016, milhões de pessoas no Brasil e no mundo ficaram atônitas ao assistir ao vivo a votação do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Foi deplorável o conteúdo das intervenções, com a maioria dos votos a favor da suspensão de seu mandato acompanhados por declarações “em nome de Deus, da religião e da família”. Esta cena, que surpreendeu tantos observadores, simplesmente trouxe à tona aquilo que, por muitas décadas, acontecia a portas fechadas nos debates legislativos sobre aborto, gênero e sexualidade. Foram disputas bastante invisíveis, testemunhadas quase exclusivamente por feministas e defensores dos direitos LGBTTI, mas que podem ser interpretadas como precursoras do sectarismo de direita e do autoritarismo que invadiu a política brasileira após 2014. O ápice do lamentável ato político em que se deu o impeachment de Dilma Rousseff foi quando Jair Bolsonaro dedicou seu voto a um coronel militar conhecido e condenado como responsável por centros de tortura durante a ditadura.

Sua fala repugnante de apologia à tortura marcou, de fato, o início da sua pré-campanha à presidência da República. Menos de um mês depois, quando o Senado votou a decisão final pelo impeachment, Bolsonaro, originalmente um católico, viajou para Israel, onde foi rebatizado pelo deputado pastor. Esse ritual religioso não só deixou clara a aliança política de Bolsonaro com os evangélicos, como também inscreveu simbolicamente no corpo do candidato à presidência a dupla identidade de católico e evangélico, marca que já então expressava os contornos da coalizão conservadora “ecumênica” que seria decisiva para sua vitória em 2018.

Outro evento icônico desse ciclo aconteceria em novembro de 2017, quando a filósofa Judith Butler que veio ao Brasil para participar do evento “O Fim da Democracia”, em São Paulo, tornou-se alvo de uma virulenta campanha digital, mobilizada pela plataforma conservadora espanhola CitizenGO, braço digital da ONG espanhola ultra católica Hazte Oír, que também está ligada ao partido espanhol de extrema-direita Vox¹¹. Esse ataque virtual foi seguido de um ato público em frente ao SESC Pompéia, onde acontecia o seminário, ocasião em que manifestantes atearam fogo a uma boneca em tamanho natural representando a filósofa como bruxa, numa encenação das fogueiras inquisitoriais medievais e coloniais. Este episódio pode, talvez ser lido como uma segunda paragem determinante na trajetória da pré-campanha de Bolsonaro para a presidência, eventualmente um ponto de virada no ciclone político que levaria aos resultados das eleições de 2018.

O ato foi relativamente pequeno - participaram cerca de 200 pessoas - mas muito violento. Não apenas a boneca representando Judith Butler foi queimada, mas também bonecos do presidente da Open Society Foundations, George Soros, e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O ataque a Butler extrapolou o próprio evento, pois configurou um primeiro ataque bombástico à “ideologia de gênero”, pois até então a cruzada tinha ficado relativamente sido restrita a circuitos religiosos e debates legislativos sobre educação, especialmente no nível local. O ato de novembro de 2017 deu visibilidade nacional e internacional ao espantinho da “ideologia de gênero” que, a partir de então, se constituiria numa peça chave da campanha presidencial bolsonarista. O protesto contra Butler foi como um campo de teste, piloto, pois nele se delinearam, antecipadamente, os contornos altamente heterogêneos das novas direitas, aí incluídos os atores antigênero orbitando em torno de um núcleo “ecumênico” composto por católicos e evangélicos.

Embora àquela época não estivesse claro o motivo pelo qual as três representações haviam sido queimadas juntas, a explicação emergiu quando, em 2019, o governo Bolsonaro adotou um discurso que entrelaçava ataques à “ideologia de gênero”, com ataques ao

11 Hazte Oír/CitizenGO é um ator constante das cruzadas antigênero na América Latina, como pode ser visto nos casos do Chile, Colômbia, Costa Rica, México e da OEA. Entre janeiro e julho de 2017, um ônibus laranja criado pela organização para propagar campanhas antigênero esteve nos EUA, México, Colômbia e Chile, seguido pelo ataque a Butler no Brasil.

aborto como direito e ao “globalismo” (naquela ocasião representado por Soros e FHC). Uma semana após o grotesco protesto contra Butler, Soros e FHC, a imprensa informaria que, depois de alguma relutância, “o mercado” estava seriamente considerando a possibilidade de apoiar a candidatura de Bolsonaro para impedir que o PT voltasse ao poder. E, já nos primeiros meses de 2018, com a campanha eleitoral ganhando tração, associação “ideologia de gênero” e marxismo se tornaria, com intensidade crescente, um mantra dos apoiadores de Bolsonaro.

■ O FURACÃO ELEITORAL

Entre novembro de 2017 e julho de 2018, a visibilidade de Bolsonaro como figura pública cresceu paulatinamente. Apesar da parceria com as elites econômicas, seu estilo político continuou baseado em provocações sistemáticas, tiradas grotescas e performances repulsivas, como seu gesto amplamente conhecido de apontar dedos simulando uma arma. Mas a partir de julho, seu trajeto em direção a vitória eleitoral foi vertiginoso. Mas como se sabe, se isso se deu condições políticas absolutamente excepcionais.

Até o início de 2018, todas as pesquisas de opinião eleitoral indicavam Lula (PT), que concorria para o terceiro mandato, como favorito (cerca de 30% das intenções de voto). No entanto, em abril, Lula foi preso pela operação Lava Jato, decisão judicial hoje considerada ilegítima e que se deu para alterar a correlação de forças na corrida eleitoral. No início de setembro, quando o PT ainda apostava em recursos judiciais para reverter a prisão, e sustentava Lula como candidato, Bolsonaro foi esfaqueado, emergindo o cenário eleitoral surreal que o país viveu em 2018 no qual um candidato estava na prisão e o outro em um leito de hospital. Fernando Haddad só seria definido como o candidato substituto do PT poucos dias depois, em 11 de setembro, quando a imagem de Bolsonaro como mártir ia se consolidando na turbulenta atmosfera eleitoral. O esfaqueamento turbinou sua candidatura em um momento crucial, embora muitos outros fatores estivessem em jogo e devam ser contabilizados, inclusive os efeitos acumulados dos ataques políticos contra a “ideologia de gênero”, geralmente considerados como secundários nas análises políticas das chamadas correntes principais.

Desde que deixou o Exército, em 1988, para se tornar político, Bolsonaro saltou do legislativo municipal para o federal sem grandes ganhos eleitorais. Era conhecido principalmente por suas posições antidemocráticas, misóginas, racistas e frequentemente incongruentes. Em 2018, entrou para um partido de pouca expressão, o Partido Social Liberal (PSL), com um irrisório tempo de propaganda política na campanha pela TV e rádio. Também não dispunha de fundos de campanha (ao menos considerando os valores formalmente declarados à Justiça Eleitoral) e tampouco o apoio claro e imediato da grande mídia que, desde 2014, se opunha firmemente ao PT, mas tampouco se alinhava com ele. Sua campanha, acima de tudo, fez amplo uso das redes sociais e recursos automatizados para disparo em massa de mensagens via WhatsApp¹². Isso funcionou apesar das regras eleitorais brasileiras, que garantem aos partidos uma quota de tempo para propaganda nas emissoras de televisão e rádio. Para fins de comparação, no primeiro turno o Partido dos Trabalhadores, com Fernando Haddad, tinha direito a 11,5 minutos por dia, enquanto Bolsonaro teve menos de 30 segundos. Esta grande limitação levou vários analistas a considerarem seriamente que a campanha de Bolsonaro não seria politicamente viável. No entanto, foi muito bem sucedida.

Além do amplo recurso ao disparo ilegal de mensagens e do acesso a dados de usuários através de aplicativos, a estratégia bolsonarista também foi baseada na disseminação contínua de notícias falsas. Segundo dados pós-eleitorais 98,21% das pessoas que votaram em Bolsonaro foram expostas a uma ou mais mensagens com conteúdo falso. Um estudo da Avaaz detectou que 89,77% dos eleitores acreditavam que o conteúdo dessas mensagens era verdadeiro. Nos grupos bolsonaristas de WhatsApp, as notícias falsas mais compartilhadas foram as que levantaram suspeitas de fraudes nas urnas eletrônicas e a inverídica história sobre distribuição do “kit gay”, na época em que Fernando Haddad era Ministro da Educação do governo Dilma.

12 Após as eleições, uma reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo denunciou que cerca de 2,5 milhões de dólares foram investidos por empresas privadas na campanha de Bolsonaro, de forma ilegal e não declarada, e aplicados na compra de mecanismos para disparo em massa de mensagens contra o PT e seus representantes. Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>

Como descrito na avalanche de textos e imagens propagadas pela campanha de Bolsonaro, o “kit gay” visava “homossexualizar” ou “transexualizar” crianças, estimulando práticas sexuais precoces e legitimando a pedofilia. Uma dessas peças de propaganda mostrava a imagem de uma mamadeira em forma de pênis, com a informação mentirosa de que o objeto havia sido distribuído em pré-escolas. Para entender a escala e o efeito nefasto desta proliferação de falsas narrativas, basta lembrar que os vídeos do Programa Escola sem Homofobia -- referenciados como “kit gay” pelos conservadores -- nunca chegaram a ser distribuídos. Mas seria inútil usar este argumento, diante do furacão de pânico sexual gerado pelo “kit gay” e, principalmente, pela “mamadeira de piroca”. As pessoas aderiam a essas narrativas sem questionar, porque o repúdio à “ideologia de gênero” promovido lenta, mas sistematicamente através de circuitos religiosos, desde os anos 2000, foi muito eficaz no que diz respeito a incitar o conservadorismo social latente da sociedade brasileira.

Outro aspecto a ser revisitado na tempestade eleitoral que levou Bolsonaro ao poder é o perfil marcadamente heterogêneo de seu eleitorado. Em um período eleitoral curto, intenso e turbulento, a campanha de Bolsonaro conseguiu reunir grande variedade de públicos: setores religiosos neoconservadores, atores do agronegócio, militares, representantes da indústria de armas, setores do sistema bancário e financeiro, mas também partes da classe média e setores populares que aderiram, por um lado, a suas propostas punitivas para combater o crime e a corrupção e, por outro, a sua agenda moral retrógrada em relação à sexualidade, ao aborto e à família. Não menos significativo, seu portfólio conservador foi colado a um projeto econômico ultraneoliberal que, no entanto, sequer foi debatido durante o processo eleitoral, inteiramente tomado pela chamada “agenda moral”.

É interessante iniciar o exame sobre a heterogeneidade dos eleitores de Bolsonaro observando seu comportamento em relação ao eleitorado feminino e como as eleitoras mudaram de posição, à medida que a campanha evoluiu. No início, Bolsonaro assumiu abertamente um discurso misógino que resultou em uma adesão masculina substancial e forte rejeição por parte das mulheres. Àquela época, três em cada quatro de seus eleitores

em potencial eram homens. Para atrair eleitoras, o candidato moderou seu discurso e as forças religiosas que o apoiavam recrutaram eleitoras para seus circuitos. O pânico moral gerado pelo espantinho da “ideologia de gênero” também conquistou a adesão de donas de casa de classe média, parte das quais já agrupadas em movimentos de defesa da educação domiciliar. Apesar desses esforços, ao final do primeiro turno eleitoral a candidatura de Bolsonaro foi amplamente repudiada pela massiva manifestação nacional #EleNão, liderada por mulheres. Entretanto, depois dessas manifestações a escalada da semântica antifeminista e antigênero na propaganda Bolsonarista foi de tal ordem que, no segundo turno, 50% do eleitorado feminino votou no candidato.

Contudo é preciso dizer que a capacidade do Bolsonarismo para agregar e capturar adesões através dos estratos de classe, raça e identidades politizadas e a velocidade com que isto aconteceu, superou em muito o recrutamento bem-sucedido de votos femininos. Os dados sobre como as pessoas votaram no segundo turno informam, por exemplo, que 30% das que se definem como LGBTTI votaram em Bolsonaro. Embora ele tenha vencido principalmente em cidades “mais brancas”, uma parte importante do eleitorado negro que tem laços com o evangelismo também votou nele¹³.

A etnografia coordenada por Isabela Kalil e sua equipe na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), em colaboração com o SPW, identificou 16 perfis de eleitores de Bolsonaro (Kalil, 2018). Essa lista inclui “cidadãos de bem”, masculinidades viris, gamers e hackers, militares e ex-militares, mulheres femininas ou “bolsolindas”, mães de direita, gays conservadores, negros e indígenas de direita, “estudantes pela liberdade”, defensores da meritocracia; setores populares de direita, influenciadores digitais, monarquistas, líderes religiosos e fiéis religiosos; e, por último, os “isentos”. Esses perfis orbitam em torno da figura do “cidadão de bem”, espécie de coringa caleidoscópico usado por uma gama variada de eleitores para justificar o voto em Bolsonaro: “Nós votamos nele porque somos cidadãos de bem”. Esses vários perfis também refletem a segmentação de eleitores potenciais visados pela estratégia de campanha do candidato.

13 Confira a [compilação de dados](#) sobre como os brasileiros votaram no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

Os perfis retratados pela pesquisa são figuras abstratas, usadas de modo a captar as múltiplas aspirações políticas, imaginários e identidades mobilizadas pela dinâmica eleitoral da campanha. Uma eleitora ou um eleitor “religiosa ou religioso” pode ter votado Bolsonaro por razões religiosas, mas também como um eleitor “isento”, ou como “mãe de direita”. Uma mulher profissional com muita autonomia pessoal -- uma típica “bolsolinda” -- pode ter votado no candidato para se diferenciar das feministas, retratadas como sujas e feias, mas pode ter feito essa escolha por ser “isenta” e “defensora da meritocracia”. Este enquadramento caleidoscópico permite capturar, identificar e classificar os efeitos e imaginários políticos incitados por uma estratégia que, ao final, favoreceu uma virada radical da política brasileira para a direita.

Na atmosfera da campanha, a difusão generalizada da “ideologia do gênero” como a nova face do marxismo, que no Brasil também significava comunismo ou petismo, impulsionou ciclones em várias direções. A categoria acusatória “ideologia do gênero” ativou o repúdio ao gênero como um instrumento da “desordem”, incitando medo ou aversão em relação à educação sexual, agora associada à pedofilia, mas também ao feminismo e às feministas e, de forma mais complexa e obscura, às pessoas trans. Por outro lado, a propagação paralela de opiniões antimarxistas reacendeu camadas profundas (e quase esquecidas) de sentimentos anticomunistas, sedimentados na cultura política brasileira pelo menos desde os anos 1930. Transportado para o presente, o linguajar antimarxista acusou o pensamento de esquerda e seus atores políticos de estarem associados à corrupção, ao “bolivarianismo” e ao totalitarismo. Para voltar ao ensaio de Corrêa, escrito logo após as eleições de 2018:

... o dispositivo da “ideologia de gênero” operou como cola simbólica agregando os conteúdos díspares desse arranjo, assim como potenciais seguidores. Essa cola não amalgamou exclusivamente conteúdos e atores hostis às questões da sexualidade, gênero e aborto, mas também e, talvez mais significativamente, amalgamou os elementos dispersos relacionados à outra face deste dispositivo: o espectro do comunismo. Na Colômbia, como analisado por Franklin Gil, o ataque de 2016 à “ideologia de gênero” no referendo sobre o Acordo de Paz pavimentou o caminho

para a demonização da esquerda nas eleições de 2018. No Brasil, “gênero como comunismo”, e vice-versa, flutuaram livremente no denso espaço cibernético da campanha, cada um desses elementos alimentando a imaginação política e a adesão de diferentes grupos de potenciais eleitores. Se “ideologia de gênero” forneceu a cola para juntar as muitas formas de ‘corrupção moral’, “comunismo” funcionou como um significante de “coisas ruins” (corrupção, petismo, proteção do Estado em detrimento do mérito) que vão ser “varridas” quando a administração que se instala em janeiro de 2019 implementar suas políticas individualistas, privatizantes e amplamente favoráveis às forças do mercado. (Corrêa, 2018, p. 10)

POST-SCRIPTUM

O estudo do caso brasileiro foi concluído no final de 2018 e não cobre, portanto, o que aconteceu depois que Jair Bolsonaro chegou ao poder. No entanto, é possível oferecer aqui um breve resumo de como o gênero atuou eleitoralmente em 2018. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de candidatos do PSL, o partido de Bolsonaro nas eleições, aumentou de 680 nas eleições de 2014 para 1.454 em 2018, tornando-se o partido com maior número de candidatos no Brasil. Embora o presidente do partido em um debate recente sobre cotas eleitorais tenha declarado que “a política não é para as mulheres”, a participação das mulheres eleitas pelo PSL foi superior à média dos outros partidos. Em 2018, o PSL tornou-se o partido com a segunda maior bancada de mulheres no Congresso, com nove eleitas, embora muitas delas se declarassem antifeministas. As candidatas estaduais do PSL também tiveram um bom desempenho em algumas unidades da federação e uma delas foi eleita com mais de 2 milhões de votos em São Paulo. À luz de análises anteriores de como o gênero se tornou um problema crucial na política brasileira, não é politicamente irrelevante perceber que a cruel cruzada antifeminista que atacou o gênero no processo eleitoral levou à eleição de mulheres abertamente antifeministas, algumas delas situadas no espectro da extrema-direita.

Também vale a pena recapitular brevemente como a “ideologia do gênero” se tornou, surpreendentemente, tão central na política brasileira. Como ficou demonstrado, a difusão dos discursos contra a “ideologia de gênero” no Brasil ficou confinada, durante

muitos anos, no campo religioso neoconservador. Contudo, o que testemunhamos a partir do início da década de 2010 foi um fenômeno de outra escala que não pode ser completamente compreendido sem que sejam consideradas outras dimensões. Para retornar a Wendy Brown (2006), uma delas parece ser corrosão da vida democrática por efeito da penetração da racionalidade neoliberal, cujos contornos e profundidade precisam ser mais bem examinados no Brasil. Mas também é preciso contabilizar dois déficits da democratização: a persistência da corrupção política e a crise não resolvida da política de segurança pública.

Desde 2013, a direita monopolizou a luta contra a corrupção, fazendo deste seu principal mote, o que de fato impulsionou um descrédito avassalador na política e no sistema político, cujas distorções se faziam então muito flagrantes. Após 2015, toda a classe política se tornou potencialmente suspeita e abriu-se terreno para a emergência de “outsiders”, como Bolsonaro. Por outro lado, desde os anos 1990, a persistente crise de segurança pública abriu um espaço cada vez mais amplo para que discursos e propostas de lei e ordem - dos quais Bolsonaro sempre foi um porta voz - prosperassem com mais vigor. Também alimentou uma atmosfera de desordem e medo que favoreceria a adesão popular não só às ideologias punitivas, mas também à nostalgia da ditadura militar, assim como facilitou a receptividade à participação dos militares em operações de combate ao crime, criando um canal através do qual os militares regressaram gradualmente à política. Não surpreende que, hoje em dia, generais reformados e da ativa ocupem mais da metade dos postos ministeriais e outros 6.000 militares ocupam postos na administração federal.

Além disso, desde o início de 2019, quando o novo governo chegou ao poder, a agenda antigênero e antifeminista que alimentou o furacão eleitoral e que foi vista por muitos observadores como uma mera retórica de campanha, foi transferida para políticas estatais, particularmente as implementadas pelos Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e pelo rebatizado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Os projetos de lei contra gênero e contra o direito ao aborto multiplicaram-se no Congresso Nacional. As análises dos significados e efeitos da transposição da “ideologia antigênero” do nível de mobilização política para o nível de políticas públicas confirmam seu caráter metamórfico. Esta agenda assumiu agora novas configurações, tais como a promoção de

políticas de abstinência sexual, o renascimento dos discursos, campanhas e medidas contra a pedofilia e, acima de tudo, o foco na “restauração da ordem familiar” e na “proteção das crianças”¹⁴. Não menos importante, o Brasil tornou-se um centro geopolítico de agendas antigênero e antiaborto, como ilustrado pelo alinhamento explícito com a administração Trump¹⁵.

Para as leitoras e leitores interessadas nesses desenvolvimentos, sugerimos a leitura do balanço feito pelo SPW sobre o que aconteceu nos primeiros 180 dias da administração Bolsonaro (Observatório de Sexualidade e Política, 2019) e a análise de Isabela Kalil sobre como a ideologia antigênero e o ultra neoliberalismo de combinam no marco das atuais políticas estatais (Kalil, 2020). Embora parciais, esses ensaios materiais oferecem parâmetros preliminares sobre a instalação das políticas antigênero no aparato de poder e o papel que elas cumprem no cenário de calamidade que caracteriza a cena social, política e econômica brasileira em 2021.

[ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL](#)

14 Ver Corrêa & de Vito (2020); Kalil (2020).

15 Ver Beinart (2019).

- Beinart, P. (2019). The New Authoritarians Are Waging War on Women. *The Atlantic*, January/ February Issue. <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2019/01/authoritariansexism-trump-duterte/576382/>
- Carreira, D. (2015). *Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Case, M. A. (2016). The Role of the Popes in the Invention of Complementarity and the Vatican's Anathematization of Gender. *Religion & Gender*, 6, (2), 155-172. DOI: 10.18352/rg.10124
- Corrêa, S. (2010, 15 junho). Abortion and Human Rights: Will Brazil be the Next Nicaragua?. *Rewire News Group*. <https://rewirenewsgroup.com/article/2010/06/15/abortion-humanrights-current-controversy-brazil/>
- Corrêa, S. (2016, 4 maio). As the Brazilian crisis unfolds, the abortion frontlines keep burning. *Sexuality Policy Watch*. <https://sxpolitics.org/brazilian-crisis-unfolds-abortionfrontlines-keep-burning/14661>
- Corrêa, S. (2018) A Política do Gênero: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530001>
- Corrêa, S. (2018, Novembro 12). Eleições brasileiras de 2018: A catástrofe perfeita? *SPW* <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf>
- Corrêa, S. (Ed.). (2019, 19 junho). A política sexual no Brasil: Quase 180 dias de administração JMB. *Sexuality Policy Watch*. <https://sxpolitics.org/ptbr/a-politica-sexual-no-brasil-quase-180-dias-de-administracao-jmb/9423>
- Corrêa, S. & de Vito, R. (2020, 11 setembro). Pedofilia: mais do mesmo?. *Sexuality Policy Watch*. <https://sxpolitics.org/ptbr/pedofilia-mais-do-mesmo/11175>
- De la Dehensa, R. (2015) Incursiones queer en la esfera pública. Movimiento por los derechos sexuales en México y Brasil. México, SPW e Programa Universitario de Estudios de Género (UNAM). <https://sxpolitics.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2016/03/Incursiones-queer-FINAL-pdf1.pdf>
- Gomes, C. (2020). Propagação dos termos “ideologia de gênero” e “aborto” nas mídias escritas brasileiras. *Sexuality Policy Watch*. <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/>

uploads/sites/2/2020/02/Ebook-Propagação-20200203.pdf

Junqueira, R (2018) “A invenção da ‘ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”. Em Rev. psicol. polít. vol.18 no.43 São Paulo. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004

Kalil, I. (Coord.). (2018, outubro). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual (NEU/FESPSP). <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/Tipos-eleitores-Bolsonaro.pdf>

Kalil, I. (2020). Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro. Santana, A. T. (Ed.). (2020). *Derechos en riesgo en América Latina. 11 estudios sobre grupos neoconservadores*. Fundación Rosa Luxemburgo & Ediciones desde abajo, 1, 35-54.

Kuhar, R.; Paternotte, D. (Org.) (2017). *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality*. Rowman & Littlefield International.

Machado, M. R. A.; Cook, R. J. (2018). *Constitutionalizing abortion in Brazil*. Revista de Investigações Constitucionais, 5, (3): 185-231. DOI: 10.5380/rinc.V5i3.60973.

Machado, M. R. A., & Maciel, D. A. (2017). The Battle Over Abortion Rights in Brazil’s State Arenas, 1995-2006. *Health and Human Rights*, 19(1), 119-132.

Miskolcy, R. and Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Soc. estado. 2017, 32, (3), 725-748. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>

Nobre, M. (2013). Choque de Democracia: As razões da revolta. Companhia das Letras.

Peto, A. (2018, 26 outubro). Gender as a symbolic glue makes European freedom of education at stake. *The Progressive Post*. <https://progressivepost.eu/spotlights/gender-as-a-symbolic-glue-makes-european-freedom-of-education-at-stake>

Vaggione, J. M. (2018). The Catholic Church’s Legal strategies - The Renaturalization of Law and the Religious Embedding of Citizenship. SexPolitics: Trends & Tensions in the 21st Century. *Sexuality Policy Watch*. <https://sxpolitics.org/trendsandtensions/uploads/workingpaper2-2018-26102018.pdf>

Jaime Barrientos

Condensado por Mariana Carbajal

Os sinais e sintomas da política e ideologia antigênero são bastante palpáveis no Chile, embora não com a mesma trajetória ascendente que caracteriza os contextos de outros países estudados pelo projeto de investigação Gênero e Política na América Latina (G&PAL) desenvolvido pelo Observatório de Sexualidade e Política - SPW. Embora tenha havido antecedentes, o primeiro ataque flagrante contra a “ideologia de gênero” se deu em julho de 2017, quando o ônibus laranja da rede espanhola *Hazte Oír/CitizenGO* - denominado “Ônibus da Liberdade” por seus criadores e “Ônibus do ódio” pelos movimentos feminista e LGBTTI -- chegou ao Chile¹. Esta visita coincidiu com o debate sobre a reforma da lei do aborto no Congresso, que propunha superar a proibição total estabelecida durante o regime ditatorial do general Augusto Pinochet (1974-1990²). Foi também em 2017 que os escândalos de abusos sexuais perpetrados por bispos e padres atingiram seu auge no Chile, minando ainda mais a credibilidade da Igreja Católica. Por último, mas não menos importante, na mesma época a Lei de Identidade de Gênero chegou à fase final de tramitação na Câmara dos Deputados.

No Chile, a mobilização deflagrada pelo ônibus laranja da *CitizenGO* teve como alvo as famílias homoafetivas e a inclusão de temas relacionados a gênero na educação e impulsionou manifestações e propagandas contra a “ideologia de gênero”. Um dos slogans utilizados foi “Nicolas tem o direito de ter uma mãe e um pai”, fazendo alusão a um livro infantil, publicado em 2014 pelo *Movimiento por la Liberación Sexual* (MOVILH), que conta a história de Nicolas, um menino que tem dois pais. O slogan foi colado à hashtag *#ConMisHijosNoTeMetas*, revelando a conexão orgânica com a iniciativa criada no Peru em 2016³.

1 Para informações mais detalhadas sobre a CitizenGO, veja o capítulo desta publicação sobre atores regionais (Moragas, 2021).

2 A lei que permite o aborto em três casos foi aprovada e sancionada pelo Tribunal Constitucional em agosto de 2017.

3 Para informações detalhadas sobre Con Mis Hijos No Te Metas, ver Moragas (2020).

Os atores reacionários envolvidos nessas mobilizações e que atacaram, ferozmente, o direito ao aborto e temas de gênero no Congresso, são os mesmos defensores fervorosos do modelo econômico ultraneoliberal, estabelecido no Chile durante a ditadura de Pinochet, que levou a padrões de distribuição de riqueza altamente desiguais e estabeleceu sistema de proteção social limitado e enviesado. Esta profunda desigualdade e o acesso extremamente limitado às políticas sociais, desencadearam a insurreição social que abalou o país em outubro de 2019. Conhecido como *estallido social*, o levante mobilizou protestos de rua em grande escala como não se via no Chile desde os anos 1970. Esses mesmos atores reacionários apoiaram a resposta policial implementada pelo governo do presidente Sebastián Piñera, que foi brutalmente repressiva e resultou em um número escandaloso de pessoas feridas, com perda de visão, abusadas sexualmente e mortas. Os trezentos e cinquenta e dois manifestantes que perderam a visão protagonizaram um escândalo global de denúncia da brutalidade policial (Deutsche Welle, 2019).

BREVE RESUMO DA HISTÓRIA POLÍTICA

Após quase vinte anos de uma sangrenta ditadura militar, o Chile foi governado pela coalizão de centro-esquerda *Concertación* (1990-2011) estabelecida entre o Partido Socialista e o Partido Democrata Cristão, que assegurou uma transição política a passos lentos e difíceis. A partir de 2011, Michelle Bachelet (*Concertación*) e Sebastián Piñera (coalizão de direita *Chile Vamos*) se alternaram no poder, tendo os respectivos presidentes sido eleitos duas vezes. No final dos anos 2010, no entanto, a coalizão de centro-esquerda seria gradualmente erodida e novos partidos e formações políticas surgiram, à esquerda e à direita do espectro político.

Até os anos 2000, a *Concertación* fez importantes esforços para transformar os legados da era Pinochet, mas permaneceu muito relutante em pressionar por reformas legais em relação ao divórcio, aborto e homossexualidade. Isto porque, durante a transição política um pacto foi estabelecido com a Igreja Católica segundo o qual estas questões não seriam tocadas após a democratização. Mas, em 2004, o divórcio se tornou legal e gradualmente os partidos de esquerda, inclusive os socialistas, ficaram mais confiantes para exigir reformas legais nesses domínios. Mesmo assim, Michelle Bachelet, apesar de ser

uma feminista, não ousou apresentar até o seu segundo mandato em 2015 uma proposta de reforma para a hiper restritiva lei do aborto da era Pinochet.

ONDE SE POSICIONAM AS IGREJAS NESSE CENÁRIO?

Historicamente, é inequívoca a influência da Igreja Católica na política chilena. No entanto, desde 2010, a imagem e a credibilidade da Igreja vêm sendo desbaratadas pelo impacto de escândalos antigos e ainda não resolvidos de abuso sexual de menores por membros do clero. Um caso particularmente dramático foi o de um padre chamado Karadima, que abusou de inúmeros jovens por anos e cujo comportamento foi ocultado pelo bispo, seu superior hierárquico. O Papa Francisco, que visitou o Chile no início de 2018 quando esta crise estava atingindo seu auge, não hesitou em pedir perdão publicamente por esses abusos. Como observado por Morán Faúndes (2018):

Para muitas pessoas, porém, suas palavras foram contaminadas por suas ações concretas, pois ele não só se recusou a encontrar-se pessoalmente com as vítimas de abusos, como esteve acompanhado de Juan Barros, o bispo de Osorno, em todos os eventos públicos, quando as mesmas vítimas que denunciaram Karadima também acusaram Barros de encobrir e testemunhar os abusos. (Morán Faúndes, 2018, p.1)

Poucos meses depois, o papa convocou os bispos chilenos para uma reunião em Roma e, nesta ocasião, todos se demitiram. Se consistente, esta medida, embora tardia, pode eventualmente reconstruir a credibilidade da Igreja Católica na sociedade chilena. Mas isto certamente levará tempo, e não está claro se tal mudança atrairá o grande número de jovens que não declaram filiação religiosa para a fé católica. Hoje, o Chile é um dos países latino-americanos com a maior porcentagem de habitantes que declaram não professar qualquer tradição religiosa (26%).

Quanto aos evangélicos, embora seu número tenha aumentado, os dados mostram que não estão exatamente se beneficiando do afastamento dos chilenos do catolicismo, como acontece em outros países. Entretanto, assim como em outros lugares, também se politizaram, conquistando três cadeiras na Câmara dos Deputados, um fato inédito

na política chilena. Seu fervor na defesa de princípios é outro aspecto importante a ser levado em conta na análise das políticas antigênero no Chile. Vários pastores lideraram a mobilização contra a Lei Antidiscriminação (2012), contra a Lei de Aborto (2015) e contra a mais recente Lei de Identidade de Gênero (2018) e outros projetos de lei, como a proposta para legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em contraste com os atores católicos que intervêm nos debates jurídicos e legislativos com advogados bem preparados, os evangélicos, em geral, não contam com recursos equivalentes. São mais estridentes e menos preparados intelectualmente. No entanto, este perfil pode mudar, pois as forças evangélicas chilenas estão cada vez mais ligadas a redes transnacionais que oferecem apoio jurídico e político.

ANTECEDENTES

Em 1995, as posições tomadas pela delegação chilena na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (1995), podem ter parecido bastante moderadas. Mas, no plano nacional, senadores tornaram público um documento criticando essas posições políticas oficiais porque, em sua opinião, a integridade da família não foi defendida adequadamente. A crítica do Senado chileno refletiu as fortes tensões testemunhadas em Pequim a respeito da definição sobre as múltiplas formas de família e dos conceitos de direitos sexuais e reprodutivos e de gênero.

Imediatamente após Pequim, surgiram controvérsias em relação à educação sexual, tema sobre o qual o Chile nunca tinha estabelecido uma política pública formal. Sob a racionalidade neoliberal, que orienta as políticas estatais desde os anos 1980, as escolas no país estão organizadas dentro de um princípio amplo de liberdade de educação, em um sistema que compreende tanto unidades públicas quanto privadas, das quais um grande número é religiosa.

A partir dos anos 1990, a educação se tornou um campo de batalha ideológica em relação às questões de gênero e sexualidade. Foram levantadas as primeiras acusações de “colonização ideológica” contra programas destinados a introduzir debates sobre diversidade sexual e direitos sexuais e reprodutivos na educação básica. Em 1995,

durante o governo Eduardo Frei, um programa foi concebido para promover as *Jornadas de Conversación sobre Afectividad y Sexualidad* (JOCAS) entre estudantes adolescentes. O programa foi testado em cinco escolas para depois ser expandido a outros centros educacionais. Apesar de seus resultados positivos, as JOCAS se tornaram alvo dos setores conservadores e, após alguns anos, foram descontinuadas. Em 2001, o grupo católico Credo Chile⁴ publicou o livro *A teologia da libertação à teologia ecofeminista, uma revolução enraizada na Igreja*, que argumenta sobre como a “ideologia de gênero” haveria penetrado e contaminado o coração da Igreja Católica chilena através de uma perigosa revolução promovida por pensadoras religiosas feministas.

Dez anos mais tarde, pela primeira vez desde a democratização, a *Concertación* perdeu as eleições presidenciais para Sebastián Piñera, um empresário liberal de direita. Piñera prometeu, durante sua campanha, aprovar uma lei antidiscriminação reivindicada pela sociedade após o brutal crime de ódio contra um jovem homossexual, Daniel Zamudio. No entanto, membros de seu partido, assim como a Igreja Católica, se opuseram firmemente à disposição por temer que sua aprovação abrisse portas para outras leis, tais como a do casamento igualitário.

Apesar da pressão, a lei foi finalmente aprovada em 2012. Nesse mesmo ano foi realizado um seminário sobre terapias de conversão sexual na Escola de Direito da Pontifícia Universidad Católica, uma das mais prestigiadas universidades do país. O evento, evidentemente convocado como uma resposta à reforma legal, alarmou e gerou críticas por parte de acadêmicos e ativistas LGBTTI, até mesmo dentro da própria universidade. Nesse período, a Universidad de los Andes, em Santiago, tornou-se o principal bastião intelectual dessa empreitada, onde acadêmicos conservadores começaram a oferecer cursos contra a “ideologia de gênero”. Los Andes é dirigida pelo Opus Dei e está ligada à Universidade de Navarra, na Espanha, um conhecido centro de produção ideológica antigênero. Foi lá que a psicóloga Marcela Ferrer, defensora enérgica das terapias de conversão, se formou antes de trabalhar na Fundación Restauración. Em 2017, o *Movimiento de Integración y Liberación Homosexual* (MOVILH) denunciou a Fundação ao Ministério da Saúde, porque

4 Credo Chile é o novo nome da TFP Chile, o ramo chileno da hoje extinta organização brasileira católica de ultradireita Tradição, Família e Propriedade (TFP). Saiba mais em <https://www.credochile.cl/quienes-somos/>

Ferrer estava realizando terapias de conversão. Deve-se dizer que a Igreja Católica, através da Arquidiocese de Santiago, também permitiu que Ferrer utilizasse suas instalações com o mesmo objetivo.

A MATURAÇÃO DAS POLÍTICAS ANTIGÊNERO

Em junho de 2016, o veículo digital “pró-vida” e “pró-família” El Acontecer - que declara não ter afiliações políticas ou religiosas - criticou uma política nacional de educação implementada pelo governo Bachelet, alegando que visava promover a educação secular obrigatória e implementar currículos de educação sexual baseados em uma “perspectiva de gênero”. Na mesma época, a ONG *Padres Objetores de Chile* declarou publicamente que estava preparada para combater uma disposição destinada a impor a “ideologia (de gênero)” à sociedade chilena porque, em suas próprias palavras:

Por trás desses, aparentemente benignos, direitos humanos das mulheres, esconde-se um programa marxista de reengenharia social, que é contra nossas crenças e convicções. Este é o mesmo programa que, na Alemanha, levou à prisão de pais que se recusaram a levar seus filhos a estas aulas, e que foi objeto de protestos maciços na Itália, na França e em Porto Rico⁵. (El Acontecer, 2016)

Nesse mesmo ano, a advogada Andrea Balbotín e a ONG *Defendiendo Chile*, uma organização evangélica engajada em incidência legislativa, organizaram um evento numa igreja localizada na comunidade de classe média alta Las Condes, em Santiago. Na ocasião, Balbotín definiu “ideologia de gênero” como uma “infiltração dogmática que submeteria o país à tirania ou ao totalitarismo”.

Em 2017, quando a Lei de Identidade de Gênero começou a ser analisada pela Câmara dos Deputados, Ivan Moreira - atualmente senador pelo direitista Partido da Independência Democrática (UDI) - chamou a teoria de gênero de “ideologia do mal” e

5 Texto original: “detrás de estos aparentes y justos derechos humanos de las mujeres se esconde una verdadera reingeniería social marxista que va en contra de las creencias, las convicciones paternas, lo cual ha llevado a padres detenidos en Alemania por no llevar a sus hijos a estas clases; masivas protestas en Italia, en Francia, en Puerto Rico”.

descreveu a Lei de Identidade de Gênero que estava sendo discutida no Congresso como uma aberração. Outra senadora pelo UDI, Jacqueline van Rysselberghe, que mais tarde se tornaria presidente do partido, também atacou frontalmente a lei nos seguintes termos: “Vamos dizer isto de forma clara e destemida: NÃO à ideologia de gênero, que é contrária à natureza humana. Vamos dizer SIM de todo coração à família, que é a alma de qualquer sociedade” (Cooperativa.cl, 2017).

Nesse ambiente carregado, outra voz que se manifestou contra a “ideologia de gênero” foi José Antonio Kast, político de direita que disputaria as eleições presidenciais de 2017. Kast, frequentemente comparado a Bolsonaro, planejava tornar-se o presidente de extrema-direita do Chile nas próximas eleições em 2022. Segundo relatório produzido pela CIPER para o projeto regional de jornalismo investigativo Transnacionales de la Fe⁶, Kast está ligado a figuras de alto nível da direita transnacional, como o primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán. Em junho de 2017, ele foi uma figura de destaque do Congresso Hemisférico, que reuniu na Cidade do México políticos conservadores e líderes religiosos dos campos católico e evangélico. Um deles foi o pastor Fabrizio Alvarado, que poucos meses depois concorreria à presidência da Costa Rica, chegando ao segundo turno das eleições⁷. Dois meses depois de sua declaração contra o projeto da Lei de Identidade de Gênero Kast lançou sua candidatura à presidência. Não por acaso que, entre esses dois eventos, a visita do ônibus laranja ao Chile contribuiu para levar a um novo patamar o tom e a visibilidade da cruzada antigênero que vinha tomando forma desde 2016.

A REFORMA NA LEI DO ABORTO

Como em outros países latino-americanos, não é possível analisar a política antigênero no Chile sem abordar as controvérsias a respeito do aborto, tanto porque essas duas batalhas se sobrepõem de muitas maneiras, mas também porque a oposição ao aborto sempre existiu e sua infraestrutura é utilizada por ideólogos e ativistas antigênero.

6 Transnacionales de la Fe é um esforço de jornalismo investigativo realizado por 16 mídias latino-americanas lideradas pelo projeto Columbia Journalism Investigation, da Universidade de Columbia. Ver: <https://transnacionalesdelafe.com/>

7 Para mais informações sobre Fabrício Alvarado, ver o capítulo sobre a Costa Rica nessa publicação.

Até o final dos anos 1980, o Código Penal do Chile proibia o aborto, mas incluía o direito à interrupção voluntária da gravidez sob a única condição de risco à vida da mulher (aborto terapêutico). Em 1980, na ditadura Pinochet, o Chile tornou-se o segundo país do mundo, depois de Malta, a incluir em sua constituição o “direito à vida desde a concepção”. No final dos anos 1980, à beira da transição democrática, o Tribunal Constitucional aboliu o fundamento legal para o aborto terapêutico, tornando o Chile um dos poucos países do mundo onde o aborto era totalmente proibido.

De 1990 em diante, o movimento feminista chileno e outros defensores do direito ao aborto envidaram os esforços possíveis para desbloquear o debate legislativo sobre aborto que estava empacado pelo acordo entre a Igreja Católica e a Concertación de modo a superar a proibição total. Não obtiveram sucesso até 2014, quando a presidenta Michelle Bachelet decidiu enviar ao Congresso uma proposta de reforma legislativa, que seria apresentada no início de 2015. A proposta incluía três exceções no Código Penal sob as quais a interrupção da gravidez deve ser permitida: risco à vida da mulher, estupro e anomalias fetais graves.

Assim que a reforma da Lei do Aborto começou a ser debatida, os mesmos grupos que tinham atacado o gênero na educação se opuseram ferozmente. Atacaram o projeto com uma variedade de argumentos, como, por exemplo, dizendo que aborto e gênero põem em risco a reprodução biológica e que representam ameaças à ordem social e à sobrevivência humana. Em seus discursos e panfletos estabeleceram ligações entre aborto, engenharia social e eugenia, e acusaram as pessoas realizam procedimentos abortivos – sejam as mulheres ou as pessoas que as ajudam – de “torturadoras/es de fetos”. O aspecto mais relevante a ser destacado em relação a esses argumentos antiaborto é que já não estavam enquadrados em linguagem religiosa, mas sim usavam a semântica dos direitos humanos e da ciência, aí incluídas as ciências sociais.

O processo legislativo da reforma da lei do aborto foi longo, duro e, por vezes, grotesco. Não foram bem sucedidos os esforços do movimento feminista e outros defensores do direito ao aborto para ampliar as exceções, de modo a incluir os riscos à saúde. Apesar de muitos obstáculos, no dia 2 de agosto de 2017, a lei foi finalmente aprovada, mas algumas semanas depois o Tribunal Constitucional aprovou uma sanção

que concedeu o direito à objeção de consciência tanto aos médicos quanto às instituições, decisão que teria impacto negativo no acesso ao procedimento.

Apesar desta limitação, a reforma foi considerada uma grande vitória política, que não teria sido possível não fosse o incansável esforço do movimento feminista desde os anos 1990. Para a região como um todo, essa vitória foi também um avanço pois sinalizou que as leis draconianas podem ser alteradas em outras sociedades onde o aborto também é totalmente proibido – como é o caso de El Salvador, Nicarágua, Honduras e República Dominicana. Por outro lado, dada à oposição inflexível da Igreja Católica ao aborto, é plausível levantar a hipótese de que teria sido muito mais difícil chegar a este resultado se a credibilidade da igreja não estivesse tão prejudicada.

A LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO

O pano de fundo da Lei de Identidade de Gênero envolve tanto iniciativas legislativas quanto regulamentações revolucionárias em saúde pública, que as antecederam. Em 2012, quando a Lei Antidiscriminação do país foi aprovada, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou os Termos e Normas sobre Orientação Sexual e Protocolo de Identidade de Gênero, que define conceitos e oferece diretrizes aos Estados-membros para elaboração de políticas públicas que respondam às necessidades e reconheçam os direitos das pessoas trans. Nesse mesmo ano, o Ministério da Saúde emitiu o protocolo nacional Circular 21 para regulamentar modificações corporais e o pleno respeito ao nome social das pessoas trans. O protocolo também estabeleceu que os custos de adaptação do corporal seriam cobertos pelo Fundo Nacional de Saúde (FONASA).

Em 2013, um projeto da Lei de Identidade de Gênero foi apresentado ao Senado. Elaborado pela *Organizando Trans Diversidades* (OTD) com o apoio da *Fundación Iguales*, a proposta foi patrocinada por senadoras/es de esquerda Lily Pérez, Ximena Rincón, Camilo Escalona, Ricardo Lagos Weber e Juan Pablo Letelier. Em 2015, o Ministério da Saúde emitiu outro protocolo que proibia procedimentos cirúrgicos em bebês intersexuais, a fim de evitar mudanças corporais antes que as pessoas possam decidir de forma autônoma sobre

seus próprios corpos e identidades. Finalmente, em 2017, o projeto de Lei da Identidade de Gênero chegou à segunda etapa de tramitação legislativa na Câmara dos Deputados, quando foi apoiada por uma ampla gama de parlamentares, incluindo uma representante do Partido Democrata Cristão.

Esses debates legislativos e as novas regulamentações sanitárias coincidiram com a instalação e amadurecimento da cruzada antigênero no país, que culminou com a chegada do ônibus laranja em 2017. As forças envolvidas nesta cruzada, que durante muito tempo concentraram seus ataques no aborto e na educação sexual, deslocaram seu arsenal bélico para a Lei de Identidade de Gênero. Criticaram o “relativismo inaceitável” de concepções plásticas sobre gênero argumentando que “diferenças sexuais naturais e estáveis são a única base sólida das prerrogativas legais” . Sobretudo, atacaram a lei ampliando os argumentos que já haviam usado antes contra as políticas de educação sexual.

Apesar desses ataques e do clima de hostilidade aos direitos das pessoas trans que prevaleceu durante as discussões no Congresso, a Lei de Identidade de Gênero foi aprovada em setembro de 2018. O texto final inclui requisitos específicos para menores de dezoito anos, o que é uma limitação se comparada à Lei de Identidade de Gênero aprovada na Argentina em 2012. Mas dado que o clima político contra a “ideologia de gênero” estava em franca ascensão desde 2016, este resultado pode e deve ser lido como uma grande vitória.

Embora este resultado positivo deva ser atribuído ao trabalho de incidência realizado pelos proponentes da lei dentro e fora do Congresso, um outro fator acidental deve ser considerado. Em março de 2018, o filme chileno “Uma Mulher Fantástica”, que conta a história de uma mulher trans, foi premiado com o Oscar de melhor filme estrangeiro. A atriz principal, Daniela Vega, tornou-se um ícone cultural nacional e sua figura condensou o significado subjetivo, mas também político, das reivindicações levantadas pela Lei de Identidade de Gênero. A atmosfera cultural e social desencadeada pelo Oscar dificultou que vários atores políticos, incluindo o próprio presidente Piñera, tomassem uma posição draconiana de oposição à legislação.

VIOLÊNCIA: O CONTINUUM ENTRE GÊNERO E ESTADO

Seguindo a trilha global da campanha #MeToo, protestos feministas contra o assédio sexual tomaram conta das universidades chilenas no primeiro semestre de 2018. Em julho, durante uma grande marcha feminista em Santiago, um grupo mascarado de oposição espalhou por seu caminho enormes pedaços de carne sangrenta para provocar repúdio ao aborto e também atacou brutalmente alguns dos manifestantes. Este episódio sinalizou algo novo: o recurso à violência física por parte de atores antifeministas que, muito provavelmente, orbitam no campo antiaborto/antigênero.

Quando este relatório estava sendo finalizado, a revolta social chilena irrompeu tomando conta das ruas do país. Ela desafiava abertamente a legitimidade do governo Piñera e, principalmente, os legados da ditadura militar, como a política econômica neoliberal que não foi alterada significativamente e a Constituição do país que nunca foi reformada. Esta foi (e continua sendo) uma insurgência da juventude, o que não impediu que a resposta imediata do Estado fosse brutal: pessoas espancadas, mortas, com cegueira provocada por balas de borracha. Centenas de mulheres jovens, homens gays e pessoas não-binárias foram estupradas.

Tal brutalidade inspirou a atuação de rua do coletivo feminista *Las Tesis* que criou a performance *El violador eres tú*, que viralizou muito rapidamente no plano global. A performance evidencia o elo intrínseco entre as violências estatal e de gênero, lembrando que os campos de batalha de gênero nunca são apenas sobre gênero, mas também sobre a ordem política mais ampla. Em junho de 2020, o coletivo *Las Tesis* foi acusado judicialmente de incitar violência contra a polícia, o que impulsionou uma onda internacional de repúdio.

Três meses antes, em março de 2020, Sebastian Piñera nomeou uma política de direita, Macarena Santelices, para o Ministério de Políticas para as Mulheres. Santelices, que é neta de Pinochet, prontamente declarou que não houve violações dos direitos humanos durante a ditadura sangrenta de seu avô. A nomeação e o ataque à *Las Tesis* escancararam que, apesar de seu índice mínimo de popularidade, a administração Piñera estava optando por uma virada ainda maior à direita ao invés de responder aos apelos profundos e amplos

por mais democracia, por políticas de gênero e justiça social. Escrevendo logo após a nomeação de Santelices, as feministas Bárbara Sepúlveda e Lieta Vivaldi Macho (2020) interpretaram o ato nos seguintes termos:

Ter uma mulher com essas características em uma posição tão importante nos faz temer que o Chile avance para cenários similares aos agora vistos nas Américas do Norte e do Sul onde, em países como Estados Unidos e Brasil, os movimentos antigênero são articulados e críticos de qualquer questionamento do que eles consideram ser “diferenças naturais” entre homens e mulheres. (Sepúlveda & Macho, 2020)

Sob o impacto de uma bem sucedida campanha lançada pelos movimentos feministas, Santelices renunciou. Mas, como as forças e tendências analisadas pelo estudo de caso permanecem ativas no cenário social e político, as sombras de Santelices continuam presentes no horizonte. O grau dessa força será verificado na próxima Reforma Constitucional, adiada por causa da pandemia da COVID-19.

[ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL](#)

Arce, L. (2017). La “ideología de género” y la embestida mediática: crítica de un discurso falaz. *Revista Nomadías*, 24, 20.

Cooperativa.cl.(2017, 7 de janeiro). Jacqueline van Rysselberghe: “La ideología de género es contraria a la naturaleza humana”. Cooperativa.cl. <https://bit.ly/3lnjbBA>

Deutsche Welle. (2019, 15 de novembro). Hundreds of Chileans blinded by police since protests began. *Deutsche Welle*. <https://p.dw.com/p/3T5Ce>

El Acontecer. (2016, 13 de junho). Bachelet impondrá la ideología de género en los colegios. *El Acontecer*. <https://elacontecer.cl/index.php/politics/item/814-bachelet-colegios>

Morán Faúndes, J. (2018, 9 de março). La visita papal a Chile: los límites del “fenómeno Francisco”. *Sexuality Policy Watch*. <https://sxpolitics.org/es/la-visita-papal-a-chile-los-limites-del-fenomeno-francisco/3889>

Ramírez, P. (2019, 25 de junho). El desconocido rol estelar de J.A. Kast en la “guerra santa” contra la OEA. *Centro de Investigación Periodística*. <https://bit.ly/3mokQYZ>

Reuters Staff. (2017, 3 de agosto). Chile’s Congress eases strict abortion ban, court battle awaits. Reuters. <https://www.reuters.com/article/us-chile-abortion-idUSKBN1AJ23H>

Richard, N. (2018). *Abismos temporales. Feminismo, estéticas travestis y teoría queer*. Ediciones Metales Pesados.

Sepúlveda, B. & Macho, L.V. (2020, 29 de Maio). #NoTenemosMinistra: A crise do Ministério da Mulher e Igualdade de Gênero no Chile. *Sexuality Policy Watch*. <https://wp.me/pashlZ-2Mm>

CONTEXTO

Ao longo das últimas duas décadas na Colômbia, assim como em toda a América Latina, feministas, ativistas da diversidade sexual e outros movimentos de direitos humanos elevaram o patamar de suas reivindicações por igualdade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos. Em resposta, na década de 2010, tomou forma uma cruzada conservadora que compreende ampla gama de atores. Utilizando diversas estratégias populistas, essas campanhas atacaram a “ideologia de gênero” para captar a atenção e os votos em um momento-chave do país no qual, de fato, o futuro político da Colômbia estava em jogo.

Para melhor apreender as trajetórias da política antigênero no cenário colombiano, é importante destacar algumas características do contexto nacional. Uma característica crucial a ser analisada é, por exemplo, o perfil religioso do país. De acordo com estudo realizado por Beltrán (2012), 71% da população que se declara católica e 16,7% se enquadram na categoria “diversas denominações protestantes”, predominantemente composta por evangélicos (que correspondem a 14,4% da população com afiliação religiosa), mas também comportam Testemunhas de Jeová e Adventistas (1,8%). Além disso, 4,7% dos colombianos se definem como agnósticos ou ateus e 3,5% declaram acreditar em Deus, mas sem afiliação religiosa.

Mesmo quando a maioria da população seja filiada ao cristianismo, a Reforma Constitucional de 1991 definiu o Estado colombiano como laico nos seguintes termos:

“um Estado social governado pela lei e organizado sob a forma de uma república unitária” (Constituição da Colômbia, art. 1). A Constituição também reconhece, no seu sétimo artigo, a diversidade étnica e cultural da nação e garante a liberdade

de culto e a igualdade entre todas as vertentes religiosas e igrejas no nono artigo. Como o Estado ratificou uma série de acordos internacionais de direitos humanos, a jurisprudência sobre o convencionalismo reforçou a incorporação de premissas dos direitos sexuais e reprodutivos nas decisões constitucionais e outras interpretações legais. Além disso, desde 2002 o Estado tem adotado uma política nacional de saúde sexual e reprodutiva baseada em direitos (Gil, 2019).

A igualdade de gênero também está consagrada na Constituição. Uma política nacional de igualdade de gênero foi adotada em 2013 e existem estruturas específicas para igualdade de gênero em muitos estados e municípios. Em 2018, o Decreto 762 que instituiu uma política pública nacional (LBGTTI) foi aprovado após quatro anos de debates. Além disso, a educação sexual é obrigatória e faz parte do currículo da educação pública desde os anos 1990¹, embora a implementação concreta de suas diretrizes seja muito desigual e os sistemas de monitoramento e avaliação quase inexistam. Finalmente, o marco legal relativo à prostituição segue o modelo clássico que não criminaliza a prestação de tais serviços, mas pune a promoção e exploração da prostituição, o que contribui para que as zonas de trabalho sexual sejam constantemente sujeitas à intervenção e ao assédio policial.

Outra característica importante a se considerar no cenário colombiano é que os ganhos legais nos domínios de gênero, sexualidade e aborto foram alcançados predominantemente através de decisões da Suprema Corte e não de debates legislativos. Um exemplo significativo foi a decisão de 2006 que instituiu três exceções penais que descriminalizaram o aborto em caso de estupro, quando a vida ou saúde da mulher está em risco e anomalia fetal incompatível com a vida). Este novo marco jurídico que foi uma vitória para o movimento feminista seria imediatamente distorcido por forças antiaborto de forma a impulsionar suspeitas sobre a legitimidade da decisão da Suprema Corte. Desde então, a estratégia dessas forças tem sido de causar pânico moral e difundir desinformação para manter a ordem jurídica como sempre foi e esse padrão seria replicado em relação a questões de gênero e sexualidade, como veremos a seguir.

1 Lei 115 (1994), Decreto 3353 (1995), PNES-PN SSR (2003), e PESCC (2007).

OS ANTECEDENTES DAS GUERRAS DE GÊNERO

O termo “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez no cenário colombiano nos escritos do autor católico ultraconservador Alejandro Ordóñez, que, entre 2009 e 2016 foi Procurador-Geral da República entre 2009 e 2016. Ordoñez usou o termo “ideologia de gênero” no livro *Hacia el libre desarrollo de nuestra animalidad* (2003), para parodiar, de maneira grotesca, a premissa de “desenvolvimento livre da personalidade” que é um valor nodal da Constituição de 1991.

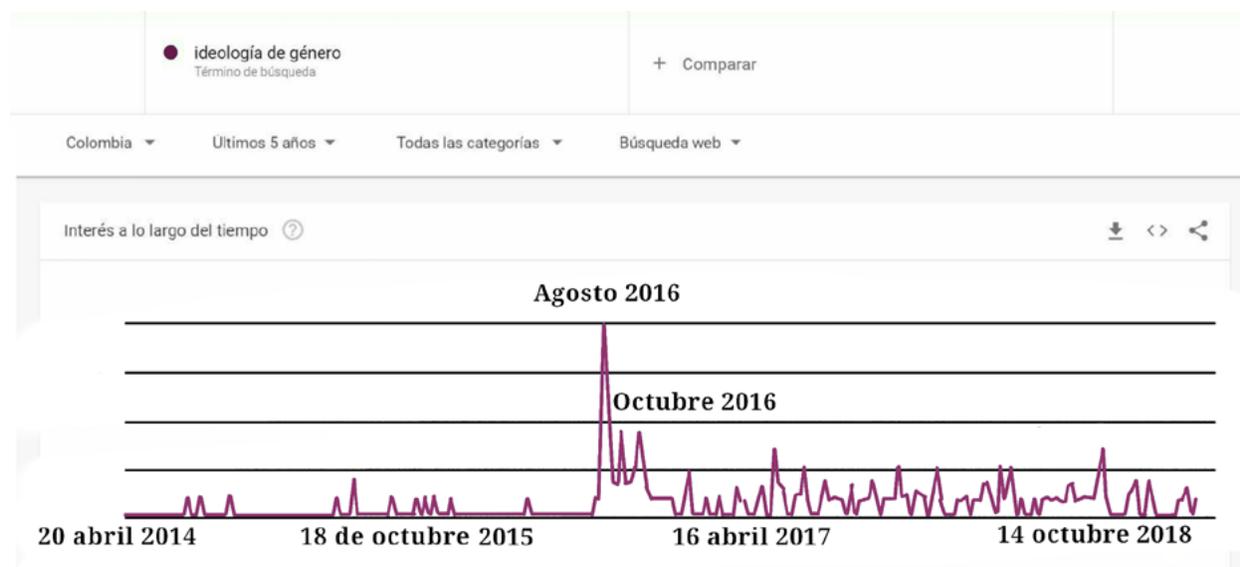
Seus trabalhos posteriores *Ideología de género: utopía trágica o revolución cultural* e *El nuevo derecho, el nuevo orden mundial y la revolución cultural* foram publicados logo após a decisão da Suprema Corte sobre o direito ao aborto em 2007. Nesses livros, Ordoñez descreve a “ideologia de gênero” como uma subversão da ordem natural que constitui uma estratégia de colonização cultural derivada de influências feministas nos acordos internacionais de direitos humanos. O autor também afirma que um dos principais objetivos deste “empreendimento cultural imperialista feminista de gênero” é a legalização do aborto.

Esta visão foi difundida entre funcionários públicos, no judiciário e na sociedade em geral e imediatamente utilizada para criticar e contestar a decisão da Suprema Corte. Como observado por Gil (2013), a retórica “anti-imperialista/nacionalista” contra gênero, direitos sexuais e reprodutivos e aborto desacreditou a decisão da Suprema Corte assim como outras políticas relacionadas e criou um clima hostil contra as feministas e várias organizações internacionais, tais como a Fundação Ford, a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) e a ONG colombiana Profamilia (associada à IPPF), que são retratadas como conspiradoras internacionais.

A DISSEMINAÇÃO GRADUAL DA IDEOLOGIA ANTIGÊNERO

O presente estudo analisou dados do Google Trends para verificar como o termo “ideologia de gênero” circulou nacionalmente na internet entre 2004 e 2018 (ver Figura 1). Embora as tendências sejam baixas durante todo o período, existe uma coincidência flagrante entre os picos da busca por “ideologia de gênero” e dois episódios críticos ocorridos na Colômbia em 2016, um envolvendo uma cartilha sobre educação sexual e outro sobre o Referendo do Acordo de Paz Colombiano, que serão analisada mais adiante. Como se pode imaginar, um pico anterior também foi identificado em março de 2006, coincidindo com os debates e a decisão da Suprema Corte sobre a descriminalização do aborto. Se em 2006 a “ideologia de gênero” estava vinculada ao direito ao aborto, dez anos depois ela estaria associada à homossexualidade e à transexualidade. Esta mudança é ilustrativa da adaptabilidade das estruturas discursivas antigênero.

Figura 1:



A ERA ORDÓÑEZ

A propagação da fórmula “ideologia de gênero” na esfera pública colombiana, sem dúvida, se intensificou durante os anos em que Alejandro Ordóñez foi Procurador-Geral da República. Além de seus ataques sistemáticos ao feminismo e aos direitos sexuais e reprodutivos, enquadrados como ameaças à família, Ordóñez esteve desde sempre ligado a grupos e atores internacionais engajados em cruzadas similares. Em 2010, por exemplo, ao preparar um novo plano para melhorar a resposta estatal às violações de direitos humanos de pessoas LGBTTI, ele contratou como consultor um membro da ONG espanhola ultracatólica *Hazte Oír*, que até então não era muito visível internacionalmente². Três anos depois, contudo, quando a *Hazte Oír* criou sua filial digital *CitizenGO* para operar internacionalmente, sua visibilidade se expandiu. Em 2016, seu ônibus laranja percorreu a Espanha promovendo uma campanha contra as pessoas trans com o slogan “Meninos têm pênis, meninas têm vaginas. Não se engane!”. No primeiro semestre de 2017, o ônibus viajou pelas América, percorrendo a Costa Leste dos Estados Unidos, México, Colômbia e Chile. Em novembro do mesmo ano, a *CitizenGO* foi a principal propulsora da campanha digital que mobilizou contra a presença de Judith Butler no Brasil.³

Conseqüentemente, ainda durante o mandato de Ordóñez, formou-se uma rede nacional heterogênea envolvendo políticos conservadores, personalidades públicas, atores religiosos e veículos de mídia. Este caleidoscópio de atores, desde então, tem recorrido, sistematicamente, as visões e ideologias seculares e religiosas, em geral em diálogo e articulação com iniciativas transnacionais similares, para atacar as interpretações jurídicas que ampliavam o âmbito da provisão Constitucional que estendem as proteções jurídicas aos domínios de gênero e sexualidade e em outras áreas críticas relacionadas a essas temáticas.

2 Para informações mais detalhadas sobre a CitizenGO, veja o capítulo desta publicação sobre o caso da OEA

3 Para maiores informações sobre as ações da CitizenGo no Chile e no Brasil, ver os capítulos sobre esses dois países nessa publicação.

EDUCAÇÃO SEXUAL E A ONDA ANTIGÊNERO

Um momento ainda mais significativo nas guerras de gênero na Colômbia foi a virulenta onda de pânico moral deflagrada em 2016 contra as novas diretrizes oficiais de educação sexual distribuídas nacionalmente na cartilha *Orientaciones sexuales y identidades de género no hegemónicas en las escuelas: Temas para reflexión*. As novas diretrizes foram publicadas como resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e outras agências da ONU. Foram elaboradas em resposta à recomendação expressa em sentença do Tribunal Constitucional (T-478, 2015) após o caso de Sergio Urrego, um jovem homossexual que cometeu suicídio por conta de pressões homofóbicas que sofreu na *Escuela Castillo Campestre*, onde foi assediado por colegas e por funcionários de alto escalão (Erazo, 2015).

A recomendação do Tribunal incluiu vários conteúdos alinhados à Lei 1620 de 2013 que estabeleceu um sistema nacional para promover a coexistência pacífica nas escolas e programas de treinamento em direitos humanos, educação sexual e prevenção e mitigação da violência. O Tribunal definiu que os protocolos e diretrizes existentes seriam revisados para garantir que as normas e comportamentos no sistema educacional não entrassem em contradição com a Constituição. Em outras palavras, as regras existentes que fossem discriminatórias ou contrárias à premissa de “livre desenvolvimento da personalidade”, estabelecida no texto Constitucional, deveriam ser alteradas (Gil, 2016).

Apesar de estar totalmente alinhada com esses parâmetros, a cartilha foi furiosamente atacada pelos conservadores, que utilizaram então novas estratégias para atingir seus objetivos, como a convocação de manifestações maciças de rua e a vasta difusão de notícias falsas através das mídias sociais. Manifestações de rua aconteceram em todo o país e um extenso estratagema de desinformação e informações falsas foi impulsionado para alimentar o pânico moral. Além disso, um grande número de políticos fez discursos públicos desqualificando o Ministério da Educação, então chefiado por Ginna Parody, que era conhecida por ter uma companheira (embora ela nunca tenha publicamente afirmado ser lésbica). O “lesbianismo da ministra”, como vociferado pelos conservadores, foi usado

para ilustrar o que é “ideologia de gênero” e as manifestações foram convocadas tanto contra o livreto como contra a própria Parody.

Nesta campanha com frentes múltiplas, o campo antigênero espalhou imagens de atos sexuais explícitos alegando que correspondiam ao conteúdo principal do livreto. Também foi deliberadamente criada uma confusão entre a cartilha e os livros infantis *Nicolas tem dois pais e Anita e suas mães*, publicados pela organização da sociedade civil chilena *Movimiento de Integración y Liberación Homosexual* (MOVILH)⁴. Essas mobilizações na Colômbia coincidiram com o surgimento de uma campanha contra a educação sexual no Peru promovida por evangélicos sob o lema *Con Mis Hijos No Te Metas*. Muitas convergências podem ser identificadas entre os conteúdos e repertórios implantados nos dois países⁵.

O episódio da cartilha significou um ponto crucial de inflexão política. Implicou, em primeiro lugar, uma renovação na liderança da cruzada conservadora, como pode ser exemplificado por novas caras parlamentares que se manifestaram: Angela Hernández, María del Rosario Guerra (que está ligada à organização transnacional *Political Network for Values*), Jimmy Chamorro, e Alvaro Hernán Prada. Em segundo lugar, o episódio também tornou evidente que os católicos, por um lado, e os evangélicos, por outro, estavam trabalhando em estreita colaboração, embora operassem de forma bastante distinta em termos políticos.

Historicamente, católicos têm atuado politicamente através da influência nos altos níveis das instituições estatais sem se preocupar em mobilizar marchas de rua. Na aparência, as marchas maciças de 2016 contra a cartilha foram mobilizadas por atores evangélicos, mas, em realidade, um grande número de paróquias, redes Marianistas e membros da hierarquia católica também estavam empenhados em convocá-las, embora de forma mais discreta. Houve uma divisão de tarefas em que o “trabalho sujo” foi realizado por evangélicos, enquanto católicos, em particular a hierarquia, podiam se exibir como

4 Veja o capítulo sobre o Chile desta série.

5 Para informações mais detalhadas sobre *Con Mis Hijos No Te Metas*, veja o capítulo sobre o caso da OEA desta série.

não hostis ou retrógrados em relação a questões de gênero e sexualidade. Finalmente, a mobilização política em torno da cartilha reforçou a criação de uma base social mais ampla e ativa das chamadas “pessoas moralmente preocupadas”, o que seria crucial para a agitação mais ambiciosa em relação ao Referendo do Acordo de Paz.

TRAVANDO UMA GUERRA AO GÊNERO PARA ATACAR OS ACORDOS DE PAZ

Há várias hipóteses para explicar a derrota no Referendo do Acordo de Paz em 2016, em que 50,2% dos eleitores disseram não apoiar aos acordos que propunham, entre outras medidas, a anistia dos militantes das FARC, contra 49,7%, que votaram a favor deles. Uma interpretação dominante atribui o resultado aos efeitos de notícias falsas, que desinformaram o público sobre o conteúdo do Acordo no que diz respeito à desmobilização da guerrilha. Foram amplamente compartilhadas, por exemplo mentiras sobre grandes “subsídios” que os ex-guerrilheiros receberiam. No entanto, outros observadores também interpretaram a derrota como um efeito da acusação feita por forças contrárias ao Acordo de visava impor a “ideologia de gênero” à sociedade colombiana, acusação essa que estaria associada ao crescimento do voto evangélico no país.

Entretanto, entrevistas realizadas por ocasião dessa pesquisa com ativistas de gênero e revisão da literatura que foi realizada fazem emergir um quadro diferente e mais complexo. Bibiana Ortega, especialista em igrejas evangélicas e sua relação com a política, acredita, por exemplo, que o peso do voto evangélico no referendo foi superestimado (Ortega, 2012; 2018). Segundo ela, embora o episódio da cartilha tenha demonstrado o poder mobilizador do setor evangélico, este poder não se traduz, automaticamente, em votos. Em outras palavras, o capital religioso não se converte automaticamente em capital eleitoral.

Concordando com esta interpretação, o presente estudo acrescenta que o voto cristão não católico não funciona em bloco, inclusive porque ele também compreende algumas igrejas protestantes históricas engajadas em agendas ecumênicas progressistas pela paz

e pelos direitos humanos que, por sua vez, incluem movimentos sociais feministas e de diversidade sexual. O estudo, no entanto, também reconhece que algumas das igrejas evangélicas foram fundamentais para mobilizar o voto pelo “não”, especialmente as chamadas “mega igrejas”, que são muito politizadas e alinhadas aos partidos políticos de direita, como argumentam também Ortega (2018) e Basset (2018):

A Misión Carismática Internacional, maior Igreja Evangélica do país, definitivamente trabalhou para o “não”. Esta igreja é muito próxima do Centro Democrático e de seus dois representantes políticos. O casal Castellanos, está intimamente ligado ao líder do CD: o ex-presidente Álvaro Uribe. Uma questão pode, portanto, ser levantada: este foi um voto evangélico ou um voto uribista? Em contraste, políticos que sistematicamente atacam a ideologia de gênero, como Vivian Morales, Jimmy Chamorro, os quatro membros evangélicos da Opción Ciudadana e o partido MIRA (este último sendo originalmente evangélico) apoiaram formalmente o “sim” no Referendo. (Basset, 2018, p. 258)

Em resumo, o voto evangélico foi muito importante, mas não decisivo para explicar o resultado do referendo. Por outro lado, o estudo sugere, de acordo com as vozes feministas que foram ouvidas, que um fator para explicar a derrota pode ter sido a falta de educação pública efetiva sobre o conteúdo e o significado do acordo, necessária para superar o ódio que uma alta porcentagem de colombianos sente pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Por outro lado, o estudo confirma que o gênero foi politicamente atacado pelos defensores do “não”. Juntamente com outras estratégias de desinformação e deslegitimação do Acordo de Paz, foram espalhadas em panfletos, por WhatsApp e outras mensagens de mídia social, mensagens sobre o espectro da “ideologia de gênero”, como algo que seria imposto nas escolas pelas regras do Acordo. Esta acusação distorceu e manipulou a perspectiva de gênero e o reconhecimento da diversidade sexual que, de fato, estavam incluídos no texto do Acordo assinado com os ex-guerrilheiros das FARC.

Além de ter contribuído para criar hostilidade contra o Acordo, esta acusação teve um efeito duradouro. Apesar da derrota, o governo Juan Manuel Santos, que havia iniciado o processo de paz, reafirmou seu compromisso de implementar o que havia sido acordado. No entanto, nas discussões pós-referendo sobre as regras de implementação, as forças antigênero deram o melhor de si para anular as dimensões estruturais da inclusão de perspectivas de gênero no texto original do Acordo. Embora a linguagem de gênero e diversidade sexual tenha sido preservada nas normas de implementação, sua substância foi perdida, porque a redação atual do texto reforça o entendimento convencional de que a perspectiva de gênero pertence exclusivamente às “mulheres”, em particular como vítimas do conflito armado. Além disso, a derrota do Acordo também abriu terreno para a inclusão de uma definição tradicional de família nas normas de implementação, enquanto o conteúdo relativo à reparação das violações dos direitos humanos de pessoas LGBTTI foi deixado de fora.

Além dos efeitos específicos dos ataques à “ideologia de gênero”, que parecem ter contribuído para a derrota do Acordo, e dos efeitos desta derrota em termos das modificações acima mencionadas nas diretrizes de implementação, o resultado de referendo também alterou a percepção do público sobre o poder eleitoral das forças religiosas. Os evangélicos, em particular, saíram do processo com uma imagem triunfante de vencedores, o que os situou com mais força na constelação política colombiana.

GÊNERO NAS ELEIÇÕES DE 2018 E O GOVERNO DUQUE

Em 2018, a Colômbia teve eleições presidenciais em que disputaram os candidatos Iván Duque, do Centro Democrático, representando uma coalizão de direita, e Gustavo Petro, concorrendo por uma coalizão de esquerda. Duque foi vitorioso, levando o Uríbismo de volta ao poder, embora numa nova versão. O relatório deste estudo foi finalizado quando a nova administração Duque estava completando seu primeiro ano. Assim, ele inclui uma visão geral do que aconteceu na campanha presidencial de 2018 em relação a gênero, abordando também como o assunto vinha sendo tratado pelo novo governo até então.

Surpreendentemente, na campanha presidencial de 2018, os ataques à “ideologia de gênero” não foram intensos como em 2016. Em debates públicos na televisão, nos jornais e em reuniões políticas abertas, foram levantadas questões sobre homossexualidade e aborto, mas gênero esteve ausente. O que prevaleceu dessas discussões foi o ataque ao marxismo ou à figura retórica do “Castro-Chavismo”. Ou seja, a “ameaça do gênero” foi substituída pelo “risco da Colômbia se tornar uma nova Venezuela”, um discurso em que a estigmatização da esquerda e do “ódio de classe” esteve associada à acusação de que o candidato de esquerda Gustavo Petro “estava polarizando a sociedade”.

Embora os discursos antigênero não tenham sido tão palpáveis durante as eleições, assim que a administração Duque começou, atores conservadores muito conhecidos foram nomeados para cargos-chave. Alejandro Ordóñez, por exemplo, foi nomeado Embaixador da Colômbia junto à Organização dos Estados Americanos (OEA); Nayid Abu Fager, um ativista evangélico que serviu como consultor da deputada conservadora Vivian Morales foi nomeado para a Direção de Direitos Humanos do Ministério do Interior, um órgão que potencialmente desempenharia papel predominante na implementação da nova política nacional LGBTTI que Santos deixou assinada. Também se iniciaram conversas sobre a criação de um novo Ministério da Família que, até 2020 não havia sido materializado.

PARA CONCLUIR

O caso colombiano ilustra claramente como o reconhecimento do gênero nos direitos humanos, e na política em termos mais amplos, tem suscitado forte oposição e pode levar a uma reorganização da política conservadora. Isso significa que as novas formas de contracultura e de reivindicação dos direitos sexuais e reprodutivos devem ser constantemente gerados, pois essas lutas políticas e culturais não são lineares ou circulares, mas dialéticas. Nenhuma conquista feminista ou de diversidade sexual é definitiva e, por isso, ativistas devem estar sempre, política e culturalmente preparados, para rearticular a reivindicação de novos direitos, ao mesmo tempo em que ensejam esforços para garantir a proteção dos direitos já alcançados.

Para que isto aconteça, é importante sustentar a existência e o trabalho de organizações dedicadas a analisar e denunciar estratégias conservadoras e incentivar um clima favorável à formação de um público educado e capaz de avaliar criticamente o jogo de interesses em disputa nos campos do gênero e sexualidade. Também é necessário abrir e preservar espaços no plano das instituições estatais, de modo a contrariar as estratégias e resistências mais invisíveis que, se dão no interior desses aparatos, desviando ou dificultando os recursos designados para as agendas de direitos humanos. Embora o cenário cultural e as estruturas estatais devam ser tratados simultaneamente, a luta cultural permanece crítica porque é no tecido social que são gerados ou incitados os sentimentos, percepções e opiniões facilmente suscetíveis de serem capturados pela política antigênero.

O caso da Colômbia também sugere que a política antigênero, como luta cultural, tem o potencial de determinar resultados eleitorais a depender de outros fatores concorrentes. Por outro lado, informa ainda que essas políticas devem ser sempre analisadas a partir de um enquadramento mais amplo que tenha em conta a economia política, que reconheça a articulação entre as política do gênero e da sexualidade com poderosos interesses ligados à propriedade da terra e dos meios de comunicação, mas também do financiamento de campanhas políticas e outras dimensões estruturais.

Finalmente, na Colômbia, embora continue sendo crucial mapear como a agenda antigênero tem refletido e continua a se refletir em jogos políticos e vitórias das forças conservadoras e de direita, é necessário examinar os terrenos mais obscuros onde a política antigênero joga de forma menos visível. Frequentemente, a ideologia antigênero não é explicitada nas estruturas estatais, nos documentos formais ou nas campanhas estatais para a mídia. Ao contrário, ela se manifesta em programas governamentais locais, em protocolos obscuros, em nomeações, em estratégias sutis que desafiam programas constitucionalmente reconhecidos, assim como no desvio de recursos e em outras formas de políticas silenciosas que podem, no entanto, ser muito eficazes. Essas modalidades “suaves” ou silenciosas de política antigênero que parecem estar no centro da agenda nacional do atual governo, podem ter efeitos muito negativos sobre as políticas e sobre o exercício cotidiano dos direitos, mesmo quando impactos sejam menos espetaculares do que se assistiu em 2016.

[ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL](#)

- Basset, Y. (2018, janeiro-junho). Claves del rechazo del plebiscito para la paz en Colombia. *Estudios Políticos* (52), 241-265.
- Beltrán, W. (2012, janeiro-junho). Descripción cuantitativa de la pluralización religiosa en Colombia. *Universitas Humanística*, (73), 201-23.
- Erazo, C. (2015, 10 de novembro). Sergio Urrego: un caso que no se debe repetir. *El Espectador*. <https://www.elespectador.com/noticias/bogota/sergio-urrego-un-caso-no-se-deberepetir-articulo-598462>
- Gil, F. (2016, 31 de agosto). Sexual Justice and Political Culture in Colombia. Sexuality Policy Watch. <https://sxpolitics.org/sexual-justice-and-political-culture-in-colombia/15641>
- Gil, F. (2020). Colombia - Agentes conservadores contra los derechos sexuales y reproductivos. In: Corrêa, S. (Ed.). *Políticas antigénero en América Latina*. Rio de Janeiro, Sexuality Policy Watch.
- Ortega, B. (2012). “Lo imposible es real”: Apuntes en torno a la participación del MIRA en el campo político colombiano. Parker, C.(Ed.). *Religión, política y cultura en América Latina. Nuevas miradas*, 147-167.
- Ortega, B. (2018). Political participation of evangelicals in Colombia (1990-2017). *Politics & Religion*, XII (1), 17-54.

Gabriela Arguedas Ramírez

Condensado por Mariana Carbajal

Na Costa Rica, a proliferação de partidos políticos que tem agendas religiosas explícitas não é recente e tampouco inesperada. É errado interpretar a ascensão do neopentecostal Partido Restauración Nacional (PRN) nas eleições presidenciais de 2018 exclusivamente como efeito do pronunciamento a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo emitida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) Opinião Consultiva OC-24/17¹. Na verdade, desde o final do século 20, o neointegrismo católico² e os movimentos neopentecostais fundamentalistas têm mobilizado várias agendas sociais e políticas e alcançado vitórias significativas no país, o que tem resultado num grave retrocesso no árduo caminho de secularização da esfera pública. Além disso, essas forças dificultaram medidas estatais de reconhecimento e a proteção dos direitos humanos.

Mas, seu aparecimento na arena política não é uma manifestação nova. Eventos que remontam aos anos 1980 mostram isso de forma flagrante. Já então, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aceitou o registro de partidos políticos com claras posições confessionais, apesar de uma proibição estabelecida no Código Eleitoral, que deriva dos artigos 136 e 28 da Constituição nacional. O primeiro partido registrado foi a Alianza Nacional Cristiana, criada em 1986. Em 1995, outra plataforma evangélica, a Renovación Costarricense, foi fundada e registrada e, em 2005, o Partido Restauración Nacional entrou na arena política. A única limitação emitida pelo TSE foi que a Renovación Costarricense não usasse símbolos religiosos em sua campanha.

1 Opinião Consultiva OC-24/17, emitida em 24 de novembro de 2017 e tornada pública em 9 de janeiro de 2018, define orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero como categorias protegidas pelo Artigo 1.1 da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos (CIDH), e enfatiza todas as medidas necessárias a serem tomadas pelos Estados a fim de garantir o acesso a direitos (trabalhistas, relacionados à seguridade social, direitos familiares e outros), em condições de igualdade e sem discriminação, a esta população historicamente discriminada e estigmatizada. O parecer foi emitido a pedido do governo costarricense, em 2016.

2 Os termos em espanhol “neointegrismo/neointegrista”, usados para denotar vertentes católicas ultraconservadoras, são geralmente traduzidos em inglês como fundamentalismo. Neste artigo, no entanto, optamos por manter a semântica espanhola, pois tanto as autoras como as editoras consideram que existe uma série de distinções históricas e doutrinárias entre as correntes católica e evangélica ultraconservadora e tradicionalista.

Outro evento que vale mencionar é a resolução emitida pela Sala Constitucional no dia 15 de março de 2000, declarando inconstitucional a fertilização *in vitro*. O apelo de inconstitucionalidade para opor-se à legislação sobre o assunto foi levado à Suprema Corte pelo advogado Hermes Navarro del Valle, que na época atuava como assessor da Igreja Católica. Anos depois, a CIDH emitiu decisão que contradisse a Sala Constitucional e instituiu a retomada dos serviços de fertilização. Mais tarde, em 2007, houve o caso de Ana, uma jovem grávida que solicitou ao sistema de Previdência Social da Costa Rica autorização para realizar um aborto terapêutico em razão de confirmada anencefalia fetal. O governo negou o procedimento e, em 2008, a jovem processou o governo perante a Corte Interamericana. Posteriormente, outros oito casos foram levados à CIDH por casais que processaram o Estado por obstrução a abortos terapêuticos. Em 2012, essas várias reclamações foram agrupadas em uma única ação, cujo desfecho seria a condenação do governo da Costa Rica no que ficou conhecido como o Caso Artavia Murillo. Isso levou o governo a negociar com a corte e um acordo foi firmado, no qual o Estado assumiu o dever de publicar um protocolo para a realização de abortos terapêuticos em hospitais públicos e privados do país. Mas essa obrigação ainda não foi cumprida, dada a intensa pressão por parte de movimentos religiosos neointegristas e fundamentalistas.

Desde 2007, os partidos neopentecostais também cultivam uma produtiva aliança com o Partido Liberación Nacional (PLN). Historicamente o PLN e o Partido Unidad Social Cristiana (PUSC) alternaram-se no poder, uma vez que o sistema político do país se baseava em um modelo bipartidário. Mas isto mudou em 2000, quando entrou em cena o Partido Acción Ciudadana (PAC). Em 2009, durante a campanha presidencial, foi abandonado um projeto de reforma da Constituição que eliminaria sua característica confessional estabelecendo a laicidade total. Para compreender a pressão exercida contra essa reforma, basta ler uma manchete do jornal mais importante da Costa Rica, o *La Nación*: “Representantes do Congresso propõem a eliminação de Deus da Constituição Política”. Em 2010, a eleição presidencial foi vencida por Laura Chinchilla (PLN) e sua base no Congresso cedeu a Presidência da Comissão Legislativa de Direitos Humanos a Justo Orozco, então representante do Renovación Costarricense. No governo de Chinchilla, as agendas feministas e LGBTTI foram bloqueadas, assim como foi impedido o registro oficial da contracepção de emergência.

Em 2012, a Sala Constitucional emitiu parecer favorável a uma reivindicação de três mil pais e mães membros da Aliança Evangélica da Costa Rica pelo direito de impedir que seus filhos frequentassem aulas de educação sexual em escolas públicas. Em 2014, o presidente recém-eleito Luis Guillermo Solís (PAC) concedeu apoio político à Lei de Liberdade Religiosa patrocinada por Justo Orozco e outros representantes neopentecostais. Em contraste, ele nunca expressou sua opinião a respeito do abandono da reforma que retiraria o aspecto confessional da Constituição.

Finalmente, em 2017, o deputado Antonio Álvarez Desanti (PLN) fez um pacto com o Renovación Costarricense que garantiu a eleição de seu membro Gonzalo Ramírez para a presidência do Congresso. Ramírez havia sido indiciado por fraude e denunciado por outras ofensas em várias ocasiões. Pela primeira vez na história do país, o representante de um partido evangélico ocupava um dos quatro postos mais altos da República.

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”: MÍDIA, FAKE NEWS E ALIANÇAS POLÍTICAS

O primeiro artigo sobre “ideologia de gênero” identificado na mídia costarriquenha foi publicado pelo jornal *La Nación* em 3 de julho de 2011. Escrito pelo Dr. José Miguel Goyenaga sob o título *Ideologia de gênero: gênero depende da biologia de um homem e de uma mulher*, o texto inaugurou uma sequência de artigos que empregariam argumentos semelhantes. Em 2017, como já mencionado, as forças religiosas neoconservadoras ganharam batalhas importantes em seus esforços para bloquear os avanços nos campos de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e direitos humanos. Foi então que a Opinião Consultiva OC-24/1 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, emitida em novembro surgiu como “ameaça” para pauta neoconservadora. Como também já havia acontecido no Caso Artavia Murillo, o Estado costarriquenho estava obrigado implementar as recomendações do parecer em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à proteção dos direitos de identidade de gênero, já que o próprio Estado havia solicitado a opinião. Os neointegristas católicos e evangélicos fundamentalistas reagiram imediatamente. Aproveitando a fraqueza do PAC num momento em que escândalos de corrupção corroíam a administração, atacaram o parecer da Corte e utilizaram a agenda antigênero para mobilizar o eleitorado nas eleições presidenciais que se seguiram. Essas forças religiosas neoconservadoras promoveram uma

narrativa que conectava “ideologia de gênero”, “imoralidade”, a Opinião Consultiva da CIDH com os riscos de eleger um presidente “esquerdista”.

Embora esta atmosfera e narrativa ressoem fortemente o que se viu, dois anos antes, nos ataques ao Referendo do Acordo de Paz na Colômbia e nas catastróficas eleições brasileiras do mesmo ano, esse episódio deve ser lido a luz de precedentes registrados na Costa Rica. Padrões semelhantes haviam sido detectados nas eleições presidenciais de 2010, quando o candidato progressista que concorria contra Laura Chinchilla era Ottón Solís, do PAC, representando uma coalizão de centro-esquerda. Durante a campanha, o PAC e Ottón Solís foram acusados de serem demasiadamente amigos do venezuelano Hugo Chávez e do nicaraguense Daniel Ortega. O partido foi considerado socialista (o que não era o caso), uma posição contrastada com o cristianismo, descrito como única fonte de moralidade para orientar as relações pessoais e sociais.

Chinchilla foi eleita. Apesar da ampla rejeição popular em relação ao Tratado de Livre Comércio entre a República Dominicana, América Central e os Estados Unidos (CAFTA), que havia sido promovido e aprovado pela administração anterior, a nova presidente deu continuidade ao tratado. Também seguiu uma cartilha ultraconservadora para obter os votos de grupos que se opunham ao estado laico, aos direitos reprodutivos (especialmente o aborto), ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à educação sexual. Chinchilla foi a primeira mulher a vencer uma eleição presidencial e, como recompensa por seu total alinhamento com os valores católicos, a hierarquia da Igreja nomeou-a “filha preferida” de Nossa Senhora dos Anjos, padroeira da Costa Rica.

Em 2010, além da eleição de Chinchilla, duas cadeiras no Congresso seriam ocupadas pelos pastores evangélicos Justo Orozco e Carlos Avendaño que já haviam sido representantes em legislaturas anteriores. E, no mesmo ano, um novo partido chamado *Accesibilidad Sin Exclusión* (ASE), cuja identidade política estava baseada na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, transformou-se em uma facção alinhada à *Restauración Nacional* e à *Renovación Costarricense*. O ASE conquistou quatro cadeiras nessa legislatura, resultando em um total de seis representantes com discurso político e ação legislativa alinhados às tendências religiosas fundamentalistas/neointegristas, algo inédito na história política recente do país. Em seguida, assistimos à normalização do

discurso religioso nos procedimentos parlamentares, pois nenhum parlamentar questionava esses congressistas quando citavam textos bíblicos nas sessões do Parlamento. Tampouco a imprensa considerou essas práticas problemáticas ou antidemocráticas.

O NOVO BLOCO PARLAMENTAR RELIGIOSO

Em 2012, o *Renovación Costarricense* conquistou duas cadeiras, enquanto a *Restauración Nacional* conquistou uma; o ASE passou de quatro para cinco cadeiras e um novo partido com alinhamentos religiosos chamado *Alianza Demócrata Cristiana* (ADC) conquistou uma cadeira. Formou-se assim um bloco parlamentar cuja agenda seria baseada na oposição a qualquer projeto de lei que visasse garantir os direitos sexuais, reprodutivos ou direitos civis de homossexuais e pessoas trans. O bloco também manteve oposição ferrenha a qualquer reforma constitucional para eliminar o caráter confessional do Estado costarricense e sustentou o padrão - que havia começado com Justo Orozco - de parceria com setores de direita em assuntos de política econômica e fiscal. Esta trajetória é coerente com a adesão político-religiosa do fundamentalismo evangélico às políticas econômicas propostas por setores neoliberais em outros países, como Guatemala e Brasil. Nas eleições costarricenses de 2018, os partidos neopentecostais deram um salto gigantesco e passaram a constituir o segundo maior grupo no Congresso, ficando atrás somente do PLN.

Esses partidos também conseguiram capturar a imaginação da sociedade fazendo recurso a informações falsas e manipulação do público cativo de suas igrejas. Nomearam seus fiéis como os verdadeiros cidadãos da nação e associaram o progresso social em questões de igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual (que chamam de “ideologia de gênero”), ao comunismo/socialismo. Isso implica que esses valores progressistas são equiparados à aniquilação dos valores morais e religiosos que, em suas perspectivas, mantêm a nação unida. São narrativas que se utilizam da dicotomia entre caos e ordem, onde a imagem da ordem é a de uma sociedade baseada nos preceitos religiosos, enquanto o caos associa-se a uma vida individualista e desvinculada de estruturas de poder, ordem e consciência.

Do ponto de vista ético-político, essas falsas afirmações e falácias gozam de total impunidade e beneficiam-se de uma grande desigualdade de condições, em termos dos espaços apropriados para empregar discursos políticos. As igrejas, onde essas perspectivas são mais frequente e repetidamente expressadas, não são espaços públicos, mas sim espaços privados de culto, onde os pontos de vista não estão sujeitos a confronto, debates ou mesmo prestação de contas. Além disso, quando confrontadas em locais públicos, essas vozes religiosas indevidamente descrevem as críticas como manifestações inaceitáveis de intolerância religiosa.

O DISCURSO CONTRA A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES

O termo “ideologia de gênero” foi um dos protagonistas da campanha eleitoral de 2017-2018 na Costa Rica. Embora a defesa dos valores morais e religiosos que o termo invoca tenha cativado corações e mentes de muitos costarriquenhos, essas eleições também mostraram que a coesão das forças religiosas neoconservadoras não é sólida como as pedras.

A Costa Rica é conhecida por sua moderação histórica em assuntos religiosos e esta característica foi reativada quando discursos religiosos extremistas e neoliberais se combinaram e se intensificaram nas eleições de 2018. Houve muita polarização, sem dúvida. Mas um evento significativo mudou o curso das coisas: um embate cultural entre o catolicismo e o neopentecostalismo desestabilizou a aliança supostamente sólida entre católicos e evangélicos. Entre o primeiro e segundo turno das eleições, Rony Chaves, o “pai espiritual” do então candidato à presidência Fabricio Alvarado, chamou de “demônio” o símbolo católico mais importante do país, a padroeira Virgem dos Anjos, comumente conhecida como “La Negrita”. Aos olhos da maioria católica do país, a conduta de Chaves foi vista como repugnante e intolerável e, conseqüentemente, esses sentimentos foram transferidos ao seu pupilo Alvarado, em quem o eleitorado católico não votou.

Sendo assim, é possível interpretar o confronto nas eleições de 2018 não apenas como um embate entre mito e razão, como vários analistas descreveram, ou como uma luta entre ideais modernos e nostalgia pré-moderna, mas sim como um confronto entre

as bases religiosas fundantes da identidade nacional e o mito “invasor” - derivado do culto evangélico - o qual é tolerado, desde que não conflite abertamente com a hegemonia católica.

Apesar desta fratura, não se deve perder de vista que a aliança entre o neointegrismo católico e o fundamentalismo neopentecostal continua sendo eficaz no Congresso. Sua vitória mais recente foi a eleição de uma conhecida figura feminina “pró-vida” ligada a organizações católicas ultraconservadoras para ser Defensora dos Habitantes (ombudsman) do país. Ou seja, a fratura eleitoral de 2018 não significa que o antigo projeto político conjunto de colonizar o Estado e suas instituições tenha sido abandonado.

DEPOIS DAS ELEIÇÕES

Após a vitória do PAC no segundo turno em abril de 2018, o ex-candidato do PRN, Fabricio Alvarado, viajou várias vezes ao exterior para falar em conferências e palestras usando o slogan “Nascidos para governar”. Muitas dessas atividades de formação foram promovidas pelo pastor evangélico estadunidense Robert (Bob) Farrier, fundador do *Kingdom Connections* e autor do livro *Born to Rule: Created by God* (Nascidos para governar: Criados por Deus em tradução livre) de 2011. Farrier viaja frequentemente para a América Latina e América do Sul oferecendo conferências sobre “os santos no cumprimento do grande plano de Deus”. A mesma estratégia de formação de líderes religiosos para a política é sistematicamente utilizada pelo neointegrismo católico através de seus programas de formação de leigos. Um exemplo gritante é a Academia de Líderes Católicos no Chile, que realiza programas em toda a região.

No âmbito econômico, a aliança do PRN com setores neoliberais - que por vários anos têm realizado um ataque contínuo às universidades públicas - tampouco diminuíram. As universidades públicas representam uma ameaça ao fundamentalismo religioso, pois são centros de pensamento livre, crítico e científico. Grupos com fortes interesse econômicos também vêm as universidades como ameaça por produzirem pesquisas acadêmicas que mostram as conexões entre evasão fiscal, desigualdade e violência. Finalmente, a crise fiscal tem sido utilizada para encorajar uma narrativa contra o financiamento público do ensino superior sob a alegação de que este é elitista e corrupto.

Por outro lado, a intensidade da campanha contra a “ideologia de gênero” arrefeceu em meados de 2019, enquanto, em paralelo, o tema do aborto ascendia na agenda. Embora não houvesse qualquer projeto de lei no Congresso exigindo a despenalização do aborto ou mesmo a ampliação dos casos em que é permitido, o partido de Alvarado (PRN) lançou uma campanha de desinformação a respeito do protocolo do Ministério da Saúde que orienta o aborto terapêutico já autorizado por legislação de 1975. A adoção deste protocolo é um dos compromissos assumidos pelo Estado costarrriquenho no acordo que se seguiu ao Caso Artavia Murillo.

O grupo do PRN, contando com o apoio de vários representantes de outros partidos da Conferência Episcopal, de ativistas conservadores como Alexandra Loría Beeche e até da diretoria da Associação de Médicos e Cirurgiões da Costa Rica, afirma que o protocolo ampliará a definição de aborto terapêutico, expandindo seus limites para abrir as portas à livre interrupção da gravidez. O espetáculo político sobre o assunto adquiriu contornos extremos, pois universidades neointegristas, como a *Universidad Autónoma de Centro América* (UACA), aderiram ao coro. Além disso, dentro da Associação de Médicos e Cirurgiões, grupos intimamente ligados ao Opus Dei começaram a impulsionar ataques contra todos os casos onde o aborto é permitido - incluindo a interrupção terapêutica da gravidez - e a pressionar pela patologização das pessoas trans com o discurso da “disforia de gênero” e pela legitimação do dispositivo jurídico da alienação parental.

Vale dizer que ao abordar o debate, a imprensa, no mais das vezes utilizou estratégias clássicas de manipulação e deturpação adotadas pela aliança católica/neopentecostal. Por outro lado, contudo, a opinião pública não aderiu exatamente a este programa político ultraconservador. De acordo com uma pesquisa realizada pela Escola de Estatística da Universidade da Costa Rica, 57% das pessoas no país são a favor de abortos terapêuticos e 45,5% são a favor do aborto em casos de anormalidades fetais incompatíveis com a vida, porcentagens que refletem maior flexibilidade em relação à prática em comparação com os dados coletados em anos anteriores.

Esta mudança gradual na percepção pública é bastante positiva e sinaliza mudanças culturais mais profundas. Mesmo assim, o caminho à frente será tortuoso. Um trecho da Mensagem da Secretaria Episcopal da América Central, na conclusão de sua Assembleia Plenária Anual, em 30 de novembro de 2018 diz o seguinte:

Os jovens têm sido tema central de nossa assembleia, em sintonia com o recentemente celebrado Sínodo, em Roma, e a iminente Jornada Mundial da Juventude, a ser realizada no Panamá. Eles são a maioria de nossa população e enfrentam desafios como: o impacto da mudança tecnológica na comunicação, migrações forçadas, falta de oportunidades para o desenvolvimento pessoal, a imposição da ideologia de gênero, o desânimo e as consequências de uma corrupção forte e generalizada na sociedade. O futuro é incerto, gerando fraqueza, ansiedade, insegurança e solidão. (Secretaria Episcopal da América Central, 2018)

Esta citação resume o discurso da aliança neointegrista e fundamentalista implantada na Costa Rica e em outros países da região. Aliança esta que aproveita as lacunas políticas deixadas tanto pelo Estado como pelos partidos políticos. Esta narrativa, vale dizer, é sustentada por fatos verificáveis, como corrupção, migrações forçadas, falta de oportunidades, e apela para emoções bastante palpáveis, como insegurança, solidão e incerteza. A “ideologia de gênero” é enxertada nessa descrição que, de fato, reflete o cotidiano de milhões de pessoas na região, para ser contabilizada como uma ameaça tão importante quanto a ausência de oportunidades e o desalento coletivo. O discurso é também muito claro em termos de seu alvo demográfico, ou seja, os jovens. A eles é oferecido um sentimento de pertencimento, de ser relevante em um mundo que lhes parece indiferente e onde não conseguem encontrar o sentido à dor e à angústia que experimentam. Essas vozes e discursos religiosos sugerem que combater todos esses inimigos - corrupção, falta de oportunidades, “ideologia de gênero” - não é apenas louvável, é uma tarefa necessária, um chamado tanto terreno quanto divino.

[ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL](#)

Artavia Murillo et al. (“In vitro fertilization”) v. Costa Rica, Inter-American Human Rights Court (2012). <https://iachr.ils.edu/cases/artavia-murillo-et-al-“-vitro-fertilization”-vcosta-rica>

Arguedas Ramírez, G. (2010). El (aún) tortuoso camino hacia la emancipación: fundamentalismos religiosos, los derechos humanos de grupos históricamente oprimidos y la lucha por un Estado Laico en Costa Rica. *Anuario Centro de Investigación y Estudios Políticos*, 50-65.

Arguedas Ramírez, G. (2016). *Putas, invisibles e incurables: categorías identitarias emergentes, resistencia y emancipación en Costa Rica a inicios del Siglo XXI*. R. Viales, & D. Díaz. (Eds.). *Historia de las desigualdades Sociales en América Central. Una visión interdisciplinaria. Siglos XVIII-XXI*. Centro de Investigaciones Históricas de América Central-Universidad de Costa Rica, 632-646.

Arguedas Ramírez, G., & Morgan, L. M. (2017). The Reproductive Rights Counteroffensive in Mexico and Central America. *Feminist Studies*, 423-437.

Austin, J. (1962). *How to do things with words*. Clarendon Press.

Secretaria Episcopal da América Central. (2018, Novembro 30). Mensaje al pueblo de Dios y a todas las personas de buena voluntad. *Radio Católica*. <https://bit.ly/39B2YGR>

GUERRAS DE GÊNERO NO EQUADOR CONTEMPORÂNEO

As políticas antigênero no Equador têm uma longa história. Pode-se dizer talvez que visões conservadoras contra o gênero estão presentes no país desde a colonização e também mais tarde com o estabelecimento da “república católica”, ou República do Sagrado Coração de Jesus da América Latina, na segunda metade do século XIX (Espinosa, 2018). Entretanto, o estudo realizado como parte do projeto Gênero e Política na América Latina está focado na eclosão e crescimento das políticas antigênero no Equador contemporâneo, mais especificamente a partir da presidência de Rafael Correa.

Correa governou o Equador por dez anos, de 15 de janeiro de 2007 a 24 de maio de 2017. Ele surgiu na cena política nacional em meados dos anos 2000 como um símbolo de mudança e esperança. Na primeira fase de seus dois mandatos, realmente foram fortalecidas as políticas estatais e cresceram os investimentos sociais, o que foi possível graças ao aumento do preço internacional do petróleo, principal produto de exportação do Equador. Em 2008, as propostas para o “novo país” convergiram na elaboração da Constituição de Montecristi, vista na região como pioneira em uma ampla gama de direitos, incluindo os direitos da natureza, simbolizados pelo paradigma *Buen Vivir* ou *Sumak Kawsay* e *Suma Qamaña*. As novas definições jurídicas do texto de Montecristi inspiraram feministas de toda a região a repensar as ordens de gênero a partir de uma perspectiva decolonial (Zaragocin & Varea, 2017, p. 1-5).

Olhando, retrospectivamente, e a partir de uma perspectiva feminista, o cenário era, contudo, altamente contraditório. Por um lado, a nova constituição e o lema *Buen Vivir* projetaram um imaginário de mudança profunda. Na América Latina e em outros lugares, a presidência de Rafael Correa e seu partido Alianza País foi retratada como socialista

e suas propostas descritas como pós-neoliberais, uma vez que grupos historicamente marginalizados, como os povos indígenas, afro-equatorianos e LGBT+ tinham lugar e voz na revolução democrática que ele liderava. Entretanto, como observado por Amy Lind (2012), a “revolução cidadã” e a figura de Rafael Correa permaneceram encapsuladas numa lógica de heteronormatividade e eurocentrismo. As estruturas heteronormativas e homofóbicas não foram transformadas nem mesmo quando o governo Correa implementou políticas homoprotecionistas como estratégia para cooptar ativistas e grupos que defendem a diversidade sexual.

A própria Constituição de 2008 não estava isenta de paradoxos. Foram reconhecidas múltiplas formas de família, mas também foram barrados os direitos matrimoniais e de adoção por casais do mesmo sexo. Essa exclusão, de fato, significou um retrocesso em relação ao Artigo 37 da Constituição anterior de 1998, que trazia uma definição neutra de casamento, enquadrando-o como um contrato legal entre duas pessoas denominadas cônjuges, em uma relação conjugal (Picq & Viteri, 2018). Além desses paradoxos e, ainda mais problemático, em 2011, Rafael Correa chamou um referendo sobre reforma da Constituição, para que lhe fosse concedido o direito de reeleição. Dois anos depois, em 2013, a presidência publicou o Decreto 16, autorizando o governo a supervisionar e dissolver as organizações não-governamentais o que resultou em casos emblemáticos de fechamento de organizações da sociedade civil e perseguição de opositores políticos tais como ambientalistas, jornalistas, líderes indígenas e acadêmicos.

Mudanças políticas também ocorreram em relação aos direitos das crianças, mulheres e outros grupos vulneráveis. Embora a Constituição de 2008 tenha estabelecido um Sistema Nacional de Inclusão e Equidade Social, este não se traduziu em leis ordinárias. Como resultado, as políticas sociais continuaram débeis e incapazes de responder adequadamente a desafios sociais, tais como o alarmante número de abusos sexuais e estupros de menores perpetrados por professores do ensino fundamental e médio. Como será visto mais adiante, ao invés de aplicar um quadro de direitos constitucionais para responder a essas violações, a administração Correa optou por uma abordagem marcadamente conservadora.

“IDEOLOGIA DE GÊNERO” IRROMPE NO EQUADOR

A agenda moral conservadora e o autoritarismo do ex-presidente Correa não se evidenciaram imediatamente. Esses traços ficaram borrados na dinâmica inicial da transição política impulsionada pela reforma constitucional de 2008. Entretanto, após sua reeleição em 2013, tornaram-se cada vez mais flagrantes, refletindo-se, por exemplo, nas “Sabatinas”, transmissões semanais veiculadas aos sábados pela televisão e rádio, quando Correa se deslocava pelo país falando diretamente com cidadãos e nas quais frequentemente atacava aqueles que criticavam seu governo (Viteri, 2016).

Granda (2016), que analisou o conteúdo das sabatinas, mostra como as falas presidenciais, não raramente, eram sexistas, racistas, homofóbicas e xenófobas. Tanto assim que Observatório da Mídia relatou noventa e cinco queixas contra a linguagem misógina de Correa nesses programas semanais (Arias & Guerrero, 2017). Seu discurso contrastava abertamente com a Constituição, mas também com a presença substantiva de mulheres na Assembleia Nacional e até mesmo na representação do seu partido o Alianza País (40%), sem contar que, pela primeira vez na história, tanto a presidenta como a vice-presidenta da Assembleia Nacional eram mulheres.

Na sabatina de 28 de dezembro de 2013, realizada em Guayaquil, o ex-presidente criticou a “ideologia de gênero”. Afirmou que “academicamente o conceito de gênero não resiste à mínima análise” e acrescentou que seria uma ideologia que destrói a família. Foi a primeira vez que um líder político latino-americano repudiou publicamente o gênero, usando os mesmos argumentos desenvolvidos e propagados pelo Vaticano:

Todos nós lutamos pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas estes movimentos feministas fundamentalistas são outra coisa. Eles não falam de igualdade em direitos, mas de igualdade em todos os aspectos: os homens são como as mulheres e as mulheres são como os homens. Isto é conhecido como ideologia de gênero... que basicamente afirma que o homem natural ou a mulher natural não existem. Em outras palavras, [eles afirmam] que o sexo biológico não determina um homem ou

uma mulher, mas que as condições sociais o definem, e que uma pessoa tem o direito, a liberdade, até mesmo de escolher se ela é um homem ou uma mulher. Por favor! Isso não resiste ao escrutínio. É uma barbaridade que se insurge contra tudo, contra as leis naturais. O que posso dizer, de um ponto de vista acadêmico, é que estas [afirmações] são monstruosidades que não resistem nem à análise mais ampla nem à mínima... Como é ótimo o fato de uma mulher ser feminina! Como é grandioso que um homem seja masculino! Todo mundo é livre: um homem pode ser afeminado e uma mulher pode ser masculina, mas eu prefiro uma mulher que se pareça com uma mulher e acho que as mulheres preferem homens que se pareçam com homens.

Se considerarmos que as sabatinas eram uma estratégia de pedagogia social empregada para difundir ideias dominantes sobre como a sociedade deve ser organizada, a oposição de Correa ao gênero, além de estar em desacordo com uma série de disposições constitucionais, contribuiu para criar um ambiente político e cultural limitante para os direitos das mulheres e das pessoas cujas sexualidades não estão de acordo com as normas dominantes. O discurso de Correa reiterou a definição constitucional do casamento como união entre um homem e uma mulher, assim como a proibição da adoção de filhos por casais não-heterossexuais e o não reconhecimento de famílias com membros de diversas orientações sexuais. Além disso, teve um impacto negativo sobre programas de educação sexual integral e sobre o direito à identidade de gênero. Deve-se notar ainda que após esse discurso, Correa atacaria, abertamente os esforços feitos por mulheres parlamentares, inclusive da *Alianza País*, para reformar a lei do aborto.

DIREITOS LGBTTI: “MEU GÊNERO NA MINHA CARTEIRA DE IDENTIDADE”

No Equador a homossexualidade foi descriminalizada em 27 de novembro de 1997. Depois disso, a Constituição de 2008 proibiu a discriminação com base na orientação sexual e reconheceu uniões civis entre parceiros do mesmo sexo. Em 2012, iniciou-se uma campanha chamada *Mi género en mi cédula*, patrocinada por várias organizações: a *Confederación Ecuatoriana de Comunidades Trans e Intersex* (CONFETRANS) e pela

Asociación Silueta X - dirigida por Diane Rodriguez, mulher transexual que seria eleita para a Assembleia Nacional em 2017, o *Proyecto Transgénero, Yerbabuena*, entre outros coletivos. Em 2015, o direito de alterar o marcador de gênero nos documentos de identidade foi concedido pela Corte Constitucional para pessoas trans adultas, mas sem permitir a mudança de sexo na certidão de nascimento. A decisão, portanto, manteve intacta a distinção entre carteira de identidade e certidão de nascimento, o que gerou novas circunstâncias de exclusão em hospitais, prisões e seleção profissional.

Quando analisadas em associação com os discursos do presidente, essas várias definições e reformas relacionadas aos direitos LGBTTI nos dizem que que, na Era Correa, esses debates eram conduzidos em base a um duplo padrão: de um lado, certos direitos eram concedidos às pessoas trans, de outro o binarismo de gênero era ideologicamente reiterado. Analisando esse paradoxo, Picq e Viteri (2018) consideram que, se uma revolução sexual ocorreu durante a era Correa, ela foi meramente teatral. Ainda assim, e embora parciais, as novas normas legais de identidade de gênero, foram frontalmente atacadas por forças antigênero já então instaladas por toda sociedade. Em 21 de abril de 2013, por exemplo, lançou-se a iniciativa intitulada *14 millones, Vida Familia y Libertad*, cuja fundadora é uma figura conservadora muito conhecida: Isabel María Salazar. A iniciativa fez uma ampla mobilização digital usando a hashtag *#Ecuador: No a la cédula de identidad de género*, coordenada pela divisão equatoriana da *CitizenGO*¹.

EDUCAÇÃO SEXUAL, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: ENIPLA VS PLAN FAMÍLIA

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Equador é o segundo país da América Latina com maior taxa de gravidez na adolescência, abaixo apenas da Venezuela (El Universo, 2012). O reconhecimento deste problema levou, em 2011, ao desenho da Estratégia Nacional Intersetorial de Planejamento Familiar (ENIPLA). O slogan dessa campanha foi “*Hable em sério, sexo sin mistério*” e o programa, elaborado

1 Mais informações sobre a CitizenGO podem ser obtidas no capítulo da OEA desta publicação.

por especialistas reconhecidos, fundamentou seus princípios em um sólido marco de direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, em 2014, Correa mudou drasticamente a direção desta política e nomeou para a direção da ENIPLA Monica Hernandez, uma católica devota. Hernandez revogou a ENIPLA e criou o Plan Família, cujo conteúdo refletia sua própria inclinação ideológica, como conhecida integrante do Opus Dei. A abordagem original de direitos sexuais e reprodutivos para a prevenção da gravidez na adolescência foi desmantelada e as novas diretrizes consideraram gênero como um discurso ideológico. O foco da política mudou para “valores” e “família”. Os efeitos foram imediatos e seriam medidos posteriormente, pois dados internacionais mostraram que, enquanto as taxas de gravidez na adolescência estavam caindo durante a ENIPLA, começaram a subir novamente após a criação do Plan Família.

Este percurso seria alterado em 2017 após Lenin Moreno ganhar as eleições presidenciais. Em outubro daquele ano, uma das primeiras medidas do novo mandato foi derrubar vários decretos promulgados por seu antecessor, e um deles foi o que criou o *Plan Família*, substituído por uma nova estratégia intersetorial com o objetivo de reduzir a gravidez na adolescência e prevenir a violência sexual e o estupro.

CON MIS HIJOS NO TE METAS: ATAQUE À LEI DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Em agosto de 2017, Lenin Moreno enviou uma nova proposição à Assembleia Nacional, a Lei Orgânica Integral para Erradicação da Violência de Gênero contra as Mulheres. Um dos artigos contemplava a elaboração ou atualização tanto do currículo básico para todos os níveis de ensino, como de livros didáticos e guias para professores para incluir “a transversalização do enfoque de gênero, novas masculinidades, mulheres em sua diversidade, prevenção e erradicação da violência contra as mulheres, mudança nos papéis de gênero e eliminação dos estereótipos de gênero”.

A proposta legislativa, veio em resposta aos crescentes índices de violência de gênero e feminicídio no país e abriu uma janela de oportunidade para que a sessão equatoriana da campanha *Con Mis Hijos No Te Metas* ganhasse visibilidade². Em parceria com outros grupos autodenominados “pró-vida” e “pró-família”, *Con Mis Hijos No Te Metas* convocou uma marcha para 14 de outubro de 2017, levando milhares de pessoas às ruas em várias cidades do país para defender “valores e princípios familiares”, repudiar a “ideologia de gênero” e atacar o conteúdo da lei relacionado a gênero.

A lei foi aprovada em 27 de novembro de 2017, mas, por efeito das marchas e outras pressões, seu conteúdo foi alterado. Os termos “gênero”, “orientação sexual” e “identidades de gênero” foram retirados do texto original e o título do próprio projeto de lei foi alterado para Lei Orgânica Integral para Prevenir e Erradicar a Violência contra as Mujeres. Hoje, na prática, a lei é aplicada a situações em que as mulheres trans são vítimas de violência, mas a eliminação da linguagem de gênero teve um efeito simbólico que não deve ser minimizado.

EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL VS “A MIS HIJOS LOS EDUCO YO”

Em 27 de junho de 2018, a Corte Constitucional do Equador pronunciou a sentença sobre o direito inalienável de crianças e jovens receberem educação sexual, incluindo “o direito dos jovens de decidir autonomamente assuntos relativos a sua saúde sexual, de expressar sua opinião e dar seu consentimento diretamente, sem interferência ilegítima do Estado, da sociedade ou da família” (El Universo, 2018). No dia seguinte, 28 de julho, nas cidades de Quito e Guayaquil, grupos religiosos “pró-vida” e “pró-família” foram novamente às ruas para rejeitar a decisão, alegando que ela implicava uma imposição estatal inaceitável à educação sexual de crianças e jovens. Os protestos lançaram uma nova tendência de campanha digital chamada *A Mis Hijos Los Educo Yo*.

2 O perfil da campanha nacional será analisado mais adiante, mas informações adicionais sobre o *Con Mis Hijos No Te Metas* podem ser encontradas em outros capítulos que compõem esta série: Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai e, especialmente, Atores Regionais – OEA.

Outra marcha foi realizada no dia 31 para pressionar a Assembleia Nacional para que aprovasse uma resolução ratificando “a defesa da família como núcleo fundamental da sociedade”. O texto foi aprovado com setenta votos. Mesmo que a resolução não tenha um impacto político concreto, essa foi mais uma vitória simbólica das forças neoconservadoras, agora solidamente instaladas no sistema político equatoriano. Também em 2018, a Frente Nacional pela Família, a Rede Civil pela Restauração, a Rede Família de Princípios Formativos e o recém criado movimento *A Mis Hijos Los Educo Yo* fizeram a Primeira Convenção Internacional pela Família, que teve Nicolás Márquez e Agustín Laje como os principais oradores³.

DIREITOS REPRODUTIVOS, INCLUINDO O DIREITO AO ABORTO

Em 2019, a Assembleia Nacional debateu a reforma completa do Código Orgânico Integral Penal (COIP). Neste contexto, foi feita uma proposta para alterar o artigo 150, que permite o aborto em três casos: quando a vida e/ou a saúde de uma mulher está em risco e na gravidez por estupro de uma mulher com deficiência intelectual. A reforma visava incluir outras quatro condicionantes: todas as formas de estupro, incesto, inseminação não consentida e anomalia fetal incompatível com a vida. Os movimentos feministas impulsionaram grande mobilização para assegurar as referidas mudanças legais, mas a Assembleia Nacional negou a descriminalização do aborto para vítimas de estupro e em casos de incesto, deficiência mental ou inseminação não consentida. Foram sessenta e cinco votos a favor da proposta, cinquenta e nove contra e seis abstenções. Mais cinco votos favoráveis teriam aprovado a reforma.

Outro ataque disparado pelas forças neoconservadoras religiosas contra os direitos relacionados a gênero mirou o projeto do Código de Saúde Orgânica, que permitiria o aborto quando a mãe ou o feto estivessem em perigo iminente. A Assembleia equatoriana aprovou o Código em agosto de 2020 mantendo a definição de aborto como crime mesmo

3 Mais informações sobre Márquez e Laje podem ser encontradas no capítulo da Argentina desta publicação.

quando a gravidez é resultado de estupro. Mas o Código reafirmou o direito ao aborto em situação de risco à saúde, estabeleceu regras de confidencialidade e incluiu disposições positivas relevantes sobre educação sexual e acesso a serviços de saúde em casos referentes a orientação sexual e identidade de gênero. Todas essas áreas foram ferozmente atacadas por forças antiaborto e antigênero. Um mês após ter sido aprovado, o Código foi revogado pela presidência. Isabel Ponce analisou este inesperado resultado como mais um passo regressivo na esfera das políticas de saúde, direitos sexuais e reprodutivos e direitos de modo geral:

O Código não nos tirou nossos direitos sexuais e reprodutivos, mas os ratificou, esclareceu e fortaleceu. Nesse sentido, é mais do que uma oportunidade perdida para sair da letargia, de que o Equador é o líder em gravidez na adolescência e um grande expoente da criminalização de mulheres, meninas e adolescentes. (Ponce, 2020)

PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NAS POLÍTICAS ANTIGÊNERO

No período examinado para esse estudo de caso, *Con Mis Hijos No Te Metas* se fez um protagonista central das políticas antigênero e antidireitos LGBTTI no Equador. Seu foco é a educação e suas campanhas mobilizam tanto grupos católicos e evangélicos como setores seculares. Os argumentos usados nessas mobilizações são variados: o primeiro deles é que a família nuclear heterossexual é a base da sociedade e deve ser preservada a qualquer custo; o segundo é que o termo “família” se refere apenas à família “natural”, que consiste em um homem e uma mulher, para quem o maior propósito é a procriação; o terceiro é que a “imposição da ideologia de gênero” pelas feministas promove a autodestruição da sociedade porque incentiva as famílias a não procriarem. Usando o slogan “*Ideología no vence la biología*”, essas campanhas abominam as concepções de gênero como construção social e cultural, reivindicam o respeito ao “desenho original dos (dois) sexos”, e declaram que aquelas e aqueles que propagam essas ideias são defensoras e defensores de “aberrações e atrocidades”.

Con Mis Hijos No Te Metas é uma iniciativa transnacional baseada em slogans, publicações e manifestações de rua que se espalham por toda a região. No Equador, foi encabeçada pela *Frente Nacional por la Familia*, coalizão católico-evangélica que organizou a marcha de outubro de 2017 contra a Lei de Prevenção à Violência. Também envolve outros grupos já mencionados como: *Red Pró-Vida e Pró-Família*, *Red de Restauración Civil*, *A Mis Hijos Los Educo Yo* e *Red Familia*. Outros membros são o *Movimiento Vida y Familia* -- um grupo de pais, profissionais e líderes religiosos -- e a *Red de Agentes de Salud*, que propaga a tese que gravidez na adolescência é um “efeito da promiscuidade” e conta com o apoio da Conferência Episcopal Católica.

Apesar de muitos líderes dessas organizações serem homens, também há mulheres na liderança, muitas delas jovens. Amparo Medina, presidenta da *Red Pró-vida e Pró-família* é uma das figuras principais. Linda Arias, representante da *Frente Nacional por la Familia*, é outra figura chave, que obteve grande impacto na mídia durante as marchas de 2017. *Con Mis Hijos No Te Metas* também conta com Paulina Aguirre, famosa cantora equatoriana e vencedora do Grammy, bem como com Cristina Franco Cortázar, conhecida advogada “pró-vida” e Cristina Valverde, advogada e juíza no Tribunal Eclesiástico da Arquidiocese de Guayaquil e autora do livro *Una Realidad Escondida: La Verdad Sobre el Aborto* (2015).

INFLUÊNCIA NA POLÍTICA E NOS PROCESSOS ELEITORAIS

Para além das mobilizações sociais, as ideias antigênero e antiaborto penetraram profundamente nos partidos políticos e nas políticas estatais. Ainda 2016, o candidato presidencial de extrema-direita Guillermo Lasso, do partido *Creando Oportunidades* (CREO) – que em 2021 foi eleito presidente do Equador – sustentou um discurso forte de defesa da “família”. A mesma estratégia foi utilizada pelo Partido Social Cristão (PSC) que, como em outros países da América Latina, é originalmente católico. Em 2019, quando a reforma do Código Penal estava em pauta, um número importante de membros do Congresso expressou posições irredutíveis contra a ampliação do direito ao aborto. Nesse contexto, foi notável que Jaime Nebot, líder do PSC, assim como outros membros do partido, votaram

a favor do direito ao aborto em caso de estupro. Essa posição poderia estar sinalizando fraturas no campo religioso neoconservador, que não eram visíveis alguns anos antes.

Ainda em 2019, o Equador realizou eleições locais e regionais (Metro Ecuador, 2019), onde grupos “pró-vida” e “pró-família” também estiveram bastante ativos, na maior parte do tempo atacando candidatos que haviam se pronunciado no passado ou durante o processo eleitoral a favor da igualdade de gênero, educação sexual e direito ao aborto. O principal slogan era “*Con aborto no tienes mi voto*”. Durante o processo eleitoral, um novo grupo chamado *Políticos Cristianos* criou uma página no Facebook onde pedia votos para candidatos evangélicos que expressassem posições claras contra “gênero”, educação sexual e direito ao aborto.

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

A análise do contexto equatoriano confirma o que foi observado em outros países: a retórica antigênero, tanto religiosa como secular, agrega elementos flutuantes, borra fronteiras conceituais e cria fantasmas. Seus discursos se dirigem a um inimigo comum: uma elite internacional que teria o poder de dobrar as vontades dos Estados nacionais e impor suas “ideologias”, ocultando suas verdadeiras intenções sob uma agenda de progresso ou desenvolvimento. Na semântica dos grupos antigênero, o termo “progressista” é reduzido a progre e tem conotação negativa. É um código para esquerdista, comunista, socialista ou todos aqueles engajados na promoção da igualdade de gênero, liberdade sexual e justiça social. Forças antigênero se vendem como sendo aquelas e aqueles que não possuem ideologias, ao passo que suas e seus inimigos são descritos como “meros ideólogos”.

Como observado por Sonia Corrêa, David Paternotte e Roman Kuhar (2018), o discurso da “ideologia de gênero” capturou e reencenou discursos católicos e antimarxistas da Guerra Fria para atacar ativismos e teorias feministas e LGBTTI. Na América Latina, essa ginástica semântica associou “gênero” aos regimes regionais autodenominados socialistas, como o da Venezuela (Corrêa et al, 2018). Abracinskas observa que, ao reviver o clima da Guerra Fria, os discursos antigênero travam uma guerra contra todas as pessoas e grupos que interrogam criticamente as ordens sociais e políticas estabelecidas (Abracinskas, 2019).

As narrativas de muitos grupos antiaborto e antigênero reproduzem teorias da conspiração e recorrem a uma linguagem e um imaginário apocalípticos. Quando a retórica religiosa é utilizada, há fortes referências ao fim dos tempos quando “apenas os escolhidos serão salvos da destruição e da morte”. São vozes que, ao passo que refutam posições acadêmicas e científicas e pensamentos complexos, defendem e utilizam concepções científicas positivistas acríticas. Lançam mão de princípios biológicos simplificados da genética e da neurociência para “confirmar” o paradigma binário da diferença sexual. Isto é flagrante, por exemplo, no texto de Agustín Laje e Nicolás Márquez em *El Libro Negro de la Nueva Izquierda* (2016), que recorre exaustivamente à “pseudociência” (Sívori, 2019). Diferentemente de outras vozes, essa corrente abandonou imagens baseadas na fé e argumentos doutrinários religiosos, mas não é menos agressiva em suas reivindicações pela preservação ou restauração das ordens sexual e de gênero.

QUEM FINANCIAS AS POLÍTICAS ANTIGÊNERO?

No Equador, os principais financiadores da campanha *Con Mis Hijos No Te Metas* são parte de uma grande rede espalhada por todo o país que envolve evangélicos, adventistas e católicos. Em grande parte, as igrejas são as principais financiadoras de atividades da campanha. As figuras-chave e financiadores são majoritariamente homens e não tão públicos como as muitas mulheres mencionadas acima. Informantes ouvidos por este estudo citaram como principais “acionistas espirituais”: Freddy Guerrero (presidente da *Mision Norte de Quito*, adventista), Jimmy Cornejo (do *Centro Cristiano* de Cuenca), Fernando Lay (Igreja Evangélica Iñaquito, em Quito) e Amparo Medina (*Acción “Pró-Vida”* do Equador).

Um estudo anterior, realizado por Merlo (2010), identificou a *Corporación Favorita*, cujos CEOs são membros da *Igreja Evangélica Iñaquito*, como uma das maiores apoiadoras financeiras de grupos neoconservadores religiosos no país. *Corporación Favorita* é um dos maiores conglomerados do Equador, com várias redes de lojas e supermercados: *Supermaxi*, *Megamaxi*, *Juguetón*, *Aki*, *Gran Aki*, *Super Aki* e *Super Saldos* (Favorita Corporation, 2018). A corporação destina recursos financeiros para atividades antigênero e antiaborto através

de sua fundação *Dejando Huellas*, que apoiou a organização de Amparo Medina desde o começo, mesmo sendo Medina católica. Outra empresa apoiando esses esforços é a *Guitarras Vogel*, que financiou a produção do vídeo usado pela *Con Mis Hijos No Te Metas* para convocar a marcha de maio de 2017, estrelado por Paulina Aguirre. A própria Aguirre é membro da Igreja Cristã Verbo Norte, em Quito.

Merlo (2010) também identificou conexões-chave entre esses grupos e a estação de rádio *Hoy Cristo Jesús Bendice* (HCJB), fundada em 1936, e uma das primeiras estações de rádio evangélicas do mundo. A investigação conduzida por Annie Wilkinson (2013) sobre a HCJB, mostrou que um grupo chamado Apoyo criado pela HCJB em 1992 deu origem a *Camino de Salida*, uma das organizações que trouxe “terapias de conversão” para o Equador e que tem conexões com a indústria transnacional de conversão baseada nos EUA, tais como *Exodus International*.

É interessante comparar esse dado com o cenário de informações compiladas por outros pesquisadores a respeito de tendências neoconservadoras na América Latina. Maher (2019), por exemplo, mostra como pentecostais fundamentalistas ligados aos EUA, não apenas se aproveitaram da pobreza e da desintegração social urbana da América Latina mas também foram eficazes no proselitismo entre os militares e entre elites políticas e econômicas. Essa expansão baseava-se na teologia da prosperidade, que converge fortemente com os princípios mais importantes do neoliberalismo.

Do outro lado da moeda, o trabalho de longa duração dos ultracatólicos (ou integrista católico) também deve ser levado em consideração⁴. O livro *Mitad monjes, mitad soldados: el Sodalitium Christianae Vitae por dentro*, de Pedro Salinas e Paola Ugaz, examinou a organização católica ultraconservadora Sodalício, fundada em 1971 por Fernando Figari para combater a teologia da libertação e que teve como objetivo principal o recrutamento de pessoas jovens e brancas da elite argentina, colombiana, equatoriana e peruana. Essa

4 Para mais informações sobre esse ramo, ver o capítulo sobre Integrista Católico e Fundamentalismo Evangélico desta publicação.

pesquisa mostra que os ativos da Sodalício chegam a um bilhão de dólares, alocados em uma variedade de investimentos, grandes propriedades de terra e uma fundação *offshore* baseada no Panamá. A Sodalício opera no Equador desde 2002 e um dos seus membros é o banqueiro e político conservador Guillermo Lasso, atual presidente da república.

EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA

AÇÕES DE PROTEÇÃO CONTRA O ÓDIO

Quando a marcha de 2017 contra a Lei de prevenção à Violência de Gênero foi convocada, organizações LGBTTI entraram com uma ação judicial contra os organizadores. Utilizaram uma ação de proteção, ferramenta jurídica que permite pedir proteção ao Estado frente a uma possível violação de direitos humanos. No dia 12 de outubro de 2017, antes da marcha, seus principais organizadores -- incluindo o Presidente da Conferência Episcopal -- foram levados a júri e uma audiência foi marcada para o dia 26 de outubro (Bravo, 2017). A decisão final, no entanto, só foi proferida três dias depois da realização do ato. Foram condenados vários aspectos da iniciativa, mas isto não evitou que a marcha acontecesse. O fato é muito relevante porque foi a primeira vez que líderes religiosos de alto escalão engajados em campanhas antigênero tiveram que explicar judicialmente suas intenções.

SATYA TEM DUAS MÃES

O caso Satya é outro marco de resistência e luta pelos direitos LGBTTI no Equador. Satya nasceu em 2011 e o litígio para reconhecê-la como filha de duas mães chegou à Corte Constitucional no início de 2018, tendo decisão final em junho. O caso estava sob responsabilidade da Defensoria e foi monitorado por diversos grupos ativistas. A decisão final determinou que a proibição de registrar Satya como filha de duas mães violou seus direitos constitucionais no que diz respeito à tutela judicial efetiva, identidade pessoal em relação à obtenção de nacionalidade, igualdade e não discriminação, respeito à família em suas diversas formas e no princípio geral do melhor interesse de crianças e adolescentes.

O CASO AMADA: DIREITOS DAS CRIANÇAS TRANS

Em novembro de 2018, o Registro Civil emitiu uma identidade com gênero feminino para Amada, uma menina trans, aceitando seu nome social e sua identidade de gênero. Essa conquista foi resultado de um trabalho extenuante conduzido pela *Fundación Amor y Fortaleza* criada pelos pais de Amada para lutar pelas reivindicações da garota e de outras crianças e jovens trans contra a discriminação. Os pais de Amada se aliaram à *Fundación PAKTA* para avançar com o processo judicial, que sustentava o direito da menina de ter seu nome e gênero alterados em sua certidão de nascimento, tendo como fundamento legal a jurisprudência aberta pela Opinião Consultiva 24-17, da CIDH, que reconhece a convencionalidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo e direitos de identidade de gênero. Isso foi possível porque essa decisão definiu que, nos países-membro da CIDH, nenhuma reforma constitucional ou legislativa é necessária para garantir esses direitos⁵. O caso Amada foi o primeiro na América do Sul a mover um recurso jurídico com base na Opinião Consultiva para assegurar o direito à identidade de gênero de uma criança.

CASAMENTO IGUALITÁRIO

Em 2019 a Corte Constitucional emitiu uma decisão favorável ao casamento igualitário, também embasada na aplicação da Opinião Consultiva 24-17 da CIDH. A batalha pelo casamento igualitário havia começado seis anos antes, sob a liderança das ativistas Pamela Troya e Gaby Correa. Um pouco depois, em 2018, Efraín Soria, presidente da *Fundación Equidad*, junto com seu companheiro Javier Benalcazar, foi ao Registro Civil e solicitou o casamento. Quando a solicitação do casal foi negada, eles apresentaram o caso à *Corte Provincial de Justicia* de Pichincha, que também negou o direito. Uma apelação foi feita à Corte Constitucional, que decidiu favoravelmente, sob o escopo da Opinião Consultiva 24-17.

5 Informações adicionais sobre a Opinião Consultiva 24-17 da CIDH são oferecidas no capítulo da Costa Rica desta publicação.

DIREITO AO ABORTO: FEMINISMO E RELIGIÃO DE MÃOS DADAS

Em tempos recentes, a maior resistência a retrocessos legais são as campanhas organizadas pelos movimentos feministas para reforma do aborto legal e contra a violência de gênero e feminicídios. Essas mobilizações têm sido lideradas pelo Centro *Surkuna para el Apoyo y Protección de Derechos Humanos*, *Aborto Livre Ecuador*, *Grupo de Geografía Crítica* e grupos LGBTTI como o *Diálogo Diverso*. No começo de 2019, em resposta a episódios de violência brutal contra duas mulheres, Marta e Diana, o movimento *Nos Queremos Vivas* e muitas outras organizações de mulheres convocaram marchas que reuniram milhares de pessoas nas ruas, principalmente em Quito, e que também envolveram uma coalizão maior de ativistas LGBTTI, ambientalistas e organizações de trabalhadores.

Vale notar também que, entre 2018 e 2020, grupos religiosos católicos, evangélicos, menonitas e *País Canela*, uma organização religiosa LGBTTI da sociedade civil, divulgaram um posicionamento público em apoio à reforma da lei do aborto com o slogan “*Déjame decidir*”. Nesse contexto, Mónica Maher (teóloga feminista da Igreja Unida de Cristo), Josue Berrú (membro da Igreja Evangélica Luterana do Equador) e José Ignacio López (sacerdote estudioso da Bíblia e teólogo católico), que são membros da *Red Ecuatoriana de la Fé*, também anunciaram seu apoio ao aborto nos casos de estupro (La Hora, 2019). Em maio de 2018, a Reverenda Maher organizou o Seminário Internacional sobre Fundamentalismos Religiosos, Direitos e Democracia, no qual propôs resgatar a interpretação da Bíblia como uma mensagem de libertação para as mulheres e uma importante tarefa política feminista. A partir de então, ela cofundou a *Iglesia Unida del Ecuador*, que luta abertamente pelos direitos de gênero e LGBTTI a partir de uma perspectiva religiosa.

[ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL](#)

- Abracinskas, L. (2019, 21 de março). La globalización de los antigénero y sus versiones nacionales. *La diaria*. <https://ladiaria.com.uy/articulo/2019/3/laglobalizacion-de-losantigenero-y-sus-versiones-nacionales/>
- Arias, D., & Guerrero, É. (2017, março). *‘Déjanos en paz’ Ni gorditas horrosas ni diosas del Olimpo, ¡Mujeres! Un estudio que revela el discurso estigmatizante contra las mujeres en los enlaces sabatinos*. Observatorio de Medios del Ecuador (OME), Fundamedios.
- Corrêa, S., Paternotte, D., Kuhar, R. (2018, 31 de maio). The globalisation of anti-gender campaigns. *International Politics and Society*. <https://www.ips-journal.eu/topics/humanrights/the-globalisation-of-anti-gender-campaigns-2761/>
- El Universo. (2012, 18 de março). Una nueva promesa para bajar tasa de maternidad adolescente. *El Universo*. <https://www.eluniverso.com/2012/03/18/1/1447/nuevapromesa-bajar-tasa-maternidad-adolescente.html>
- El Universo. (2018, 31 de julho). Asamblea respalda derecho de padres para criar a sus hijos sin interferencias del Estado. *El Universo*. <https://www.eluniverso.com/noticias/nota/6885041/asamblea-respalda-derecho-padres-criar-sus-hijos-interferencias-estado>
- Granda, M. P. (2016). El macho sabio. Racismo y sexismo en el discurso sabatino del presidente ecuatoriano Rafael Correa. (Análisis). *Revista Ecuador Debate* 100: 197-211.
- Lind, A. (2012). “Revolution with a Woman’s Face”? Family Norms, Constitutional Reform, and the Politics of Redistribution in Post-Neoliberal Ecuador. *Rethinking Marxism*, 536-555.
- Maher, M. et al. (2019). *Fundamentalismos Religiosos, Derechos Y Democracia*. Hemiciclo FLACSO Ecuador.
- Metro Ecuador. (2019, 20 de janeiro). En una semana violan a Martha y matan a Diana. Metro Ecuador. <https://www.metroecuador.com.ec/ec/noticias/2019/01/20/una-semanaviolan-martha-asesinan-diana.html>
- Picq, M., & Viteri, M. A. (2019). No Sexual Revolution on the Left: LGBT Rights in Ecuador. P. Gerber (Ed.). *Worldwide Perspectives on Lesbians, Gays, and Bisexuals: Culture, History and Law* (Vol. 3). Praeger Press.
- Ponce, I. (2020, 27 de setembro 27). No nos pueden quitar los derechos que ya tenemos. GK. <https://gk.city/2020/09/27/veto-cos-educacion-sexual-reproductiva/>

Viteri, M. A. (2016). Gender, Sexuality, Human Mobility and Academic Freedom in Ecuador. *Dossier: Academic Freedom and Civil Rights in Rafael*, XLVII (2).

Wilkinson, A. (2013). “El cambio es posible”: Camino de Salida, psicólogos cristianos, y el saneamiento de la homosexualidad. Wilkinson, A.K. (Ed.). *“Sin sanidad, no hay santidad”:* *Las prácticas reparativas en Ecuador*. FLACSO.

Zaragocin, S., & Varea, S. (2017). Introducción. Zaragocin, S. & Varea, S. *Feminismo y Buen Vivir: Utopías Decoloniales*. PYDLOS Ediciones.

CONTEXTO

A sociedade mexicana, como conhecemos hoje, reflete muitas camadas de processos históricos complexos, os quais remontam às culturas pré-hispânicas, em grande parte apagadas pela colonização e por políticas adotadas depois da independência no século 19, mas que se entrelaçaram, profundamente, com os modos de vida e normas culturais espanholas. Essas marcas permanecem palpáveis na atual democracia constitucional mexicana. O país é muito diversificado em termos de geografia, etnia e tradições culturais, com contextos sociopolíticos que variam significativamente de região para região. Sob a hegemonia histórica do catolicismo, a sociedade mexicana é plural em termos religiosos, permitindo a coexistência de expressões diversas do cristianismo, além de incluir judeus, budistas e muçulmanos.

Os debates políticos e jurídicos sobre os direitos da mulher e assuntos relacionados à sexualidade também têm uma longa trajetória. Entretanto, é indiscutível que, depois de 1995, como efeito dos preparativos e dos resultados da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim em 1995, maiores investimentos foram realizados nos domínios das políticas públicas e mudanças legislativas com relação à igualdade de gênero. Desde então, essas transformações políticas e jurídicas têm sido disputadas e monitoradas de perto pelos movimentos feministas.

No caso dos direitos LGBTTI, a trajetória da reforma legal e das políticas públicas têm sido mais complicadas e, conseqüentemente, mais lentas. Mesmo assim, nos últimos vinte anos, foram muitos os ganhos no campo da liberdade sexual. Em contraste, no campo dos feminismos a sexualidade é, em geral, retratada e analisada como um domínio privilegiado da dominação masculina e as discussões sobre a liberdade sexual feminina não têm sido tão extensas como aquelas relacionadas aos direitos reprodutivos. As feministas reconhecem

que os contraceptivos são vitais para o livre exercício da sexualidade e, no México, programas de planejamento familiar já existem há bastante tempo. Outras dimensões críticas da liberdade sexual, entretanto, ainda não estão plenamente desenvolvidas nas pautas feministas mexicanas.

ABORTO: QUESTÃO CHAVE

Pode-se dizer que as campanhas para a descriminalização do aborto começaram em 1931, quando o Código Penal do Distrito Federal foi aprovado e o aborto descriminalizado em três casos: estupro, quando a vida da mulher está em risco e aborto espontâneo. Em 1936, a pioneira feminista Ofelia Domínguez fez o discurso “Aborto por Razões Sociais e Econômicas”. Esta foi a primeira vez que o tema foi falado tão publicamente. Desde então, debates e mobilizações contínuas resultaram em significativas reformas legislativas na Cidade do México (DF), mas não no país como um todo. Em 2000, a Lei Robles foi aprovada no DF, estendendo a exceção a casos que põem em risco a saúde da mulher, além de permitindo o aborto por anomalias congênitas graves e gravidez resultante de inseminação artificial não consensual. Em 2007, foi proposta e aprovada uma reforma da lei do aborto que legalizou a interrupção da gravidez em qualquer caso até a 12ª semana de gravidez, garantindo acesso gratuito aos serviços públicos de saúde. Em 2019, o Congresso de Oaxaca também descriminalizou o aborto em qualquer circunstância.

LIBERDADE SEXUAL: PRINCIPAIS CONQUISTAS

As lutas pela liberdade sexual eclodiram no México no final dos anos 1970, ecoando vozes do ativismo de lésbicas, gays e pessoas trans, que mais tarde se unificaram em torno de um emergente e vibrante movimento LGBTTI. A pauta original era acabar com as sistemáticas detenções arbitrárias de homossexuais e pessoas trans. Com o passar do tempo, e conforme o movimento ganhou força, avançou-se em direção a outros objetivos políticos, como a reivindicação por investimentos que assegurem maior visibilidade às vozes das dissidências sexuais e que as tornem interlocutoras legítimas frente às autoridades estatais.

Essas agendas floresceram ainda mais no decorrer da primeira década do século 21 e uma série de conquistas legais e políticas foram alcançadas desde então. O casamento igualitário foi aprovado em 19 dos 32 estados do México. No nível federal, foram adotadas novas regras consulares e de migração, que facilitariam o casamento com não-mexicanos sem discriminação. Em contraste, no âmbito da identidade de gênero, os ganhos não foram tão proeminentes. Apenas nove estados adotaram uma legislação sobre identidade de gênero que garante o pleno direito de mudar o nome e o marcador de gênero nas carteiras de identidade e nas certidões de nascimento com um simples procedimento administrativo. A Cidade do México é a unidade federativa onde se realizou o maior número de procedimentos desse tipo.

Em maio de 2016, o então presidente Enrique Peña Nieto convidou líderes do movimento LGBTTI para uma reunião em sua residência oficial, visando mostrar seu compromisso com a agenda do movimento. Nesta ocasião, a Presidência apresentou um pacote de reformas que seria enviado ao Congresso e que incluía um projeto para legalizar nacionalmente o casamento entre pessoas do mesmo sexo que contornaria os dispositivos locais, outro projeto para garantir o direito de adoção a parceiros do mesmo sexo, uma regulamentação federal sobre os direitos à identidade de gênero e a revisão de todos os vieses discriminatórios ainda existentes no marco legal. Os Secretários Nacionais de Relações Exteriores, Saúde e Educação também foram instados a adotar medidas de proteção dos direitos das pessoas LGBTTI e a Procuradoria Geral da República foi orientada a responder adequadamente às violações dos direitos humanos vivenciados por essas pessoas.

O Poder Executivo estava, em grande medida, limitando-se a reconhecer e, em alguns casos, expandindo o alcance das leis existentes e das decisões judiciais anteriores. No entanto, o apelo à modificação dos códigos civis a fim de garantir os direitos matrimoniais de casais do mesmo sexo foi um grande passo à frente e estimulou alguns estados a tomarem iniciativa nessa direção (SPW, 2016). Por outro lado, como será visto mais adiante, este corajoso movimento também desencadeou grande reação conservadora.

LIMITES

A partir dos anos 1970, houve uma série de conquistas em relação à igualdade de gênero, respeito à diversidade e liberdade sexual. Entretanto, ainda há muito por fazer e esses ganhos devem ser lidos frente ao contínuo agravamento da violência estrutural que afeta profundamente a vida das mulheres e das comunidades LGBTTI. A extensão e gravidade da violência estrutural no México pode ser ilustrada, por exemplo, pelas milhares de crianças desaparecidas e pelo alto número de jovens mulheres sequestradas por redes criminosas. Com relação às mulheres, os casos têm aumentado ultimamente, o que pode ser explicado pela ausência de um Sistema de Alerta de Violência de Gênero em metade dos estados. Por outro lado, os números também não são positivos em vários dos estados onde esses sistemas vigoram (Redacción Animal Político, 2019). Dados recentes da ONU Mulheres informam que nove mulheres são mortas a cada dia no México, seis de cada dez mulheres mexicanas foram vítimas de algum tipo de violência sexual durante sua vida e 41,3% foram vítimas de abuso sexual. A escala da violência sexual entre jovens é alarmante e se reflete nos altos números de gravidez na infância e na adolescência. O México também está entre os países com maiores números de crimes de ódio contra pessoas LGBTTI.

Infelizmente, as autoridades estatais não tem respondido, como deveria ser, aos índices chocantes de violência relacionada a gênero e sexualidade. Além disso, nos últimos anos, grupos conservadores religiosos e seculares têm incitado e legitimado essas modalidades de violência ao propagar discursos de ódio contra feministas e pessoas LGBTTI. Por sua vez, emergiram na sociedade redes significativas de iniciativas locais dedicadas à busca das pessoas desaparecidas e clamando por justiça, nos casos de assassinatos e desaparecimentos não resolvidos e não investigados.

Desde 2018, com o impacto do movimento #MeToo, a resposta feminista, especialmente das mais jovens, à violência sexual tem também dado maior visibilidade a esse grave problema. Sequências de protestos vem tomando as ruas e há mobilização constante através das mídias sociais. Apesar disso, mais uma vez a resposta do Estado

tem sido extremamente lenta, para não dizer inexistente. Ainda pior, em alguns casos, as autoridades estaduais acusaram e criminalizaram vítimas de crimes sexuais, como mencionado no relatório sobre violência de gênero da Comissão de Direitos Humanos, que analisou a experiência de mulheres abusadas que buscam justiça na Cidade do México (Estévez, 2019).

Outro aspecto a lembrar é que a reforma da lei do aborto na Cidade do México, como já mencionado, ao contrário de se tornar uma inspiração para outros estados, provocou brutal reação das forças antiaborto, com o resultado de que dezessete estados reformaram suas leis para torná-las mais restritivas. Em vários lugares, as forças antiaborto têm pressionado enfermeiras e médicos a denunciar mulheres que recorrem aos sistemas de saúde com abortos incompletos. Hoje, centenas de mulheres estão presas sob a acusação de aborto ilegal, entre estas algumas que sofreram abortos espontâneos¹.

Não é excessivo dizer que assuntos relacionados a gênero e sexualidade foram evitados ou tratados de forma irresponsável por instituições estatais. Apesar do alarmante cenário de violência sexual, não existe uma política pública consistente de educação sexual e tampouco se promove reflexões substanciais sobre o assunto no sistema educacional público. Uma das principais causas desta grande lacuna é que, há muitos anos, a educação sexual tem sido alvo prioritário das forças conservadoras. Por outro lado, deve-se notar que não foram feitos grandes investimentos em universidades e instituições de pesquisa para sustentar estudos de longo prazo orientados para políticas públicas sobre educação sexual ou direitos relacionados à sexualidade em suas múltiplas dimensões.

POLÍTICAS ANTIGÊNERO AMEAÇAM A LAICIDADE

A laicidade e o secularismo constituem outro ponto crítico na análise das políticas antigênero. No México, como em outros países da América Latina, a doutrina católica tem, desde a época colonial, transportado suas rígidas concepções sobre gênero e sexualidade para a lei e para as normas sociais. Porém, na década de 1910, a Revolução Mexicana, que

¹ Um desses casos foi relatado pelo jornal inglês The Guardian em 2014. Ver: <https://bit.ly/2JPDUB2>

tinha forte motivação anticlerical, estabeleceu regras obrigatórias de laicidade, incluindo a proibição do proselitismo religioso e restrições de culto. Rigorosas, essas regras foram contestadas por forças católicas ultraconservadoras, sob protestos que, no final dos anos 1920, culminaram em um conflito armado conhecido como a *Guerra Cristera*². Como resultado, as regras de secularismo obrigatório foram flexibilizadas, mas as normas legais gerais que fundamentam a laicidade foram preservadas, tornando o México um Estado secular exemplar na América Latina.

No início dos anos 1990, durante o governo de Carlos Salinas, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), as regras de laicidade e secularismo foram novamente reformadas, tornando-se menos rígidas. Seguiu-se a Reforma Constitucional de 1992, que permitiu manifestações religiosas públicas e liberou para os políticos a explicitação de suas crenças religiosas. Desde então, a Igreja Católica fez todo o esforço possível para recuperar a influência sobre a política de modo geral e sobre as políticas públicas em particular. Em 2000, foi concluída uma reforma mais ampla que deixou para trás o sistema de partido único estabelecido pela revolução e isso também abriu mais espaço para que a hierarquia católica conservadora, bem como os grupos católicos de extrema-direita, se engajassem novamente na política. Inclusive por que no ano 2000, a primeira eleição nacional pluripartidária foi vencida pelo Partido de Ação Nacional (PAN), criado no final dos anos 1930 e historicamente ligado às elites envolvidas na *Guerra Cristera*.

A partir daí, os parâmetros históricos de laicidade se fariam ainda mais embaçados e desrespeitados. Em 2013, uma nova reforma constitucional substituiu as definições originais de liberdade de crença e liberdade de consciência, pela de liberdade religiosa. A reforma também oficializou as capelanias militares e reconheceu as patentes militares de religiosos. Mais grave, as igrejas foram autorizadas a intervir no conteúdo da educação pública e a serem proprietárias de empresas de mídia e comunicação. Este último aspecto da reforma facilitou enormemente a propagação de visões morais religiosas na sociedade, com efeitos prejudiciais sobre grupos já marginalizados por suas práticas ou identidades sexuais.

2 Para saber mais, ver Cisneros (2018).

Além disso, em muitos estados e cidades, governadores e prefeitos se sentiram autorizados a transferir fundos públicos à Igreja Católica ou a organizações relacionadas (Alarcón, 2010). Isto permitiu a criação ou o fortalecimento de organizações da sociedade civil que defendem o “direito à vida desde a concepção”, promovem a “família tradicional” como principal pilar da sociedade, se opõem ao uso de preservativos, ao direito ao aborto, à educação sexual e à saúde sexual e reprodutiva³. Um exemplo flagrante desta nova tendência é a Frente Nacional por la Familia (FNF), criada em 2016 em resposta à agenda do Presidente Enrique Peña Nieto para proteção aos direitos LGBTTI.

A FNF é uma iniciativa ampla que envolve atores católicos, mas também evangélicos e seculares. Em 2016, tomaram as ruas convocando para a defesa da família e contestação da diversidade sexual e dos direitos LGBTTI. As marchas então mobilizadas anteciparam as eclosões antigênero que irromperiam um ano depois. Em 2017, chegou ao México o “Ônibus da Liberdade”, da *CitizenGO*, popularmente conhecido como o “ônibus laranja”, ou “ônibus do ódio”, segundo as vozes progressistas. O ônibus difundiu mensagens contra os direitos à identidade de gênero e educação sexual, usando o slogan “*Con Mis Hijos No Te Metas*” (Aquino, 2017)⁴. Essas forças também tem ganhado muito terreno porque contam so o apoio explícito de elites econômicas conservadoras, que deram grandes somas de dinheiro às organizações, inclusive para programas de treinamento e para garantir a participação de mulheres e jovens em arenas intergovernamentais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

3 Grupos que se apresentaram como organizações da sociedade civil são: ProVida, Comisión Mexicana de Derechos Humanos, Fundación Cultura de la Vida, Asociación Nacional Cívica Femenina (ANCIFEM), Asociación Católica de la Juventud Mexicana, Unión Nacional de Padres de Familia (UNPF), Legionarios de Cristo, Grupo Familias y Sociedad, entre outros

4 Para mais informações sobre a Hazte Oír, o ônibus laranja e a campanha Con Mis Hijos No Te Metas, veja o capítulo sobre a OEA desta série.

OS EVANGÉLICOS E O NOVO GOVERNO

Para melhor compreender a recente onda, e decididamente “ecumênica”, de conservadorismo religioso acima descrita, é interessante rever, rapidamente, a trajetória histórica das igrejas evangélicas no México. Sua presença no país remonta ao século 19 e, hoje, embora o número de evangélicos tenha aumentado, ainda são minoria. Historicamente, as igrejas evangélicas têm defendido a laicidade como garantia de liberdade religiosa e como estratégia para impor limites à hegemonia católica. No entanto, como visto em outros países, nas últimas décadas a parcela mais conservadora do movimento evangélico rompeu com essa lógica e passou a participar ativamente da vida política do país, inclusive engajando-se na política eleitoral e conquistando cadeiras no Congresso.

O ícone da politização evangélica no México é o Partido del Encuentro Social (PES), registrado como partido nacional em 2014, após estar presente em vários estados nos anos anteriores. Sua base religiosa é composta principalmente por neopentecostais. Segundo o cientista social Javier Calderón Castillo, do Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG), o perfil político-ideológico do PES compreende posições ultraconservadoras no que diz respeito à família e às liberdades sociais, mas também alinhamento com o neoliberalismo e o consumismo e tem forte apoio de sua base/seguidores religiosos. É significativo seu poder econômico que inclui a posse de grande aparato midiático composto por estações de rádio, canais de TV e veículos digitais.

Em 2018, o PES negociou uma aliança com Andrés Manuel López Obrador (AMLO), candidato presidencial vitorioso do Partido Morena e membro da coalizão *Juntos Haremos História*. Relatos da mídia informam que o PES prometeu quinze milhões de votos a Obrador. Na eleição, o PES obteve menos do que os três milhões de votos necessários para permanecer registrado como partido nacional, mas, graças à aliança com AMLO, ganhou trinta e nove cadeiras na Câmara dos Deputados e cinco no Senado. Esta conquista significativa deu voz ao partido no legislativo nacional e assegurou cadeiras em legislaturas estaduais.

No cenário atual, entretanto, a ameaça ao secularismo não vem exclusivamente desta nova presença religiosa nos órgãos legislativos. Durante a campanha eleitoral, AMLO criticou duramente o que chama o “divórcio entre ética e política”, ou o que ele define como “a crescente fratura entre a moralidade e o exercício do poder”. Depois de eleito, continuou a aludir constantemente a valores morais em um discurso com fortes conotações religiosas. Um de seus primeiros atos presidenciais foi lançar a nova edição de um livreto intitulado *Cartilla Moral*, escrito pelo intelectual dos anos 1940, Alfonso Reyes, e cujo conteúdo, além de conservador, é desatualizado. Desde então, em numerosas ocasiões, AMLO tem sinalizado para a proposta de debater uma “constituição moral”, de modo a melhor orientar a sociedade a partir de princípios religiosos e conservadores. Esses movimentos possivelmente não resolverão o problema da corrupção desenfreada na política e na sociedade, mas por certo ameaçarão a pluralidade cultural e política da sociedade mexicana. Desde janeiro de 2019, o Poder Executivo tem feito uma série de acordos políticos com setores religiosos, especialmente com evangélicos. Por exemplo, a *Confederación Nacional de Iglesias Evangélicas* (CONFRATERNICE) está distribuindo amplamente a Cartilha Moral, inclusive em escolas, o que é um sintoma de influência religiosa na educação pública.

Não menos relevante, os líderes evangélicos e o setor empresarial são os únicos atores sociais com os quais o presidente se comunica sistematicamente. A administração AMLO alterou completamente os parâmetros de comunicação entre Estado e sociedade civil. Em contraste com as modalidades estabelecidas pelas administrações anteriores, as políticas sociais não são mais implementadas através de plataformas ou projetos coordenados por organizações da sociedade civil. O executivo federal agora fornece apoio social diretamente aos beneficiários e, no discurso oficial, declara que os intermediários das políticas sociais serão eliminados. Estão incluídas nessas políticas as bolsas de estudo, aposentadorias e subsídios, fundos para empregos temporários, crédito financeiro e a garantia de preços mínimos para os camponeses.

Esta distribuição de recursos para pessoas vulneráveis é um pilar central do relacionamento direto entre o presidente e o povo numa abordagem populista clássica

de gestão do Estado. Um padrão semelhante é identificado nas coletivas de imprensa presidenciais diárias⁵, nas quais AMLO justifica as ações do governo e critica duramente seus adversários. Além disso, mesmo após um ano no poder, López Obrador continuava comportando-se como se ainda estivesse em campanha, viajando continuamente pelo país para encontrar a população local, conversar e fazer promessas, estilo que está em desacordo com a imagem há muito estabelecida, dos presidentes mexicanos, como estadistas. AMLO também se recusa a encontrar-se com seus homólogos internacionais e a viajar a outros países para participar de debates multilaterais. Todas essas mudanças potencialmente afetam as políticas de gênero e sexualidade.

Entretanto, para melhor compreender o que está acontecendo e o que ainda pode acontecer nessas searas, também é preciso levar em conta a política do religioso no seu conjunto. Isto inclui a política de longa data da Igreja Católica contra o direito ao aborto - intensificada após 2007 - e seu ataque histórico contra os direitos LGBTTI - ampliado em 2016. Mas compreende também a crescente influência do PES na atual administração, bem como a concomitante presença evangélica em cruzadas contra o direito ao aborto e a “ideologia de gênero”. A este respeito, vale mencionar que os membros do PES e outras vozes evangélicas não somente atacam o gênero, a autodeterminação reprodutiva das mulheres, a autonomia e a liberdade sexual, como também são favoráveis à pena de morte, cuja abolição é um princípio não negociável dos direitos humanos.

Os recentes ganhos políticos obtidos pelo PES e outros setores evangélicos estão borrando ainda mais a separação entre política e religião, que vinha sendo erodida desde algum tempo, e ampliando o caminho para uma potencial reconfessionalização da política e do Estado. Esta tendência é alimentada nos discursos e posições governamentais de AMLO que, constantemente, evitam posições claras em relação às liberdades e à proteção dos direitos humanos, ou transferem as opiniões e decisões sobre esses campos para “o povo”.

5 López Obrador estabeleceu uma coletiva de imprensa diária que ele chama de “conversas matinais”, porque acontecem às 7h da manhã, quando conversa sobre temas do governo e sobre a agenda do dia. Muitas vezes se faz acompanhar por ministros e membros de seu gabinete, já que se encontram todos os dias entre 5h e 7h da manhã.

RESISTÊNCIA E DESAFIOS À FRENTE

Atualmente não existem políticas públicas ou planos governamentais claros para tratar da igualdade de gênero, direitos reprodutivos e liberdade sexual. Estes âmbitos estão em uma espécie de limbo político e, para responder a isso e evitar possíveis retrocessos, foi necessária uma rápida rearticulação dos movimentos feministas e LGBTTI. No entanto, também devem ser reconhecidas ações, como a incidência feminista legislativa e judicial para lograr a legalização do aborto em outras localidades, seguindo o exemplo da Cidade do México, e para libertar mulheres presas por abortos ilegais, além da pressão constante por políticas de igualdade de gênero, denúncias sistemáticas de feminicídio e violência sexual e vários programas de apoio a famílias de mulheres e meninas mortas ou desaparecidas. Mais criticamente, jovens feministas confrontam a violência sexual que enfrentam no cotidiano, seja através de protestos ou do ativismo digital, onde interpelam diretamente o Estado. Elas também estão replicando a “onda verde” pela descriminalização do aborto iniciada na Argentina em 2018.

Em 2016 e 2017, o movimento LGBTTI organizou manifestações públicas de resistência ao crescimento das forças conservadoras expressas nas marchas convocadas pela FNF e pela circulação do “ônibus laranja” por todo o país. Em algumas cidades, essas mobilizações LGBTTI conseguiram, inclusive, impedir a presença do ônibus. A forte e contínua defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo e das reformas legais de identidade de gênero também são importantes para conter a expansão dessas agendas conservadoras, um trabalho que tem sido sustentado de forma coletiva e estratégica. Não menos importante é o trabalho acadêmico sobre gênero e sexualidade como outra frente de resistência política.

Com tudo isto, os desafios futuros são múltiplos. O cenário político mexicano está atravessado por profundas contradições e muitos riscos. Os evangélicos levaram muito tempo para se engajar na política, mas agora são atores-chave nesta cena. Embora sejam menos de 6% da população, seus recentes ganhos políticos se traduzirão em maior recrutamento, o que vai se refletir nos números do próximo censo nacional. Além disso,

representantes de todo o espectro político desrespeitam cada vez mais a separação entre religião e política, usando símbolos religiosos, assim como empregando discursos doutrinários em campanhas eleitorais e mandatos políticos. Católicos e evangélicos, que antes pareciam estar a quilômetros de distância uns dos outros, e em conflito, agora atuam juntos sob um guarda-chuva “ecumênico” muito agressivo, alinhado à direita e que aponta sua mira contra o gênero, a liberdade sexual e o direito ao aborto. Para alcançar seus objetivos, que incluem a erosão da laicidade e do secularismo, também estão corrompendo o cerne de conceitos de liberdade de expressão, liberdade religiosa e direitos humanos.

As direções tomadas pela administração AMLO são problemáticas e incertas. Por um lado, o presidente parece estar claramente se deslocando caminhando em direção a um modelo de governo fracamente populista. Em outubro de 2019, foi aprovada uma nova lei que permite a revogação do mandato presidencial no final de seu segundo ano, abrindo brecha para novas alterações das regras políticas existentes (Economíahoy.mx, 2019). Um mês depois, um evento triunfal foi organizado para marcar o primeiro ano da administração, reunindo milhares de pessoas no Zócalo (Praça Central), na Cidade do México, para ouvir um discurso presidencial impregnado de autoelogios. Por outro lado, dado que tanto atores conservadores quanto de extrema-esquerda estão sentados no Gabinete Executivo, não é exatamente simples analisar e entender a direção que a administração está realmente tomando. Análises ponderadas e em maior profundidade são urgentemente necessárias para examinar se a condição atual implica ou não em ameaças reais à democracia, incluindo os domínios dos direitos e da liberdade de gênero e sexualidade.

[ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL](#)

Alarcón, Francisco. (2010, 20 de novembro) Diezmo legislativo para la iglesia católica. *Animal Político*. <https://www.animalpolitico.com/2010/11/diezmolegislativo-para-la-iglesiaticatolica/>

Aquino, E. (2017, 14 de junho). Llega a México el #BusDeLaLibertad, que promueve el odio y la homofobia. *Animal Político*. <https://www.animalpolitico.com/2017/06/llega-mexicobusdelalibertad/>

Cisneros, S. (2018, 8 de janeiro). Guerra Cristera en México; personajes, causas y consecuencias. *México Desconocido*. <https://www.mexicodesconocido.com.mx/guerra-cristera-mexico.html>

Economíahoy.mx (2019, 15 de outubro). El Senado aprueba revocación de mandato para AMLO y consulta popular. *Economíahoy.mx*. <https://www.economiahoy.mx/nacional-eAm-mx/noticias/10142044/10/19/El-Senado-aprueba-revocation-demandatopara-AMLO-y-consulta-popular.html>

Estévez, J. C. (2019). *Informe sobre las violencias de género en la procuración de justicia en la Ciudad de México*. Comisión de Derechos Humanos de la Ciudad de México. https://cdhcm.org.mx/wp-content/uploads/2019/09/Informe_violencia_de_genero.pdf

Redacción Animal Político. (2019, 3 de janeiro). En los últimos seis años más de 3 mil niñas han desaparecido en México, alertan organizaciones. *Animal Político*. <https://www.animalpolitico.com/2019/01/ninas-desaparecido-mexico-organizaciones/>

SPW. (2016, 30 de maio). Política Sexual y ‘Estado’: Entrevista con Gloria Careaga. *Sexuality Policy Watch*. <https://sxpolitics.org/es/3279-2/3279>

Clyde Soto

Lilian Soto

Condensado por Sonia Corrêa

O conservadorismo político e social tem uma longa história no Paraguai. Independente em 1811, cultura política do país carrega legados de três séculos de colonização espanhola. Embora sua história trágica seja muitas vezes narrada em tons românticos e pacíficos, os colonizadores exterminaram quase totalmente os povos indígenas originários por meio da violência, da predação sexual das mulheres e da miscigenação forçada. Como nação independente, o Paraguai também foi assolado por duas guerras sangrentas com países vizinhos. Entre 1865 e 1870, desdobrou-se um conflito destrutivo contra a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai, que deixou o país em ruínas e quase dizimou a população masculina. Os efeitos demográficos, como o número de mulheres superando em muito o número de homens na população, perduraram até os anos 1980. Em 1932, outro conflito virulento irrompeu, dessa vez contra a Bolívia por causa de uma disputa territorial sobre a região do Chaco, que perdurou até 1935.

O país também atravessou uma sequência de governos autoritários e conflitos civis internos. Entre 1954 e 1989, sob o governo do General Alfredo Stroessner, o Paraguai viveu a mais longa ditadura militar da América do Sul. Na transição democrática, entre 1989 e 2008, o país foi governado pelo Partido Colorado, originado na cultura partidária centenária da região da Prata, composta por Liberais (Colorados) e Conservadores (Blancos) - um perfil que mudaria com o tempo. O Partido Colorado paraguaio é, desde sempre, conservador liberal com fortes tendências populistas. Durante esse mandato (1989-2008), o país foi afetado por uma sequência de graves crises econômicas.

Mas, nesse período, um marco fundamental da democratização foi a Convenção Constitucional Nacional de 1992, com resultados muito favoráveis aos direitos humanos e à igualdade de gênero. A nova Constituição abandonou a definição do Paraguai como uma nação católica, embora concedendo reconhecimento especial ao catolicismo. Em 2008, a *Alianza Patriótica para el Cambio* (APC), composta por partidos e movimentos sociais de esquerda, venceu as eleições elegendo para a presidência o antigo bispo católico Fernando Lugo. No entanto, em 2012, um golpe parlamentar o retirou do cargo e o Partido Colorado voltou ao poder.

Discursos antigênero circulam no Paraguai desde 1995, quando a delegação do país se alinhou ao Vaticano na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim. Como é sabido, nessa ocasião, a Santa Sé fez uma reserva em relação à Plataforma de Ação, quando afirmou que interpretaria o termo “gênero” como uma definição “ancorada na identidade sexual biológica, de macho e fêmea”. A delegação paraguaia apoiou esta posição, apresentando uma nota de esclarecimento afirmando que entendia “o conceito [de gênero] para se referir aos dois sexos: masculino e feminino”. Esses ataques permaneceram relativamente adormecidos até a década de 2010, quando uma cruzada antigênero irrompeu contra uma nova política sobre educação sexual integral proposta pelo governo de esquerda. Esta mobilização ocorreu imediatamente antes do golpe parlamentar de 2012 contra o presidente Lugo.

Após o golpe, Horacio Cartes, que havia se manifestado abertamente contra os direitos LGBTTI e a descriminalização do aborto na campanha de 2008, tornou-se presidente assumindo de imediato uma posição contrária à “ideologia de gênero”. Desde o mandato de Cartes, as forças conservadoras têm progressivamente ganhado impulso e espaço. Grupos antigênero e antiaborto passaram a ter fortes aliados no Partido Colorado. Consequentemente, sucessivas iniciativas tem impulsionado acusações contra o gênero e o feminismo como os principais inimigos da família, das tradições e dos valores paraguaios. Esta visão se estendeu até a campanha presidencial de 2018, quando Mario Abdo Benítez foi eleito. Diferentemente de seus antecessores, que estavam mais alinhados aos católicos conservadores, Abdo está mais aberto à influência direta de líderes das igrejas evangélicas.

O país é frequentemente retratado como um “bom exemplo” a ser seguido pelas vozes das cruzadas antigênero e antiaborto na América Latina.

O CICLO LONGO

No Paraguai, a política antigênero emerge a partir da camada mais antiga dos chamados grupos e organizações “pró-vida”, aos quais permanece profundamente ligada. Grupos antiaborto operam, abertamente, no país desde os anos 1980. Seu surgimento se deu, sem dúvida, em resposta à mobilização feminista que floresceu sob o efeito da democratização. O ativismo “pró-vida” ou, melhor dito, o ativismo antiaborto era feito por atores e instituições da Igreja Católica. Por exemplo, a ONG *Servicio de Amor y Vida* (SEAVI), organicamente ligada à Arquidiocese e vinculada à *Human Life International* (HLI)¹, iniciou suas atividades com um programa que mostrava vídeos antiaborto para adolescentes em escolas públicas e privadas. As atividades desses grupos se intensificaram nos anos 1990, quando a igualdade de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos ganharam legitimidade no nível internacional a partir dos impactos nacionais das Conferências da ONU, nas quais grupos feministas e de mulheres paraguaias estavam muito engajadas.

Após a queda da ditadura de Strossner em 1989, as principais reivindicações levantadas pelos movimentos de mulheres diziam respeito à eliminação das barreiras legais interpostas às políticas públicas de igualdade de gênero e à criação de um órgão institucional para elaborar e implementar políticas de direitos das mulheres. Apesar da forte resistência, as leis foram reformadas e uma Secretaria da Mulher foi criada sob a supervisão da Presidência. Sua agenda política concentrou-se principalmente na igualdade de gênero na educação e na prevenção e erradicação da violência de gênero. A Secretaria também esteve encarregada das propostas de reformas legais para superar cláusulas discriminatórias e obsoletas que restringiam drasticamente os direitos das mulheres.

1 Para mais informações sobre a Human Life International, veja o capítulo sobre a OEA desta publicação.

Uma das principais vitórias legislativas do primeiro momento da democratização foi a reforma do Código Civil de 1992, que incorporou quase todas as propostas apresentadas pelas feministas, alterando muitas áreas-chave do marco legal, como os direitos da família. Nesse mesmo ano, outro debate crucial se desenvolveu na Convenção Constitucional Nacional em relação ao Artigo 4, que havia consagrado o “direito à vida desde a concepção” no preâmbulo constitucional. Os debates foram intensos quando os grupos antiaborto se opuseram fortemente à incorporação da linguagem promovida pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que acrescentava a qualificação “em geral”, indicando que esta premissa não deve ser interpretada em termos absolutos. Apesar da pressão virulenta das vozes antiaborto, a linguagem da CIDH foi mantida no texto final². Especificamente em relação ao “gênero”, como já mencionado, um episódio crítico dos anos 1990 foi o franco alinhamento da delegação paraguaia com a posição da Santa Sé nas negociações da Conferência de Pequim.

Em 1997, o debate sobre aborto foi reativado no contexto de reforma do Código Penal. Apesar da forte mobilização feminista, não foram alterados os artigos em vigor desde 1910 que restringem quase totalmente o direito ao aborto, que é permitido apenas quando a vida da mulher está em risco. Controvérsias em torno do direito ao aborto ressurgiram no início dos anos 2000, quando a Lei dos Direitos da Criança também foi alterada. Mais uma vez o campo “pró-vida” fez fortes pressões para que o texto incluísse o “direito à vida desde a concepção”. Esta proposta não foi aceita, mas em 2003, aprovou-se uma lei que incluiu essa definição e o mesmo se deu no caso do Decreto Presidencial no 20.846 que estabelece o dia 25 de março como o “Dia do Nascituro”. Assim sendo, o novo milênio começou com grande atividade e algumas vitórias das forças antiaborto que, mais tarde, se posicionariam como brigadistas contra a “ideologia de gênero”. Já então, construíram uma fortaleza política para impedir qualquer avanço no domínio dos direitos sexuais e reprodutivos, em particular o direito ao aborto.

2 A linguagem usada é: “[com relação ao direito à vida] sua proteção é garantida, em geral, desde o momento da concepção”.

Entre 2005 e 2007, o Código Penal foi de novo parcialmente reformado e, mais uma vez, os artigos de 1910 sobre aborto permaneceram intactos. No mesmo período, foram discutidos os artigos sobre atos puníveis contra a autonomia sexual e uma nova lei sobre saúde sexual, reprodutiva e materna. Em ambos os casos, as proposições foram rejeitadas sob ataque das forças conservadoras, para as quais essas propostas arrastavam o espectro do aborto. Essas forças também mobilizaram uma onda de pânico moral em torno da lei de saúde sexual, reprodutiva e materna, com a afirmação absurda de que esta abriria portas para o que chamavam de “casamento gay”. A acusação era surreal, pois jamais se havia mencionado este tema nos debates e, na realidade, o ativismo LGBTTI não estava sequer devidamente organizado no país. No decorrer dessas polêmicas materializou-se a forte polarização que segue curso, em que feministas estão de um lado e vozes conservadoras religiosas do outro.

Nos anos 2010, à medida que os movimentos feministas se fortaleceram e começaram a tomar as ruas, grupos antiaborto e antigênero também ganharam força, desenharam novas formas de mobilização política e se aproximaram ainda da direita política. Ao mesmo tempo, a onda política progressista que havia varrido a América Latina desde o começo dos anos 2000, começou a regredir por meio de golpes parlamentares, como foi no caso de Honduras, Brasil e também do Paraguai. Um pouco mais tarde, esse giro desdobraria em francas vitórias para os conservadores em processos eleitorais.

Como já mencionado, os presidentes que governaram o Paraguai após o golpe parlamentar de 2012 sempre declararam ser, abertamente, ser “pró-vida” e antigênero. Além disso, o que havia sido, originalmente um ataque aos direitos das mulheres, ao aborto, ao gênero e à sexualidade se expandiu no sentido de uma erosão das condições democráticas e ataques aos direitos humanos de maneira a mais ampla. No Paraguai, como em outros países examinados pelo Projeto G&PAL uma agenda de extrema-direita foi vendida aos eleitores sob um guarda-chuva ideológico que relaciona gênero, direitos humanos e “marxismo cultural”.

Em 2018, este conjunto de forças de direita se opôs à aprovação de uma lei abrangente de igualdade de direitos argumentando, uma vez mais, que sua aprovação iria “abrir as portas para o aborto” e para o “casamento gay”. Nesse mesmo ano, as pressões bem sucedidas do neoconservadorismo religioso levaram o Paraguai a não assinar o Pacto Global para Migração das Nações Unidas, sob o argumento de que o tratado era outro caminho através do qual o aborto e a “ideologia de gênero” seriam contrabandeados através das fronteiras. Em 2019, o mesmo argumento foi usado contra a assinatura do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú).

No final de 2017, o campo antigênero estava indiscutivelmente muito mais bem organizado do que em 2012 e fez ataque ainda mais definitivo ao conteúdo de gênero na educação. Também passou a contar com maior financiamento, acesso mais fácil às autoridades e uma grande infraestrutura de comunicação e mídia. Seus grupos se aproximaram de setores de extrema-direita, cuja característica é o recurso sistemático à violência online e offline. Nos últimos anos, ativistas feministas e LGBTTI, assim como jornalistas e acadêmicos, tornaram-se alvos constantes em suas plataformas digitais, e tanto a hierarquia da Igreja Católica como líderes evangélicos estão colaborando com essas forças, expandindo seu alcance e capacidade de influenciar debates legais e de políticas públicas.

As forças antigênero e seus precursores - as redes antiaborto - têm estado ativas por muito tempo no Paraguai. Mas, muito claramente, ganharam força ao longo da última década, e tem conseguido exercer cada vez mais influência sobre as autoridades estatais. Mais recentemente, sua presença e influência são cada vez mais capilares nos níveis locais, e vários municípios adotaram suas visões extremas sobre gênero, aborto e direitos LGBTTI. No início de 2019 dezenas de governos locais declararam seus municípios como sendo oficialmente “cidades pró-vida” (Otero, 2019).

QUEM SÃO OS ATORES ANTIGÊNERO NO PARAGUAI?

Até o final dos anos 1990, as organizações relacionadas à Igreja Católica, sob a liderança da Conferência Episcopal Paraguaia (CEP), eram as principais instituições envolvidas em ataques contra os direitos das mulheres e das pessoas LGBTTI. Além de ONGs, o campo católico também conta com vozes acadêmicas, principalmente da Universidade Católica de Assunção (UC). Foi também durante os anos 1990 que estes atores católicos estabeleceram conexões com igrejas evangélicas, que têm proliferado no Paraguai desde os anos 1980. Assim, no início dos anos 2000, esses dois campos religiosos convergiram em torno da *Federación de las Asociaciones por la Vida y la Familia* (FEDAVID) que, por muito tempo, foi a principal organização neoconservadora operando no país. Isto mudaria na década seguinte, quando surgiram inúmeras novas formações ligadas principalmente a igrejas evangélicas como, por exemplo, a *Generación Provida* que, em 2011, já protestava ativamente contra a visita da ministra espanhola Bibiana Aído, conhecida por suas fortes opiniões a favor do direito ao aborto.

Entre 2015 e 2018, várias outras organizações foram criadas, como o *Foro para el Diálogo Cívico*, que juntamente com a FEDAVID organizou a Marcha pela Vida em 2015 (manifestação contra o aborto que foi apoiada por outros organismos católicos e evangélicos), a *Red Evangélica de Comunicación* e o Departamento Arquidiocesano de Educação Católica (DAEC). Até 2018, havia cerca de vinte organizações ativas no país que propagavam sistematicamente discursos antigênero e antiaborto, incidiam no Congresso e mobilizavam protestos. Destas, a *Fundación ISSOS* é a única que não está ligada a uma religião, mas sim associada à *Red Liberal de América Latina* (RELIAL), e se define como libertária, embora ataque de frente os feminismos e a “ideologia de gênero”. Uma característica notável dessas organizações é que a maioria conta com uma crescente presença de mulheres, que se apresentam como antifeministas³. No Paraguai, assim como

3 Este conjunto inclui as já mencionadas FEDAVID, Redecom, *Generación Provida*, e *Foro para el Diálogo Cívico*, mas também abrange a Asociación de Consumidores de Paraguai (ASUCOP), *Con Cara de Mujer*, *Red Nacional de Mujeres*, a *Fundación ISSOS para la Libertad y el Desarrollo*, a *Renovación o Carismática Católica*, *Padres em Acción*, *Asociación de Iglesias Evangélicas do Paraguai*, *Abogados Provida e Profamilia de Paraguai* e *Centro Thomas Morus de Estudios Políticos*.

em outros lugares, as cruzadas antigênero iniciaram na seara do catolicismo conservador para mais tarde se expandir para o evangelismo e, de lá, para domínios seculares. Na última década, essas forças também expandiram seus vínculos com partidos políticos e instituições estatais e agora aliadas à direita do espectro político atacam abertamente os direitos humanos e os sistemas multilaterais regionais e internacionais, como a OEA e a ONU.

Embora as conexões não sejam facilmente comprovadas, muitos indícios também sugerem que o campo antigênero e antiaborto pode ter vínculos com formações de ultradireita ou neonazistas, ligadas ao Partido Nacional Socialista do Paraguai (NSP). O NSP foi criado em 1993 aproveitando a flexibilização constitucional das leis eleitorais, mas obteve apenas 0,05% dos votos nas primeiras eleições em que concorreu. Em 2012, ano do golpe parlamentar contra o presidente Lugo, o NSP lançou uma página no Facebook (com 56 seguidores) e, em 2016, organizou um protesto de rua. Mesmo que sua presença seja ínfima, sua existência não deve ser subestimada.

ESTRATÉGIAS, ALVOS E EFEITOS

As estratégias utilizadas pelas formações antiaborto e antigênero incluem a destinação de recursos políticos para conhecidos porta-vozes, infiltração em entidades estatais através da criação de grupos internos “pró-vida” e “pró-família”, bem como lobby nos poderes legislativo e executivo. São grupos que também têm fácil acesso aos principais meios de comunicação e são muito interessados em tecnologias digitais e redes sociais.

O esforço que direcionam às vozes políticas de alto nível tem sido frequente e muito eficaz. Esta estratégia começou há muito tempo, com presidentes que se identificaram como “pró-vida”, como Luis Ángel González Machi (1999-2003), que emitiu o decreto estabelecendo o 25 de março como Dia do Nascituro. Dez anos depois, Federico Franco (2012-2013) se autodenominou “pró-vida” e participou de marchas antiaborto. Horacio Cartes (2013-2018) falou contra os direitos LGBTTI em várias ocasiões e Mario Abdo Benítez (2018-2023) rejeitou publicamente a “ideologia de gênero” como uma ameaça

à “família tradicional”. O gabinete atual é composto por dois ministros que são líderes evangélicos, conhecidos por seu repúdio ao gênero, ao aborto e aos direitos humanos.

Desde 2015, quando um grupo “pró-vida” e “pró-família” foi formado na Câmara dos Deputados, os membros do Congresso constantemente fazem uso de discursos antiaborto, antigênero e antidireitos em suas intervenções sobre proposições legislativas relacionadas aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTTI. No nível local, prefeitos e membros neoconservadores religiosos de conselhos municipais declararam suas cidades como “pró-vida”. Isto aconteceu em Ciudad del Este, Hernandarias, Filadelfia, Mariano Roque Alonso, San Lorenzo, Luque, Encarnación, Coronel Bogado e Carmen del Paraná. Em Luque, Ñemby e na capital, Assunção, estátuas de fetos foram erguidas em praças para simbolizar este novo status.

Estas ações políticas não são inócuas. As cruzadas antiaborto e antigênero já conseguiram impedir a aprovação de leis destinadas a proteger os direitos das mulheres e a erradicar a discriminação e a violência. Em 2005, durante o governo de Nicanor Duarte Frutos, a disposição legal visando a criação do Programa Nacional de Prevenção e Assistência às Vítimas de Atos Puníveis Contra a Autonomia Sexual e Contra Menores não foi aprovada. Isto aconteceu mesmo quando a Câmara tenha aprovado a lei preliminarmente, por ampla maioria, no final de 2004, com base no parecer favorável das Comissões do Congresso. Vários membros dessas comissões mudariam seus votos mais tarde. A mesma dinâmica esteve presente quando a Lei de Saúde Sexual, Reprodutiva, Perinatal e Materna foi rejeitada. Por último, em 2007, uma ampla plataforma de organizações da sociedade civil, após um longo processo de debate público, apresentou ao Congresso projeto para uma Lei Contra Todas as Formas de Discriminação. Em 2014, quando finalmente foi levada a votação, a proposta foi rejeitada sob a pressão das forças neoconservadoras.

Já em 2010, houve oposição direta contra a educação sexual integral e a perspectiva de gênero nos currículos de educação pública e, desde então, as leis e políticas neste domínio foram totalmente bloqueadas. As forças antigênero também criaram barreiras intransponíveis para a perspectiva de gênero, incluída na nova legislação para garantir a

proteção integral das mulheres contra todos os tipos de violência. De maneira ainda mais radical, em outubro de 2017, a Resolução no 29.664, do Ministério da Educação, proibiu a distribuição e o uso de materiais impressos ou digitais relacionados com a teoria da “ideologia de gênero” nas instituições educacionais.

Feministas e ativistas da diversidade sexual, além de todas e todos que defendem os direitos sexuais e reprodutivos, são os principais alvos das campanhas antiaborto e antigênero. Hoje, como já mencionado, ativistas de direitos humanos e políticos de esquerda também têm sido alvo de acusações retratando-os como propagadores da “ideologia de gênero”, do “marxismo cultural” e da “destruição social”. São ataques que vão desde agressões digitais, às vezes transmutadas em ameaças de morte, até mesmo ataques físicos contra ativistas, conforme evidências mais recentes. Em 2018, um caso ganhou destaque. Uma conhecida feminista, secretária do Sindicato Paraguaio de Jornalistas, recebeu ameaça de morte pela internet. Em 2019, perpetrou-se violência inaceitável contra ativistas LGBTTI durante uma marcha organizada na cidade de Hernandarias. Nessa ocasião, líderes religiosos conservadores organizaram uma “contra marcha” e, escondidos atrás de um grande lençol, segurando crucifixos e gritando slogans violentos, agrediram fisicamente os manifestantes.

■ PARA CONCLUIR

No Paraguai, as raízes das políticas antigênero podem remontar às primeiras organizações antiaborto estabelecidas nos anos 1980, mas as forças que as impulsionaram se consolidaram e se fortaleceram na primeira década dos anos 2000, quando conseguiram derrotar algumas das principais reformas legais e propostas de políticas públicas. Tendo ganhado força, elas proliferaram ainda mais na década de 2010, com crescente impacto nas leis, políticas públicas e na própria sociedade. Seus alvos iniciais eram o aborto, contraceptivos e, mais genericamente, os direitos sexuais e reprodutivos. Mais tarde esse foco se expandiu para a “ideologia de gênero”, como um conceito aberto que permite atacar muitos tópicos de uma só vez: direitos sexuais das mulheres, educação de gênero e sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. O passo seguinte foi ampliar seu

alcance contra os direitos humanos, como enquadrados nos anos 1940, e contra instituições multilaterais, em particular o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

Durante os anos 1990, essas forças eram principalmente católicas, mas, nos anos 2000, foi estabelecida uma aliança com igrejas fundamentalistas evangélicas e, nos últimos anos, as formações antiaborto e antigênero também envolvem vozes e organizações seculares. Embora muito ativas no nível nacional, essas formações são flagrantemente transnacionais. Existe um paralelo entre o crescimento, proliferação, sofisticação e aparente maior financiamento de grupos antigênero no Paraguai e a guinada à direita observada na América Latina nos últimos dez anos. A polarização criada em torno do aborto, gênero, casamento igualitário ou adoção por parceiros do mesmo sexo e os direitos à identidade de gênero, tem sido propícia ao pânico social e tem incentivado discursos acusatórios, especialmente contra as feministas. Esta onda constitui decididamente um elemento chave para melhor compreender a erosão democrática observada no Paraguai, mas também nos países vizinhos.

[ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL](#)

Bareiro, L. & Soto, C. (Orgs.). (1997). *Ciudadanas. Una memoria inconstante*. Centro de Documentación y Estudios - CDE; Editorial Nueva Sociedad.

Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos.(DGEEC) (n.d.). *Proyecciones de población nacional, áreas urbana y rural, por sexo y edad, 2018*. Revisión 2015, Fernando de la Mora. DGEEC.

Otero, C. (2019, 28 de janeiro). Decenas de ciudades y provincias se declararon “pro vida” en Argentina y Paraguay. *La diaria*. <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2019/1/decenas-de-ciudades-y-provincias-se-declararon-pro-vida-en-argentina-y-paraguay/>

Lilián Abracinskas
Santiago Puyol
Nicolás Iglesias
Stefanie Kreher

Condensado por Magaly Pazello e Sonia Corrêa

CONTEXTO

Desde o início dos anos 2000, o Uruguai tem se destacado na América Latina como país que alcançou ganhos significativos em termos da chamada nova agenda de direitos democráticos. No âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, o Uruguai adotou marcos legais que reconhecem esses direitos como direitos humanos e legalizou o aborto até a décima segunda semana de gestação. O país também aprovou uma lei sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo e um marco legal de identidade de gênero que permite tanto a mudança de identidade social quanto o acesso a modificações corporais sem qualquer pré-requisito de diagnóstico. Políticas públicas equitativas em educação, saúde e proteção social também foram contempladas pelas reformas políticas impulsionadas pela coalizão de esquerda *Frente Amplio*, que esteve no poder entre 2005 e 2019. As condições uruguaias também contribuíram para possibilitar um forte consenso regional sobre o Programa de Ação do Cairo, o Consenso de Montevideu, adotado pela Primeira Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe realizada pela CEPAL na capital do país em 2013.

Esses ganhos não foram alcançados facilmente e tampouco liderados exclusivamente pelo Estado, mas resultaram de esforços políticos tenazes por parte de movimentos jovens, feministas e de diversidade sexual. Os esforços e reivindicações desses grupos encontraram e ainda encontram oposição sistemática das forças neoconservadoras que, mais recentemente, se uniram em torno da cruzada contra a “ideologia de gênero”, as quais, já há algum tempo, tem feito do Uruguai um alvo: um “mau exemplo” regional que precisa ser corrigido.

Assim como em outros países que compõe esse conjunto de estudos, as formações antigênero, embora heterogêneas, são lideradas por cristãos neoconservadores tanto católicos quanto evangélicos. Análises feitas por uma ampla gama de autores mostram que essas forças abandonaram a retórica e os discursos doutrinários religiosos tradicionais e estão agora atacando os direitos relacionados a gênero, sexualidade e aborto com argumentos pseudocientíficos extraídos da biologia e da biomedicina e usando a linguagem dos direitos humanos com uma semântica que camufla suas motivações antifeministas, racistas, homofóbicas e transfóbicas. Acusam os movimentos feministas e de diversidade sexual de “colonizar” sociedades nacionais com ideias estrangeiras insidiosas. No Uruguai, os principais alvos são a educação sexual, o aborto legal e os direitos à identidade de gênero.

Para compreender o recente crescimento e a politização das forças religiosas neoconservadoras no Uruguai que permitiram a eclosão e propagação de políticas antigênero, é preciso observar o contexto histórico do país. A educação é secular no país desde o final do século 19, quando o Estado foi definido como laico e não-confessional (1919). A própria sociedade apoia a laicidade e valoriza a secularidade. O país tem o menor número de fiéis praticantes na América Latina: 41% são católicos, 38% são ateus e agnósticos, 13% são de outras religiões e 8% são evangélicos (Latinobarómetro, 2014).

Mesmo assim, a arquitetura do Estado não está totalmente protegida de influências religiosas, o que pode ser ilustrado pelas estreitas conexões entre partidos políticos e instituições religiosas e também pela constante influência religiosa sobre os principais atores políticos. O *Partido Nacional* que historicamente representa o catolicismo tradicional, especialmente no interior do país, agora também abriga um grande número de evangélicos conservadores. Existem duas outras formações minoritárias católicas: a *Unión Cívica* e o *Partido Demócrata Cristiano*, esse último membro do *Frente Amplio* desde sua criação, nos anos 1970. Finalmente, as vozes e agendas católicas, e mais recentemente as evangélicas, tem influenciado, cada vez mais, partidos históricos, como o liberal *Partido Colorado*, e o próprio *Frente Amplio*.

Até muito recentemente, esta influência se dava basicamente através de conexões pessoais e lobby feito junto a líderes de partidos para influenciar os debates legislativos. Uma boa ilustração disso foi o veto presidencial sobre o direito ao aborto na Lei de Defesa da Saúde Reprodutiva aprovada em 2008. Este ato do presidente Tabaré Vázquez foi decidido sob influência direta da Igreja Católica¹. Modalidades similares são agora utilizadas por evangélicos conservadores cuja presença se expandiu no país desde o início dos anos 2000 e que têm fortes conexões com a Argentina e o Brasil.

Na década de 2010, este modo indireto de operação se transformou em presença mais direta e substancial de vozes e propostas religiosas nas arenas políticas, apesar das barreiras estabelecidas pelo sistema uruguaio para a criação de partidos confessionais. Nas eleições presidenciais de 2015, o rico empresário Juan Sartori lançou sua candidatura à presidência sob os auspícios do Partido Nacional. Rapidamente, porém, ele se deslocou para uma posição marginal definindo-se como um outsider que queria renovar a política e, ao fazê-lo, obteve o apoio de setores conservadores evangélicos, o que lhe permitiu conquistar um assento no Senado.

Em março de 2019, um novo partido, o *Cabildo Abierto*, foi inesperadamente criado por forças de extrema-direita, incluindo militares aposentados que elogiam abertamente a ditadura (1972-1984), bem como uma série de vozes seculares e religiosas neoconservadoras engajadas na luta contra a “ideologia de gênero”². O novo partido cresceu de forma surpreendentemente rápida, obtendo 10,5% dos votos nas eleições de outubro e conquistando três cadeiras no Senado e onze na Câmara dos Deputados. Para disputar contra o Frente Amplio, o *Cabildo Abierto* se juntou à coalizão dos partidos de direita e centro, contribuindo para eleger o novo presidente que governa o país desde março de 2020 (BBC News Mundo, 2019).

1 Para mais detalhes, ver Wood et al (2016) ou Corrêa e Pecheny (2015).

2 Para mais detalhes sobre o Cabildo Abierto, ver o programa publicado nas eleições de 2019: <https://manini.uy/programa.pdf>

POLÍTICAS ANTIGÊNERO: MOMENTOS DE CONDENSAÇÃO

O presente estudo de caso identificou alguns momentos de relevância epistêmica e política para analisar a eclosão e consolidação das políticas antigênero no Uruguai. O primeiro ciclo se localiza entre 2008 e 2014, centrando-se nos debates e tensões da reforma legal do aborto. A partir daí, um segundo momento começou a se desenrolar e durou até 2017, quando o último ciclo começou a se encaminhar para a mudança política eleitoral de 2019.

PRIMEIRO CICLO

Uma imagem significativa da imprevisível presença de símbolos religiosos na política uruguaia foi registrada em 2009. A líder espiritual afro-uruguaia Mãe Susana Andrade, membro de um dos muitos grupos do *Frente Amplio* - o *Movimiento de Participación Popular* liderado por José Mujica - entrou na Câmara dos Deputados vestida com seu traje religioso³. Um pouco mais tarde, ela expressaria abertamente sua oposição à legalização do aborto. No mesmo período, dois membros do Democracia Cristiana foram nomeados para altos cargos no governo, como Hector Lescano - que foi Ministro do Turismo e apoiou o veto de Vásquez à reforma do aborto e depois nomeado Embaixador na Argentina - e Andrés Roballo que foi nomeado Secretário⁴ da Presidência da República. Foi também nesse período que o evangélico Carlos Iafigliola (Partido Nacional) deu as mãos a Álvaro Dastugue, da *Iglesia Misión Vida*⁵, e criou a iniciativa política *Cristianos por Uruguay*. Essa aliança inaugurou uma tendência que levaria à formação de uma coalizão mais ampla de políticos religiosos neoconservadores, cuja influência aumenta sistematicamente desde 2017.

3 Atabaque é o agrupamento político de religião de origem africana que Mãe Susana Andrade representa. Há outros grupos afro que não se engajam na política ou não entendem a si mesmos como religiosamente (embora etnicamente) representados por essa congressista.

4 Saiba mais sobre Juan Andrés Roballo em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/juan-andres-roballo-un-hombre-al-servicio-del-presidente-2017211500>

5 Em 1995, o pastor argentino Jorge Márquez chegou ao Uruguai vindo de Buenos Aires (Argentina) para fundar esta igreja com seu sócio Pastor Giménez; porém mais tarde eles se separaram e Márquez ficou no controle da Iglesia Misión Vida, parte da marca Missão Vida para as Nações em Montevidéu, permitindo que ele estabelecesse relações lucrativas.

Mais pungente ainda seria a reação virulenta que se deu após a reforma legal do aborto, reapresentada e aprovada em 2012. Durante os debates parlamentares sobre o tema, este conjunto de forças promoveram ataques enérgicos contra a proposta. Os parlamentares acima mencionados, outros membros do *Partido Nacional* e membros mais conservadores do *Partido Colorado* se uniram às organizações da sociedade civil e lançaram a plataforma antiaborto conhecida como *Coordinación por la Vida*. Após a aprovação da lei em novembro de 2012, essas mesmas forças tentaram revogar a lei através de referendo e, muito significativamente, essa proposta teve apoio de todos os candidatos presidenciais para as eleições de 2014, incluindo o candidato do *Frente Amplio*, Tabaré Vázquez. Apesar desse apoio, na consulta sobre o referendo, a proposta de realizar um plebiscito sobre a lei foi rejeitada, tendo recebido apenas 8,8% dos votos, quando eram necessários 25% (teleSUR tv, 2013). Esta foi uma clara demonstração de apoio da cidadania à nova lei. Entretanto, as forças antiaborto persistiram e apresentaram uma reclamação ao Tribunal Administrativo Nacional solicitando a ampliação das regras relativas à objeção de consciência para as instituições, demanda que foi concedida.

Paralelamente, a hierarquia da Igreja Católica começou a pressionar autoridades governamentais por maior influência na educação pública. Em consequência, as escolas católicas foram reconhecidas como potenciais beneficiárias de uma nova regulamentação sobre o financiamento do setor privado para a educação (El País, 2017). É paradoxal que esta política tenha sido adotada sob a administração de José Mujica, admirado líder da América Latina que sancionou a reforma da lei do aborto, a legislação do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a legalização do uso da maconha.

Nas eleições presidenciais de 2014, já estava claro que as conexões entre os neoconservadores evangélicos e o *Partido Nacional* haviam prosperado. Um acordo foi estabelecido entre a deputada Verónica Alonso e o pastor Jorge Márquez sobre o uso eleitoral da infraestrutura da igreja *Misión Vida para las Naciones* e dos “centros de reabilitação de drogas” *Beraca*. Com este acordo, que teve apoio empresarial e adotou estratégias inteligentes de comunicação, membros desta igreja ganharam novos assentos no Parlamento nas eleições seguintes.

SEGUNDO CICLO

Em 2014, a presença e influência das forças religiosas neoconservadoras se expandiu entre os mais pobres e mais vulneráveis da sociedade através de estratégias combinadas: a implementação de programas sociais financiados pelo Estado, mas terceirizados para organizações não-governamentais religiosas; o estabelecimento de novas igrejas em áreas pobres; programas religiosos de apoio a detentos; festivais de música e eventos de partidos políticos. Em junho daquele ano, o livro *Parlamento y Fé* do deputado evangélico Geraldo Amarilla foi publicado pela *Asociación Cristiana Uruguaya de Profesionales de Salud* (ACUPS) em parceria com pastores argentinos⁶. Em setembro, no contexto do evento evangélico *Transformación Uruguay 2030*⁷, realizou-se uma sessão para discutir a consagração dos cristãos na política, ocasião em que foi debatido um programa de quinze anos de cristianização do país através de ações implementadas em educação, economia, meios de comunicação, cultura, igreja, família e política (El País, 2015).

Os resultados das eleições realizadas em outubro de 2014 revelaram que os investimentos religiosos neoconservadores haviam sido bem sucedidos. A católica convertida ao judaísmo Verónica Alonso foi eleita senadora, o batista Gerardo Amarilla, o neopentecostal Álvaro Dastugue e o pentecostal Benjamín Irazábal conquistaram assentos como representantes do *Partido Nacional* e do *Partido Colorado*⁸. Embora tenham negado vínculos com agendas religiosas, alguns desses políticos se declararam abertamente evangélicos e trabalhando em estreita colaboração com organizações católicas antiaborto e usando materiais católicos em suas campanhas.

6 Esses pastores têm conexões com Cynthia Hotton, parlamentar argentina antiaborto.

7 *Transformación Uruguay 2030* é parte de um programa mundial chamado *Transform World*, que replicou o mesmo evento em outros países latino-americanos. Veja um vídeo promocional: <https://www.youtube.com/watch?v=pcZe-gHY4So>; e veja um relatório sobre o evento uruguaio em: <http://www.ipcprayer.org/newsletter-archive/2014/IPC%20Connections%20Oct-2014.pdf> (p. 14-15).

8 Dastugue é o primeiro pastor neopentecostal na história do Parlamento uruguaio. Ao fim do período eleitoral, incluindo as eleições locais de 2015, havia 13 evangélicos fundamentalistas entre deputados, vereadores e outros cargos públicos.

Apesar dos ganhos eleitorais dessa oposição conservadora, Tabaré Vázquez foi reeleito presidente, iniciando seu novo mandato em 2015. Em 2016, registram-se violações gritantes à laicidade do Estado como, por exemplo, no episódio em que representantes do *Partido Colorado* solicitaram ao Ministro da Defesa explicações a respeito de uma missa que havia sido realizada na sede do Exército Nacional e da reabertura de uma capela católica nesse mesmo espaço (El *Observador*, 2018). Um pouco mais tarde, o Parlamento recebeu queixas sobre violações dos direitos humanos contra jovens admitidos pelo uso de drogas nos *Centros Beraca*, que são dirigidos pelo pastor Marques e eram então financiados pelo governo da *Frente Amplio*. A investigação foi conduzida pela Comissão de Direitos Humanos do Parlamento, que concluiu que, de fato, houve violações. Estes dois exemplos demonstram a complacência ou o comportamento errático dos tomadores de decisão do campo da esquerda ante o quadro de crescente interferência da religião na política uruguaia. De modo geral, as posições do *Frente Amplio* em termos de proteção da laicidade estatal foram excessivamente flexíveis, em outras situações confusas e, em algumas ocasiões, extremamente contraditórias. Essas ambivalências criaram condições favoráveis para que as forças religiosas neoconservadoras consolidassem sua aliança para “restaurar valores” e recristianizar a sociedade uruguaia.

Com este objetivo, a partir de 2016 começam a se formar grupos de “cidadãos lutando por seus direitos” que usam discursos e argumentos secularizados e ocultam suas origens religiosas e seus propósitos e vários deles adotaram o selo transnacional *ConMisHijosNoTeMetas*. Outro grupo criado à época foi o *SOS Papa* uma agrupação de homens que reivindicam a custódia de filhos em situação de violência intrafamiliar de gênero. Essas formações gradualmente migraram para ataques abertos à “ideologia de gênero”.

É interessante notar que a ampliação do campo antigênero, originalmente nutrido por instituições e atores católicos, coincidiu com a divulgação e o clamor em torno dos abusos sexuais praticados por representantes da Igreja Católica em todo o mundo, inclusive no Uruguai. Vale notar que o então recém nomeado Cardeal Sturla tentou minimizar a realidade e a escala dos casos uruguaiois, insinuando que as reivindicações feitas pelas vítimas adolescentes estariam relacionadas a práticas homossexuais entre pares e não a

abusos sexuais cometidos por padres. Apesar do escândalo e da perda de credibilidade que se seguiu, a Igreja Católica não abrandou seus esforços de lobby e discursos destinados a influenciar as elites políticas e a sociedade em geral em assuntos relacionados a gênero, sexualidade e, principalmente, família e direito ao aborto.

ÚLTIMO ESTÁGIO

A última fase de condensação começou em janeiro de 2017, quando os autores argentinos Nicolás Márquez e Agustín Laje desembarcaram no Uruguai para lançar o livro *El Libro Negro de la Nueva Izquierda* (2016). O evento aconteceu em um festival dos *Centros Beraca* organizado pela *Iglesia Misión Vida* do Pastor Márquez⁹. O livro também foi lançado em eventos convocados por um grupo de homens chamado *Varones Unidos*. Os autores também foram entrevistados por diversos veículos da mídia local e um evento, disfarçado sob o tema de paternidade responsável, aconteceu num auditório do Parlamento, organizado por Ricardo Goñi, representante do Partido Nacional (El País, 2018).

Esta visita instalou uma maior hostilidade contra feministas, ativistas LGBTTI e defensores dos direitos humanos em termos mais amplos. Um exemplo foi a acusação feita por esses grupos de incitação de medo, ódio e de que o “lobby gay” promove a zoofilia. Ataques difamatórios semelhantes foram desencadeados contra organizações feministas que fornecem informações sobre direitos e serviços de aborto e grupos de diversidade sexual. Nesse contexto de intensificação de ataques, o representante Lafigliola, acima mencionado, pediu para ser nomeado líder de seu grupo político no *Partido Nacional* a fim de ter imunidade parlamentar, o que impediria seu indiciamento judicial por fazer falsas acusações contra profissionais de saúde e feministas que trabalham pela proteção do direito ao aborto (De Los Santos, 2015).

Ocorreram também outras violações às normas seculares que orientam as políticas de saúde pública e educação. No estado de Salto, um grande número de médicos alegou “objeção de consciência” para não atender casos de gravidez indesejada ou assinar receitas para o

9 Festival com a participação de bandas cristãs da região, com um número importante de jovens na plateia, e tendo na programação atividades como oficinas de evangelização.

aborto farmacológico. Lá também foi criado o grupo *Madres Preocupadas con la Juventud* para ministrar palestras contra o aborto em escolas públicas. Esta ação foi denunciada por estudantes o que levou um diretor de escola a ser demitido (El Observador, 2017).

Além dessas infrações mais flagrantes, também devem ser mencionadas infiltrações discretas nas instituições estatais, inclusive no Judiciário. Por exemplo, a juíza Pura Concepción Book expediu um mandado de proteção para um homem que contestou a decisão de sua parceira sexual de abortar alegando ter direito como pai do embrião. O mandado obstruiu a interrupção voluntária da gravidez por parte da mulher em questão, cuja argumentação foi fundamentada na própria visão da juíza e não no que está legalmente estabelecido (NTN24, 2017). O caso ganhou a mídia, o que fez com que grupos antiaborto aproveitassem a oportunidade para apresentar recurso ao Tribunal Superior solicitando que o aborto fosse considerado inconstitucional. Entretanto, o caso seria suspenso pois a mulher teve um aborto espontâneo.

Ao mesmo tempo, proliferaram novas organizações sociais conservadoras, como *Varones Unidos*¹⁰, *Todo para nuestros niños*¹¹, *Stop Abuso*¹², *Movimiento de los Ciudadanos Orientales*, *Asociación Latinoamericana de Seguimiento y Estudio de la Ideología de Género*, *Boomerang*, *Instituto Jurídico Cristiano*, *Foro Uruguayo de la Familia*, entre outros. Embora não sejam nem muito grande nem muito poderosos, a proliferação desses grupos projeta a imagem de um movimento amplo e diversificado e converge com a estratégia de comunicação compartilhada de “um discurso público ponderado, mas uma linguagem terrorista nas redes sociais”, como descreve o próprio Christian Rosas, fundador do *ConMisHijosNoTeMetas* (Los Dioses Están Locos, 2018).

No início de 2018, os grupos antigênero organizaram uma forte oposição ao novo projeto de Lei de Identidade de Gênero proposto para garantir a proteção total aos direitos das pessoas trans. Os ataques persistiram até outubro, quando a lei foi finalmente aprovada

10 Saiba mais sobre Pablo Laurta em www.varonesunidos.com.

11 Saiba mais em <https://www.elobservador.com.uy/nota/varones-movilizados-el-debate-de-genero-en-uruguay-tiene-a-los-masculinistas--201878500>

12 Veja a página do Facebook: <https://www.facebook.com/pages/category/Cause/Stop-Abuso-Uruguay-1722879371285884/>

e imediatamente promulgada. Nos debates públicos e legislativos que antecederam a aprovação, as forças antigênero argumentaram que a diferença de sexo é ontologicamente baseada na “ordem natural”, recorreram a uma infinidade de literatura pseudocientífica para contestar a distinção entre sexo biológico e gênero e, por fim, argumentaram que a lei violaria a premissa constitucional de igualdade porque concederia “privilégios” injustificados a um grupo específico de pessoas. Esse argumento desqualifica a maior vulnerabilidade social e de saúde das pessoas trans¹³, resultante de uma longa história de exclusão e discriminação. Essas vozes também alimentam a discriminação e o ódio, como demonstrado por vários casos de espancamentos e abusos de pessoas trans em locais públicos, que se multiplicaram sob o efeito da campanha neoconservadora contra a lei.

Apesar de sua ferocidade, essas campanhas e ataques não impediram a aprovação da lei ou conseguiram sua revogação. No entanto, atrasaram processos legislativos, contaminaram debates públicos, desviaram ideias e linguagem e criaram confusão na esfera pública, através da propagação de notícias falsas. Mais importante ainda, os cruzados neoconservadores não desistiram. Em 2019, independentemente de sua tentativa fracassada em 2013 de revogar a reforma da lei do aborto, propuseram mais uma vez um referendo para revogar a Lei de Identidade de Gênero. Perderam novamente, mas isso não parece importar muito, porque a campanha para o referendo agitou suas bases e abriu espaço na mídia para as suas vozes, tornando seus líderes conhecidos como potenciais candidatos em futuros pleitos eleitorais¹⁴.

Um indicador de como isto funciona é que, após esta campanha, o termo “ideologia de gênero” entrou no vocabulário comum dos políticos, da mídia e da sociedade em geral. Infelizmente, o termo e a tese de conspiração que lhe é subjacente tem sido também apropriados por atores associados à esquerda, incluindo jornalistas, que passaram a escrever sobre como as feministas tinham sido peões nos jogos de forças imperialistas¹⁵.

13 De acordo com o Primeiro Censo Nacional de Pessoas Trans, realizado em 2016 pelo Ministério do Desenvolvimento Social, 73% das pessoas entrevistadas tinham menos de 40 anos de idade.

14 Nesta linha, fizeram uso do tempo nacional de TV e rádio ordenado pelo Poder Executivo, como parte de uma campanha contra a Lei. Veja em https://youtu.be/u_06M9JOdaQ

15 Ver <http://varonesunidos.com/feministas/hoenir-sarthou-detras-del-feminismo-hay-grandes-sumas-de-dinero/> e Gerardo Sotelo defendendo a posição do Cardeal Sturla sobre “ideologia de gênero” em <https://www.elpais.com.uy/opinion/columnistas/gerardo-sotelo/rezo-vos.html> .

Finalmente, em novembro de 2018, o Uruguai sediou o II Congresso Regional Sul-Americano para a Vida e Família, organizado pela *Asociación Cristiana Uruguaya de Profesionales de Salud* (ACUPS) e pela *Iglesia Misión Vida de las Naciones*, entre outras organizações. O Congresso foi realizado no Maldonado Conference Center, em Punta del Este, e conseguiu obter o selo do Ministério do Turismo como evento de interesse nacional. Este selo foi retirado, no entanto, após vários grupos da sociedade civil contestarem este reconhecimento apontando para a incoerência de conceder apoio simbólico a um evento que questionava toda uma agenda de direitos que o país havia adotado democraticamente nos últimos trinta anos.

O Congresso reuniu cerca de quinhentas pessoas, das quais aproximadamente metade eram estrangeiras, inclusive renomados porta-vozes internacionais das cruzadas contra a “ideologia de gênero”. O Pastor Márquez foi o anfitrião e as organizações nacionais tiveram muita voz nos debates. Os comunicados de imprensa sobre o evento retrataram os palestrantes como líderes que enfrentam uma guerra que só pode ser vencida se o “inimigo” for derrotado. Os materiais lidos e distribuídos também deixaram claro que é necessário tomar posse das instituições estatais para “recristianizar” a América Latina. A multidão reunida em Punta del Este definiu como seus principais objetivos: “restaurar os valores familiares tradicionais e a correta relação entre homens e mulheres, garantindo que as forças políticas conservadoras ganhem controle sobre os Estados e apliquem um ‘punho de ferro’ para combater a insegurança e a corrupção”. O Congresso foi como a antessala das eleições de 2019, quando o Uruguai se tornou mais um país latino-americano governado por uma coalizão de forças políticas em que as formações antiaborto e antigênero ocupam um lugar-chave.

PARA CONCLUIR

Desde os anos 2000, as forças neoconservadoras transnacionais e nacionais têm retratado o Uruguai como um “mau exemplo” a ser corrigido, em razão das transformações culturais e vitórias legais alcançadas em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o direito ao aborto, o casamento igualitário e o pleno reconhecimento dos direitos das pessoas trans (Miraquetemiro, 2018). O país tornou-se, portanto, um alvo prioritário de

estratégias neoconservadoras de longo prazo que ambicionam a “recristianizar” a região, como foi explicitamente delineado na agenda do Congresso Latino-Americano para a Vida e a Família realizado em Punta del Leste em 2018.

As características seculares do Estado e da sociedade uruguaia podem eventualmente explicar a relativa fraqueza das forças neoconservadoras locais, quando comparadas com o que se vê em outros países. Entretanto, a laicidade histórica do país tem sido insuficiente para evitar o crescimento e politização dessas forças e a gradual erosão dessas mesmas características seculares. As forças neoconservadoras começaram seu caminho bloqueando as reformas legislativas e limitando seu escopo de implementação para, mais tarde, avançar em direção ao objetivo mais ambicioso de assumir o poder estatal.

A esquerda, no poder desde 2005, não prestou suficiente atenção ao risco implícito nessas tendências. A fim de garantir a governabilidade e permanecer governando, negociou com essas forças em várias ocasiões e até mesmo lhes concedeu altas posições nas instituições do Estado. Infelizmente, o *Frente Amplio*, possibilitou a presença de vozes explicitamente religiosas e abertamente antiaborto em sua estrutura e Tabaré Vázquez alinhou-se abertamente a essas formações em seus dois mandatos presidenciais. É preciso notar que o grupo de José “Pepe” Mujica também fez acordos eleitorais com atores que representam estes setores neoconservadores, incluindo porta-vozes antigênero. Por exemplo, Andrés Lima, agora prefeito do departamento de Salto, foi eleito em 2015 como candidato da Frente Ampla mesmo tendo votado contra a aprovação de uma versão mais progressista da reforma da Lei do Aborto. Além disso, nunca foi repreendido pelo partido por ter recebido uma benção de um pastor evangélico quando foi eleito em 2018.

Além disso, como já mencionado, as organizações religiosas neoconservadoras implementam políticas com financiamento público em vários domínios sociais. Isso levanta a hipótese que talvez as campanhas antiaborto e antigênero sejam financiadas indiretamente com fundos públicos. Além da violação potencial dos princípios seculares que podem ser identificados na implementação dessas políticas sociais, isto permite que tais organizações ganhem prestígio e uma clientela entre os setores mais vulneráveis da população.

Ainda mais inquietante é verificar que, a partir de 2017, ressurgiram no cenário nacional proposições políticas de extrema-direita que não eram vistas no país desde os anos 1980. Essas correntes navegam a mesma rota em que se movem evangélicos, carismáticos e ultracatólicos, empresários ultraneoliberais, bem como militares ligados à ditadura que defendem doutrinas de segurança nacional. Embora a agenda e objetivo dessas forças sejam mais amplos, no seu âmago viceja a acusação de que feministas e organizações LGBTTI são a principal causa da “crise de valores” que hoje está “destruindo a sociedade”. Muitas dessas vozes também culpam as mulheres por não cumprirem suas obrigações como mães porque, de acordo com eles, isto está na origem da criminalidade juvenil, do uso de drogas e outros males sociais. Estas tendências não são singularmente uruguaias, mas convergem com a guinada regional à direita que tomou corpo na sequência da chamada onda rosa latino-americana. Em particular tem grande sintonia com a eleição de Bolsonaro no Brasil.

Esse giro recente e drástico para a direita descontrói a percepção, amplamente estabelecida, de que o Uruguai é um país “mais do que esquerdista” e que estaria blindado contra a “direitização” e erosão da secularidade. Em passado recente, ser percebido como alguém que se posicionava à direita do espectro político era um insulto, uma acusação de ser alguém refratário à mudança e ao progresso, ou então suficientemente privilegiada/o para desconsiderar a agenda de igualdade e justiça social (González, 1993). Hoje, ser uma pessoa de direita já não é um problema, pois a posição é vista como sendo moralmente correta e a pessoa em questão como alguém que preserva valores e verdades inegáveis.

Esta mudança subjetiva e cultural é subjacente à ascensão de uma ultradireita explicitamente ligada aos setores antigênero, mas que também defende a militarização da sociedade, políticas neoliberais drásticas, reformas trabalhistas retrógradas e a redução dos gastos sociais públicos. Sua posição ferrenha contra a corrupção e a criminalidade também implica um deslocamento radical da cultura de direitos humanos estabelecida no país após a democratização em direção a uma lógica punitiva de regulação social, que pode se estender, um dia, à mobilização da cidadania e à organização social.

O Uruguai é um lócus regional crítico para analisar mais de perto as ameaças à laicidade e ao secularismo. Como visto, apesar de regras seculares de longa data e de uma cultura consolidada de laicidade, o conservadorismo religioso penetrou no tecido social e nas instituições estatais. Para compreender como isso se deu é importante verificar como as forças religiosas neoconservadoras se posicionam em relação à laicidade: por um lado, elas defendem o laicismo como garantia da liberdade religiosa e, por outro, frequentemente acusam os Estados não confessionais de serem anticlericais e se autorretratam como vítimas de anticlericalismo. Sua interpretação da laicidade afirma que os Estados devem aceitar as posições religiosas como argumentos sociais e legais, porque as crenças religiosas são tão válidas quanto outras formas de raciocínio, incluindo a teoria jurídica secular e a ciência. Esta visão se encaixa no clima contemporâneo de “pós-verdade”, onde todas as opiniões seriam válidas e a evidência não importaria (Abellán, 2017). Esses discursos e manobras híbridas impactaram os debates acadêmicos e políticos, levando alguns atores a realmente começar a considerar a necessidade de rever os princípios seculares do Estado uruguaio.

Apesar da erupção, amadurecimento e efeito político mais amplo da política antiaborto e antigênero no Uruguai, as forças que a engendram enfrentam resistências. Seus líderes são questionados e confrontados, seus modos de operação têm sido denunciados e contestados não apenas por seus principais alvos, como os movimentos feministas e LGBTTI, mas também por outras vozes localizadas em diferentes pontos do espectro político. Estudos acadêmicos têm proliferado revelando suas premissas políticas e modos de operação, assim como um número importante de investigações jornalísticas sobre suas práticas, posições e conexões transnacionais. Não menos importante, há fraturas dentro de seu campo como, por exemplo, o fato de que a Igreja Católica não tenha apoiado o referendo que visava revogar a Lei de Identidade de Gênero, deixando os setores evangélicos sozinhos nesta batalha. Estas são tensões e contradições que devem ser examinadas mais de perto.

No período de transição entre o governo do *Frente Amplio* e a posse da coalizão de direita atualmente no poder, algumas das vozes mais extremas fizeram virulentos discursos anti-LGBTTI. O próprio presidente Lacalle Pou afirmou que a lei do aborto deveria ser modificada. Entretanto, o início do novo governo coincidiu com a erupção da

pandemia da COVID-19 da qual decorreram condições muito excepcionais, nas quais não é tão fácil avaliar se e como a agenda política neoconservadora mais dogmática e retrógrada está sendo implementada. Porém, qualquer que seja a direção que isto possa tomar no futuro próximo, o acompanhamento deve ser sistemático, o que exige uma grande energia e aprimoramento da capacidade de resposta por parte das feministas, de ativistas LGBTTI e, mais amplamente, de todos os atores políticos e organizações comprometidos com os direitos humanos, liberdade e igualdade e com a contenção de ataques mais amplos contra a democracia uruguaia.

[ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL](#)

- Abellán, P. (2017). “Tiempos de posverdad: ¿qué verdades son posibles en política?”. *Más Poder Local*, 32, 10-12.
- BBC News Mundo. (2019, 18 de novembro). Luis Lacalle Pou gana las elecciones en Uruguay: Quién es el joven líder de la coalición de centroderecha que pone fin a 15 años de gobierno de izquierda?. *El Observador*. <https://bit.ly/33DrzXL>
- Corrêa, S. e Pecheny, M (2015). *Abortus Interruptus. Política y reforma legal del aborto en Uruguay*. MYSU. <https://www.mysu.org.uy/wp-content/uploads/2016/11/aqu%c3%ad.pdf>
- Dos Santos, A. (2015, 1 de setembro). No se agota la fe. *La diaria*. <https://ladiaria.com.uy/articulo/2015/9/no-se-agota-la-fe/>
- El Observador. (2017, 3 de julho). Secundaria investiga violación a la laicidad en liceo de Salto. *El Observador*. <https://www.elobservador.com.uy/nota/secundaria-investiga-violacion-ala-laicidad-en-liceo-de-salto-201773950>
- El Observador. (2018, 19 de maio). Ejército e iglesia: los “fundadores de la patria” vuelven a abrazarse. *El Observador*. <https://bit.ly/2JuwJOO>
- El País. (2015, 13 de setembro). Evangélicos que tienen banca. *El País*. <https://www.elpais.com.uy/que-pasa/evangelicos-banca.html>
- El País. (2017, 27 de junho). Donaciones privadas con beneficios fiscales alcanzaron los \$ 353 millones. *El País*. <https://www.elpais.com.uy/informacion/donaciones-privadasbeneficios-fiscales-alcanzaron-millones.html>
- González, L. E. (1993). *Estructuras políticas y Democracia en Uruguay*. Fundación de Cultura Universitaria, Instituto de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales-UDELAR.
- Iglesias, N. (2013). *Religión y participación social*. https://issuu.com/dnpsmides/docs/desc_a_-_22_-_religi_n_y_participa.
- Latinobarómetro. (2014). Las religiones en tiempos del Papa Francisco. *Latinobarómetro*. Recuperado de <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp?Idioma=724&ID=135>
- Los Dioses Están Locos. (2018, 10 de maio). Entrevista con Cristian Rosas, fundador do Con MisHijosNoTeMetas. *Los Dioses Están Locos* [áudio ivoox]. <https://bit.ly/3qpWQXF>
- Miraquetemiro. (2018). *Informe del monitoreo social de los compromisos en derechos sexuales y derechos reproductivos del Consenso de Montevideo - 2017*. IPPF/RHO.

Modonesi, M. (2015, outubro). Fin de la hegemonía progresista y giro regresivo en América Latina. Una contribución gramsciana al debate sobre el fin de ciclo. *Revista Viento Sur*, 142, 23-30.

NTN24. (2017, 1 de março). Organización pide que fallo sobre aborto sea anulado por “altas irregularidades” en Uruguay. NTN24 [YouTube]. <https://www.youtube.com/watch?v=zIBBsEHrfow>

Scelza, B. (2018, 10 de abril). Polémica conferencia de Varones Unidos en el Palacio Legislativo agotó las 300 ubicaciones. *El País*. <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/polemica-presencia-agustin-laje-palacio-legislativo.html>

TeleSur tv. (2013, 24 de junho). Referendo ratificó legalidad del aborto en Uruguay. *teleSUR tv* [YouTube]. https://www.youtube.com/watch?v=IGW6zZE9_MY

Wood, S., Abracinskas, L., Corrêa, S. (Dir.) & Pecheny, M. (Prof.). (2016). Reform of abortion law in Uruguay: context, process and lessons learned. *Reproductive Health Matters*, 24:48, 102-110. DOI: 10.1016/j.rhm.2016.11.006

Mirta Moragas

Condensado por Luisana Alvarado

POLÍTICAS ANTIGÊNERO EM AÇÃO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA OEA

A participação de grupos antigênero e antiaborto nas Assembleias Gerais da Organização dos Estados Americanos (OEA) começou em 2013, quando esses grupos fizeram todos os esforços possíveis para obstruir a adoção da Convenção Interamericana contra o Racismo, Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. O alvo era o artigo da Convenção que cujo conteúdo trata da não-discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. Para atingir seus objetivos, formaram uma aliança que compreendia organizações locais e internacionais antiaborto, tais como *Si a la Vida*¹, *Asociación Familia Importa*² e *Human Life International*³.

Na ocasião, a Conferência Episcopal da Guatemala incitou o governo anfitrião a contestar as recomendações do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará sobre Violência contra a Mulher (MESECVI) e rejeitar a convenção em debate, porque ela promoveria a homossexualidade (Conferência Episcopal de Guatemala, 2013). O argumento dos bispos foi que o reconhecimento da discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero abriria portas para o casamento de pessoas do mesmo sexo e constituiria uma violação da liberdade religiosa. Apesar da pressão, a Convenção foi aprovada e aberta para assinatura pelos Estados.

Em 2014, na Assembleia Geral realizada capital paraguaia, Assunção, o número de organizações antigênero e antiaborto foi maior, incluindo a ONG espanhola *Hazte Oír* e

1 Para saber mais veja a seção “About Us” no site do Si A La Vida Guatemala: <http://sialavidaguatemala.org/quienes-somos/>

2 Para saber mais, acesse o site da Associação: <https://afiguatemala.com/>

3 Para saber mais, acesse o site da HLI: <https://www.hli.org/>

sua filial digital *CitizenGO* (Losada, 2014)⁴. Estes grupos estabeleceram uma plataforma de “defesa da vida e da família” no espaço formal da Assembleia aberto à sociedade civil e ao qual organizações LGBTTI e feministas não tiveram acesso⁵. A *Alliance Defending Freedom* (ADF) liderou essas atividades e a *Human Life International* esteve mais uma vez presente (Zenit, 2014). Estes grupos contaram com o apoio aberto da Câmara dos Deputados do Paraguai, tanto que poucos dias antes da Assembleia Geral, a Câmara aprovou uma declaração convocando o Ministério das Relações Exteriores a “defender a vida e a família” no evento (Hoy, 2014). Já em 2014, argumentos antigênero foram utilizados por essas forças para tentar obstruir a resolução sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade e Expressão de Gênero que, desde quando foi proposta pelo Brasil e outros países em 2008, tinha sido aprovada a cada ano pela Assembleia sem grandes controvérsias. Por conta dessas pressões, notas de rodapé propostas pelas delegações de países de língua inglesa do Caribe foram adicionadas ao texto⁶.

Em 2015, a Assembleia realizada em Washington foi presidida pela primeira vez por Luis Almagro, cuja nomeação havia sido questionada por parte da ADF, *Si a la Vida* de El Salvador, *Generación Provida* do Paraguai e outros grupos, em razão de sua já conhecida posição a favor dos direitos sexuais e reprodutivos e de direitos LGBTTI⁷. Nessa ocasião, essas forças tentaram impedir que todas as referências a direitos sexuais e reprodutivos, assim como direitos LGBTTI, fossem incluídas nos documentos que entrariam em discussão. O argumento usado foi que questões “mais urgentes” deveriam ser discutidas, como o direito à educação, saúde, acesso à água e, principalmente, a “defesa da democracia” na Venezuela e em Cuba, este último proposto pelo Frente Joven de Argentina⁸.

Em 2016, em Santo Domingo, na República Dominicana, muitas tensões surgiram durante a Assembleia. As pessoas trans foram atacadas em um banheiro que havia sido definido como sem gênero o que desencadeou uma desordem que comprometeu a reunião

4 Veja a lista de participantes em: <http://www.oas.org/consejo/sp/AG/AG44ordinaria.asp#Documentos>

5 Informação obtida em entrevistas de pesquisa feitas com ativistas feministas que tentaram participar em junho de 2014.

6 São Vicente e Granada, Paraguai, Belize, Jamaica, Honduras, Saint Lucia, Panamá, Guatemala, Suriname, Trinidad e Tobago, e Guiana.

7 Informação obtida em entrevistas de pesquisa com feministas que tentaram participar, em junho de 2015.

8 Entrevista com ativista que participou de um grupo de discussão, em junho de 2015.

com o Secretário Geral. Nas ruas, grupos antigênero e antiaborto convocaram uma marcha contra o aborto e os direitos LGBTTI e também foi organizado um evento com delegados de vários países, incluindo o pastor evangélico e parlamentar Fabricio Alvarado que, em 2018, passaria ao segundo turno das eleições presidenciais na Costa Rica⁹.

Em 2017, a Assembleia Geral foi realizada no México. Para evitar tensões, duas semanas antes do evento a OEA transferiu a sede da Cidade do México para Cancun, o que impediu a participação de muitas organizações da sociedade civil (OSC). Essa participação foi também afetada pelas mudanças na metodologia de trabalho, já que novas regras foram definidas para os debates, solicitando que as coalizões autogeridas tivessem cada uma cinco minutos de fala¹⁰. Dez dos vinte e quatro discursos das OSC foram proferidos por organizações antigênero, que acusaram a Comissão Interamericana e a Corte Interamericana de extrapolar seu mandato ao adotar recomendações e jurisprudência com relação à orientação sexual e identidade de gênero.

O ônibus laranja da *Hazte Oír- CitizenGO*, que viajava pelas Américas desde março, também chegou a Cancun, pintado com o slogan “*Dejen a los niños en paz - #ConMisHijosNoSeMetan*”¹¹. Embora em Cancun, o ônibus não tenha chamado muita atenção por causa das medidas de segurança, sua passagem por outros estados foi muito mais visível. Por exemplo, na Cidade do México, quando coincidiu com o Primeiro Congresso Parlamentar Hemisférico¹², um outro evento em que o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos foi severamente atacado. A conferência também contou com a presença de Fabricio Alvarado, da Costa Rica, Paola Holguín, da Colômbia, e José Antonio Kast, do Chile e a declaração final foi assinada por centenas de parlamentares regionais, inclusive Jair Bolsonaro¹³.

9 Para saber mais sobre Alvarado, veja o capítulo da Costa Rica desta série.

10 Veja as diretrizes da OEA para participação da sociedade civil na 48ª Assembleia em <http://www.oas.org/es/48ag/docs/48AGOEA-Formato-Metodologia-Trabajo-Coaliciones-OSC-es.pdf>

11 Embora esta campanha tenha sido patrocinada pela CitizenGO, deve-se notar que a campanha Con Mis Hijos No Te Metas foi criada no Peru no final de 2016 a fim de evitar que a perspectiva de gênero fosse ensinada nas escolas, bem como para dificultar a política de educação sexual integral. Para o perfil e as origens da organização, veja Bedoya (2017).

12 Para saber mais veja a seção “About us” no site dos Parlamentarios: <https://www.parlamentarios.org/quienes-somos/>

13 Veja a lista de parlamentares que assinaram a Declaração do México em <https://www.declaraciondemexico.com/firmantes/>

Em 2018, a Assembleia Geral foi novamente realizada na sede da OEA em Washington e a participação de igrejas, especialmente evangélicas, foi muito significativa. Elas se agruparam em três coalizões¹⁴, cujo foco principal era o repúdio aos “pais privados do direito de criar seus filhos”¹⁵. O discurso usado por estas vozes foi totalmente secular, fundamentado em argumentos científicos e legais, sem qualquer menção à moral religiosa ou à doutrina.

SECULARIZAÇÃO ESTRATÉGICA: A COOPTAÇÃO DA LINGUAGEM DOS DIREITOS HUMANOS

Com a expansão do evangelismo e um número maior de pessoas sem filiação religiosa, o catolicismo perdeu sua hegemonia na região, inclusive em relação a questões de moralidade e sexualidade. O número médio de católicos na América Latina diminuiu para 69%, ao passo que o de evangélicos aumentou para 19% e as pessoas sem filiação religiosa aumentaram para 8% (Pérez, 2017, p. 54). Mesmo assim, por conta da longa tradição, um grande número de políticos dialoga e respeita os pontos de vista da hierarquia católica. Mais significativo, no entanto, como observado por Vaggione (2005), na última década, tanto católicos como evangélicos adotaram uma nova lógica de “secularização estratégica”, ou seja, sem abandonar seus dogmas, recorrem hoje a uma retórica secular para desafiar a agenda de direitos das feministas e do ativismo LGBTTI (Vaggione, 2005 como citado em Peñas & Morán, 2015).

Os discursos e argumentos desses grupos são muito diferentes hoje do que eram no passado. Um bom exemplo é a Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração de Homens e Mulheres na Igreja, assinada pelo então Cardeal Joseph Ratzinger e publicada pela Santa Sé em 2004 (Ratzinger, 2004). Sua forte crítica ao gênero como conceito não se baseia em doutrinas de fé, mas sim em argumentos seculares. Da mesma forma, quando se opõem à despenalização do aborto, essas vozes religiosas não recorrem mais ao

14 As três coalizões eram o Congresso Evangélico Ibero-americano, a Coalizão Brasileira e a Educação Base para a Prosperidade Hemisférica. Esses dois últimos nomes foram pensados para evitar a “detecção” de suas conexões com coalizões evangélicas. Ver Radio Aliento de Vida (2018).

15 Veja o vídeo com os discursos em: <http://congresoiberoamericanoporlavidaylafamilia.org/>

argumento da santidade da “vida desde a concepção”, mas sim no argumento do “direito absoluto do feto”, que seria, a seu ver, garantido pela Convenção dos Direitos da Criança e pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Além disso, a oposição à Educação Sexual Integral baseia-se no argumento de que ela viola os direitos dos pais.

Outro aspecto relevante é que grupos religiosos antiaborto e antigênero se apresentam cada vez mais como organizações da sociedade civil de forma a ocultar suas origens e fontes de financiamento. O *Grupo Peruano de Padres Preocupados*, por exemplo, que promoveu a campanha contra a inclusão do gênero no currículo escolar foi financiado pelas igrejas evangélicas. Da mesma forma, no Paraguai, o *Foro de Diálogo Civil* se apresenta como não religioso mesmo tendo laços estreitos com a Igreja Católica¹⁶.

Neste cenário em fluxo, a “ideologia de gênero”, segundo enquadramento desenvolvido por feministas do Leste Europeu, funciona como uma “cola simbólica” que permite a coalescência de frentes políticas muito heterogêneas envolvendo atores religiosos e não religiosos (Grzebalska, Kováts & Petö, 2017). A “ideologia de gênero” é descrita por essas forças como uma agenda maligna propagada pelos feminismos e ativismos LGBTTI que são vistos como inimigos. (Garbagnoli, 2018). A fórmula é um guarda-chuva sob o qual são agrupadas questões que não podem ser facilmente interligadas, como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

METAMORFOSEANDO-SE EM ONGS

Instituir organizações não-governamentais tem sido outro elemento importante da “secularização estratégica”, pois possibilita a participação de grupos religiosos em arenas políticas às quais não teriam acesso apresentando-se como baseados na fé. O modelo de ONGs também permite a profissionalização e articulação de diversas comunidades religiosas em torno de um objetivo comum.¹⁷

16 Ver perfil no Facebook: <https://www.facebook.com/forodedialogocivil/about/>

17 Vaggione (2005) propõe o termo “ONGização” para se referir ao processo usado por organizações religiosas para se formalizarem como organizações não-governamentais a fim de se apresentarem como representantes de interesses e discursos que transcendem a religião.

A *Alliance Defending Freedom* (ADF), por exemplo, teve origem no campo evangélico dos EUA, mas conta com católicos conservadores em sua equipe e na diretoria. Criada em 1994, ela oferece assessoria jurídica a pessoas e grupos que defendem a “santidade da vida, a liberdade religiosa e a defesa da família”¹⁸. Nas Assembleias da OEA, a ADF elabora argumentos contra os direitos sexuais e reprodutivos utilizados pelas delegações governamentais¹⁹. Ela também oferece apoio jurídico a ONGs latino-americanas locais, como na República Dominicana, onde apresentaram argumentos perante a Corte Constitucional para impedir a descriminalização do aborto e também no Paraguai, onde elaboraram um parecer para a Corte sustentando que a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) não é vinculante²⁰. A organização também investe significativamente no treinamento de jovens advogados de todo o mundo, através do Programa *Blackstone Legal Fellowship*²¹ e da *Academia Arete*²².

Outra rede ativa na OEA e cuja sede também está nos Estados Unidos é a já mencionada *Human Life International* (HLI), fundada em 1981 pelo padre católico Paul Marx e tendo Shenan Bouquet como atual presidente. A HLI treina líderes “pró-vida” de todo o mundo para defender o “direito à vida” em seus países de origem. É também a fundadora da *C-Fam*, uma ONG antiaborto e agora antigênero, que desde os anos 1990 opera nas arenas das Nações Unidas. A HLI tem dezessete países filiados na América Latina.

O *International Human Rights Group* é outra organização católica com sede nos Estados Unidos que agora está engajada em atividades antigênero na OEA. Ela tem longa história de intervenção em casos jurídicos paradigmáticos sobre direitos reprodutivos no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Seu antigo Diretor Executivo, Gualberto García, foi ao Paraguai apresentando-se como consultor externo da OEA, quando deu entrevistas à imprensa sobre o famoso Caso Mainumby de uma menina que engravidou

18 Para saber mais veja a seção “About Us” no site da Alliance Defending Freedom: <https://adflegal.org/about-us>

19 Por exemplo, na Assembleia Geral de 2017, no México, o ministro paraguaio das Relações Exteriores, que se opôs ao capítulo sobre orientação sexual e identidade de gênero na Resolução sobre Direitos Humanos, recebeu argumentos de defesa e apoio técnico da ADF.

20 Documento não publicado que circulou nas mídias sociais.

21 Para saber mais veja o site da Blackstone Legal Fellowship: <http://www.blackstonelegalfellowship.org/>

22 Para saber mais veja o programa de preparação legal da ADF: <http://www.adflegal.org/training/law-school-prep-academy>

após ser estuprada e defendeu que o Estado paraguaio negasse seu direito ao aborto²³. Atualmente, Gualberto Garcia Jones é Observador Permanente da Santa Sé perante a OEA.

Desde 2014, a ONG espanhola *Hazte Oír* é outro ator-chave em ação na arena da OEA. Sua missão é ter “uma participação produtiva [no sistema] em favor da vida e da dignidade humana”. Tem vínculos com o integrismo católico espanhol (Cornejo-Valle & Pichardo, 2018), com os legados do falangismo Franquista, bem como com o grupo paramilitar mexicano de ultradireita *El Yunque* (Garrido, 2014). Em 2013, lançou sua plataforma digital *CitizenGO*, responsável pela mobilização de campanhas internacionais contra o aborto e a “ideologia de gênero”²⁴. No final de 2016, inventou o ônibus laranja contra a “ideologia de gênero”, que viajou pela Espanha antes de percorrer as Américas. Depois de estacionar ao lado das Nações Unidas, em Nova York, durante a sessão de março de 2017 da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW), o ônibus se dirigiu para o Sul, passando por México, Colômbia e Chile. Em novembro do mesmo ano, a CitizenGO realizou uma campanha digital maciça e coletou trezentos mil assinaturas contra a visita da filósofa Judith Butler ao Brasil (SPW, 2017). Esta campanha, assim como o protesto que se seguiu foi precursora do feroz ataque à “ideologia de gênero” que se estendeu durante a campanha de 2018 que elegeu Bolsonaro à presidência²⁵.

#CONMISHIJOSNOTEMETAS: UMA INVENÇÃO LATINO-AMERICANA

Segundo Luis Yáñez, pesquisador da Promsex, a campanha # *ConMisHijosNoTeMetas* (CMHNTM) foi lançada em 2016, no Peru, quando o grupo fundador publicou a Declaração de Lima, um documento que “rejeita a ideologia de gênero e defende a dignidade da família” como fundamentação para atacar a inclusão da perspectiva de gênero no Currículo Nacional de Educação Básica. Christian Rosas, seu fundador e principal porta-

23 Uma menina de 10 anos engravidou após ser abusada sexualmente pelo padrasto. O caso foi apresentado à CIDH solicitando medidas de precaução para permitir um aborto com base no risco de vida da menina. Ver <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2015/MC178-15-ES.pdf>

24 Para saber mais, visite o site da CitizenGO: <https://www.citizenngo.org/>

25 Mais informações sobre esse episódio estão no capítulo sobre o Brasil desta publicação.

voz, apelou às igrejas evangélicas para que cumprissem seu dever civil e impedissem o Estado de infringir os “direitos dos pais”. Em 2017, a CMHNTM convocou marchas em várias províncias com participação de sessenta mil pessoas. Em novembro de 2018, novas marchas foram convocadas em setenta e quatro cidades peruanas, assim como na Bolívia, Argentina e Uruguai. Simultaneamente, um grupo autodenominado *Padres en Acción* entrou com uma ação judicial contra o Ministério da Educação na Suprema Corte alegando que o currículo de gênero era inconstitucional.

A CMHNTM tem laços estreitos com a *Iglesia Alianza Cristiana y Misionera* (IACM)²⁶, onde o pai de Christian Rosas é pastor. A campanha também está ligada à *Iglesia Cristiana Pentecostés del Movimiento Misionero Mundial* (MMM)²⁷, que atua em mais de 60 países, às Assembleias de Deus, à *Comunidad Cristiana Agua Viva* (CCAV) e à *Casa del Padre*. Também está ligada a várias plataformas católicas, como a *Coordinación Nacional Profamilia* (CONAPFAM), ao *Movimiento Nacional Pro Valores*, ao *Ministério Vamos Salvar la Familia* e à *Red Nacional de Abogados por la Defensa de la Familia* (RENAFAM).

COALIZÕES EVANGÉLICAS

Para evitar as tensões vivenciadas em assembleias anteriores, especialmente a de Cancun (México) em 2017, a OEA alterou totalmente as regras de participação da sociedade civil na Assembleia de 2018 em Washington. Essas novas regras, que se tornaram definitivas, ampliaram o espaço para as organizações antigênero. Logo em seguida, as igrejas evangélicas formaram três coalizões, duas delas facilmente identificadas como religiosas, que são o Congresso Evangélico Ibero-Americano, com seu líder argentino Pastor Hugo Márquez, e a Coalizão Brasileira, representada pelo Pastor Glaucio Coraiola e cujas diretrizes são francamente religiosas e atacam abertamente a “ideologia de gênero” por ser um “instrumento para destruir a família e promover um desastre para o desenvolvimento das nações”.

26 Para saber mais visite o site da IACM: <http://www.iacymperu.org>

27 Para saber mais visite o site da MMM: <http://pe.mmmoficial.org/>

AS MULHERES NAS FORMAÇÕES ANTIGÊNERO

Há mulheres com papel de liderança nos grupos antigênero e antiaborto usando suas vozes femininas para argumentar que o feminismo não representa todas as mulheres. Em 2017, durante a Assembleia Geral da OEA no México, a Coalizão Mulheres, Saúde e Desenvolvimento representada pela organização *Construye, Observatorio para la Mujer*²⁸, declarou que o gênero torna as mulheres invisíveis deixando de lado a “verdadeira essência da mulher”. Nessa mesma Assembleia, outra coalizão denominada Pela Segurança das Mulheres representada pela organização *Corazón Puro*²⁹ agrupou num mesmo ataque a pornografia, o tráfico humano e a educação sexual integral como ameaças à segurança das mulheres e meninas.

ORGANIZAÇÕES DE JOVENS ANTIGÊNERO

Os grupos antigênero e antiaborto também recrutam jovens de toda a região para defender o “direito à vida e à família”. Eles utilizam uma estratégia renovada de proselitismo e uma estética de mobilização altamente moderna. Uma destas organizações é a *Frente Joven* dedicada à formação sobre estes assuntos em nível nacional e internacional. Sua sede está situada em Buenos Aires (Argentina), mas há filiais no Equador, Peru e Paraguai. Um projeto emblemático da Frente Joven é o programa conhecido como *Defensores de Mamás*³⁰, que oferece às mulheres, especialmente às jovens, “alternativas” ao aborto. A organização participou da plataforma que contribuiu para o plano estratégico da CIDH e, nesse processo, defendeu que o Sistema Interamericano deveria se preocupar exclusivamente com problemas reais como educação e saúde, abandonando a chamada agenda dos “novos direitos”.

28 Construye é uma organização mexicana que coordena a iniciativa Be Human (Seja Humano), que se reúne anualmente e seleciona mulheres jovens para serem treinadas, antes do encontro da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW), a fim de que elas atuem para bloquear o avanço da linguagem relacionada a direitos sexuais e reprodutivos e à igualdade de gênero.

29 Ver o site da Corazón Puro: <http://cliconcorazonpuro.com/>

30 Ver o site dos Defensores de Mamás: <https://www.defensoresdemamas.org/>

Em 2017, foi realizado o VII Congresso Internacional Pró-Vida na Guatemala organizado pela *Asociación La Familia Importa*³¹ e que contou com mil e duzentos participantes, a maioria jovens de quinze países americanos, além de participantes da Polônia, Reino Unido, Itália e Espanha³². O atual presidente da Guatemala, Jimmy Morales, também participou e declarou sua oposição ao aborto (Governo da Guatemala, 2016). Nesse mesmo ano, o Terceiro Fórum Pan-Americano da Juventude aconteceu no Peru em evento patrocinado pela Fundação Hans Seidel da Alemanha³³ e reuniu cinquenta jovens líderes empenhados em promover a defesa do “direito à vida”. O Fórum tratou de direitos humanos, saúde, mortalidade materna, crianças, adolescentes e família, e nele foi produzido um documento onde é criticada a oferta de métodos contraceptivos para jovens e adolescentes (Frente Joven, 2017).

DISCURSOS, ARGUMENTOS, REPERTÓRIOS

Além de recorrer a argumentos seculares, como a linguagem e as premissas dos direitos humanos, os grupos antigênero também lançam mão do jargão científico. Os discursos antigênero sobre sexualidade são fundamentados em verdades bionaturais (Morán Faúndes & Vaggione, 2012) afirmando, por exemplo, que as relações sexuais para fins não reprodutivos são antinaturais. Citam também evidências de pesquisa sem bases científicas consistentes, como ilustrado pela tese de que os preservativos são porosos e, portanto, não protegem contra infecções pelo HIV (Giorgione, 2005). O jargão de aparência científica permite que os atores antigênero se apresentem como vozes de visões racionais e objetivas em contraste com as posições reivindicadas por feministas e ativistas LGBTTI, que são retratadas como “ideologizadas”.

31 Ver o site da Asociación La Familia Importa: <https://afiguatemala.com/>

32 Ver Sahuquillo (2012).

33 A Fundação Hans Seidel é uma das cinco fundações alemãs conectadas a partidos políticos, mais especificamente à União Social Cristã, partido cristão conservador da Bavaria que é membro do Partido Popular Europeu.

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”

O ataque ao gênero começou nos anos 1990, quando o Vaticano e seus aliados reagiram à legitimação do conceito durante negociações intergovernamentais da ONU. Posteriormente, o espectro da “ideologia de gênero” amadureceu tanto em escritos seculares quanto clericais, e foi cada vez mais utilizado para desencadear ondas de pânico moral³⁴, especialmente em contextos afetados por crises socioeconômicas e outras condições de medo e incerteza. Ao atacar a “ideologia de gênero”, forças conservadoras e de direita provocam ansiedade nas pessoas com relação ao futuro de suas famílias e, especialmente, de seus filhos. Para superar esses medos, o remédio que as forças conservadoras religiosas oferecem é um imaginário de segurança centrado na família tradicional, na nação e nos valores religiosos. Em contraste, o secularismo e a liberdade individual, segundo as vozes antigênero, são inerentemente destrutivos.

A FAMÍLIA

As construções antigênero relativas à família são baseadas em alguns poucos princípios: primeiro o de que a família é formada apenas por um homem e uma mulher (Zenit Staff, 2009), e segundo, o de que esta formação familiar tradicional é a solução para todos os problemas sociais, incluindo a corrupção política³⁵ e o desenvolvimento sustentável. A conciliação entre família e trabalho não deve ser questionada quanto aos papéis de gênero e à divisão sexual do trabalho. Ao contrário, a divisão sexual do trabalho é uma estrutura que deve ser

34 Não há uma definição específica do conceito de “pânico moral”, exceto que se trata de um termo polissêmico. Em *Folk Devils and Moral Panic* (1972), Cohen tenta definir o termo. Para resumir sua ideia, trata-se de um episódio, ou momento, ou condição seja individual ou de grupo, que surge inesperadamente como uma ameaça latente a certos interesses ou valores sociais do grupo (Murillo Garza, 2017). Além disso, Lancaster diz que o pânico moral se manifesta nas respostas massivas aos governos e atores civis, quando confrontados por falsos, exagerados ou mal definidos perigos morais que pairam sobre a sociedade. (Rodríguez, 2017, p. 138).

35 Durante o Summit das Américas de 2018, o Peru disse que a família é a base para a solução do problema da corrupção. Ver http://www.summit-americas.org/Social_Actors_2018/intervencion_coal_es.doc

preservada³⁶ para proteger a família. Os pais são os educadores primordiais de seus filhos e, conseqüentemente, o Estado não deve se envolver com sua educação além de certos limites e, em particular, não deve fornecer educação sexual.

DIREITOS HUMANOS

Os argumentos de direitos humanos utilizados pelos atores antiaborto e antigênero são limitados, restritivos e geralmente fundamentados em interpretações literais de acordos e convenções, como a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como o Pacto de San José. Trata-se de uma leitura que inviabiliza a interpretação jurisprudencial e rejeita a ampliação gradual e incremental dos direitos humanos, feita pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e por órgãos similares³⁷. Uma boa ilustração é a nova jurisprudência sobre casamento homoafetivo e sobre identidade de gênero, consagrada na Opinião Consultiva OC-24/17, emitida pela Corte em 2017, que está sendo abertamente atacado por essas forças que a consideram ampla demais e ilegítima.

Grupos antigênero têm usado esses “excessos” como justificativa do apelo para o desfinanciamento do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, proposta bem recebida por vários países, como os Estados Unidos que, em 2019, anunciaram uma redução do financiamento para a OEA porque esta estaria promovendo o aborto (Rioja Virtual, 2019). Na mesma linha, em abril de 2019, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Paraguai enviaram uma carta ao Secretário Executivo da CIDH afirmando que o órgão deveria respeitar o princípio de subsidiariedade, a autonomia soberana dos Estados, o direito de defesa, os processos legais e a margem de apreciação dos Estados em relação às recomendações e decisões da Comissão e do Tribunal (Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, 2019).

36 Esta concepção se baseia na mudança para uma visão atualizada da complementaridade homem/mulher, que reconhece a remuneração da mulher, a exigência de igualdade salarial, sistemas de apoio à maternidade e uma conciliação entre trabalho e família. Um resumo disso encontra-se em discurso da Ministra Damares Alves, proferido na Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW): “Agimos em favor das mulheres grávidas e das mães para que elas não sejam penalizadas após retornarem às suas atividades profissionais. Reconhecemos que políticas públicas como a licença parental e o acesso a creches de alta qualidade são necessárias para promover o recrutamento, remuneração e promoção de mulheres jovens, permitindo que as mulheres que têm filhos negociem o mesmo salário para o mesmo trabalho”.

37 Caso Artavia Murillo (fertilização in vitro) vs. Costa Rica. Méritos, Regulações e Custos. Sentença de 28 de novembro de 2012, parágrafo 264

DIREITOS LGBTTI

Grupos antigênero alegam que os direitos das pessoas LGBTTI são novos direitos que não foram contemplados em nenhum instrumento legal e vinculante de direitos humanos internacionais, incluindo os do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos³⁸. Consequentemente, esses novos direitos não têm equivalência com outros direitos, tais como aqueles relacionados ao acesso à água ou à educação, ou muito menos com os déficits democráticos na Venezuela e em Cuba³⁹. Esta suposta falta de legitimidade é usada para evitar que temas relacionados aos direitos LGBTTI sejam discutidos em fóruns da sociedade civil e debates oficiais da Assembleia Geral da OEA.

DIREITOS DAS MULHERES

Grupos antigênero afirmam ser os verdadeiros defensores das mulheres⁴⁰. Eles declaram que práticas abortivas inseguras não causam mortalidade materna, mas sim as más condições estruturais dos sistemas de saúde⁴¹, retratam o aborto como uma forma de violência contra as mulheres e a violência doméstica como um efeito do embaçamento dos “papéis naturais” masculino e feminino provocado pelo feminismo.⁴²

38 Amicus Curiae apresentado pela ADF no caso Karen Atala e filhas vs. Chile.

39 Argumentos apresentados pela Frente Joven na mesa redonda de direitos humanos da Assembleia Geral da OEA de 2015. Entrevista com ativista que participou da mesa redonda em junho de 2015.

40 Veja a declaração da Coalición Por la Seguridad de la Mujer na Assembleia Geral da OEA de 2018: http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_18/AG07607S03.doc

41 Apresentação de Cristian Rosas na Assembleia Geral da OEA de 2018: <http://www.oas.org/es/48ag/>; Declaração sobre saúde materna da World Youth Alliance: <https://www.wya.net/publications/declarations/maternal-health/>

42 Veja a declaração da Coalición Por la Seguridad de la Mujer na Assembleia Geral da OEA de 2018: http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_18/AG07607S03.doc

SOBERANIA NACIONAL

Os atores religiosos conservadores e seus aliados estatais insistem sistematicamente na premissa de que a soberania nacional sempre deve ter primazia sobre as decisões, medidas urgentes e interpretações tanto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto da Corte. Esta visão também se aplica a outros órgãos, como o MESECVI⁴³.

LIBERDADE RELIGIOSA

As cruzadas antigênero criaram uma narrativa que estabelece uma falsa dicotomia entre a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, de um lado, e a proteção da liberdade religiosa, de outro. Isto cria obstáculos para que sejam aplicadas normas para limitar e sancionar discursos de ódio ou mesmo episódios de violência direta contra mulheres e pessoas LGBTTI, que sejam derivadas de visões e doutrinas religiosas extremas.

ORDEM NATURAL

A política antigênero está fundamentalmente centrada na convicção inabalável de que o dimorfismo sexual, os papéis de gênero e a família heteroprocriativa pertencem a uma ordem natural imutável. Dessa perspectiva, todas as teorias e discursos que contestam esta ordem são meras “ideologias”.

“MINORIAS TOTALITÁRIAS”

As vozes antigênero também usam o argumento de que os direitos da maioria estão agora ameaçados pela imposição ideológica de uma minoria que reivindica o direito ao aborto, a famílias diversas e a conceitos mais flexíveis de sexo e gênero (Calderón, 2018).

43 Com relação ao Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), foi proposto que o desenvolvimento de normas relacionadas aos direitos reprodutivos e ao aborto está além do alcance do Mecanismo. Ver a declaração da Coalizão “Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais na América”: http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_18/AG07607S03.doc

REPERTÓRIOS

Uma nova modalidade de mobilização utilizada por essas cruzadas é criar slogans e ícones compartilhados transnacionalmente e replicados no nível local. Um exemplo típico é o hashtag *#ConMisHijosNoTeMetas*, campanha criada no Peru e depois replicada na Argentina⁴⁴, no Chile⁴⁵, Equador, Paraguai⁴⁶, México e Uruguai. Outra ilustração é o ônibus laranja *Hazte Oír*, que viajou da Espanha para os EUA e de lá para Cancun (México), depois para o Chile e finalmente para Nairóbi (Quênia). Outro ícone compartilhado das mobilizações antigênero e antiaborto é o feto de plástico levado às marchas de rua e aos debates legislativos. Finalmente, em 2018, o debate sobre a reforma do aborto na Argentina desencadeou a invenção do novo slogan conservador “Salvemos as duas vidas” e do lenço azul celeste usado para contrastar com o lenço verde da campanha pró-aborto que agora também são usado nas Assembleias da OEA⁴⁷.

CONCLUSÕES

Como demonstram os estudos nacionais realizados pelo projeto Gênero e Política na América Latina (G&PAL), existe uma forte sinergia entre atores e discursos antigênero e antiaborto, cuja presença e atividades foram examinadas neste capítulo no contexto das Assembleias Gerais da OEA. Os estudos de caso dos nove países mostram como, na última década, a ofensiva dessas forças tem escalado no sentido de bloquear ou causar retrocessos nos direitos e ganhos das políticas públicas referentes aos domínios da educação sexual, do reconhecimento de diferentes formas de família, do casamento entre pessoas do mesmo sexo, do direito de adoção por casais do mesmo sexo e do direito ao aborto.

44 Facebook da Con mis hijos no te metas - Argentina: <https://www.facebook.com/Con-Mis-Hijos-No-Te-MetasRca-Argentina-Oficial--171606170226960>

45 Facebook da Con mis hijos no te metas - Chile: <https://www.facebook.com/conmishijosnotemetascl/>

46 Facebook da Con mis hijos no te metas - Paraguay: <https://www.facebook.com/Con-Mis-Hijos-No-Te-MetasParaguay-870733803067493/>

47 Durante as intervenções das coalizões antigênero na Assembleia Geral da OEA de 2018, o lenço azul podia ser visto atrás do pódio do orador.

Os estudos também demonstram de que é urgente mapear e compreender a virada discursiva e estratégica que esses atores e organizações tem feito desde o início dos anos 2000. Somente com esta compreensão será possível assegurar que os movimentos engajados na defesa da promoção e proteção dos direitos sexuais e reprodutivos sejam capazes de antecipar e conter as ações regressivas com respostas efetivas. Os estudos de caso nacionais da Colômbia, Equador e Uruguai, desenvolvidos no âmbito do Projeto G&PAL, exploraram esta dimensão e oferecem algumas pistas a esse respeito que, no entanto, precisam ser mais bem elaboradas para fundamentar respostas sustentáveis e de longo prazo às ofensivas antigênero e antiaborto aqui analisadas⁴⁸.

As tendências e dinâmicas aqui tratadas devem ser posicionadas dentro do cenário pandêmico da COVID-19, que afetou drasticamente as sociedades em todo o mundo, não apenas no aspecto da saúde e dos cuidados, mas também dos direitos humanos. Na América Latina, em particular, a pandemia revelou, entre outros efeitos dramáticos, as fragilidades das políticas e estruturas de saúde pública e as enormes lacunas na proteção social e nas políticas de assistência. Além disso, revelou e acentuou preconceitos pré-existentes de políticas estatais, que geralmente abordam questões de sexualidade e reprodução a partir de pontos de vista binários e heterocentristas, o que inevitavelmente leva à violação de direitos. Isto pode ser ilustrado, por exemplo, pelas regras de restrição da circulação e aglomeração de pessoas adotadas no Panamá, Peru e algumas cidades colombianas que, ao segregar por gênero, resultaram na flagrante privação dos direitos das pessoas trans (Corrêa, 2020).

A pandemia e a crise global estão longe de ter terminado. Grupos antigênero têm usado este contexto como uma oportunidade para seguir pressionando pela negação dos direitos ligados à sexualidade e à reprodução. Não menos importante, a Assembleia Geral da OEA de 2020 foi realizada virtualmente e o que, em alguns casos, pode ter contribuído para restringir a participação das organizações da sociedade civil, em particular aquelas que trabalham para a promoção e proteção dos direitos nestes domínios tão contestados.

ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA EM ESPANHOL

48 Veja toda a série em <https://sxpolitics.org/GPAL>

Alliance Defending Freedom. (2015, 15 de maio). Amicus Curiae presented to the Constitutional Court of the Dominican Republic. *Alliance Defending Freedom*. <http://www.adfmedia.org/files/DR550-14amicus.pdf>

Bedoya, C. (2017, 11 de janeiro). ¿Quiénes son #ConMisHijosNoTeMetas?. *América Latina en Movimiento-Online*. <https://www.alainet.org/es/articulo/182778>

Calderón, M. (2018, 13 de fevereiro). Agustín Laje: «La ideología de género es una imposición que se ha decidido a espaldas de la gente». *Actual*. <https://www.actual.com/entrevista/familia/agustin-laje-la-ideologia-de-genero-es-una-imposicionque-se-ha-decidido-aespaldas-de-la-gente/>

Conferencia Episcopal de Guatemala. (2013, 5 de junho). Comunicado de la Conferencia Episcopal de Guatemala sobre algunos puntos de la agenda de la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos. *IglesiaCatolica.org*. <http://www.iglesiacatolica.org.gt/20130605.pdf>

Congreso Hemisférico de Parlamentarios. (2015). Declaration Regarding the Independence and Self-Determination of Peoples on Matters Relating to Life, Family and Religious Freedom. Congreso Hemisférico de Parlamentarios. <https://www.declaraciondemexico.com/declaration-of-mexico/>

Congreso Iberoamericano por La Vida y La Familia. (2017). *Nuestra participación en la 50 Asamblea. Congreso Iberoamericano por La Vida y La Familia*. congresoiberoamericanoporlavidaylafamilia.org/participacion-oea/

Cornejo-Valle, M.; & Pichardo, J. I. (2018) Actores y estrategias en la movilización antigénero en España: el desplazamiento de una política de iglesia al activismo laico. *Psicología Política*, 18(43): 524-542. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a06.pdf>

Corrêa, S. (2020, 5 de abril). De volta ao de sempre: segregação por sexo/gênero como medida de contenção da Covid-19. *Sexuality Policy Watch*. <https://sxppolitics.org/ptbr/de-volta-ao-de-sempre-segregacao-por-sexo-genero-como-medida-de-contencao-da-covid-19/10296>

Frente Joven. (2017). Documento Foro Joven Panamericano Lima 2017. https://docs.wixstatic.com/ugd/699cad_48d2a8ed74a244588ec07001d4594bdc.pdf

Garbagnoli, S. (2016). Against the Heresy of Immanence: Vatican's 'Gender' as a

New Rhetorical Device Against the Denaturalization of the Sexual Order. *Religion and Gender*, 6, 2: 187-204. https://brill.com/view/journals/rag/6/2/article-p187_4.xml?language=en&body=citedBy-35532

Grzebalska, W., Kováts, E., & Petö, A. (2017, 13 de janeiro). Gender as symbolic glue: how 'gender' became an umbrella term for the rejection of the (neo)liberal order. *Krytyka Polityczna*. <http://politicalcritique.org/long-read/2017/gender-assymbolic-glue-howgender-became-an-umbrella-term-for-the-rejection-of-the-neoliberalorder/>

Hoy. (2014, 4 de junho). Diputados, en contra del matrimonio gay: aprueban declaración para la OEA. Hoy. <https://www.hoy.com.py/nacionales/diputados-contra-matrimonio-gayaprueban-resolucion-para-la-oea>

Losada, L. (2014, 26 de maio). Que respeten la vida y la familia en la #OEA_44ag. *CitizenGO*. <https://www.citizengo.org/es/7742-no-agenda-gay-oea>

Ministerio de Relaciones Exteriores de Paraguay. (2019, Abril 24). Gobiernos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Paraguay se manifiestan sobre el Sistema Interamericano de Derechos Humanos. *Ministerio de Relaciones Exteriores de Paraguay*. <http://www2.mre.gov.py/index.php/noticias-de-embajadas-y-consulados/gobiernos-de-argentina-brasilchile-colombia-y-paraguay-se-manifiestan-sobre-elsistema-interamericano-de-derechoshumanos>

Murillo Garza, A. (2017, 12 de janeiro). Stanley Cohen, la teoría del pánico moral. *Ruiz-Healy Times*. <http://www.ruizhealytimes.com/cultura-para-todos/stanley-cohen-la-teoria-delpanico-moral>

Peñas, M. A. & Faúndes, J. M. M. (2015). New religious/secular configurations: the selfproclaim "pro-life" NGOs and the disputes on sexual politics in Argentina. *Religião & Sociedade*, 35(2), 340-362. <https://dx.doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap14>

Pérez, J. L. (2017). Entre Dios y el César. El impacto político de los evangélicos en el Perú y América Latina. Konrad-Adenauer-Stiftung. https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=ffeede96-e170-c2c0-6b61-e19587eb1f4e&groupId=252038

Radio Aliento de Vida. (2018, 17 de junho). OEA: claves del éxito de la presencia evangélica provida y profamilia. Radio Aliento de Vida. <https://www.radioalientodevida.org/2018/06/17/oea-claves-del-exito-de-la-presencia-evangelica-provida-y-profamilia/>

Ratzinger, J. C. (2004, 31 de maio). Letter from Joseph Cardinal Ratzinger, Prefect, Congregation for the Doctrine of the Faith, to the Bishops of the Catholic Church on the Collaboration of Men and Women in the Church and in the World. *Vatican*. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_en.html

Rioja Virtual. (2019, 28 de março). Estados Unidos recorta fondos a OEA y lo acusa de promover el aborto. *Rioja Virtual*. <http://riojavirtual.com.ar/estadosunidos-recorta-fondos-a-oeapor-promover-aborto/>

Rodríguez, M. A. (2017). La ideología de género como exceso: pánico moral y decisión ética en la política colombiana. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, 27, December 2017.

Sahuquillo, M. (2012, 9 de junho). La ofensiva antiaborto recorre Occidente. *El País*. https://elpais.com/sociedad/2012/06/08/actualidad/1339179572_811614.html

SPW. (2017, 11 de novembro). A reação conservadora à Judith Butler. *Sexuality Policy Watch*. <https://wp.me/pashlZ-23v>

Vaggione, J. M. (2005). Reactive politicization and Religious Dissidence: The Political Mutation of the Religious. *Social Theory and Practice*, 31, (2): 165-188. DOI: 10.5840/soctheorpract200531210

Zenit Staff. (2009, 5 de setembro). V Congreso Mundial de Familias - Declaración de Ámsterdam. *Zenit*. <https://es.zenit.org/2009/09/05/v-congreso-mundial-de-familiasdeclaracion-de-amsterdam/>